CHINESES NO BRASIL, BRASILEIROS NA CHINA:

TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

ANA CAROLINA COSTA PORTO | ANDRÉ BUENO | KAMILA CZEPULA | VICTOR HUGO LUNA PERES [Orgs.]

Orient

ANA CAROLINA COSTA PORTO
ANDRÉ BUENO
KAMILA CZEPULA
VICTOR HUGO LUNA PERES

CHINESES NO BRASIL, BRASILEIROS NA CHINA: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

2022

Reitor
Mario Sérgio Alves Carneiro

Chefe de Gabinete
Bruno Redondo

Direção
Pró-reitora de Extensão e Cultura
Cláudia Gonçalves de Lima

Produção
Obra produzida e vinculada pelo Projeto Orientalismo, Proj. Extens. UERJ Reg. 6078, coordenado pelo Prof. André Bueno [Dept. História].

Rede
www.orientalismo.net

Apoio

Ficha Catalográfica

Bueno, André; Czepula, Kamila; Peres, Victor Hugo Luna; Porto, Ana Carolina Costa [orgs.] **Chineses no Brasil, Brasileiros na China: trajetórias em movimento.** 1ª Ed. Rio de Janeiro: Proj. Orientalismo/ UERJ, 2022. 246 p.
ISBN: 978-65-00-52650-9
Migrações; China; Brasil; Diásporas; História; Sociologia

ANA CAROLINA COSTA PORTO
ANDRÉ BUENO
KAMILA CZEPULA
VICTOR HUGO LUNA PERES

CHINESES NO BRASIL, BRASILEIROS NA CHINA: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO

2022

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9

CHINESES NO BRASIL

REFORMISMO ILUSTRADO, REORGANIZAÇÃO DO "PODEROSO IMPÉRIO" E OS PRIMÓRDIOS DA IMIGRAÇÃO CHINESA PARA O BRASIL (1808-1821) por Marco Aurélio dos Santos 17

IMIGRANTES CHINESES NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA E IMAGENS SOCIAIS por Marcelo da Silva Araujo 33

NA ARENA JORNALÍSTICA: GAZETA DE NOTÍCIAS VERSUS O CRUZEIRO, UM DEBATE SOBRE A IMIGRAÇÃO CHINESA NA CORTE DO IMPÉRIO (1879) por Kamila Czepula 53

OS 'CHINS' PARA O NORTE DO BRASIL: PROPOSTAS E DEBATES SOBRE A INTRODUÇÃO E ALOCAÇÃO DA MÃO DE OBRA CHINESA NO SÉCULO XIX por Victor Hugo Luna Peres 75

IMIGRAÇÃO CHINESA EM SÃO PAULO por Daniel Bicudo Véras 977

A 'NOVA CHINA' NO BRASIL: UM PROJETO MIGRATÓRIO CHINÊS NO SÉCULO 19 por André Bueno 119

BRASILEIROS NA CHINA

ENQUANTO NÃO DESCOBRIR, O CAMINHO FICA DIFÍCIL: PERSPECTIVAS DE MIGRANTES BRASILEIROS SOBRE A VIDA NA CHINA por Tom Dwyer 129

ENTRE REDES E RELAÇÕES: IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA PARA A RECONFIGURAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO ENTRE BRASILEIRAS EM PEQUIM por Ana Carolina Costa Porto, Tereza Correa da Nóbrega Queiroz e Teresa Cristina Furtado Matos 155

EXECUTIVOS BRASILEIROS NA CHINA: ADAPTAÇÃO E DIFICULDADES NAS EMPRESAS BRASILEIRAS por Lúcia Anderson Ferreira da Silva 193

MIGRAÇÕES CHINESAS

MACAENSES, MIGRAÇÕES E REFUGIADOS: MACAU E XANGAI (1937-1964) por Alfredo Gomes Dias 217

SOBRE OS AUTORES 243

APRESENTAÇÃO

O presente livro *Chineses no Brasil e Brasileiros na China: trajetórias em movimento* nasceu de um esforço coletivo e interdisciplinar, com pesquisadores de diversas áreas e instituições, buscando responder aos problemas das migrações e trânsitos de chineses e brasileiros entre seus países, compondo um espaço de pesquisa que se amplia cada vez mais na contemporaneidade.

A par dos problemas que acompanham a história dos estudos sobre a China no Brasil (Bueno, 2021), podemos constatar que ambas as sociedades têm trajetórias históricas singulares, que se aproximaram inúmeras vezes ao longo de um percurso de quase quinhentos anos, quando da integração do território brasileiro ao Império português. Ali começaria um extenso diálogo de civilizações, conectando nosso mundo com a esfera sinocêntrica, via Macau – a porta por excelência desse fértil diálogo intercultural – fazendo com que personagens, ideias e culturas circulassem nesse imenso orbe globalizado (Russel-Wood, 1998).

Esse processo de trocas foi por muito tempo analisado de forma pontual e localizado, graças aos esforços de alguns pesquisadores dedicados que buscaram produzir conhecimento e fortuna crítica sobre o tema, ainda que ele não fosse contemplado com a devida importância nos currículos escolares e universitários. Em um trabalho como o nosso, nunca poderíamos deixar de citar alguns autores basilares que ajudaram a construir esse campo de estudo no país, tais como Henrique Lisboa, com seu *A China e os Chins* (1888), o primeiro estudo *in loco* da civilização chinesa; a historiadora Maria José Elias (1971) e Robert Conrad (1979) que desenvolveram estudos pioneiros sobre a imigração chinesa para o Brasil; Gilberto Freyre, com seus vários ensaios sobre a presença asiática no Brasil, culminando na coletânea *China Tropical* (2003); Carlos Francisco Moura, e seus estudos – realizados ao longo de décadas em arquivos internacionais – sobre a presença brasileira no Extremo Oriente (2014) e sobre chineses no Brasil (2012); José Roberto Teixeira Leite com sua efemérica obra *A China no Brasil* (1999), livro hoje indispensável para aqueles que começam a estudar as influências culturais chinesas em nosso país; Severino Cabral (2000), incansável trabalhador no estabelecimento das conexões Brasil-China, e dono

de uma importante obra sobre relações internacionais; e Ricardo Joppert (1979), primeiro especialista brasileiro e cujas eruditas obras sinológicas alcançaram reconhecimento no exterior, colocando seu nome nessa seleta lista de especialistas. Desde então, o campo tem presenciado certo crescimento com o surgimento de novos autores e grupos de pesquisa, além da realização de eventos relacionados.

O tema das diásporas chinesas tem se desenvolvido bastante em tempos recentes, como atestam os estudos de Chee-Beng Tan (2013) e Min Zhou (2018), mas a dimensão sino-brasileira precisa ser aprofundada. As relações entre esses países têm especificidades, que a destacam em relação a outros países, como veremos ao longo dos ensaios presentes neste livro. Ademais, se o estudo da presença chinesa no Brasil redescobre novos ângulos a cada dia, a ida massiva de brasileiros para a China tornou-se um fenômeno atual e importantíssimo, tendo em vista os impactos culturais e epistemológicos que esse desdobramento envolve. Um novo e instigante campo se abre, e torna-se desde seu surgimento como capital para o desenvolvimento de relações bilaterais e para a compreensão antropológica da alteridade.

Atentos à premência dessas questões no âmbito acadêmico, pesquisadores de várias instituições uniram-se em dois encontros, promovidos pelo Centro de Estudos Asiáticos (CEASIA) e pelo Grupo de Estudos da História da Ásia (GESHA) da Universidade Federal de Pernambuco, em associação com o Projeto Orientalismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para debater os caminhos da pesquisa nessa via de mão dupla das migrações brasi-chinesas. O evento, *Chineses no Brasil e Brasileiros na China: trajetórias em movimento*, realizado em 2021 e 2022, congregou especialistas de todo o país, e alguns textos selecionados compõem essa coletânea que agora se apresenta.

Nosso livro seguirá dividido em duas partes: a primeira, "Chineses no Brasil", que constitui um panorama sobre os movimentos históricos e a diversidade de propostas e interpretações sobre os processos migratórios chineses para nosso país. Essa seção foi organizada pretendendo constituir um quadro cronológico e espacial desses mesmos movimentos, razão pela qual os textos seguem em um escala temporal gradativa.

A seção se inicia com o texto *Reformismo ilustrado, reorganização do "poderoso império" e os primórdios da imigração chinesa para o Brasil (1808-1821)*, do Prof. Marco Aurélio dos Santos, da Universidade de São Paulo. Nele, o autor buscou traçar um quadro histórico dos primeiros projetos de imigração chinesa desenvolvidos ainda no tempo do Brasil colonial, e de como estavam inseridos em um grande projeto de reformas políticas e econômicas do Império português, o que proporcionou um grande trânsito cultural na rede formada por essas mesmas colônias, conectando nosso país à África, Índia e China – principalmente por meio de Macau.

Esse movimento é aprofundado historicamente e espacialmente no artigo *Imigrantes chineses no Rio de Janeiro: história e imagens sociais* do Prof. Marcelo da Silva Araujo (Col. Pedro II, Rio de Janeiro), que nos traz uma releitura histórica sobre a presença chinesa na cidade do Rio de Janeiro. Como poderemos observar, a história da presença sínica nessa cidade data ainda desses mesmos tempos coloniais, e revela muitos sobre os projetos, dúvidas e debates que permearam as discussões sobre imigração asiática para o Brasil. É uma parte da narrativa historiográfica nacional que ainda precisa ser mais bem explorada e aprofundada, mostrando nossas complexas raízes culturais.

É sobre um dos episódios desses importantes debates sobre migrações que se debruça a Profª. Kamila Czepula (UFRRJ), em seu texto *Da crítica ao deboche: um debate de emoções na arena jornalística entre Gazeta de Notícias versus O Cruzeiro sobre a imigração chinesa para o Brasil Império (1879)*. Como a autora revela, no ano de 1879, os debates sobre a contratação de mão de obra chinesa como uma possível substituta das populações escravizadas tomaram de assalto o Parlamento, movimentando o mundo da política e gerando choques intelectuais e culturais. Essa discussão não ficou circunscrita à elite política, mas caiu na boca do povo por meio dos periódicos de época, com destaque para a *Gazeta de Notícias* e o *Cruzeiro*. Ambos os jornais movimentaram a população, buscando acionar a opinião pública contra ou a favor do projeto, e envolveram a sociedade nesse processo, tornando-o umas das mais importantes causas do Brasil Imperial.

Nesse mesmo sentido, temos na sequência o texto *Os "Chins" para o Norte do Brasil: propostas e debates sobre a introdução e alocação da mão de obra chinesa no século XIX*, de Victor Hugo Luna Peres, mestre em história pela Universidade Federal de

Pernambuco. Em seu trabalho, o autor procura analisar um conjunto de propostas relativas à introdução e alocação de trabalhadores chineses em solo nacional, particularmente as que vislumbravam seu emprego na região Norte do império – como então dividido em termos geográficos. Da Amazônia à Bahia, o Norte era apresentado como um espaço privilegiado para a inserção dos "chins", esse novo contingente de mão de obra, que se julgava "adequado" para o tipo de trabalho a ser desenvolvido nessas regiões. Nesse sentido, seus propositores seguiam uma tradição de argumentação bastante difundida à época, na qual eram traçados todos os tipos de paralelo em termos produtivos, climáticos, biológicos e culturais entre as capacidades e características desses trabalhadores e as dos espaços de produção aos quais seriam destinados.

Aproximando-nos de tempos mais atuais, e mudando o foco geográfico, o artigo *Imigração chinesa em São Paulo*, do Prof. Daniel Bicudo Véras, integrante da Fundação Getúlio Vargas, nos proporciona uma análise histórica e social atualizada sobre os movimentos migratórios chineses em direção à maior cidade brasileira. Assim como a China, o Brasil tem se tornando um polo de atração para capitais e populações do mundo, o que tem reforçado os movimentos migratórios para o país. A presença chinesa na cidade de São Paulo é percorrida em uma longa trajetória histórica, diretamente correlacionada a importantes episódios geopolíticos mundiais, e revela uma grande riqueza cultural, da qual Prof. Veras nos apresenta ricas e importantes imagens. Trata-se de um importante instrumento para compararmos os projetos do passado com a construção de um movimento migratório contemporâneo.

Fechando a seção, apresentamos o texto *A "Nova China" no Brasil: um projeto migratório chinês no século 19* de André Bueno, professor de História Oriental da UERJ. Como o autor informa, o objetivo de seu texto é apresentar um projeto pouco conhecido na historiografia brasileira: a ideia criada por alguns intelectuais chineses, tais como Xue Fucheng e Kang Youwei, de fazer com o que o Brasil se transformasse em uma "Nova China", uma nação hibridizada de chineses e brasileiros através de um grande movimento migratório promovido pela dinastia Qing. A partir de discussões previamente realizadas por outros autores, e consultando algumas fontes chinesas, Prof. Bueno traça um rápido quadro com notas

de pesquisa sobre o tema, proporcionando caminhos e aberturas para uma pesquisa mais ampla e instigante.

Começamos agora um deslocamento importante, a seção "Brasileiros na China". Focando principalmente nos movimentos migratórios contemporâneos, busca-se contemplar, igualmente, a dimensão sociocultural daqueles que escolheram vivenciar a experiência de morar e trabalhar na China, proporcionando uma visão alternativa e crucial ao conhecimento dessa civilização, distanciando-se do senso comum e das análises superficiais.

Para isso, iniciamos com o texto *Enquanto não descobrir, o caminho fica difícil: Perspectivas de migrantes brasileiros sobre a vida na China*, de Tom Dwyer, Professor titular de Sociologia da Universidade de Campinas. Nessa pesquisa, Prof. Dwyer relaciona o resultado de uma série de entrevistas feitas com personagens brasileiros que desbravaram o caminho para morar na China, proporcionado uma análise sobre suas impressões, desafios e dificuldades. O encontro de perspectivas culturais diferentes revela os possíveis pontos de diálogo, e as adaptações que viabilizam a inserção desses agentes em um novo contexto social.

Essas dificuldades e desafios ficam igualmente evidentes no artigo *Entre redes e relações: impactos da experiência migratória para a reconfiguração dos papéis de gênero entre brasileiras em Pequim* da pós-doutoranda em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Ana Carolina Costa Porto, e das professoras Tereza Correa da Nóbrega Queiroz e Teresa Cristina Furtado Matos, do Departamento de Ciências Sociais da UFPB. Apresentando os resultados de uma profunda e extensa pesquisa sobre a realidade de mulheres brasileiras que migraram para a China, o texto revela os desafios vividos por essas personagens, que envolvem não somente questões culturais e de nacionalidade, mas também os problemas relacionados às relações de gênero e de trabalho. Esse assunto, ainda pouquíssimo explorado dentro do escopo dos movimentos migratórios, abre portas para um caminho de pesquisa indispensável no estabelecimento de relações mais equânimes no âmbito social.

No mesmo sentido, a Profª. Lúcia Anderson Ferreira da Silva, da Universidade Normal de Pequim, nos traz um importante relato analítico sobre os *Executivos brasileiros na China: adaptação e dificuldades nas empresas brasileiras.* Os problemas adaptativos, bem como as dificuldades de um diálogo intercultural efetivo, fazem

com que a realização de negócios entre brasileiros e chineses seja um processo complexo, permeado por embates e diferenças de perspectivas. As questões políticas, econômicas e culturais que estruturam o mundo empresarial da China tornam o conhecimento sobre o país um item incontornável no desenvolvimento de negociações bem sucedidas.

Nosso volume se encerra com um convidado especial, o Professor Alfredo Gomes Dias, da Escola Superior de Educação do Politécnico de Lisboa. *Em Macaenses, migrações e refugiados. Macau e Xangai (1937-1964)* nos brinda com uma tema muito pouco conhecido e explorado, as migrações de chineses para Macau. Motivados por razões políticas, econômicas e sociais, muitos chineses – principalmente de Xangai – deslocaram-se para a então colônia portuguesa, em busca de novas perspectivas de vida. Suas motivações, movimentos e inserção nessa sociedade são discutidas pelo autor, mostrando uma faceta intrigante da diáspora chinesa contemporânea.

Assinam,

Ana Carolina Costa Porto, André Bueno, Kamila Czepula e Victor Hugo Luna Peres

Rio de Janeiro, 2022

Referências

Bueno, André. 'Chinese Studies in Brazil: history and current perspectives'. *In:* Shei, Chris; Wei, Weixiao. *The Routledge Handbook of Chinese Studies*. London: Routledge, 2021. p.551-564.

Cabral, Severino. Encontro entre Brasil e China: cooperação para o século XXI. *Rev. bras. polít. Int*, Brasília, v. 43, n. 1, p. 24-42, jun. 2000.

Chee, Beng Tan. *Routledge Handbook of the Chinese Diaspora*. London: Routledge, 2013.

Conrad, Robert. The Planter Class and the Debate over Chinese Immigration to Brazil, 1850-1893. *The International Migration Review* 9, n. 1, p. 41-55, 1975. https://doi.org/10.2307/3002529.

Elias, Maria José. "Os Debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX". In: *Anais do VI Simposio Nacional dos Professores dos Professores de História*. Goiania: ANPUH, setembro de 1971.

Freyre, Gilberto. *China tropical*. Brasília: Editora da UNB, 2003.

Joppert, Ricardo. *O Alicerce cultural da China*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

Leite, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil:* influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

Lesser, Jeffrey. *A negociação da Identidade Nacional.* Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

Lisboa, Henrique Carlos Ribeiro. *A China e os Chins*. Recordações de viagem do Ex. Secretário da Missão Especial do Brasil a China. Montevideo: Typ. a vapor de A Gobel, 1888.

Min, Zhou. *Contemporary Chinese Diasporas*. London: Palgrave, 2017.

Moura, Carlos Francisco. *Brasileiros nos extremos orientais do império:* séculos XVI a XIX. Macau: Instituto Internacional de Macau; Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2014.

Moura, Carlos Francisco. *Chineses e chá no Brasil no início do século XIX*. Macau: Instituto Internacional de Macau; Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2012.

Russell-Wood, A. J. *Um mundo em movimento.* Os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Lisboa: Difel Editora, 1998.

CHINESES NO BRASIL

REFORMISMO ILUSTRADO, REORGANIZAÇÃO DO "PODEROSO IMPÉRIO" E OS PRIMÓRDIOS DA IMIGRAÇÃO CHINESA PARA O BRASIL (1808-1821)

Marco Aurélio dos Santos

Ao longo de minha pesquisa de doutorado, entre 2008 e 2014, deparei com diversos processos criminais e inventários que mencionavam chineses. Eles viviam num município marcadamente escravista, com predominância da produção cafeeira. Em Bananal, ao longo do século XIX, os chineses eram um contingente populacional pequeno, mas bastante peculiar na paisagem agrária e escravista desse importante município do Vale do Paraíba cafeeiro.

Nunca havia prestado muita atenção aos processos criminais envolvendo chineses e só os mencionava quando o episódio envolvia escravos. Contudo, depois de defender minha tese, em abril de 2014, comecei a fazer um levantamento de todos os processos criminais e inventários que, de alguma forma, faziam referência a *chins*.[1] Encontrei processos em que eles prestavam depoimento em ocorrências de roubo ou furto em casas de negócios[2] ou brigas envolvendo diversos sujeitos típicos de uma realidade escravista. Em muitos deles, os chineses assinaram seu nome com caracteres de sua língua, como se vê nos dois exemplos da Figura 1.[3]

Figura 1. Assinaturas de chineses em processos criminais

[1] A palavra *chin* é recorrente nos processos criminais encontrados.
[2] *Casas de negócios* é a expressão usada nos processos para designar casas comerciais em geral.
[3] Agradeço ao professor Shu Changsheng a tradução das assinaturas encontradas nos processos criminais. Em conversa com o professor André Bueno, notamos que, nos processos criminais, os chineses assinam seu nome na horizontal, embora sua escrita seja de cima para baixo e da direita para a esquerda. É possível que estivesse em curso, entre os chineses que viviam em Bananal, uma adaptação ao modo como se escreve no Brasil. Hoje, com a influência ocidental, é comum os chineses escreverem na horizontal e da esquerda para a direita.

O primeiro nome, 大王英夫 (Da Wang Ying Fu), apresentava-se no processo como João Antônio Caia Felipe. Em petição de 15 de maio de 1862 e dirigida ao subdelegado de polícia, ele se identificou como natural da China e residente à rua da Boa Vista, onde possuía uma casa de negócios. O segundo, 身东油 (Shen Dong You), depôs em 27 de abril de 1865, apresentando-se como João Damasceno, natural de Macau, com 30 anos de idade e solteiro. Na ocasião do depoimento, Damasceno morava na rua da Boa Morte (Santos, 2020, 2021).

Investigando as razões que levaram chineses a viver num município marcadamente escravista, descortinei uma realidade surpreendente: o aumento significativo das migrações internacionais no século XIX, especialmente de cules asiáticos, chineses, indianos e outros de diversas procedências (Santos, 2017).

Nos últimos anos, vários pesquisadores procuraram compreender a imigração de chineses para o Brasil e diversos pontos das Américas e da economia mundial capitalista no século XIX, artigos que enriqueceram nossa compreensão sobre os primórdios da imigração de chineses para o Brasil (Santos, 2017, 2020, 2021; Seabra, 2016; MacCord, 2018; Ré, 2018). Pejorativamente chamados de *cules* ou *chins*, uma primeira onda de imigrantes chineses chegou ao Brasil no início do século XIX, como parte de projetos implementados durante o governo de D. João ao longo de sua estada no Brasil (1808-1821).

Assim, o objetivo central deste artigo é entender a imigração chinesa nesse momento histórico e a intenção do governo joanino de desenvolver no Brasil culturas agrícolas oriundas da Ásia. Sem pretender esgotar o tema, o artigo chama atenção para as conexões com a Ásia em geral e a China em particular e procura mostrar a importância desse comércio transoceânico no pensamento ilustrado português do final do século XVIII até as duas primeiras décadas do XIX. Em suma, trata-se de entender a chegada dos imigrantes chineses no quadro do contexto intelectual do período joanino. O foco é analisar as possibilidades aventadas pela cúpula do poder joanino para o progresso do comércio entre o Brasil e Macau, mas sem desconsiderar que todas as outras possessões portuguesas na Ásia mereceram a atenção das autoridades estabelecidas no Rio de Janeiro. Nesses termos, as

conclusões deste texto visam contribuir para o entendimento dos primórdios da imigração chinesa para o Brasil.

O governo joanino e os primórdios da imigração chinesa para o Brasil

A questão do trabalhador chinês começou a ser discutida no Brasil no início do século XIX, após o traslado da Corte portuguesa para a colônia americana. Com sua chegada, no contexto das guerras internacionais entre França e Grã-Bretanha, os contatos diretos entre Macau e o Brasil motivaram setores da cúpula do poder a cogitar a factibilidade do cultivo do chá, uma *commodity* de crescente circulação na economia mundial capitalista. Para essa empreitada, era necessária a presença de chineses experientes na administração de tal planta. O projeto foi incentivado por pessoas próximas a D. João, então príncipe-regente, quando de sua estada no Rio de Janeiro. A perspectiva de associar a cultura do chá à introdução de chineses para manejar a planta ou trabalhar na lide agrícola era tão promissora que, em 1807, em resposta às autoridades da Bahia e da Corte, o magistrado e desembargador da Bahia João Rodrigues de Brito criticou o trabalho escravo e defendeu a vinda de "chinas e índios orientais", tal como faziam os ingleses na época (MacCord, 2018). E, após a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em janeiro de 1808, o Conde de Linhares aventou a possibilidade de trazer dois milhões de chineses para a colônia, numa hiperbólica exaltação que refletia o entusiasmo quanto à comunicação comercial entre o Brasil e a possessão portuguesa na China. No entanto, no início desse século, vieram apenas alguns poucos chineses à então sede do Império português, espalhando-se por diversos lugares na província da Bahia e do Rio de Janeiro (Von Eschwege, 1944)[4]. Quanto à cultura do chá, a maior parte dos empreendimentos malogrou.

Apesar da chegada de menos de 300 imigrantes chineses, podemos verificar que, no início da administração joanina na América, o olhar para a Ásia era uma realidade e motivou uma série de projetos, decretos, cartas régias e alvarás. Para Carlos Francisco Moura, as primeiras tentativas de trazer chineses para o Brasil couberam a dois secretários de Estado. O primeiro deles foi D. João de Almeida Melo e Castro, o

[4] Eschwege, W. L. *Pluto Brasiliensis.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v; apud Meagher, 2008, p. 199.

Conde das Galveias (30/12/1809 a 18/01/1814). O segundo, Antônio de Araújo de Azevedo (1814 a 25/06/1817), feito Conde da Barca em 17 de dezembro de 1815. Do outro lado do Império português, a iniciativa coube ao desembargador Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ouvidor-geral de Macau.[5] Igualmente, o relato dos viajantes Spix e Martius, que estiveram no Rio de Janeiro em 1817, menciona a iniciativa do Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, na vinda de "centenas de colonos chineses" para trabalhar no cultivo de chá. Segundo os dois viajantes, esses seriam chineses que foram "escolhidos" do interior e bem inteirados do cultivo do chá. Já para outro viajante, Johann Moritz Rugendas, o Conde de Linhares foi um dos que defendeu a introdução da cultura do chá no Brasil. Para Moura, que cita trechos desses viajantes, a iniciativa do Conde de Linhares carece de comprovação documental.[6] Contudo, os artigos de Marcelo MacCord[7] e de Andrée Mansuy-Diniz Silva (2008)[8] logram provar o interesse do Conde de Linhares por Macau, numa época em que surgiram projetos para reorganizar as relações econômicas do Império português, nos primeiros momentos do governo joanino no Brasil. Nesse contexto, ganharam força as propostas de aclimatação de plantas orientais para incrementar o comércio de produtos asiáticos e a imigração de chineses para fabricar louça, produzir seda e cultivar chá.

A participação desses importantes homens do *establishment* joanino nos contatos com Macau e nos projetos de imigração de chineses e aclimatação de plantas orientais também é atestada no artigo do historiador Marcelo MacCord, para quem o cultivo do chá teve lugar no sul da Bahia a partir de 1811 e no Real Horto, administrado pela Coroa portuguesa e localizado no Rio de Janeiro na mesma época. É bem conhecida a gravura de chineses no Jardim Botânico (o Real Horto) presente

[5] Moura, 2012, p. 12.
[6] Moura, 2012, p. 36-37.
[7] MacCord, 2018, p. 159.
[8] Nas palavras da historiadora (Silva, 2008, p. 200): "Si l'on se fie au témoignage du Comte das Galveias, c'est précisément le 7 juillet 1809 que, dans une conversation avec le Marquis de Alegrete, D. Rodrigo de Souza Coutinho aurait suggéré de profiter de la surabondance de la population en Chine pour introduire au Brésil un million de Chinois, particulièrement qualifiés dans le domaine de l'industrie de la soie et de la faïence". Como vemos, D. Rodrigo pretendia introduzir um milhão de chineses, enquanto o número aventado por W. L. von Eschwege era de dois milhões. Os números hiperbólicos refletiriam um entusiasmo excessivo quanto às possibilidades de contato entre Macau e o Brasil?

no livro de Rugendas, que pode ser consultada no acervo digital da Biblioteca Nacional. Também na Real Fazenda de Santa Cruz se cultivaram chá e outras plantas orientais. Além disso, em 1818, há registro de cultivo do chá em São Paulo (MacCord, 2018).[9]

O Conde da Barca, mencionado acima como um dos propugnadores da imigração chinesa para o Brasil e membro importante da alta cúpula da Corte joanina, se utilizou, em suas propriedades na Corte, da mão de obra de chineses. Oriundos de Caravelas, na Bahia, MacCord supõe que os chineses que foram transportados para a Corte em 1814 para trabalhar numa propriedade do Conde "estivessem circulando entre as lavouras de subsistência e as de chá, de acordo com a sazonalidade agrícola e as conveniências de seu patrão".[10] Em 1816, Maximiliano, príncipe de Wied-Neuwied, percorreu a fazenda em questão, denominada Ponte do Gentio. Chamada por Maximiliano[11] de "fazenda do ministro", moravam ali nove chineses, junto com "seis famílias de 'ilhores' (habitantes da ilha dos Açores)", escravos negros e um português, feitor do trabalho de todos. Um dos chineses se tornou cristão e casou-se com uma índia; segundo o príncipe, todos os demais conservaram seus costumes. Maximiliano também informa que esses chineses desembarcaram primeiro no Rio de Janeiro, para lá cultivar chá, e depois foram mandados para Caravelas. A descrição do príncipe não é muito clara, mas parece que alguns deles foram trabalhar na "fazenda do ministro", enquanto outros tornaram-se jornaleiros.[12] Maximiliano descreve o modo de vida desses chineses:

> [...] conservaram os costumes do seu país natal; celebram-lhes as festas, apreciam toda espécie de caça plumada, e diz-se não serem muitos exigentes na escolha do alimento. Guardam o maior asseio e ordem em sua choça de sapé. As camas, por exemplo, são guarnecidas de finas cortinas brancas, dispostas com bom gosto, e suspensas, dos lados, a lindos ganchos de cobre. Essas belas camas contrastam de maneira estranha com o miserável casebre de colmo em que estão colocadas. Os chineses dormem em delicadas esteiras de palha e descansam a cabeça num pequeno travesseiro redondo.

[9] Há uma imagem de chineses no Jardim Botânico em Rugendas ([182-]).
[10] MacCord, 2018, p. 168.
[11] Maximiliano, 1940, p. 179.
[12] Muito comum no século XIX, a expressão significa que eles trabalhavam por jornada.

> Vimo-los comer arroz à típica moda chinesa, com dois pauzinhos. Alegraram-se muito com nossa visita; contaram-nos, em péssimo português, coisas do seu caro país, e como lá tinham muito mais conforto do que no Brasil. Abriram também as malas, onde guardavam sofríveis porcelanas chinesas e grande número de leques de diversas variedades, que trazem para vender.[13]

A citação oferece uma perspectiva da vida desses chineses de Caravelas. Muitos deles ainda praticavam os costumes de seu país, tinham dificuldade com a língua portuguesa, faziam do jornal[14] um meio de vida e mascateavam; sabiam que as mercadorias chinesas eram valorizadas em outras partes do mundo, eram asseados e conviviam com uma diversidade étnica, cultural e racial muito significativa.

O exemplo do Conde da Barca e de sua fazenda ilustra bem os "interesses interiorizados"[15] da cúpula do poder no período joanino e mostra que o contato entre Macau e o Brasil e os projetos de introdução de mão de obra asiática e de aclimatação de plantas orientais estiveram no radar dos altos comandantes do governo (Dias, 2009a). Também armadores lisboetas que se transferiram para o Brasil e se dedicaram ao comércio transoceânico podem ser considerados exemplos de agentes que enraizaram suas atividades econômicas na América portuguesa nesse momento de guerra mundial, aproveitando as possibilidades abertas pela nova situação do Império português a partir de 1808 (Carreira, 2005).

A vinda dos imigrantes chineses é um dos vários projetos que interessou à cúpula do poder joanino no sentido de reformar a economia do Brasil. Ao lado de um contexto histórico impositivo, que determinou mudanças radicais nos rumos do Império português, o amparo ideológico desses projetos foi um corpo doutrinário inspirado no Iluminismo europeu que ficou conhecido como Reformismo Ilustrado. Fazia tempo que membros de diversos governos em Portugal diagnosticavam o atraso lusitano frente às grandes potências europeias. O Reformismo Ilustrado foi um conjunto doutrinário que amparou as intenções reformistas de vários governos

---

[13] Maximiliano, 1940, p. 179-180.

[14] *Viver de jornal* é a expressão que se encontra nos documentos; trata-se de trabalhar por empreitada.

[15] A expressão é de Maria Odila Leite da Silva Dias (2009a) e refere-se ao fato de que, tendo vindo ao Brasil com o traslado da corte, alguns portugueses investiram em negócios aqui, enraizando seus interesses econômicos na América portuguesa. Quando a guerra na Europa terminou, muitos não quiseram voltar justamente por causa desses investimentos.

lusitanos com o intuito principal de incrementar a economia da metrópole e, por conseguinte, das possessões do ultramar. Como consequência, engendrou-se, a partir da análise de diversos intelectuais e homens de Estado, um "delineamento de todo um esquema de política colonial, em suma [de] diretrizes de ação".[16]

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, feito conde de Linhares em 17 de dezembro de 1808, foi um dos expoentes desse conjunto doutrinário. O Conde das Galveias e o Conde da Barca, se não conseguiram alcançar a projeção de Coutinho, também estiveram associados aos projetos reformistas da época. Esses três membros do alta cúpula do governo joanino são mencionados porque estiveram mais diretamente ligados à tentativa de trazer mão de obra chinesa e à intenção de aclimatar plantas orientais. Portanto, é correto pensar que esse primeiro projeto de imigração de chineses, ainda na década de 1810, nos primeiros momentos da regência de D. João no Brasil, esteve proximamente associado ao ideário do Reformismo Ilustrado.

Maria de Lourdes Viana Lyra apontou a passagem do século XVIII para o século XIX como momento crucial de desenvolvimento e ampliação da Ilustração em Portugal. Para ela, três acontecimentos justificam esse período. O primeiro é a divulgação de um "programa de reformas" que D. Rodrigo de Sousa Coutinho apresentou e que teria sido inspirado nas obras do Abade Raynal e de Adam Smith[17]. Os outros dois são o início das atividades de duas instituições: a Casa Literária do Arco do Cego e o Seminário de Olinda. Aquela, desde o início, arregimentou:

> [...] estudantes vindos do Brasil, para a tradução dos estudos científicos e técnicos produzidos nos países mais adiantados, e na elaboração de guias práticos para a divulgação do conhecimento experimental na colônia, além da publicação de memórias e ensaios voltados para o mesmo fim.[18]

Já o Seminário em Olinda procurou atuar na formação ideológica e na divulgação do saber dos setores dirigentes da colônia. A Ilustração espraiava-se pela elite dirigente de Portugal num momento histórico revolucionário e de questionamentos preocupantes ao domínio metropolitano (as "inconfidências" em

[16] Novais, 1981, p. 239.
[17] Provavelmente apresentado em 1798.
[18] Lyra 1994, p. 66.

Minas, em 1789, no Rio de Janeiro, em 1794, e na Bahia, em 1798). Como, explicou Sousa Coutinho no programa citado, no cerne da Ilustração estava uma reconfiguração da relação colonial com os interesses da metrópole e das colônias sendo atendidos e se complementando.[19]

As ideias reformadoras caracterizavam-se pelo pragmatismo e intentaram promover uma melhor inserção do Brasil nos quadros de uma economia mundial competitiva e perigosamente belicista. Elas se originavam de um conjunto mais amplo de reformas, que pretendiam superar as deficiências econômicas de Portugal em relação aos outros países europeus. Tais reformas tiveram o apoio de diversos governantes portugueses desde pelo menos a primeira metade do século XVIII.[20] Também intelectuais e homens de Estado trabalharam nos quadros da ilustração para pensar medidas que pudessem incrementar a dinâmica econômica de um sistema colonial em crise num contexto revolucionário. Outrossim, o ecletismo caracterizou as propostas econômicas aventadas, transitando pelas ideias da fisiocracia, do mercantilista ortodoxo e daquilo que Fernando Novais denominou de mercantilismo ilustrado.[21] Nesse contexto, se o Brasil recebeu demasiada atenção, as demais possessões portuguesas na Ásia e na África não ficaram fora das preocupações de homens como D. Rodrigo de Sousa Coutinho.

Com o traslado da Corte para o Brasil, o programa de reformas pode ser percebido nas medidas tomadas pelo então regente, D. João. O primeiro momento do governo joanino, de 1808 a 1815, foi de guerra mundial, opondo duas potências europeias, a Grã-Bretanha e a França, e acirrando a rivalidade entre muitos países

[19] Lyra, 1994, p. 64-66; Ver também o capítulo II, "A estratégia da política reformista". Cabe salientar que houve outras iniciativas. Para os propósitos deste artigo, destacamos a ação de Dominico Vandelli, originário de Pádua e que chegou a Portugal em 1764, a convite do marquês de Pombal. Vandelli foi responsável por implementar diversos projetos. Quando dirigiu o Jardim Botânico da Ajuda, criado em 1768, procurou centralizar ali os "vegetais oriundos de todo o império português, sobretudo as espécies consideradas com potencial econômico". Além disso, em 1798, o governador do Grão-Pará, Francisco de Sousa Coutinho, irmão de Rodrigo, criou um Jardim Botânico em Belém (Bediaga, 2007, p. 1136-1137).

[20] Para referências basilares sobre o tema, ver, entre outros, Novais (1981), especialmente o capítulo IV, "Política Colonial", e também Lyra (1994).

[21] Novais, 1981, p. 228-239.

europeus.[22] As reformas ilustradas pautaram o debate sobre o Império luso-brasílico, e a Ásia esteve sempre no radar dos dirigentes da Corte que vieram ao Brasil. Mas as reformas eram apenas isso: reformas. Não se pretendia dar um passo adiante, e nunca esse passo foi dado. Num contexto revolucionário, de contestações radicais ao Antigo Regime e à atuação da metrópole em suas colônias, as reformas ilustradas procuraram mudar para preservar. Desde o momento em que se tornou pauta dos dirigentes do Estado, muitos anos antes da chegada da Corte ao Rio de Janeiro, a Ilustração deu prioridade ao "pensamento científico e à difusão do saber experimental, não se colocando em discussão o direito à liberdade nem à representação, nem tampouco, a igualdade dos direitos do homem, como pressupostos básicos à nova sociedade".[23] A lição do Abade Raynal, de mudanças moderadas, foi aplicada pela elite dirigente.

A presença da Corte no Brasil e a interiorização da metrópole nos anos subseqüentes enraizaram muitos interesses na parte americana do Império português. Nesse quadro mundial beligerante, a Ásia em geral e a China em particular ocuparam a atenção dos membros da cúpula do governo joanino. Os contatos com Macau foram constantes, e não faltou a pauta da imigração chinesa para o Brasil.[24]

A historiografia já demonstrou que os projetos de aclimatação de plantas orientais e de imigração chinesa não deram grandes resultados. Também malogrou o programa para transformar o Brasil num respeitável entreposto de mercadorias asiáticas com destino ao Atlântico Norte. Apesar disso, é lícito associar os

---

[22] A bibliografia a respeito da situação internacional beligerante mencionada aqui é vastíssima. Um trabalho clássico, que analisa o quadro mundial da perspectiva do governo joanino, é o de Oliveira Lima (2006). Um estudo mais recente é o de Jorge Pedreira e Fernando Costa (2008). O conceito de guerra mundial não designa um conflito que se desenvolveu no mundo todo, mas que afetou diversas partes importantes da economia mundial. A guerra ocorreu no Índico e preocupou o governo de D. João em pelo menos dois aspectos cruciais: (1) os ataques franceses às possessões portuguesas na Ásia e (2) o expansionismo britânico e a possibilidade de perder mercado frente à agressividade comercial da Grã-Bretanha. Além disso, entre setembro e dezembro de 1808, a Grã-Bretanha tentou tomar posse de Macau, empresa frustrada pela "cautela e diplomacia" do governador Bernardo Aleixo de Lemos e Faria, do desembargador e ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira e do Leal Senado da Cidade de Deus de Macau (Silva, 2008).

[23] Lyra, 1994, p. 34-35.

[24] "Nesta segunda década do século XIX, os armadores brasileiros e macaenses dominaram e até monopolizaram as trocas diretas no ultramar" (Carreira, 2005).

primórdios da imigração chinesa para o Brasil ao Reformismo Ilustrado e ao plano de reorientar as relações econômicas do Império lusitano.

Num artigo clássico sobre o tema, Maria Odila Leite da Silva Dias explica como esses projetos se vinculavam a esse corpo doutrinário muito em voga em Portugal desde pelo menos meados do século XVIII. A China, com a possessão portuguesa de Macau, e a Ásia estiveram no radar desses homens que pretendiam revigorar a economia luso-brasileira. O pragmatismo que caracterizou essa corrente de pensamento se verificou, por exemplo, nos estudos para aclimatar plantas de diversas partes do mundo visando abrir "novos ramos de comércio".[25] Por essa época, a ciência de colocava a serviço do "progresso material" com o intuito de "integrar o Brasil na cultura ocidental, traduzindo, aprendendo e, sobretudo, tentando aplicar". Como se vê, o pragmatismo estava associado à utilidade do conhecimento e às perspectivas de progresso econômico.[26] Um exemplo concreto dessa mentalidade foi o surgimento dos jardins botânicos e a prática da "pirataria" de plantas exóticas que poderiam ser introduzidas no Brasil para eventualmente incrementar a economia e ainda diversificar a pauta exportadora (Bediaga, 2007).

Os contatos da época entre autoridades de Macau e do Brasil mostram que a vinda de chineses se associava aos projetos de introdução do chá na América portuguesa, além da perspectiva de entrada de mão de obra para os trabalhos na agricultura em geral e em diversos outros misteres, como o fabrico de louça. Já em 1809, o Senado de Macau enviou o navio Ulisses para o Rio de Janeiro para saudar o então regente D. João e apresentar o potencial das mercadorias asiáticas para o comércio. Essa embarcação é a mesma que em outras ocasiões trouxe chineses para o Brasil (Moura, 2012; Silva, 2008). Nessa embarcação, vieram diversas cartas, entre as quais uma representação datada de 6 de março de 1809. Assinada por Miguel de Arriaga Brum da Silveira, ela apresentava ao príncipe regente as vantagens dos trabalhadores chineses, reputados "ativos e industriosos". Brum da Silveira também se mostrava capaz de assegurar o transporte de trabalhadores, pois:

[25] Dias, 2009b, p. 79.
[26] Dias, 2009b, p. 78.

> [...] anualmente promoveria aquela porção das diferentes classes, reputadas necessárias para se dirigirem a essa capital [do Rio de Janeiro], bastando abonar-se aqui certa gratificação por cada cabeça, para ao depois ser paga com as suas passagens por eles mesmos ao real erário, que as tenha adiantado, assoldando-se por conta da real fazenda até preencherem os seus débitos [...].[27]

"Abonar-se aqui [em Macau] certa gratificação". Vê-se que o transporte de trabalhadores era um negócio lucrativo que poderia beneficiar as partes envolvidas. Como não teve uma resposta imediata, Brum da Silveira tornou a representar no início de 1811 junto ao Conde das Gaveias. Andrée Mansuy-Diniz Silva informa que só com uma ordem do príncipe regente, de março de 1811, que declarava a intenção de aclimatar plantas exóticas, Brum da Silveira procedeu, nesse mesmo ano, ao embarque de "quatro caixas de plantas de chá, com dois chineses responsáveis por cuidar delas durante a travessia".[28]

Num contexto revolucionário e delicado para a monarquia recém-instalada no Brasil, o comércio com as possessões portuguesas na Ásia foi uma das pautas da cúpula do poder joanino. A metrópole tomada por tropas francesas e a ameaça de domínio britânico contra o abastecimento do mercado brasileiro levaram a Corte joanina procurar pôr em prática os antigos projetos de "complementaridades econômicas" entre os portos do Império (Carreira, 2005). Nesse contexto histórico, ganharam força as navegações entre o Atlântico e o Índico[29].

Assim, em 1808, teve início uma liberalização comercial, com o decreto de Abertura dos Portos, processo que continuou nos anos seguintes. Por carta régia de 13 de maio de 1810, o Príncipe Regente autorizou a isenção dos:

> [...] direitos de entrada nas alfândegas do Brasil os gêneros, e mercadorias da China, que se exportarem diretamente para os portos deste Estado, e pertencerem aos meus vassalos portugueses, ou por sua conta forem entregados em navios

---

[27] Silva, 2008, p. 201.
[28] Silva, 2008, p. 201.
[29] Fernando Novais analisou essas ideias a partir dos textos de Dom Rodrigo de Sousa Coutinho e de Azeredo Coutinho, com ênfase para as relações entre "as províncias da América, que se denominam com o genérico de Brasil", conforme os dizeres do primeiro Coutinho, e a metrópole portuguesa. (Novais, 1981, P. 233-236).

> nacionais, ficando outrossim independentes de navegação para Goa.[30]

Em outros termos, por esse decreto, as viagens de Macau para o Brasil desobrigavam os macaenses do pagamento de direitos em Goa. O decreto visava promover a "prosperidade do comércio" da cidade de Macau e era um reconhecimento aos esforços das autoridades locais por repelirem os piratas que ameaçavam invadir a cidade e pelo fato de os macaenses terem prestado "socorro pecuniário" aos estados da Índia. Numa carta régia do mesmo dia e aventando as mesmas razões, D. João concedeu o título de "Leal", que "ficará gozando esse Senado [da Câmara da Cidade de Macau] perpetuamente".[31] Para Ernestina Carreira, essa medida sofreu oposição de armadores lisboetas. Em carta régia de 2 de junho de 1810, restringiu-se a isenção referida acima: os navios que transportavam mercadorias chinesas deveriam ser construídos em estaleiros portugueses (Carreira, 2005).

Em 4 de fevereiro de 1811, D. João aprovou um alvará determinando a liberdade de navegação entre todos os portos ultramarinos do Império, procurando eliminar barreiras que impedissem o comércio direto entre as possessões portuguesas. Em 19 de novembro do mesmo ano, o alvará foi complementado por novo diploma, que especificava que o comércio entre os portos do Império deveria ser feito por navios "construídos nos portos de estaleiros" dos domínios de Portugal, com o objetivo de "favorecer a construção nacional" e impedir o uso de navios estrangeiros ou construídos por potências estrangeiras. Contudo, a determinação não se estendida às "embarcações estrangeiras que se achavam já compradas, na forma das minhas leis, pelos meus fieis vassalos [vassalos de D. João]".[32] A proibição valeria apenas para os "navios estrangeiros que forem comprados depois da publicação do dito alvará [o de 4 de fevereiro]".[33] A partir de então, incrementaram-se as navegações que ligavam os portos brasileiros, especialmente Rio de Janeiro e Salvador, aos asiáticos. Nesse contexto, os armadores de Macau investiam "regularmente na rota do Atlântico" (Carreira, 2005).

---

[30] *Colecção da legislação portugueza*, 1826, p. 879.
[31] C*olecção da legislação portugueza*, 1826, p. 880.
[32] Silva, 2008, p. 203.
[33] Silva, 2008, p. 203.

No entanto, o êxito da empreitada que facultou o aumento das viagens entre Macau e o Brasil na década de 1810 foi relativo. Um contexto internacional que anunciava derrotas francesas na Europa e no Índico, o combate à pirataria no litoral sudeste da China e a posterior assinatura da paz entre França e Portugal (maio de 1814) foram fatores que possibilitaram o aumento das navegações transoceânicas entre o Índico e o Atlântico (considerando aqui Lisboa e o Brasil). Os armadores de vários pontos do Império português aproveitaram a oportunidade. A maior parte dos cerca de 300 chineses que chegaram ao Brasil vieram nesse primeiro momento do governo joanino, entre 1809 e 1815.

Já a partir de 1818, a frequência dessas viagens foi diminuindo. Ernestina Carreira informa que uma saturação do mercado brasileiro de produtos asiáticos e as vantagens lucrativas advindas do comércio do ópio, que fizeram de Macau, no final da década de 1810, o porto de entrada da droga na China, diminuíram o interesse dos armamentos para o Brasil. Em 1825, a atividade mais lucrativa de Macau era o comércio de ópio (Carreira, 2005).

Considerações finais

De acordo com Ernestina Carreira (2005), o traslado da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 "acelerou um processo iniciado cerca de dois séculos antes: a unificação das redes de navegação transoceânica do Império". A "navegação direta" entre os diversos portos do Império era discutida por governos portugueses desde pelo menos o início do século XVIII (Carreira, 2005). Assim, a integração das rotas de navegação entre o Índico e o Atlântico realizada no período do governo joanino significou uma etapa final, antes da Independência do Brasil, de um longo processo que estava se gestando desde pelo menos o século XVII. É nesse contexto que devemos entender a chegada dos chineses e os projetos para a introdução da mão de obra asiática aventados pelos integrantes da cúpula joanina. Tal imigração esteve associada à introdução e aclimatação de plantas orientais com o intuito de diversificar a pauta exportadora brasileira. Além disso, considerou-se a perspectiva de fazer do Brasil um grande entreposto entre mercadorias da Ásia e mercados consumidores do Atlântico Norte.

Como vimos, se apresentaram números hiperbólicos para incrementar a economia brasileira e potencializar o comércio do "novo império". Nem todos os projetos tiveram a efetividade almejada inicialmente, mas o propósito deste artigo foi entender que, entre tantas propostas levantadas para reorganizar a economia do Império português, as relativas à Ásia em geral e a Macau em particular estiveram associados a esse quadro da ilustração luso-brasileira num contexto de guerra mundial e de profundas transformações econômicas.

Indícios do pensamento ilustrado avançaram até depois da Independência, como se lê em *Memória econômica sobre a plantação, cultura e preparação do chá*, do frei Leandro do Sacramento, publicado em 1825. Por essa época, a obra ainda falava na intenção de impulsionar a cultura do chá no Brasil pela imigração chinesa (Bediaga, 2007). Contudo, as significativas mudanças no Império português, com a Independência do Brasil, o contexto internacional pós-guerra e a especialização da economia brasileira na produção de café fizeram esmorecer as medidas efetivas de trazer imigrantes chineses para trabalhar na lavoura ou em outras atividades.

Depois das duas primeiras décadas do século XIX, surgiram projetos esparsos, como o de 1835, da Câmara de Vereadores de Bananal, importante município do Vale do Paraíba paulista, cuja economia especializava-se, à época, na produção de café com uso intensivo de mão de obra escrava. Mas a proposta, de incentivo à imigração de chineses para a introdução da cultura do chá no município e de estrangeiros em forma de colonização para coadjuvar o trabalho escravo na lavoura, não deu resultado efetivo. Nas décadas finais do Império do Brasil, especialmente a partir de 1878, novos projetos foram levantados para trazer chineses para substituir a mão de obra escrava. Um gabinete liberal, cujo presidente do Conselho foi o Visconde de Sinimbu, procurou introduzir na pauta política a chegada de trabalhadores chineses para compensar uma possível falta de mão de obra da lavoura. A movimentação do gabinete Sinimbu a esse respeito não deu nenhum resultado expressivo (Santos, 2020). A imigração chinesa no século XIX não passou de um conjunto de projetos e perspectivas que estiveram no radar de homens da cúpula do poder em diferentes contextos históricos, mas nenhum desses projetos logrou que uma corrente significativa de trabalhadores chineses migrasse para o Brasil.

Referências

Bediaga, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1131-1157, out./dez. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000400003.

Carreira, Ernestina. *Navegação comercial entre o Brasil e a Ásia Portuguesa durante a estadia da corte no Brasil 1808-1821*. In: Congresso internacional espaço Atlântico de antigo regime: poderes e sociedades, 2-5 nov. 2005, Lisboa. *Actas*... Lisboa, 2005. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/eear/coloquio/comunicacoes/ernestina_carreira.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2022.

Colecção da legislação portugueza desde a última compilação das ordenações, oferecidas a El-Rey Nosso Senhor pele Desembargador Antonio Delgado da Silva – Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1826.

C*olecção da legislação portugueza* desde a última compilação das ordenações, oferecidas a El-Rey Nosso Senhor pele Desembargador Antonio Delgado da Silva – Legislação de 1811 a 1820. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1825.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009a. p. 7-38.

Dias, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009b. p. 39-126.

Lima, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

Lyra, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império – Portugal e Brasil, bastidores da política: 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MacCord, Marcelo. Mão de obra chinesa em terras brasileiras nos tempos joaninos: experiências, estranhamentos, contratos, expectativas e lutas. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 57, p. 151-185, 2018.

Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

Meagher, Arnold. *The coolie trade: the traffic in Chinese laborers to Latin America, 1847-1874*. Bloomington: Xlibris, 2008.

Moura, Carlos Francisco. *Chineses e chá no Brasil no início do século XIX*. Lisboa: Instituto Internacional de Macau/Rio de Janeiro: Gabinete Português de Leitura, 2012.

Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1770-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1981.

Pedreira, Jorge; Costa, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Ré, Henrique Antonio. Os esforços dos abolicionistas britânicos contra a imigração de chineses para o Brasil no final do século XIX. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 66, p. 817-848, 2018. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-87752018000300010.

Rugendas, Johann Moritz. Plantation chinoise de thé dans le Jardin Botanique de Rio-Janeiro. [182-]. 1 litogravura. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_149.jpg>. Acesso em: 14 abr. 2022.

Santos, Isaú. *Macau e o Oriente no Arquivo Histórico Ultramarino*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997. v. II.

Santos, Isaú. *Macau e o Oriente no Arquivo Histórico Ultramarino*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1996. v. I.

Santos, Marco Aurélio dos. The Chinese in the Paraíba Coffee Valley: projects, perspectives, transitions and failures – 19th Century. In: Bueno, André; Veras, Daniel. *Studies on Chinese Migrations: Brazil, China and Mozambique*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo/UERJ, 2021. p. 103-146.

Santos, Marco Aurélio dos. Chineses no Vale do Paraíba cafeeiro: projetos, perspectivas, transições e fracassos – século XIX. *Almanack*, Guarulhos, n. 25, p. 1-41, 2020.

Santos, Marco Aurélio dos. Migrações e trabalho sob contrato no século XIX. *História*, São Paulo, v. 36, e12, 2017.

Seabra, Isabel Leonor da Silva de. O tráfico de cules em Macau. *Ultramares*, Maceió, v. 5, n. 10, p. 302-335, 2016.

Silva, Andrée Mansuy-Diniz. Macau et le Brésil à l'heure du nouvel empire luso-brésilien (1802-1812). *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa/Ponta Delgada, p. 175-206, 2008.

IMIGRANTES CHINESES NO RIO DE JANEIRO: HISTÓRIA E IMAGENS SOCIAIS

Marcelo da Silva Araujo

De todas as civilizações do período pré-moderno, nenhuma parecia mais adiantada, nenhuma se sentiu tão superior quanto a China.
Paul Kennedy, *Ascensão e queda das grandes potências* (1989)

Os chineses eram exigentes quanto aos salários, amantes do jogo, renitentes à disciplina que os impedisse de jogar; eram de natureza moral pervertida.
Quintino Bocayuva, *A crise da lavoura* (1868)

As transcrições com as quais inicio esta comunicação contêm um importante valor. Em que pesem suas dimensões específicas, elas mapeiam a conceituação da China e dos chineses de forma reveladora: a primeira, sobre a China como nação, num contexto anterior ao lançamento dos europeus à conquista do desconhecido e positivada; a segunda, sobre os chineses como imigrantes, no Brasil imperial e deterministicamente negativada.

Nesta segunda transcrição, o jornalista e político Quintino Bocayuva, defensor do emprego de imigrantes chineses como alternativa à mão de obra escrava, demonstra que esta imigração já se iniciou depreciada em sua conceituação e aceitação pelos intelectuais e pela imprensa do século XIX - diferentemente das movimentações provenientes do continente europeu e, depois, do Japão. Esta imprensa parecia seguir as tendências classificadoras dos produtores de teses sobre a imigração para a substituição do trabalho escravo.

Os chineses eram ora qualificados como asiáticos ora propriamente como chineses, o que, de todo modo, fazia recair sobre esta população uma marca estereotipada que mantinha preocupações que iam da questão estética (a qual mencionarei mais adiante) ao seu suposto caráter pervertido.

Na prática, o asiático era considerado inferior por importantes segmentos da sociedade brasileira, chegando, para muitos, a ser inferior aos próprios escravos. Por sua vez, a imprensa contribuía para a formação de um modelo do oriental em geral ao veicular as impressões negativas sobre essa imigração. Mesmo os que defendiam a

imigração chinesa e japonesa como solução para a mão-de-obra na cafeicultura viam-na como provisória.

Essa provisoriedade estava certamente ancorada nas imagens sociais disponíveis na *intelligentsia* imperial brasileira. Como afirma o professor João Gilberto de Carvalho (2010, p. 24), o Ocidente "criou 'o' chinês, um ser imerso numa história que se acumula ou quando há rompimentos nesta história, estes já estão previstos ou são cópias precárias de modelos europeus".

Estas primeiras palavras servem-nos também para iniciar uma apresentação sobre a antiguidade da relação entre chineses e brasileiros. Relação esta que se consumou por intermédio das levas imigratórias aqui chegadas. Assim, a comunicação visa apresentar algumas particularidades desta imigração pelos registros que têm início no século XVI, debatendo as imagens socialmente criadas e os preconceitos étnicos nelas embutidos, as quais incidem sobre estes "novos brasileiros".

Primeiras aparições no Brasil: século XVI e primeira metade do século XIX

As famosas viagens de Marco Polo à China, no fim do século XIII, foram, talvez, as primeiras narrativas acerca da vida social naquele país. Após transcorrerem quase três séculos sem que o Ocidente tenha sido abastecido com mais informações, este hiato foi preenchido, no século XVI, pela expansão católica da Contra-Reforma.

Neste movimento, religiosos, como os lendários freis Gaspar da Cruz, Matteo Ricci e Fernão Mendes Pinto, estiveram e viveram em solo chinês. Estes ícones sempre se admiravam com a "cortesia dos chineses, o tamanho de suas cidades e a eficiência de seus tribunais".[34]

Quanto à Portugal, nossa metrópole histórica, suas esquadras, ao atingirem o Brasil e a China num intervalo de poucos anos, é razoável supor que as experiências postas em prática, lá e aqui, pelos colonizadores, tenham mantido semelhanças. Aliás, marinheiros asiáticos (dentre estes, os chineses) aportavam com frequência em terras brasileiras nos navios da Companhia das Índias Orientais, o que leva a crer, embora não haja estatísticas que o provem, que milhares de chineses tenham pisado em solo

[34] Carvalho, 2010, p. 204.

brasileiro. Portugal tornou-se, em 1511, a "primeira potência marítima europeia a estabelecer relações diretas com o império chinês".

No tocante ao Brasil, o historiador e crítico de arte José Roberto Teixeira Leite, defende, ao longo de todo o seu livro *A China no Brasil* (1999), que nosso país constitui, no mundo ocidental, caso único de nação profundamente influenciada por aspectos da cultura chinesa, ainda antes do século XIX. Em consonância com o historiador Jeffrey Lesser[35], Leite sustenta que a fascinação brasileira pela Ásia teve origem em Portugal. Antes de 1812, como ele conclui[36], se não há narrativas ou descrições destas viagens, é, talvez, porque não se tenha imaginado que "a experiência de rudes marinheiros iletrados fosse capaz de interessar a alguém".

Mas, ao longo de todo o período colonial, entraram no Brasil, de acordo com o professor Jayr Oliveira[37], pelo menos quatro mil chineses. O século XIX provará, assim, que a relação com os chineses sempre foi carregada de ambiguidade. Desta feita, na história do Brasil, ideias e costumes da China podem nos ter chegado também através de escravos chineses, de uns poucos dos quais se sabe da presença no Brasil de começos dos Setecentos.Mas, é prudente lembrar que ideias e costumes não necessariamente consolidam uma presença de fato. Desta forma, apesar da existência de referências documentais àqueles escravos no século XVIII, o projeto do cultivo do chá verde do início do século XIX representou o primeiro esforço sistemático e alicerçado pelo Estado no sentido de se importar asiáticos.

O século XIX é uma espécie de cenário principal para os estudos sobre a presença chinesa no Brasil. Isso porque, embora estejamos tratando de um processo bastante antigo, a explosão dos deslocamentos de chineses para todas as direções deu-se nele, especialmente em virtude da Guerra do Ópio (1839-1842 e 1856-1860), obtendo, deste modo, uma dimensão planetária, e não apenas concentrada nos países do sudeste asiático- cujo conjunto representa 80% da diáspora chinesa.[38]

Mesmo não fornecendo aos indivíduos chineses a classificação oficial de imigrantes, os anos 1800 inauguram uma reflexão um tanto enviesada sobre estes

---

35 Lesser, 2001, p. 38.
36 Lesser, 1999, p.18.
37 Oliveira, 2007, p.3.
38 Mung, 2000.

sujeitos. No século XIX é que foram erigidas, guiadas pelo princípio da alteridade e tendo como base um imaginário construído historicamente, as representações sociais sobre chineses.

É comum, entre alguns historiadores, apontarem-se os suíços como os que primeiro se estabeleceram, em 1818, no município fluminense de Nova Friburgo. Estes sujeitos são, deste modo, caracterizados como a "primeira força de trabalho estrangeira e livre a atuar no país".[39] Esta ocorrência deu-se no contexto das pressões inglesas contra o tráfico, os quais estimulavam, entre outras coisas, as experiências com imigrantes. Após o caso suíço, pode-se citar, cronologicamente, a colônia de alemães na Bahia, em 1819, e as do Sul, após a Independência. Entretanto, sabe-se que os primeiros chineses vindos de forma programada para o Brasil aqui chegaram em 1812.

Esta primeira experiência com a importação de chineses deu-se quando D. João VI autorizou a vinda de dois mil trabalhadores. Isso porque, ainda ao tempo do Príncipe Regente, Rodrigo de Sousa Coutinho (1745–1812), o Conde de Linhares, nobre que acompanhou, na condição de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, a transferência da corte portuguesa para o Brasil, chegou a cogitar a vinda de dois milhões de chineses. Vieram, de fato, em torno de trezentos ou quatrocentos (as fontes são desencontradas...) e foram destinados às plantações experimentais de chá da fazenda da família imperial na cidade do Rio de Janeiro, mais tarde Jardim Botânico Real, e da Fazenda Imperial de Santa Cruz.

Em parte pelos maus tratos sofridos pelos trabalhadores chineses (o diretor do Jardim Botânico lidava com eles de forma severa, já que suspeitava que mantivessem segredos sobre suas técnicas mais sofisticadas de processamento do chá preto - o que não era verdade, pois à época os chineses consumiam chá verde, e simplesmente não conheciam os gostos europeizados dos brasileiros, os quais preferiam tomar o chá preto, com açúcar), em parte pela sua inadaptação, o cultivo da planta revelou-se um fracasso. Seria, contudo, a primeira imigração livre para nosso país, apesar da inexistência da qualificação oficial nesse sentido.

[39] Prado e Santos, 2006, p. 68.

Há uma instigante controvérsia quanto às origens destes chineses. O historiador Li Mingde[40] afirma que cerca de cem agricultores eram "originários da província chinesa de Hubei", na hoje China continental, ao passo que a professora Andréa Doré[41] argumenta que, com a abertura dos portos às "nações amigas", assinada em 1808, veio "uma grande quantidade de chineses de Macau para o Rio de Janeiro, e sua presença pode ser, inclusive, atestada nas cerimônias de coroação e de aclamação de D. João VI, em 1818". Segundo a autora, tal fato pode ser confirmado pelos relatos e análises de Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca. Nesses relatos, ele nos informa que, ainda em 1810, D. João VI, que se instalara no Brasil havia dois anos, concedeu isenção de direitos para os produtos da China vindos diretamente de Macau (em razão da colonização portuguesa).Na contramão destas informações, o professor David Shyu[42] afirma que os cantoneses foram os primeiros a chegar ao Brasil.Eles, além de se dedicarem às atividades agrícolas, também se voltaram à mineração, à construção civil e a outros trabalhos braçais.

Independentemente de suas origens dentro do território da China, no início do século XIX, os chineses eram vistos como excelentes agricultores. E como as elites começaram a se preocupar, amedrontadas que estavam pelo fantasma da *Revolução do Haiti*[43],com o crescente número de negros cativos e libertos que habitavam o país, já viam os chineses como uma alternativa viável à escravidão. Neste contexto, o chinês era cogitado como uma boa alternativa de imigrante.

No início daquele século, a violência da escravidão, a falta de uma política de terras eficaz, a ausência de leis que garantissem o livre exercício religioso (principalmente para os imigrantes de países protestantes) e a propaganda negativa sobre maus tratos a colonos europeus no Brasil tornavam difícil o estabelecimento de um fluxo imigratório consistente proveniente de países europeus.

---

[40] Li, 2003, p. 69.
[41] Doré, 2005, p. 224-5.
[42] Shyu, 2008, p. 218-9.
[43]Localizado na América Central, a ilha de São Domingos, posteriormente Haiti, era uma colônia francesa de trabalho majoritariamente escravo. Estes escravos, inspirados pela Revolução Francesa, de 1789, iniciaram, dois anos depois, diversos movimentos que lutavam pelo fim da exploração colonial, tomando de assalto, assim, as instituições locais. O movimento teve seu auge em 1804, quando os confrontos finais, após avanços e retrocessos, deram a vitória à população negra, selando o fim da dominação francesa na região.

Assim, para a grande lavoura e para o governo, os imigrantes representavam um elemento de passagem do trabalho escravo para o livre, podendo propiciar uma transição sem sobressaltos e sendo substituídos, depois, por uma "mão-de-obra civilizada".

Os chineses que começaram a se derramar no Rio de Janeiro e, a partir de então, passam a ser chamados por termos de fundo pejorativo. A professora Maria José Elias explica que dois termos eram bastante utilizados na época para se referirem genericamente aos chineses:

> ...havia duas classes de trabalhadores chineses: os *chins*, que emigravam espontaneamente sob a garantia de tratados entre autoridades governamentais, e os *kulls* ou *coolies* (termo de origem hindustânica que significa carregadores de fardos ou, numa versão mais suave, trabalhador sazonal), que eram os que emigravam apanhando violentamente e metidos a bordo pelo agente recrutador.[44]

Há, entretanto, todo um debate acerca deste termo. Não é meu interesse entrar, aqui, no mesmo. De qualquer forma, tal termo, já desde o século XVIII, foi utilizado para nomear os trabalhadores de baixo status, provenientes da Ásia e da Índia. Com o tempo, foi assumindo o viés de um epíteto racial.

Estes trabalhadores não se adaptaram à mudança de clima e às condições de vida e trabalho (como dito, maus tratos, privações etc.), vários fugiram e conseguiram retornar à China. Mortificados pela saudade de sua terra natal, vítimas de oftalmia (inflamação no globo ocular provocada por calor anormal) e outras moléstias, muitos acharam no suicídio a solução. Há relato (cf. Chang-Sheng, 2011) de que, em apenas um dia do ano de 1855, foram encontrados, numa pequena casa no centro da cidade do Rio de Janeiro, onze chineses imigrantes que se enforcaram, deixando vestígios de solenidade de que haviam procedido ao ato desesperado.

Quanto a esse momento, o monumento da Vista Chinesa, no Rio de Janeiro, é digno de menção, como provável marco dessa passagem dos chineses. No período da construção da estrada que vai do Alto da Boa Vista ao Jardim Botânico, os primeiros chineses faziam habitualmente sua refeição em certo ponto da via,

[44] Elias, 1970, p. 68.

conhecida, a princípio, pela simples indicação de "Rancho dos Chinas". Anos mais tarde, em 1903, em reconhecimento à importância desses imigrantes, o prefeito Pereira Passos determinou a edificação do monumento, em favor da cultura oriental. Por coincidência, a colônia chinesa, que naquele período se acomodou no próprio Alto da Boa Vista, vive hoje, em sua maioria, no bairro da Tijuca e arredores, por ser próximo ao Centro e aos negócios.

Apesar do tratamento que recebiam, muitos chineses, por motivos os mais diversos, permaneceram, no Rio de Janeiro, dispersando-se. Com o passar do tempo, elegeram informalmente representantes que falassem português para apresentar suas queixas e exigências. Estas se restringiam, basicamente, a questões salariais e de tratamento.

Porém, como nenhum grupo de imigrantes é homogêneo quanto aos seus pensamentos e ações, a história apresenta o caso de um certo João Antônio Moreira. Considerado chinês e funcionário na Fazenda Santa Cruz havia 11 anos, ele se ofereceu para ser capitão, na intenção de "auxiliar as autoridades no controle dos exageros dos seus conterrâneos", já que denunciava os abusos de seus compatriotas.[45]

Também passaram a ser plurais as atuações de trabalho destes imigrantes no Brasil. O professor Alexander Yang[46] nos conta do paradigmático caso do operário cantonês Lee Shen, que foi contratado por uma companhia ferroviária inglesa e enviado a Manaus. Com a falência da Companhia, fixou residência no Rio de Janeiro, casou-se com uma brasileira e investiu no comércio de linguiças.

Outras iniciativas introduziram grupos de chineses no Brasil, buscando substituir a mão-de-obra escrava. Assim é que, além de sua utilização em obras públicas na própria Corte, "quarenta chineses foram contratados, em 1856, para os canaviais do Dr. Lacaille, em Magé". Duas semanas depois da data de efetivação do contrato, "trinta e quatro deles se rebelaram, organizando uma greve sob a alegação de receberem baixos salários, além da péssima alimentação, a qual não tinha carne de porco, como constava no contrato."

No exterior, todas as grandes obras de construção de ferrovias contaram com a importação de trabalhadores imigrantes, europeus e/ou *coolies* chineses e indianos.

---

[45] Prado *et al.*, *op. cit.*, p. 71.
[46] Yang, 2002, p. 60.

Por aqui, o Decreto n. 4547, de 9 de julho de 1870, concedeu aos empreendedores de ferrovias Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antônio de Miranda autorização e exclusividade para a importação de trabalhadores asiáticos. O documento estabelecia as condições dos contratos com os trabalhadores, tais como a especificação da idade, do sexo, da naturalidade, do salário, sua espécie e tempo de pagamento, qualidade e quantidade de alimentos, vestuário, tratamento nas enfermidades etc., além, por fim, de dar preferência literal aos homens saudáveis (leia-se jovens) arregimentados pelo intermediário chinês que agia em nome das agências estrangeiras de recrutamento.

Além de estipular até doze horas diárias de trabalho, a ordem permitia à empresa a transferência dos contratos dos trabalhadores e obrigava o trabalhador, de acordo com a professora Maria Lúcia Lamounier[47], a "renunciar ao direito de reclamar contra o salário estipulado, ainda que seja maior que o de outros jornaleiros livres ou escravos do Brasil".

Vê-se, portanto, que os empregadores tiravam vantagens do baixo nível de vida em que os chineses viviam em seu país de origem, aproveitando para submetê-los a condições que os trabalhadores nativos não aceitariam. Além disso, imigrantes chineses ficavam, em geral, isolados de outros grupos de população devido às grandes barreiras culturais que os separavam.

Parte desta trajetória também está documentada em expressões artísticas plásticas ou literárias dos naturalistas daquele século, como Rugendas, Eberle, Mawe, Maria Graham, entre outros. Foram as suas impressões, baseadas no *etnos* europeu com relação aos pioneiros chineses, que colaboraram para a construção do imaginário associado não só aos chineses, mas também a outros imigrantes de origem amarela.

De todo modo, diferentemente do que inicialmente se imaginou, em regra os chineses que aqui desembarcavam não guardavam dinheiro para regressarem à China, mas, sim, procuravam meios para se estabelecerem definitivamente. Este, que era até então um ponto tido como positivo em relação aos imigrantes chineses, passou a ser um novo foco de discussão e preocupação.

---

[47] Lamounier, 2008, p. 230.

Demonstração desta virada de concepção é uma curiosidade citada por Lesser[48], que aponta ser o termo "china", em muitos lugares, usado para designar prostitutas ou concubinas, e que o verbo "chinear" (transformar-se em chinês) significava viver entre prostitutas.

Segunda metade do século XIX: o lugar dos chineses na política migratória

Entre 1851 e 1900, mais de dois milhões de "trabalhadores contratados" foram embarcados para fora da China, cerca de setecentos mil deles estacionaram nas Américas. No que tange ao Brasil, pouco antes, em 1843, após o fim do conflito com a China, a Grã-Bretanha havia sugerido ao governo brasileiro a importação de sessenta mil chineses. Tal sugestão não foi aceita, naquele momento, pelo Congresso brasileiro, porque a ideia de decadência estava presente na crítica à China (entre outras explicações, por se recusarem a abrir seus portos para o ocidente), tendo sido difundida e ampliada no século XIX, e ainda devido ao crescimento assustador do consumo do ópio.

Entre nós, dentro da concepção daqueles que apostavam na vinda de chineses, estava a perspectiva de obter trabalhadores subservientes, que não apresentassem características como as que marcavam a mão-de-obra europeia (cujos trabalhadores não se deixavam assimilar à nova sociedade).As discussões acerca destes imigrantes revelam muito mais sobre os projetos de civilização nos trópicos das elites brasileiras do que propriamente sobre os chineses.

Pode-se demarcar o ano de 1850 como aquele em que a imigração passa a desempenhar um papel central. As elites políticas e econômicas de então adotaram o pressuposto de que havia uma forte correlação entre o ingresso de imigrantes e a transformação social, fosse para "civilizar" a nação, através dos imigrantes europeus, fosse para "desafricanizá-lo", com imigrantes asiáticos.[49]

Os mais de quatro milhões e quinhentos mil imigrantes de todas as nações que entraram no Brasil entre 1872 e 1949 trouxeram consigo uma cultura pré-migratória e criaram novas identidades étnicas. Entretanto, foram os quatrocentos mil asiáticos,

[48] Lesser, 2001, p. 56.
[49] Lesser, 2001, p. 43.

árabes e judeus, considerados não-brancos e não-pretos, que mais puseram em xeque as ideias da elite sobre a identidade nacional.

Num certo prisma, a mão-de-obra chinesa forneceu a solução perfeita para o duplo problema: uma classe servil, embora não-escrava, poderia ser criada, para ajudar na desafricanização do Brasil. Uma outra vantagem foi representada por alguns intelectuais chineses, pois julgavam que os asiáticos eram do mesmo "grupo racial" que as populações nativas das Américas.

As imagens que parte das elites brasileiras tinham sobre os trabalhadores chineses eram as piores possíveis. Nelas, os chineses não eram "nem imigrantes nem humanos", mas perfeitos para o trabalho servil, posto que "climaticamente adaptáveis, dóceis, sóbrios e dispostos a trabalhar por baixos salários".

Como o *chim*, nome pelo qual eram denominados pelas elites, era considerado uma "raça inferior", pequenas foram as possibilidades nas relações afetivas entre o patrão e ele.[50] Maria José Elias[51] argumenta que "não eram poucos os que temiam a superstição e a feiúra dos chins", não aceitando o seu cruzamento com os locais, menos ainda "os seus hábitos extravagantes, a sua linguagem 'pouco eufônica e até o seu modo deselegante de vestir-se' ".

A passagem de Vainer[52], discutindo o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, antecedido pelo também obstaculizante Decreto nº. 3784, de 19 de janeiro de 1867, é emblemática para a compreensão do contraditório clima institucional do momento:

> Artigo 1º - É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos *indivíduos* aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à ação criminal do seu país, *excetuados dos indígenas da Ásia ou da África*, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de acordo com as condições que forem estipuladas. (itálico no original)

Quanto a este mesmo decreto, a professora Vanda Arantes do Vale[53] exemplifica, citando o seminal livro O espetáculo das raças, de Lilian Schwarcz,

[50] Lesser, *idem*, p. 47.
[51] Elias, 1970, p. 68.
[52] Vainer, 1995, p. 45.
[53] Vale, 2002, p. 46.

como a Sociedade Central de Imigração (1883-1891), influenciada por políticos paulistas, e cuja principal função era promover a imigração europeia, referiu-se ao caráter "atrofiado, corrupto, bastardo, depravado e, em uma palavra, detestável, da raça chinesa".

Também chama a atenção para o fato de que o Decreto abria o Brasil aos imigrantes que tivessem boa conduta em seus países, à exceção de africanos e asiáticos. Transcrevendo o jornal *Correio paulistano*, de 19 de julho de 1892:

> O que são os chineses... os escravos com todos os horrores e vícios não foram tão perniciosos como a contratação dos chineses... O negro só sabia ser sensual, idiota, sem a menor ideia de religião... Já os chineses são gente lasciva ao ultimo grao, escoria acumullada de países de relachadíssimos costumes... São todos ladrões, jogadores a um grão incompreensivel... e de introduzir estes leprosos de alma e corpo quanto custará ao Estado de São Paulo em cárceres com o aumento da criminalidade.

Para as elites econômicas do momento, os chineses não somente significavam uma continuidade do regime de trabalho escravo, como também perpetuaria uma incontornável incompatibilidade entre as civilizações do Ocidente e Oriente. Isso, no entendimento destas elites, culminaria num choque cultural maléfico para ambas as culturas. Já ao nível dos debates parlamentares, estes são um capítulo a parte do pensamento social brasileiro sobre as relações raciais e étnicas.

Os discursos pró-imigração estruturam seus argumentos em cima da transitoriedade do trabalho asiático para a economia brasileira. Os discursos contra abordavam, porém, diversos sentidos do "problema amarelo". O principal deles pode ser exemplificado pelo discurso do deputado Manoel Pedro, o qual, em fins dos anos 1870, expõe um traço do darwinismo determinista ao associar o caráter, os costumes e as tendências do povo chinês às suas características físicas pessoais e às características geofísicas de seu país de origem.

Demonstrando que no século XIX raça era um conceito fundamental, na medida em que permitia naturalizar as diferenças e explicar, por meio da biologia, a própria hierarquia social, diz o parlamentar que

> basta olhar para o chim, ver seu crânio, sua configuração, todo o seu físico para conhecer que o corpo de um chim não contém a alma de um povo que emigra. Basta abrir uma carta da Ásia e ver o território da China, sua população, a maneira por que essa população está distribuída, para compreender que não pode haver imigração chinesa espontânea; que isso é uma ilusão, uma balela com que se procura cobrir a imigração que se quer, que se projeta, que é a imigração contratada, a imigração pelo tráfico.

Como afirmei, a imprensa acolhia e reproduzia em grande medida o que pensavam os letrados da administração pública e da classe política. Um dos periódicos de maior circulação e leitura sobre o tema, *A imigração, socializava* duras críticas aos chineses, considerados como o "pestilento fluido emanado da podre civilização da China", "uma raça atrofiada e corrupta", "bastardizada e depravada".

Diante desse cenário, e dos já mencionados maus tratos e do desrespeito dos empregadores, muitos chineses, não tolerando isso de forma passiva, fugiram, adensando a comunidade já estabelecida no Rio de Janeiro. Em fins do século XIX, eles se instalaram entre o hoje inexistente Morro do Castelo e o mar, no largo da Rua da Misericórdia, onde se localizava o Beco dos Ferreiros. Este trecho chegou mesmo a ser considerado o "bairro chinês da cidade". Lá, estes sujeitos passam a trabalhar como vendedores ambulantes e como cozinheiros.

Sobre isso, vale o extrato de Gilberto Freyre, onde afirma que os

> apologistas da importação de trabalhadores asiáticos para o Brasil, país onde a "extrema desigualdade de fortunas" não oferecia aos olhos de um plebeu do Oriente o mesmo aspecto estranho e desagradável que aos olhos de um mecânico europeu da Inglaterra ou da França ou de um camponês da Alemanha ou da Suíça ou mesmo da Espanha ou de Portugal. (...) O que importava a esses apologistas da importação de "homens livres" do Oriente para o Brasil era satisfazerem o inglês quanto à exigência de abolição do tráfico de escravos. Não ignoravam eles que africanos e chins "livres" seriam, no Brasil, virtualmente escravos, dentro de um sistema patriarcal que se assemelhava ao dos países de origem desses africanos e desses chins.[54]

[54] Freyre, 2000, p. 464.

Os cantoneses formavam uma grande corrente imigratória. Eles, de acordo com o professor Alexander Yang (2002), iniciaram e desenvolveram o ramo da venda de pastéis. No início, estes quitutes eram vendidos pelos italianos, porém os chineses iniciaram as vendas nos portos e nos navios e, posteriormente, fixaram-se em lojas que, mais tarde, ficaram conhecidas como pastelarias.

Essas profissões (cozinheiros, pasteleiros, fogueteiros, tintureiros etc., com especial destaque para vendedores de peixe, que parece ter sido a atividade favorita), ou melhor, as imagens que as caracterizam e a seus praticantes, foram registradas magistralmente, através dos traços ácidos e bem humorados, ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, pelas mãos de cartunistas como Ângelo Agostini, no *Vida Fluminense*, e do jornalista Luiz Edmundo, em *O Rio de Janeiro do meu tempo*.[55]

Como observa o professor Chang-Sheng (2011), os cantoneses mais afortunados tornaram-se donos de estabelecimentos como restaurantes, lavanderias e mercearias. Seguindo essa tradição, os recém-chegados normalmente começavam a trabalhar como empregados em restaurantes, pensões ou pastelarias de parentes e amigos, e após juntar dinheiro ou pegar empréstimos feitos por causa das viagens, montavam seus próprios negócios.

Os anos 1880-1 têm importância ímpar no relacionamento entre Brasil e China. Neles, ocorre a assinatura do Tratado Sino-Brasileiro de Amizade, Comércio e Navegação, estabelecendo imediatas relações diplomáticas e a consequente proibição e cessação da contratação desta mão-de-obra, dada a realidade de escravos e não de colonos livres.

No ano seguinte, é fundada, no Rio de Janeiro, a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa (CCIC), contando com o apoio ativo do governo brasileiro e visando trazer ao país 21 mil trabalhadores. Logo, veio o primeiro grupo de mil chineses, que foi a Minas Gerais para trabalhar na Companhia Mineradora de São João d'El-Rey, de propriedade britânica, dona da maior mina da América do Sul (Morro Velho). Mas, esse grupo confirmou os piores temores do governo chinês:

[55] Leite, 1999.

mais da metade deles recusou-se a pôr os pés na mina; os que aceitaram, fugiram pouco tempo depois.

Juntamente com a violência física e a privação de liberdade sofrida por estes imigrantes, havia ainda outro tipo de violência não menos grave: a imposição de nomes cristãos portugueses como regra. Levado a cabo pelos proprietários das minas e pelos fazendeiros, este recurso estremecia a identidade e a autorrepresentação pessoal e étnica do migrante.

Em 1892, foi aprovada a lei n º 97, que permitia a entrada de imigrantes chineses e japoneses no Brasil. Alguns anos depois, já no início do século XX, torna-se evidente a diferença entre os "amarelos": ao chinês, atribuía-se o papel de servir o homem branco e, também, aos que se autodenominavam os "brancos" da Ásia, os japoneses.

O século XX e a migração em massa

A situação adversa em terras estrangeiras e a reorganização interna em marcha na China reduziram drasticamente as emissões de chineses para terras brasileiras. Adicionalmente, a preferência pela força de trabalho japonesa agrícola, a partir de 1908, formatou de modo radical a entrada de asiáticos no Brasil. Formatou, mas não cessou a entrada dos chineses.

Assim, diferentemente dos cantoneses que aqui chegavam desde o século XIX, os qingtianeses começaram a emigrar para o Brasil somente depois de 1911, quando eclodiu a Revolução Republicana na China. Eles se voltaram basicamente para o comércio e iniciaram sua trajetória mascateando pelas ruas do Rio de Janeiro. Surgiu, então, um tipo de pequeno comércio, o *tibao*, sinônimo de sacoleiro ambulante: o vendedor carregava uma mochila ou bolsão cheio de mercadorias e transitava entre as ruas e bairros residenciais.[56]

Posteriormente, assentaram negócios e estabeleceram pontos de vendas localizados geralmente perto do centro comercial ou de núcleos de imigrantes. Esse comércio se caracterizava pelos produtos típicos da China, trazidos pelos fornecedores de lá. Com o passar do tempo, os sacoleiros ambulantes

[56] Chang-Sheng, 2011.

transformaram-se em donos de bazares, após uma trajetória de privações e trabalho árduo.

Foi assim, de acordo com Chang-Sheng, que o imigrante Chou Chi-Wen chegou ao Rio de Janeiro, junto com o seu amigo Wang Yi-Tsong, em 1926. Os dois abriram uma loja na Rua do Ouvidor, no centro do Rio, vendendo toalhas de mesa bordadas trazidas da China. Tornaram-se os primeiros lojistas chineses a trabalhar com produtos importados de seu país, obtendo grande sucesso e expandindo seus negócios de varejo para atacado.

Há, para o Brasil, um hiato, não somente na literatura especializada, mas também na realidade concreta, sobre a cobertura dos entrados até a década de 1950. E isto se deve ao fato de que os fluxos migratórios só seriam reaquecidos após 1949 – inclusive para os naturais de Taiwan – em razão da Revolução Comunista.

Porém, a partir da guerra sino-japonesa (1931-1945), de acordo com o professor taiwanês David Shyu (2008), chineses de várias províncias costeiras, como Xangai, Shandong, Zhejiang, Fujian e Guangdong, dentre eles muitos técnicos e industriais, transferiram as suas fábricas têxteis, plantações de soja e produção de seu óleo, para o Brasil. Esse movimento se intensificou logo em seguida à guerra civil que se instalou entre 1945 a 1949.

Entrada a década de 1950 o cenário muda. Em 1952, o Brasil passou a embaixada para Taiwan, recusando o reconhecimento do regime comunista da China continental. De 1949 a 1974, por não existirem relações diplomáticas entre nós e a China continental, os imigrantes não podiam obter documentos de viagem diretamente do governo da China nem do Brasil.

No Rio de Janeiro do final da década de 1950, os imigrantes chineses chegam à SAARA (Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega), tradicional ponto de comércio popular da cidade, inicialmente vindos da China Continental (qintianeses). O número aumenta com a chegada, em fins dos anos 1950 e início da década de 1960, dos chineses de Taiwan, que introduzem novos ramos de comércio, como os artigos para presentes, a fabricação de mercadorias para festas de aniversário e de flores artificiais, e seu respectivo comércio.

A grande mudança parece ter sido, diferentemente de boa parte do século XIX e das primeiras décadas do século XX, o fato de que o pensamento tradicional de

voltar próspero à China começou, nos imigrantes chineses,a mudar a partir da metade do século. Mas, isso também se deve ao fato de que, com a Revolução Cultural (1966 a 1976), deixar a China, até 1974, era considerado um ato de traição para o regime maoísta.

Porém, a partir de outubro de 1974, quando o Brasil e a República Popular da China restabeleceram relações diplomáticas, a situação começou a se modificar. De 1974 a1976, a China continental, que já se encontrava no final da Revolução Cultural, passou a permitir gradativamente que seu povo emigrasse para o Brasil. A partir de 1979, a China começou a respeitar o direito do cidadão de entrar e sair do país.

Os chineses de Taiwan encabeçaram as cifras migratórias por durante três décadas, entre 1950 e 1970, pois além da maior abertura para sair da ilha, havia a constante ameaça de guerra e invasão, por parte de Pequim.

Essa migração de perfis educacional e profissional elevado e, muitas vezes, ligado à tecnologia de ponta (como, por exemplo, engenheiros contratados pelo governo ou pela iniciativa privada para contribuírem no momento desenvolvimentista nacional) foi cessando progressivamente com a crise econômica brasileira dos anos 1980, mas também pelo exponencial crescimento econômico de Taiwan, que se tornou um dos tigres asiáticos, juntamente com Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong, atraindo os taiwaneses de volta ou remigrando para o Canadá e os Estados Unidos, especialmente.

Desde o fim dos anos 1980, predomina a entrada de chineses continentais, em conexão direta com o clima político do país asiático: épocas de maior ou menor abertura política refletem-se no fluxo de chineses de Taiwan ou da China Continental. Cada vez mais chineses continentais entram no Brasil, e num grau muito maior do que os taiwaneses, em razão da multiplicação, em Guangdong, da pequena e média indústria de produção de bens do tipo "bugiganga", impulsionando um processo migratório interno e externo de proporções inéditas.

Nos anos 1970 e 1980, alguns chineses entraram no Brasil pela rota do Paraguai (Foz do Iguaçu), às vezes clandestinamente, com passaporte falso. Para obter um novo passaporte, apresentavam uma solicitação ao consulado, alegando a perda do primeiro documento. Destes, estima-se que cerca de 90% se estabeleceram em São Paulo, ocupando áreas geográficas específicas, especializando-se no comércio de

produtos para presentes e itens de papelaria. Os outros 10% espalharam-se pelo Brasil, com predominância do Rio de Janeiro, Paraná e áreas de zona franca.

As possibilidades existentes nos mercados brasileiros e a fuga do regime comunista para um país considerado seguro são as duas mais alegadas e divulgadas (especialmente pela imprensa) razões para a imigração. No que tange aos chineses instalados no Rio de Janeiro, estima-se que boa parte provenha de São Paulo[57], em função da saturação deste mercado e da atração das boas possibilidades oferecidas por aquele.

Com as profundas mudanças políticas e econômicas que atingiram tanto a China continental quanto Taiwan, este movimento foi levado a se multiplicar e a tornar-se aquilo que se caracteriza como a diáspora mais completa dos tempos modernos.

Nos anos 1990, um artigo escrito pela jornalista Gisela Pereira, do Jornal do Brasil, proclama, adotando uma linha de repreensão pública aos chineses ("A invasão chinesa na Saara"), que a "chegada de um novo concorrente" começa a ameaçar o domínio da "aliança forjada pelos tradicionais ocupantes do mercado", os sírios, libaneses, armênios, turcos e judeus. Tomando partido dessa "tradição", a jornalista diz que basta, para "confirmar a invasão dos orientais", uma caminhada de dez minutos ao longo de uma das principais ruas da região, a Senhor dos Passos: são "mais de vinte estabelecimentos que escondem um sobrenome chinês". Por fim, ela não se furta em dizer, declarando ter recebido a informação de um corretor de imóveis da região, que em três anos os chineses já haviam se posicionado na terceira colocação no "mapa das etnias da Saara".[58]

Onze anos depois, em 2007, *O Globo*, numa atualizada recepção desta "invasão", informa que "nas onze ruas que compõem a Saara", conta-se que "cerca de cento e oitenta [das seiscentas lojas instaladas à época] já são de comerciantes chineses, que, na falta de imóveis nas principais vias da região, começam a ocupar áreas [até então] abandonadas, o que vem ajudando a revitalizar esse trecho do Centro". Na mesma matéria, outra opinião, apressada e desencontrada, posto que nunca se tornara realidade, assevera que uma "Chinatown carioca" seria instalada no Centro da cidade:

[57] Freitas, 2005.
[58] Pereira, 1996.

> ...ideia de transformar parte da Saara em um bairro chinês. O espaço, composto por cinco ruas, já é ocupado por cerca de 15 mil imigrantes ligados ao comércio. Ao todo, existem, hoje, nas ruas da Saara, 150 lojas de chineses. O projeto surgiu a partir da criação da Câmara [Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China] e ganhou força após o incêndio, dia 18 [?], quando o prefeito César Maia denunciou a presença de dois grupos de chineses [mafiosos]. Um deles teria provocado o incêndio no 'camelódromo' da Rua Uruguaiana.

O número de chineses atualmente residentes no Rio de Janeiro é impreciso, mas seu trânsito histórico neste estado da federação é indiscutivelmente complexo e, portanto, carece de maiores e mais densas pesquisas para refinar o conhecimento sobre ele. As ideias e informações aqui comunicadas são, reconheço, apenas um recorte fundado em projeções e intenções pessoais. Contudo, neste breve diálogo, pode-se, olhando para os dados acumulados acerca do passado e de um ponto de vista conceitual, sustentar ter havido, no século XIX, a consolidação do orientalismo, no sentido de Edward Said, ao passo que, no século XX, este orientalismo se converteu em alteridade, antropologicamente falando, mas, por vezes, lamentavelmente, em etnocentrismo e racismo.

E assim chegamos ao ponto atual. Parafraseando, para terminar, o professor João Gilberto Carvalho, "ao pensarmos [hoje] no chinês, ainda utilizamos as mesmas categorias de pensamento tradicionais", as quais já se mostraram não somente inadequadas como, também, redutoras de nós mesmos, os não chineses.

Referências

Carvalho, João Gilberto da Silva. *Modernidade, identidade e representações sociais: chinesices no Brasil do século XIX*. Tese de Doutorado em Psicologia. RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

Chang-Sheng, Shu. *Chineses no Rio de Janeiro*. Disponível em: www.leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/17/artigo125466-5.asp.

Doré, Andréa. "Os Macaenses no Brasil - o cerco se mantém". *Lusotopie 2000,* avril 2005.

Elias, Maria José. "Introdução ao estudo da imigração chinesa". *Anais do Museu Paulista*, tomo XXIV, SP: EDUSP, 1970.

Freitas, Sônia Maria de. "Brasil, desde Hong Kong a São Paulo". In. Hu-Dehart, Evelyn (org.). *Cuando oriente llegó a América*, Washington: Banco Interamericano de Desarollo, 2005.

Freyre, G. "O Oriente e o Ocidente". *Sobrados e mucambos*, 12ª ed., RJ: Record, 2000.

Leite, J.R.T. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivência chinesas na sociedade e na arte brasileira*, Campinas: EdUnicamp, 1999.

Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*, SP: Unesp, 2001.

Mingde, Li. "As relações sino-brasileiras: passado, presente e futuro". In: Fujita, Edmundo S. (org.). *Seminário Internacional O Brasil e a Ásia no século XXI: ao encontro de novos horizontes*, Brasília: IPRI, 2003.

Mung, Emmanuel Ma. *La diasporachinoise – géographie d'une migration*, Paris: Ophrys, 2000.

Oliveira, Jayr Figueiredo de. "Gestão estratégica sem limites: o perfil empreendedor dos imigrantes chineses no Brasil". *Anais do IV Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 2007. Ver http://www.aedb.br/anais-seget07/arquivos/ae/377_gestao_est.PDF. Acessado em 17/03/2008.

Oliveira, A.X. *O problema imigratório na Constituição Brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade*. RJ: Coelho F. Ed., 1937.

Pereira, Gisela. "A invasão chinesa na Saara". *Jornal do Brasil*, caderno Cidade, 01/09/1996, p. 27.

Prado, Geraldo Moreira; Santos, Rael Fiszon Eugênio dos. "Especiarias da China". *Revista Nossa História*, ano 3, nº 36, outubro 2006.

Shyu, D.J.Y. e Jye, C.T. "Integração cultural dos imigrantes chineses no Brasil". *Revista de Estudos Orientais*, n. 6, 2008.

Vainer, C.B. "Estado e imigração no Brasil: da imigração à emigração". In: Patarra, N.L. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, v. 1, Campinas: FNUAP, 1995.

Vale, Vanda Arantes do. *Pintura brasileira do século XIX. Museu Mariano Procópio*, Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

Yang, Alexander C.Y. "Breve histórico do chá em alguns países do mundo".*China em estudo*, nº 5, SP: Humanitas, 2002.

NA ARENA JORNALÍSTICA: GAZETA DE NOTÍCIAS VERSUS O CRUZEIRO, UM DEBATE SOBRE A IMIGRAÇÃO CHINESA NA CORTE DO IMPÉRIO (1879)

Kamila Czepula

Introdução

Não por acaso, foi na movimentada rua do Ouvidor, na cidade do Rio de Janeiro, que em meados do século 19, entre acesos debates dos engajados intelectuais da época, eclodiu um poderoso movimento de ideias, expresso pelo desabrochar de inúmeros jornais. Se o tempo de vida de tais folhas jornalísticas era incerto, suas pretensões não o eram. Informar era preciso; mas num momento em que as inquietações políticas se faziam presentes, e até mesmo os pilares do regime imperial – escravidão, latifúndio, religião - estavam sendo colocados em discussão, era preciso ir além, se posicionar, pôr em dúvida, analisar, combater, convencer, difundir, e o mais importante: arrebanhar o maior número de pessoas possíveis em prol de suas opiniões e ideais.

Para atingir tais objetivos, os mais diversos aparatos foram utilizados. Como a retórica era um de seus carros chefes, o jogo com as palavras era inevitável, bem como o desenvolvimento de frases fortes de efeito, e o uso perspicaz da entonação para trazer a lume as mais diversas emoções - e convencer seus leitores - sobre os sentimentos envolvidos nos fatos em questão. Contudo, nesse embate, a retórica e a oratória eram instrumentos, que serviam a um fim mais determinado; a vitória na questão sobre a imigração chinesa dependia da formação de uma comunidade emocional em torno da causa. De certa forma, os editores de ambos os periódicos estavam cientes de que arrebanhar leitores era um elemento crucial para a consecução de seus projetos e visões políticas; e a estratégia dos discursos dirigia-se, diretamente, a construção das emoções e sentimentos que envolviam ambos os partidos. Bárbara Rosenwein descreve que essas comunidades emocionais servem para:

> "desvendar os sistemas de sentimento, estabelecer o que essas comunidades (e os indivíduos em seu interior) definem e julgam como valoroso ou prejudicial para si (pois é sobre isso que as pessoas expressam emoções); as emoções que eles valorizam, desvalorizam ou ignoram; a natureza dos laços afetivos entre pessoas que eles reconhecem; e os modos de expressão emocional que eles pressupõem, encorajam, toleram e deploram. [...] elas são um aspecto de todo grupo social no qual as pessoas têm interesses".[1]

Nesse sentido, as comunidades formam-se por uma identificação não apenas de interesses e sentimentos, mas de estratégias e interpretações comuns sobre os elementos simbólicos e sentimentais que determinam sua coesão interna. Seus escritos servem a um duplo propósito: expressar suas emoções e congregar na comunidade aqueles que compartilham dessas ideias, fortalecendo seus laços relacionais e imaginários. A análise tanto do Cruzeiro como da Gazeta desvela o intuito de formar grupos partidários, a partir de bases contíguas em vários níveis políticos, culturais e sociais, revelando suas intencionalidades. Cumpre salientar que a construção desses discursos expressa – subjetivamente ou explicitamente – as concepções ideológicas dos mesmos, o que envolve não apenas suas ideias particulares, mas as classificações que impingiam aos outros:

> "[...] É possível utilizar algumas obras representativas de uma pessoa como evidência de uma comunidade emocional, caso tenham em mente que os escritos dele ou dela foram dirigidos a um público, e assim, implicam um grupo maior [...] O historiador [deve] ter em mente que as emoções são às vezes usadas não para expressar ou descrever sentimentos, mas para rotular os outros".[2]

Esse aspecto fica evidente no caso da imigração chinesa. As diversas qualidades ou deméritos atribuídos aos 'chins' derivavam, em grande parte, não de uma apreciação mais profunda de suas estruturas e práticas culturais, ou de suas trajetórias de vida, mas sim, em classificações perfunctórias baseadas no interesse de agregar sentimentos e expressões emotivas às causas. As inspirações românticas, que

[1]Bárbara Rosenwein, *História das Emoções: problemas e métodos*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2011, p.21-2.
[2] Rosenwein, *História das Emoções*, p.23-4.

norteavam as idealizações sobre o nacionalismo e exotismo no Brasil, apresentavam novos sentimentos ao público, que oscilavam entre a empatia pelo sofrimento a repulsa pelo diferente.[3] Entre todos eles, o Medo constituía um elemento central na manipulação das narrativas e na argumentação dos jornais. Como veremos, o recurso ao conflito de emoções, baseado na disseminação de sentimentos de insegurança, temor e violência fortaleciam os elos identitários das comunidades emocionais que secundavam os partidos dos periódicos. Como Stuart Walton afirmou:

> "[...] Em todo medo há uma sensação de espreita, do que pode acontecer. Os medos nos ensinam que nosso habitat é minado de potencialidades desastrosas, mais precisamente porque o medo representa as coisas ruins que podem acontecer, mas igualmente, as que podem não acontecer, ele também nos vence ao nos fazer temer o que não existe e o inexplicado".[4]

Esse recurso ao Medo atravessaria o intenso embate promovido pelos periódicos, e seria decisivo para a construção de uma imagem complexa sobre os chineses e sua vinda para o Brasil. Tocando as fibras íntimas de seus leitores, Cruzeiro e Gazeta revelariam o palco das emoções – da crítica ao deboche – na sociedade imperial brasileira.

É por esse viés, que o presente artigo visa explorar o debate em torno da imigração chinesa que ocorreu entre as folhas Gazeta de Notícias e O Cruzeiro. Ambos os lados apelaram em suas narrativas e formulações para a sensibilidade de seu leitor, e nessa tentativa de incitarem emoções coletivas sobre seus posicionamentos, o medo, o temor, a insegurança, desespero, necessidade, desprezo, indignação, dentre outros sentimentos, foram mobilizados.

Plano de fundo: a eclosão de uma rivalidade jornalística

Com um capital de duzentos contos de réis, mais do que o quíntuplo do valor investido na inauguração dos seus concorrentes[5], era lançado em primeiro de janeiro

---

[3]Luciana Murari, "O culto da diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo". São Paulo: *Revista de História,* n.141, 1999, p.45-58.

[4] Stuart Walton. *Uma história das emoções*. Rio de Janeiro: Record, 2007, p.27.

[5] Jaison Luís Crestani, "Sob o signo da rivalidade: o perfil editorial do jornal O Cruzeiro". *Miscelânea,* Assis, v. 14, p.145, jul-dez. 2013. Disponível em:

de 1878 na capital do Império do Brasil o jornal O Cruzeiro. Além de propor uma grande reviravolta nos meios de comunicação e na sociedade, sinuava tirar o jornalismo brasileiro do atraso que estava mergulhado, deixava explícito que seu intuito era o de ocupar um lugar de destaque no então reduzido círculo dos periódicos de maior circulação da corte carioca. Um dos primeiros a se sentir incomodado com o imediato e estrondoso sucesso da nova associação jornalística - que tinha como diretor geral o advogado português, naturalizado no Brasil, Henrique Correa Moreira - foi a Gazeta de Notícias.

O Cruzeiro não deixava dúvidas de que vinha para ganhar boa parte da clientela de seus concorrentes, logo, o confronto e a rivalidade entre as folhas se fez inevitável. No entanto, a Gazeta de Notícias só despertou para a disputa depois de se sentir afrontada com uma nota publicada em 13 de janeiro de 1878, na qual O Cruzeiro declarou aos seus leitores que a falha na distribuição do seu jornal não era de se estranhar, por conta de terem talvez a maior tiragem do Império. O título de popular, e consequentemente de maior tiragem do Império, pertencia a Gazeta de Notícias - e ela não abria mão dele. Desse modo, tal alegação do Cruzeiro mexeu com os brios da *Gazeta*, que não perdeu tempo e protestou no dia seguinte, afirmando que a sua tiragem era incontestavelmente a maior, mostrando seus números atualizados e sugerindo nomear árbitros para verificarem a circulação das duas folhas: "assim ninguém mais dirá *talvez*, e todos ficarão sabendo qual é realmente a folha de maior circulação no império".[6]

O Cruzeiro não deixou por menos, e em resposta até admitiu a vantagem quantitativa da Gazeta, mas em seguida contrapôs: "não estamos aqui para disputar quantidade com tão excelentes colegas; na qualidade sim, que poremos esforços em lhes agradar" [7]. Após esse episódio, o tom de cordialidade entre estes dois órgãos da imprensa foi imediatamente substituído por uma hostilidade que foi se intensificando ao longo do tempo, chegou a um ponto, em que ambos não deixavam passar nenhuma oportunidade na qual pudessem trocar farpas. Portanto, ver na arena

---

http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/215. Acessado: 10 fevereiro, 2020.

[6]Ferreira de Araújo, "Assuntos do dia", *Gazeta de Notícias*, 14 setembro, 1879, p.1.

[7]Henrique Correia Moreira, "Correio do dia", *O Cruzeiro*, 15 setembro, 1879, p.3.

jornalística a *Gazeta de Notícias* digladiar com O Cruzeiro não era algo raro; todavia, quando esse combate - como foi o caso da imigração chinesa - passava de um mês, além de elevar a temperatura da animosidade entre os periódicos, dava ainda mais notoriedade ao tema. Afinal, a repercussão de tal confronto poderia apenas fazer barulhos sem danos, tanto como influenciar o rumo dos acontecimentos políticos e sociais da corte; consequentemente, o 'vencedor' teria forças para instigar decisivamente a maior parte da opinião pública[8].

O embate dos sentimentos: A questão chinesa

Certo de que o setor agrícola era a principal sustentação econômica do país, O Cruzeiro iniciou no final do ano de 1878 uma procura por soluções plausíveis para sanar a já anunciada escassez de mão de obra africana no país. Como muitos políticos conservadores da época, arraigados pelos mais diversos preconceitos, o jornal descartou de imediato a possibilidade da utilização da mão de obra nacional; por outro lado, ao concluir que o colono europeu demandaria por altos salários e não realizaria seu trabalho com subserviência, tendo em vista que ansiaria torna-se também um proprietário, o Cruzeiro viu no trabalhador chinês a melhor opção para aquele momento. Lembremos que o debate em torno da migração chinesa na sociedade oitocentista não era recente, o mesmo se desenrolava há décadas no cenário político: contudo, ao angariar amparo do governo imperial[9], ganhou força e

[8]Segundo Angela Alonso o termo 'opinião pública' sofre uma mudança depois de 1860 no Brasil, pois se antes a opinião pública limitava-se a 'elite política', a partir do momento em que a imprensa se estabelece e indivíduos a margem do status quo procuram esse espaço para atingir pessoas comuns, a opinião pública passa a abranger o "povo', e não só os correligionários. Angela Alonso, *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 65, 106. Para um debate em torno da opinião pública no oitocentos na imprensa, consultar Mônica de Siqueira e Vanessa Albuquerque 'A opinião Pública ou as opiniões públicas? A complexidade da Imprensa brasileira na segunda Metade do Oitocentos'. Rio de Janeiro: *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, 2017, V.2; e sobre a expansão da Imprensa, Nelson Werneck Sodré. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

[9]O Governo, ao conceder através do Decreto nº 4.547, de 9 de Julho de 1870, aos negociantes "Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, ou a companhia que organizarem, autorização para importarem trabalhadores asiáticos destinados ao serviço da lavoura no Brasil pelo prazo de 10 anos, acabou contribuindo para que os debates sobre a imigração chinesa ganhasse densidade, Maria José Elias. "Os Debates sobre o trabalho dos chins e o problema da mão de obra no Brasil durante o século XIX". *Anais do*

chegou ao seu ápice em 1878, nos Congressos Agrícolas[10] realizados no Rio de Janeiro e em Recife. Deste modo, no ano de 1879, o governo ensaiava o envio de uma missão a China, e foi nesse momento que políticos, fazendeiros e órgãos jornalísticos demarcaram suas posições frente ao debate e buscaram convencer os demais.

Como não poderia ser diferente, a Gazeta de Notícias também se posicionou a respeito de tal querela, consciente do seu poder de mobilização e de construção de opinião. O tema ganhou espaço nas páginas do seu folhetim, e foi discutido por colaboradores de destaque como José do Patrocínio e Ferreira de Menezes, que não pouparam argumentos e nem ironia para demonstrar o quão catastrófico poderia ser, para a sociedade, a contratação da mão de obra chinesa. Mas o responsável por comandar os ataques contra O Cruzeiro não foi nenhum dos seus renomados colaboradores, e sim, Ferreira de Araújo, um dos fundadores e editor-chefe da Gazeta.

No dia 14 de setembro, em sua coluna Assuntos do dia[11], Araújo deu início ao embate com a seguinte notificação: "na sua seção editorial, o Cruzeiro de ontem

---

VI Simpósio Nacional dos Professores dos Professores de História. Goiania: ANPUH, setembro de 1971, p. 699.

[10] Em 8 de julho de 1878, o então Presidente do Conselho de Ministros e Ministro da Agricultura Comércio e Obras Públicas, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, deu início a primeira sessão do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, que reuniu os principais representantes das áreas de agricultura de exportação dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A falta de braços para a lavoura e o crédito agrícola foram os assuntos principais de todas as pautas apresentadas no Congresso Agrícola. No mesmo ano, outro Congresso Agrícola seria realizado. Convocado pela então Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, o Congresso Agrícola do Recife reuniu, entre os dias 6 e 13 de Outubro de 1878, duzentos e oitenta e oito representantes das lavouras das províncias de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Piauí, com o intuito de debater as matérias apresentadas pelo Governo Imperial ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre o debate dos chins no Congresso consultar Kamila Czepula, "A questão chinesa no congresso agrícola brasileiro de 1878". *Humania del sur - revista de estudios latinoamericanos, africanos y asiáticos,* v.2, 2018, p. 67.

[11]Todas as matérias da Gazeta de Notícias analisadas neste artigo se encontram na coluna *Assuntos do dia*. A referida coluna era uma "espécie de crônica responsável por tratar do que repercutia na imprensa e no cotidiano da Corte". Atílio Bergamini Júnior; Janaína Tatim. "Machado de Assis no Tabuleiro das Balas de estalo". *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, jul./dez. 2013 p. 33-53. Apesar da mesma não ser assinada pelo seu redator, todos a época sabiam que a mesma era escrita pelo seu editor-chefe, Ferreira de Araújo, Ana Flavia Cernic Ramos. "Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Noticias (1880)". *Revista História* (São Paulo), n.179, a11118, p. 7, 2020.

volta a defesa da imigração asiática"; exposto isso, o processo de desconstrução das alegações utilizadas pelo O Cruzeiro*,* a favor da substituição da mão de obra africana pela chinesa, ganhou forma nas linhas subsequentes. O primeiro ponto de ataque usado por Araújo foi alegar que o artigo elaborado pelo rival "restringe muito a questão e não chega a combater tantas e tão largas considerações como as que foram feitas pelo ilustre representante de Pernambuco"[12], a saber, Joaquim Nabuco, que no período em questão exercia o cargo de Deputado por Pernambuco, e não por acaso durante todo o mês de setembro[13] recorreu inúmeras vezes a tribuna da Câmara para realizar vários discursos, nos quais exemplificava, por meio de bases teóricas selecionadas a partir do seu ponto de vista, os motivos pelos quais uma imigração chinesa para o território brasileiro, como vislumbrava o governo e apoiadores desse projeto, seria um erro catastrófico.

Não querendo ser condescendente com esse desacerto, o editor-chefe da Gazeta continuou com seu combate as argumentações do Cruzeiro, desta vez tentando demonstrar que os inconvenientes dessa imigração não se resumiam apenas na concorrência de trabalho como o "nobre colega expõe", posto que "esta concorrência manifestar-se-á em todos os pontos da nossa organização social. Teremos a concorrência do sangue, a concorrência religiosa, a concorrência política, a concorrência econômica; todas as formas de concorrência"[14]. Aqui, o sentimento de temor fora colocado em jogo por Araújo, com intuito de mexer com as ilusões e convicções dos leitores, tendo em vista que a sociedade oitocentista estava sob forte influência das teorias raciais e eugênicas, e temia "sofrer mais uma mácula sanguínea" na tão sonhada "sociedade ideal"[15]. A religião também era outro pilar importante[16]; discussões sobre o Estado se tornar laico já estavam em voga e não eram bem vistas. Causava então reboliço suscitar a suposição de que a fé católica estava ameaçada com

---

12 Araújo*,* 14 set. 1879, p. 1.

13 Mês que foi colocado para a provação na Câmara o crédito especial para uma missão a China, que tinha nas suas entrelinhas a introdução de trabalhadores chineses no país. Joaquim Nabuco. *Discursos Parlamentares*, 1879. Brasília: Câmara dos Deputados - Centro de documentação e informação-Coordenação de Publicações, 1983, p. 1-23.

14 Araújo, "Assuntos do Dia", 14 set, p. 1.

15 Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 23-65. Celia Maria Marinho de Azevedo. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 62.

16 Alonso, *Idéias em movimento,* p.64.

a vinda desses trabalhadores, bem como o tão sonhado branqueamento da população no país.

Sobre o fato alegado pelo Cruzeiro de que a contratação da mão de obra chinesa seria empregada exclusivamente para o trabalho nos cafezais, e de que os mesmos não se "misturariam", pois não era de "sua índole" (logo, não havia porque temer contágios sociais), Ferreira de Araújo rebateu de forma irônica: "hão de castrar-lhes todos os seus órgãos para só lhe deixar o músculo? Repare o colega que nem o negro, importado nas mais abjetas condições para ele, deixou nunca de ser na nossa organização social um elemento ativo em todos os sentidos. [...] E se isto assim é com o negro como não há de ser com o mongol?"[17].

Depreende-se que a tônica retórica da Gazeta estava calcada no medo, e no abalo das ilusões eugênicas perante uma sociedade já multirracial. No Cruzeiro quem lideraria os ataques à folha rival, seria o seu redator-chefe Henrique Correa Moreira. Sem rodeios, lançou mão do argumento de que não tinha como intuito combater o discurso do Deputado Joaquim Nabuco, e sim provar, que naquele momento a imigração chinesa era a mais adequada por conta do seu baixo custo. Indagou ainda, numa tentativa de destruir o principal recurso do adversário, que ensaiar teorias a respeito de qualquer possível concorrência era um receio excessivo, tendo visto que está experiência já havia sido desenvolvida, segundo suas próprias palavras, com sucesso em países como Cuba. Isso confirmava que os chineses não vinham com intenção de permanecer, e sim de trabalhar, e depois de juntarem um bom pecúlio regressariam para a sua terra natal, sem se "miscigenarem" com a população. Ademais, Henrique propunha que se fizesse uma experiência; se ela não desse certo, era só suspendê-la, sem nenhum efeito negativo ao país[18].

A resposta não foi vista com bons olhos pela Gazeta, que respostou em 17 de setembro, e numa nota rápida, defendia seu ponto forte contra a imigração, o medo pelo 'contágio social':

> "Contesta quase ironicamente que possa recear-se a concorrência do sangue! A concorrência política! a concorrência religiosa!

[17] Araújo, "Assuntos do Dia", 14 set, p. 1.
[18] Moreira, "Correio do dia", 16 set, p.3.

> Então nem ao menos nos deixa alimentar o receio por estas concorrências?! Considera este receio excessivo ou pelo menos prematuro?! *Prematuro!* Então, quando nos concede o colega direito a ter este receio? Depois da vinda dos coolies? Mas então, sejamos francos: ou a concorrência se realiza e não podemos então ter receio dela, visto que temos a sua realidade; ou ela se não realiza e o receio é uma redonda parvoíce. Conceda-nos por favor que, a termos receios pela vinda dos chineses, sejam eles nutridos antes de eles virem. Depois, francamente o dizemos ao colega, depois de eles cá estarem, os homens do rabicho, dos pausinhos e do arroz, nós fazemos mão baixa dos nossos receios e agarramo-nos ás armas de defesa contra os efeitos de tal concorrência"[19].

A respeito da alegação de que se a experiência fosse malsucedida, era facilmente reversível, a Gazeta usou o sarcasmo com intuito de desmoralizar seu concorrente perante o público, ao arguir que a praticidade de Henrique Correia Moreira era tamanha que devia ser escolhido para ser o encarregado da Missão Brasileira na China, e quando chegasse lá deveria dizer ao imperador da China:

> "Nós queremos fazer uma experiência. Dizem por lá que vossos súditos são larápios, sujos, orgulhosos, uns devassos e uns maltrapilhos. Nós queremos mostrar aqueles senhores como se enganam e são injustos com os vossos imperiais vassalos. Vimos, por isso, pedir-vos uma amostra, uns poucos de centos; mas com a condição de que, se eles se portarem mal, os recambiaremos, e não aceitaremos mais nenhum em terras de nossa pátria."[20]

Notemos que, para além de confirmar sua a assertividade em contestar a contratação desses trabalhadores ao ironizar seu adversário, a Gazeta também dava sinais aos seus leitores a respeito do que 'os chineses seriam': orgulhosos, maltrapilhos [...]. No mais, assim como O Cruzeiro, que fazia uso da experiência de outros países para confirmar sua autoridade perante a questão, a Gazeta citou os Estados Unidos e a Inglaterra, que segundo a mesma, "andam mortos por acabar com ela (a imigração chinesa), porque lhe está saindo muito cara, e não acharam ainda meio tão fácil como o que o colega nos aponta"[21].

---

[19] Araújo,"Assuntos do Dia", 17 set, p. 1
[20] Araújo, "Assuntos do dia", 17 set, p.1.
[21] Araújo, "Assuntos do dia", 17 set, p.1

No dia seguinte, 18 de setembro, a resposta do Cruzeiro já se encontrava impressa e pronta para a venda. Os holofotes naquele instante estavam voltados para a terceira página do editorial, em busca de um contrataque. O mesmo veio, mas em vez de se pronunciar a respeito do tom sarcástico usado por seu oponente atacando-o de frente, preferiu seguir outra a linha: usar argumentos que provocassem o temor, que despertassem em seus leitores a necessidade de contratar o quanto antes aquela mão de obra, posto que a economia, logo o futuro do Brasil, dependia disso. Afinal, se tinha um medo que podia competir com o da 'concorrência - miscigenação - mongolozição' difundido pela Gazeta*,* era o da ruína da lavoura brasileira por falta de mão de obra.

A promulgação da lei do Ventre Livre em 1871, e a gradativa ascensão do movimento abolicionista, dentre outros acontecimentos, davam sinal de que o fim da escravidão não poderia ser adiado eternamente, que cedo ou mais tarde ele aconteceria[22], e segundo o Cruzeiro, se não quisessem a derrocada do Brasil, não havia mais tempo a esperar: "lembremos ao ilustrado colega de que na nossa lavoura não se trata de substituir um trabalhador remunerado por outro trabalhador remunerado. Trata-se de encher com o asiático a lacuna que o escravo deixa no trabalho agrícola"[23]. Em seguida, afirma categoricamente: "não há, pois, concorrência. O escravo que morre, ou que deixa de ser escravo, não continua no trabalho agrícola; o trabalhador branco não o quer, nem pode substituir; a experiência tem mostrado que o colono europeu não pode fazer o trabalho de lavoura de que até aqui se incumbia o escravo"[24]. O contrataque não parou por aí, e o editor chefe do Cruzeiro desafia seu opositor:

> "[...] nossa dificuldade é esta (falta de braços na lavoura)[25]: é inútil desconhecer-lhe a gravidade; como seres inteligentes devemos dar-lhe uma solução, e não deixar-nos esmagar pelos acontecimentos; se tendes alguma ideia melhor que a nossa, apresentai-a; se não a tendes, então aceitai essa: façamos ao menos a experiência; se não valer grande coisa, sempre vale mais do que nada, porque vós não

[22]Angela Alonso. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.118-185.
[23] Moreira, "Correio do dia", 18 set, p.3.
[24]Moreira, "Correio do dia", 18 set, p.3.
[25] Inserção da autora.

> apontais solução alguma. Não empregamos ironia alguma: mas realmente não nos parecem sérios os receios de uma concorrência religiosa, política ou de sangue. Pois, no estado em que se acha a evolução teológica, podemos ter algum receio que uma religião asiática venha absorver este nosso catolicismo [...]. Como veremos nós, nas eleições e na política homens que não querem estabelecer-se no país, e a quem se exproba como defeito capital o quererem voltar vivos ou mortos para o seu país, sem aqui fundarem famílias? Que vícios são esses terríveis de que os acusam e que os devem levar a mongolizar a nossa raça? Realmente, não nos parece ainda muito provável que o Sr. Nabuco tenha de disputar uma cadeira no parlamento a um filho do celeste império."[26]

Certo de que tinha neutralizado o temor do 'efeito de concorrência' tão difundido pela Gazeta, o Cruzeiro tentou ainda fragilizá-la perante seus leitores, e para isso desafiou-a a apresentar uma solução melhor para um perigo que, diferente do seu, era real: a escassez de trabalhadores nas lavouras. Procurando também mostrar como contra os chineses só havia acusações não fundamentadas, interpelava para que seu rival mostrasse quais seriam esses vícios que levariam a mongolização do Brasil, que ela tanto anunciava aos quatro ventos. Com essa construção, o Cruzeiro virava o jogo a seu favor, e agora a Gazeta teria que mostrar a validade dos seus argumentos perante seus leitores, e os convencer do contrário.

A Gazeta não perdeu tempo: na manhã seguinte, 19 de setembro, seu revide ao Cruzeiro estava na primeira página do seu jornal. Sem muitas delongas, tentava mostrar que seu concorrente cobrava alegações fundamentadas, mas não as tinha, tendo em vista que os fatores da concorrência que se opôs, "[...] elimina-os muito simplesmente, por o mais simples dos processos expulsa o efeito, negando a causa nega a possibilidade da concorrência, e, desde esse ponto, termina de fato o receio pelos inconvenientes que vinham dela. Era justo que todas estas afirmativas fossem sustentadas com argumentos. Não os achamos contudo"[27]. Em tom de ironia, o redator-chefe da Gazeta, Ferreira Araújo, prosseguia: "temos em compensação a autoridade do colega, que é muito para nós, e a rubrica que nos aponta do discurso

[26]Moreira, "Correio do dia", 18 set, p.3.
[27]Araújo, "Assuntos do dia", 19 set, p. 1.

do Sr. Moreira de Barros[28], que também acatamos"[29]. Estas colocações realizadas por Araújo merecem atenção, pois na época em que a retórica era uma ferramenta ensinada e usada com fins de convencer e persuadir, se fazer valer de dados, estatísticas, relatórios e citações de autores - preferencialmente estrangeiros – era algo primordial para validar/provar o seu ponto de vista[30]. Se por um lado a Gazeta acusava o Cruzeiro por esse ato falho, por outro se autoenaltecia ao afirmar que: "nós, porém, que não podemos contar senão com os argumentos probativos para insinuar as nossas ideias no espírito de nossos leitores, entendemos do nosso dever e conveniência apresentá-los. O colega nos fará o favor de nos mostrar as chagas da nossa argumentação. Não seremos apodados de ingenerosos, já que invertem os papéis" [31].

Dito isso, a Gazeta continuou com seus ataques numa tentativa de desestabilizar completamente seu oponente, e para tanto, precisaria destruir com o principal trunfo utilizado: o trabalhador chinês como a salvação da lavoura nacional por conta do seu baixo custo. Para atingir tal objetivo, orquestrou quatro golpes consecutivos. O primeiro deles consistia em afirma que o "chinês era um homem muito diferente de todos os homens. Desde as suas feições até aos sentimentos religiosos e morais, tudo se opõe ás leis gerais das outras civilizações"[32]. O segundo tentava mostrar, com base em cálculos de economistas americanos – os quais não são citados - como quem lucraria com essa contratação não seria o Brasil, e sim a China, já que todo o dinheiro que esse trabalhador ganhasse, seria enviado para seu país de origem. Para comprovar tal alegação, fazia-se referência à escrituração dos bancos que apuraram que dos Estados Unidos para China, por meio dos seus migrantes, foram enviados mais de 180 milhões de dólares - mas novamente não apresenta de que documento ou autor retirou essa informação.

---

[28]Antonio Moreira Barros foi ministro dos negócios estrangeiros em 4 de julho de 1879, e antes disto, de 1867 a 1868, presidiu a província de Alagoas. Augusto Sacramento Blake. *Diccionário Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, volume 1, 1898-1902, p. 270.

[29]Araújo, "Assuntos do dia", 19 set, p. 1.

[30]José Murilo de Carvalho. "História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000, p. 127.

[31] Araújo, "Assuntos do dia", 19 set, p. 1.

[32] Araújo, "Assuntos do dia", 19 set, p. 1.

A terceira estratégia usava a moral e a sensibilização como trunfo, e num arroubo retórico exprimia:

> "A condição do trabalho barato é a primeira e única razão de conveniência a procurar no trabalho? Então, em nome da lógica, pugne-se pela escravatura, porque é mais barato o trabalho do escravo do que o trabalho do chinês. Porque se aboliu o trabalho cativo? Porque se emancipou o escravo? Foi pela razão material, ou pela razão moral? Como se pretende, pois, eliminar do problema as condições morais, reduzindo-se a materialíssima razão de economia e sobriedade?"[33]

A Gazeta tentou sensibilizar seus leitores para que colocassem na balança o que pesava mais - as condições morais ou a razão econômica? Vale a pena fazer qualquer coisa pelo dinheiro, até mesmo colocar a sociedade a mercê dessa concorrência? Cabe ressaltar que nessa época, paralelamente a essa discussão, a campanha abolicionista estava ganhando as massas, e segundo Angela Alonso[34], o que fez os abolicionistas passarem de meia dúzia para a casa dos incontáveis foi uma mudança na estrutura política e sociocultural, mas também, nas maneiras médias de sentir e pensar, que foram promovidas pelo progresso da modernização. Por meio de um processo civilizatório cumulativo, abriram-se caminhos para uma nova sensibilidade; atos antes tidos como normais, passaram então a ser vistos como bárbaros e sentidos como repugnantes, consoante um movimento intelectual que se afinava com a literatura romântica do período, e a Gazeta explorou esse campo a seu favor.

A quarta investida consistiu em revelar que, ao contrário do que o Cruzeiro pregava, não era somente o chinês que prestava para substituir o escravo na lavoura, o imigrante europeu poderia perfeitamente ocupar esse cargo, já que o mesmo não repugnava a cultura do café, e sim, se mostrava adverso à companhia do negro. Logo, se algumas tentativas de usar essa mão de obra não deram certo, segundo a Gazeta, isso ocorreu por conta da insistência de alguns lavradores em colocar as duas 'raças' para trabalhar juntas; e para confirmar seu argumento, se apoiava nos relatórios das

[33] Araújo, "Assuntos do Dia", 19 set, p. 1.
[34] Alonso, *Flores, votos e balas*, p. 91-102.

colônias Nova Louzan e Nova Colombia, que mostravam o sucesso da utilização da 'mão de obra branca' quando empregada sozinha.

Notemos que nessa teia argumentativa tecida pela Gazeta, a pretensão era desmontar o slogan do 'chinês como salvação', e para isso, ela ensejou em seu leitor a imagem do chim como um indivíduo que era moralmente e culturalmente diferente, que sua presença causaria o contágio e atrasaria o processo de modernização em curso. Dezem demonstra como os estereótipos impingidos aos asiáticos se enraizariam na sociedade da época de uma maneira tão concreta, que todos os imigrantes não europeus, que adentraram ao país, se viram confrontados por eles[35]. A Gazeta fazia largo uso dos mesmos, contribuindo para sua difusão. Quanto ao lema imbatível do trabalho barato, a Gazeta fez da dúvida o provável (o chim como o grande sorvedor do dinheiro brasileiro); e para os que insistissem no pensamento de que o chim era mais conveniente por conta da sua modicidade, apelava para consciência emocional - moral, apresentando por fim a solução ideal: o imigrante europeu. A Gazeta jogou, e em todas as variantes que desencadeou, tinha a intenção de suscitar em seus leitores a formulação de uma opinião fechada, e precisa: o chim era inviável em todos os seus sentidos para o Brasil.

A perpetuação dessa opinião de inviabilidade a respeito da contratação do chinês no seio da sociedade brasileira seria a grande vitória da Gazeta de Notícias. Mas certo de que esse duelo ainda teria muitos rounds, sem pestanejar O Cruzeiro contragolpeou no dia 20. Primeiramente fez questão deixar claro que a Gazeta trazia a tona um ponto que se julgava a longo tempo esclarecido pela experiência: a pouca viabilidade de dispor imediatamente da imigração europeia[36]. A partir de então, mostra que os exemplos de sucesso das colônias de Nova Louzan e Nova Colombia, dados pelo seu oponente, eram uma exceção devido ao clima favorável. No entanto, dificilmente poderiam ser aplicadas em todo o território nacional, por conta do clima

[35]Rogério Dezem, Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005, p.45-108.

[36] Desde o início do debate por conta de uma idealização de "nação pura" os imigrantes europeus foram tidos como os ideais, contudo, havia um problema; os trabalhadores europeus não nem economicamente baratos nem socialmente servis, e muitos preferiam migrar para a Argentina ou Estados Unidos por conta das condições climáticas e condições sociais. Jeffrey Lesser, *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001. p. 32,38.

quente de algumas regiões que não agradava a "raça branca". Procurou também deixar evidente que a contratação da mão e obra asiática não excluía a possibilidade de continuar a investir na imigração europeia, até porque os chineses não vinham para ficar, e sim, para suprir uma demanda de necessidade, e questionava: "podemos fazer de salto essa transição do trabalho africano escravo ao trabalho europeu livre, ou precisamos de passar por essa fase intermediária do trabalho asiático?"[37]

Em seguida pontuou que, ao oposto do que era propagado, O Cruzeiro não defendia a permanência dos chineses - e nem eles os queriam – porém, "impôs-nos a sorte a necessidade de dar pronta resolução a um problema de que depende o nosso bem estar social, porque consiste em nada menos que em achar prontamente um instrumento de trabalho quando um outro nos vai faltar de repente"[38]. Reparem como o gatilho da necessidade e do temor pela falta de braços foi acionado novamente. Outro ponto que o Cruzeiro procurou defender, tendo em vista que era um dos pilares da sua campanha pró-chim, foi a barateza da empregabilidade do mesmo; e para manter esse argumento vivo, era necessário desconstruir a afirmativa feita pela Gazeta de que os chineses levariam todo o dinheiro ganho no Brasil para o seu país natal. Sem muitas firulas, indo direto ao ponto sobre esse assunto, O Cruzeiro contrapôs o seguinte:

> "Mas que importa ao fazendeiro que tudo quanto o trabalhador europeu ganhar o gaste no Brasil, se o salário que ele pede é superior aquele que o fazendeiro pode pagar com vantagem? Se o fazendeiro não pode pagar tal salário, a agricultura arruína-se; mas, se o fazendeiro tiver trabalho barato, a agricultura floresce, e com ela, o país; embora a importância mínima desse trabalho emigre para um país estrangeiro. O colega não é por certo partidarista daquela antiga escola econômica que proibia a exportação do dinheiro".[39]

No dia 20, não foi somente o Cruzeiro que se manifestou. Os leitores que estavam acompanhando o duelo das folhas foram surpreendidos pela Gazeta de Notícias, que ao invés de esperar pela colocação do Cruzeiro para no dia seguinte

[37] Moreira, "Correio do Dia", 20 set, p. 3.
[38] Moreira, "Correio do Dia", 20 set, p. 3.
[39] Moreira, "Correio do Dia", 20 set, p.3.

revidar, resolveu amarrar bem um ponto que ficou solto na sua argumentação do dia 19, pois diferente do O Cruzeiro que vislumbrava ainda alguns rounds à frente, a Gazeta planejava o golpe final.

A questão que ficou em aberto dizia respeito à acusação por parte do Cruzeiro de que o receio pela concorrência de sangue e tantas outras anunciadas pela Gazeta eram descabidas e infundadas. Para provar ao público que seu receio e temor eram pautados em evidências/dados, e estavam longe de serem abstratos, citou o exemplo dos Estados Unidos, destacando:

> "Note-se bem a diferença. Eles já não têm receios, têm consequências; eles já não procuram evitar um mal futuro e problemático, combatem o mal existente e real. Ora, lá esta coisa da concorrência, não receada, mas experimentada, é tão pavorosa, tão urgente, que todos partidos reclamam ao governo sérias e enérgicas providencias. Moderados e exaltados, particulares e políticos, ignorantes e letrados, todos propõem, gritam por uma medida que expulse o chim dos territórios da União. É tão uníssono este clamor, tão necessário este remédio que ninguém atende a lei, a justiça, a fé dos tratados. Fora o chinês! É o grito que se levanta estridente do norte ao sul, do nascente ao poente. Uns, aconselham que se proíba a qualquer navio vindo da China que traga mais de 10 passageiros deste império. [...] Já se vê que os nossos receios não são tão abstratos que não se firmem em fatos da maior seriedade".[40]

O grito "Fora o chinês" nos Estados Unidos, de acordo com Hui[41], nos anos de 1879, não iam de norte a sul, estava concentrado em algumas regiões como, por exemplo, a Califórnia. Fosse por desconhecimento, ou pela simples intenção de fazer valer suas opiniões, a Gazeta redimensionou a proporção da campanha contra os chineses, visando legitimar sua visão e agregar mais leitores a sua comunidade emocional de medos e receios sobre o exótico. Contudo, a Gazeta não queria somente comprovar que seus receios eram consistentes, mas também deslegitimar seu adversário de uma maneira que seus argumentos não pudesse mais persuadir ou ter efeito na opinião do público. A estratégia adotada para conseguir essa façanha foi descrever o que O Cruzeiro devia fazer se julgasse possível, que no caso "era

[40] Araújo, "Assuntos do Dia", 20 set, p.1
[41] Juan Hung Hui. *Chinos en América*. Bilbao: Editorial Mapfre, 1992, p. 51, 52.

demonstrar que os povos da America do Norte perderam o juízo, que não têm razão para este alarido, ou pelo menos, convencer-nos de que aqueles males que afligem os Estados Unidos e a Índia Inglesa e a Austrália, não podem afligir o Brasil"[42]. A respeito da concorrência de sangue, da política e religiosidade, a Gazeta deu como assunto vencido ao asseverar que a ironia usada pelo seu adversário não a faria mudar o seu julgamento sobre o assunto, e sim, "mais depressa nos convencerá de que o colega não faz serio cabedal dos seus conhecimentos éticos e etnográficos".

Para que seus leitores não tivessem mais dúvidas a respeito de seu receio quanto ao perigo que o chinês representava para a nação, a Gazeta citou o conde Pyotr Andreyevich Shuvalov, que fora enviado pela Rússia ao último congresso de Berlim (1878); segundo ela, o conde teria mostrado largamente os perigos para a política mundial a onda crescente da migração asiática, e solicitado atenção e meios para obstar a mesma. Por fim, esperando ser esse um dos seus últimos contrataques, indagou:

> "Quando o primeiro diplomata da Rússia tanto receia em nome de todos os países da terra, não nos será licito a nós recear em nome de um país único, atrasado de indústrias, mesclado na sua pobríssima população sem unidade de sangue, sem autonomia de trabalho, sem armas de luta e sem valiosas alianças? Não há concorrências de sangue?! Sério, sério, colega: diga-nos: o africano, ainda que negro, catingoso e abjeto, não nos veio entornar umas gotas do seu sangue na nossa população? Tem absoluta certeza de que na terceira ou quarta linha da sua geração todos os seus descendentes sejam puros filhos de Japhet ou de Sem? Poderá o Colega convencer-nos de que o chinês vem para o Brasil em condições muito inferiores ao negro de Angola para o efeitos dos crus amentos? Eu sei?! O colega já sibilinamente insinuou que o programa do governo era de forma a evitar a concorrência, e nós, que supomos o colega bem informado, dando tratos á imaginação para descobrir o meio de evitar a concorrência do sangue, só achamos um – *a castração do chinês*. Se é este o processo, a chamalo-o radical. Chega o chinês, leva-se para a ilha das Cobras, faz se-lhe a operação e traz-se para esta banda.[43]

[42] Araújo, "Assuntos do Dia", 20 set, p.1
[43] Araújo, "Assuntos do dia", 20 set, p. 1.

O ataque surpresa da Gazeta, bem como seu último recurso argumentativo, foi recebido com indignação pelo Cruzeiro, pois segundo o mesmo "sustentar que a imigração chinesa seria inconveniente ou nociva, vá: mas apresentá-la como o fim do mundo, é ir logo as de cabo: é muito forte!"[44], e em seguida inquiriu: "se a imigração chinesa tinha contra si um argumento de tal ordem, por que razão não ter começado logo por ele? Para que não perdermos tempo em questão de salário maior ou menor? Apareceu esse poderoso auxiliar em alguma leitura repentina"[45]. Em um mister de tom de sarcasmo e questionamento, o Cruzeiro procurou colocar alguns argumentos novos e jogar com as próprias palavras do seu adversário para se estabelecer novamente no debate.

Assim, apresentava aos seus leitores como as coisas mudavam rapidamente no mundo: num momento a China era invadida, seus cidadãos desrespeitados e humilhados, "os representantes da civilização ocidental roubaram tudo quanto encontraram no palácio do imperador da China e deitaram-lhe o fogo". No outro, "estamos na contingência de nos recomendarem que façamos a menor bulha possível, sob pena de nos absorverem da noite para o dia, pela simples superioridade numérica"[46]. Ao trazer a tona alguns fatos que considerados 'bárbaros' que ocorreram durante a Guerra do ópio, o Cruzeiro queria mostrar quem era realmente uma ameaça.

O editor-chefe do Cruzeiro por fim lançou seu último argumento: se há um risco iminente, precisamos parar o duelo e nos unir numa causa comum a defesa contra a invasão mongólica, contudo:

> "Não será, porém, inútil refletir primeiro se valerá a pena de defendermos a nossa política, religião e raça contra uma tal invasão. A nossa política chamamos todos os dias os nomes mais feios que é possível imaginar: as instituições que nos regem por uns são acoimadas de péssimas, por outros de inteiramente falseadas; estaremos nós bem certos de que a nossa política vale mais que a da China, que desconhecemos quase completamente? A nossa religião!? Mas os nossos sábios já demonstraram por A + B que toda a religião era uma tentativa metafísica da solução do

[44] Moreira, "Correio do dia", 21 set, p.3.
[45] Moreira, "Correio do dia", 21 set, p.3.
[46] Moreira, "Correio do dia", 21 set, p.3.

> problema de criação do universo, tentativa inteiramente excedente aos limites do conhecível, e portanto sem base alguma para ser classificada entre as conquistas do entendimento humano. A nossa raça!? Mas o nosso ilustrado adversário descreveu-a eruditamente como tão misturada muito antes da descoberta do Brasil, que realmente não vale mais a pena de quebrar lanças pela sua pureza. O argumento contrário é evidentemente contraproducente. Que risco corre de contaminar-se com a mistura de sangue asiático uma população que já em si e de tempos antigos é uma mistura de sangue árabe-berbere, israelita e negro?"[47]

Sobre esses questionamentos, a Gazeta - talvez no intuito de manifestar indiferença - não se deu ao trabalho de responder, ponderando no dia 22 de setembro algumas considerações e rebatendo a retórica do Cruzeiro do dia 20; e com ar de vitória, expôs que quanto mais o Cruzeiro insistia no assunto, mais argumentos fornecia contra a sua opinião. Depois de dar exemplos disso, fez questão de manifestar mais uma vez que era facílima a discussão ao Cruzeiro, posto que o mesmo combatia todos os fatos e argumentos que lhes davam defluindo princípios e teses só suas; e dispensando as provas fundamentadas, finalizava com uma provocação: "Apavora-nos o sábio discípulo de Confúcio, como Homero se arreceava dos homens que os romanos chamavam fatus ou moris, dirigindo-lhes o verso sentencioso que o colega não desconhece. Pedimos vênia para o traduzir: 'De certo, sabia muito, mas tudo sabia mal'".[48]

Apesar da Gazeta se considerar vitoriosa, o Cruzeiro não se dera por vencido, e no dia 23, fez algumas ponderações, afirmando que embora respeitasse a suposta autoridade da Gazeta, a massa estava como o Cruzeiro e iria lhe dar razão. Fora uma doce ilusão: em breve, as movimentações políticas e da imprensa dariam ganho de causa ao seu adversário.

Considerações Finais

Como podemos observar, o duelo travado se deu por uma única razão: o convencimento por meio do apelo sentimental e emocional. Para conquistar tal objetivo, as duas folhas jogaram com as palavras de maneiras diferentes, uma para

[47] Moreira, "Correio do dia", 21 set, p.3.
[48] Araújo, "Assuntos do dia", 22 set, p. 1.

despertar o clamor, evidenciar a necessidade; a outra, para propagar o pavor, a rejeição. Ambos os periódicos lidaram com expressões de sentimento, buscando despertar o lado emotivo dos leitores. Notamos aqui uma clara transição de ideias na construção de uma consciência social sobre o papel dos trabalhadores e sua relação objetificada. O movimento romântico, que sublinhava o sentimento de empatia, enfraquecia o sentido materialista das argumentações econômicas, sublinhando os aspectos culturais e morais como sentido primordial das futuras mudanças sociais. Tanto o Cruzeiro como a Gazeta captaram essa tendência, buscando construir narrativas que atingissem os valores éticos que permeavam o surgimento de uma nova sociedade imperial.

As comunidades emocionais, que envolviam a estruturação dos grupos pró ou contra a imigração chinesa, desdobravam-se na percepção e interpretação desses novos sentimentos, que conectavam suas aspirações de mudanças em relação ao futuro. O papel do Medo, como reformulador das utopias, foi concomitantemente o de estimular profundas mudanças sociais, quanto de fortalecer estereótipos excludentes em relação aos não europeus. A identificação empática surgida entre os periódicos e seus leitores mediava a atuação política dos agentes sociais, e contribuiu decisivamente para estimular os movimentos de mudança cultural no âmbito nacional brasileiro. Sentimentos e emoções, resignificados por um projeto idealístico e romantizado de nação, adiram pessoas em partidos morais, comunidades cujo sentido de existência era proporcionado por sua identidade de pensar, agir, sentir, e imaginar os possíveis meios de transformação.

Tanto os defensores dos chins quanto o movimento abolicionista bebiam, de maneira complexa e ambígua, em fontes similares. O sucesso final da Gazeta, contudo, parece estar diretamente conectado com o estabelecimento de novos paradigmas de desenvolvimento social, cultural e econômico que se espraiavam na sociedade brasileira, sobre os quais seus editores souberam aproveitar devidamente as aberturas. Esse sentimento de mudança, que se anunciava no ar, permitia a formação de um imaginário rico, referto de possibilidades, que ampliavam o escopo dos debates acerca das opções futuras, como explorado pelo Cruzeiro e pela Gazeta. Mas seriam os anseios de uma mudança significativa, enraizados numa percepção emocional positiva sobre o futuro, que determinariam não apenas o sucesso da

Gazeta, como a falência dos projetos de imigração chinesa e a derrota decisiva do escravismo.

Fontes

Araújo, Ferreira. "Assuntos do dia", *Gazeta de Notícias*, setembro, 1879.

Moreira, Henrique C. "Correio do Dia", *O Cruzeiro*, setembro, 1879.

Nabuco, Joaquim. *Discursos Parlamentares*, 1879. Brasília: Câmara dos Deputados - Centro de documentação e informação-Coordenação de Publicações, 1983.

Bibliografia

Alonso, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Alonso, Angela. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil – Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Azevedo, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Blake, Augusto Sacramento. *Diccionário Biographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, volume 1, 1898-1902.

Carvalho, José Murilo de. "História Intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura". *Topoi: revista de História*, nº 1. Rio de Janeiro: 7 Letras, setembro de 2000.

Crestani, Jaison Luís. "Sob o signo da rivalidade: o perfil editorial do jornal O Cruzeiro". *Miscelânea,* Assis, v. 14, p.145, jul-dez. 2013. Disponível em: http://seer.assis.unesp.br/index.php/miscelanea/article/view/215. Acessado: 10 fevereiro, 2020.

Czepula, Kamila. "A questão chinesa no congresso agrícola brasileiro de 1878". *Humania del sur - revista de estudios latinoamericanos, africanos y asiáticos,* v.2, 2018.

Dezem, Rogério. *Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Hui, Juan Hung. *Chinos en América*. Bilbao: Editorial Mapfre, 1992.

Júnior, Atílio Bergamini; Tatim, Janaína. "Machado de Assis no Tabuleiro das Balas de estalo". *Organon*, Porto Alegre, v. 28, n. 55, jul./dez. 2013.

Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil.* São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Murari, Luciana. "O culto da diferença: imagens do Brasil entre exotismo e nacionalismo". São Paulo: *Revista de História,* n.141, 1999.

Ramos, Ana Flavia Cernic. "Barricadas em rodapés de jornais: revolta popular e cidadania política na Gazeta de Noticias (1880)". *Revista História* (São Paulo), n.179, 2020.

Rosewein, Bárbara. *História das emoções: Problemas e Métodos*. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2011.

Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Siqueira, Mônica de; Albuquerque,Vanessa. 'A opinião Pública ou as opiniões públicas? A complexidade da Imprensa brasileira na segunda Metade do Oitocentos'. Rio de Janeiro: *Anais da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, 2017, v.2.

Sodré, Nelson Werneck. *A História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

Walton, Stuart. *Uma história das emoções*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

OS 'CHINS' PARA O NORTE DO BRASIL: PROPOSTAS E DEBATES SOBRE A INTRODUÇÃO E ALOCAÇÃO DA MÃO DE OBRA CHINESA NO SÉCULO XIX

Victor Hugo Luna Peres

> "[O Chim] se fosse applicado, temporariamente, no dessecamento dos pantanos, nas barragens dos rios, na construcção de açudes, cannaes e fossos para as irrigações e progresso da agricultura, nas derrubadas das florestas para constituil-as em terrenos fertilissimos apropriados à colonização européa, na construcção das estradas de ferro, e tambem nas manufacturas, nas usinas, nas minas e até no serviço domestico irreprehensivel." [Colatino Marques de Souza, *O Trabalho dos Chins para o Norte do Brazil*, 1891]

Parafraseando o título da obra de Colatino Marques de Souza, o trabalho procura analisar um conjunto de propostas relativas à introdução de trabalhadores chineses em solo nacional, particularmente, as que vislumbravam sua alocação nas paragens norte do Império, como dividido à época.[1] Essas compreendiam "[...] as áreas de grande lavoura de exportação, do Maranhão à Bahia, especializadas no açúcar e no algodão, com suas hinterlândias pastoris e o que viria a ser designado por Amazônia [...]", tal como descrito por Evaldo Cabral de Mello (1999).

Nessas propostas, a região norte e suas paragens eram tomadas como espaços "privilegiados" para a alocação dessa força de trabalho, haja vista a alegada identificação destes trabalhadores – os então, denominados "chins" –, não apenas com os tipos de trabalho a serem desenvolvidos nelas, como, com os próprios elementos constitutivos desses ambientes, genericamente identificados sob o rótulo de tropicalidade. Nesse sentido, como se procura demonstrar aqui, esses argumentos presentes em diversas peças propositivas e no discurso de parte dos propositores brasileiros, calcavam-se em uma verdadeira tradição argumentativa bastante comum e bem difundida à época. Nela, todos os tipos de associação e paralelismo em termos

[1] Como indica Evaldo Cabral de Mello, "[...] para os homens públicos do Império e, em grande parte, também da República Velha, a geografia regional do Brasil era bem simples: havia as províncias, depois estados, do norte, do Amazonas à Bahia, e as províncias, depois estados do sul, do Espírito Santo ao Rio Grande. Nada de nordeste, sudeste ou centro-oeste." (1999, p. 15)

TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO 移动路径

produtivos, climáticos, biológicos e culturais eram traçados entre esses trabalhadores e os espaços de produção aos quais seriam destinados. Entre as propostas aqui examinadas, destacam-se as presentes nas seguintes obras: *Importação de trabalhadores chins: memoria apresentada ao Ministerio da Agricultura, Commercio e Obras Publicas* de Xavier Pinheiro (1869), *Trabalhadores Asiáticos* de Salvador Mendonça (1879), *Estados Unidos e Norte Americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a immigração chineza no Imperio do Brazil* de José Custódio Alves de Lima (1886) e *O Trabalho dos Chins no Norte do Brazil* do já mencionado Colatino Marques (1891).

Desta maneira, a análise ora apresentada procura desvelar os meandros discursivos e os artifícios retóricos empregados nessas peças como formas de justificar o uso da mão de obra chinesa, suas conexões e referências a outras experiências americanas com o emprego de trabalhadores dessa procedência, além dos ecos dessas propostas em debates travados em âmbito regional e nacional. Ademais, apesar de a introdução de "chins" nunca ter ocorrido em larga escala no Brasil Império, essas propostas têm particular relevância por fornecerem um rico material de análise a respeito das concepções correntes entre setores importantes das elites brasileiras oitocentistas, algumas das quais de importância central à nação, como trabalho, identidade nacional e o lugar do outro, nesse caso o trabalhador chinês, em meio àquela sociedade, assim como já indicaram Robert Conrad (1975) e Jeffrey Lesser (2001). [2]

Visões Correntes sobre a Ásia, a China e os "Chins"

No decorrer da segunda metade do século XIX, a polêmica "Questão Chinesa"[3] se fez presente e mobilizou um intenso e aguerrido debate a respeito da conveniência

[2] Robert Conrad adverte nesse sentido que: "A imigração chinesa nunca aconteceu em larga escala, mas a disputa sobre o problema é de interesse para o historiador que deseja aprender sobre a escravidão no Brasil e sobre a atitude frente ao trabalho da classe de plantadores brasileiros." (1975, p. 55) Já Jeffrey Lesser aponta para o fato de que "[...] os debates sobre a mão-de-obra chinesa imigrante criaram o paradigma abrangente contra o qual teriam de lutar todos os demais grupos [de imigrantes] não-europeus." (2001, p. 31).

[3] "Ao ser avaliada como problema étnico e político, o tema da imigração ganhou espaço nas sessões políticas e científicas – e posteriormente nos arquivos históricos – rotulados com "questão": questão chinesa, questão assíria, questão judaica etc. Códigos cifrados foram utilizados pelos burocratas preocupados em acobertar esta nódoa que, no futuro, poderia manchar-lhes a imagem de homens públicos." (Carneiro, 2003, p. 23). Como também indica

ou não da introdução de trabalhadores chineses em diversos setores produtivos do Império do Brasil. Esses trabalhadores eram pensados e propostos apenas enquanto uma força de trabalho "substituta" e "transitória", como uma resposta possível e viável à então alardeada crise de "braços" que, cedo ou tarde, sobreviria com o fim da escravidão. Apesar de o debate se desenrolar a nível nacional, promovido e propalado desde a Corte e por agentes do e/ou próximos ao Governo Central, tal solução visava a resolver prioritária e "urgentemente" a carência de braços sentida em parte dos empreendimentos da "Grande Lavoura" instalados na porção sul do Império.

Para seus "entusiasmados" propositores,[4] bastante preocupados com essa alegada e iminente crise de braços, não ocorria melhor solução que a da "semi-servidão" de trabalhadores asiáticos, como trata Celso Furtado[5] ou como aborda de maneira ainda mais radical Jacob Gorender: "como forma alternativa de mão-de-obra tão somente suplementar, sob [molde] de escravidão incompleta".[6] Tais homens partilhavam uma visão particular a respeito da Ásia, assim como indicou Robert Conrad:

> [...] era visto como um continente que fervilhava com o tipo de indivíduo mais capaz para substituir a escravidão negra: não-europeu presumivelmente sem muita esperança de proteção de seu governo, uma vez que chegasse ao Brasil, trabalhador braçal, empobrecido, politicamente não sofisticado, servil e acostumado com o baixo status. Além, e mais importante, disposto a trabalhar por pouco.[7]

Rogério Dezem: "as discussões relacionadas à introdução de trabalhadores chineses – e que se transformaram em 1879 na "Questão Chinesa" – concentram pela primeira vez na história do Brasil em um mesmo debate elementos de cunho racial, político e econômico." (2005, p. 61)

[4] Segundo Jeffrey Lesser, o grupo dos propositores da alternativa chinesa era composto por: "uma mistura de fazendeiros que queriam substituir os escravos africanos por um grupo mais barato e mais dócil; outros fazendeiros, que acreditavam que os chineses eram biologicamente adequados ao trabalho agrícola, podendo assim contribuir para tornar o Brasil mais competitivo no mercado mundial; e abolicionistas, que viam que os chineses, como mão-de-obra contratada representariam um passo adiante em direção a um regime pleno de trabalho assalariado. Mas todos estavam de acordo quanto a que os trabalhadores chineses eram pouco mais que uma mercadoria [...]" (2001, p. 40).

[5] Furtado, 2007, p. 180.

[6] Gorender, 1978, p. 564.

[7] Conrad, 1975, p. 43.

No entanto, essa descrição apesar de sintetizar de forma efetiva e analítica a percepção desses propositores – ou o que, em último sentido ela efetivamente punha em jogo –, deixa escapar toda a sutileza e sofisticação dos argumentos apresentados nessas peças propositivas e não faz jus à riqueza de detalhes e às criativas estratégias discursivas que apresentam. Resgatar tal riqueza contida nessas obras e expô-la é o que aqui se busca, no intuito de demonstrar como tais propostas, longe de serem apenas retóricas e decorativas, constituíam uma verdadeira tradição argumentativa viva e de circulação internacional, que se expressava de maneira prática e concreta na vida de muitos desses trabalhadores. Nessas propostas eram empregadas de maneira corrente toda sorte de estratégias associativas de caráter determinista – bem ao sabor da época –, entre o ambiente e seus elementos constitutivos (o meio natural) e as características culturais, civilizacionais e biológicas (à época, associadas e entendidas em termos raciais) desses trabalhadores, as quais consolidavam-se em verdadeira fórmula de justificativa da incorporação dessa força de trabalho em atividades e empreendimentos instalados e desenvolvidos nesses territórios ao norte, com destaque para os relacionados à grande lavoura de gêneros tropicais.[8]

Apresentada de maneira esquemática, a fórmula era a seguinte: trabalhadores agrícolas asiáticos, oriundos de regiões tropicais; acostumados ao trabalho pesado nas lavouras de mesmo gênero, como as de cana-de-açúcar ou chá; dispostos a receber pouco e submissos (ou assim mantidos sob contratos de trabalho e demais regimentos legais e/ou disciplinares, bem como pela sempre presente coerção física), constituíam-se na melhor e mais adequada força de trabalho para o desenvolvimento

[8]"Compreendidos, ao fio dos séculos, sob um rótulo genérico de "tropicalidade", uma infinidade de ambientes, naturalmente ricos e diversos, como as várzeas de bacias fluviais de Pernambuco, Demerara e Luisiana, ou, ainda, os vales mexicanos, as zonas costeiras do Peru e os bosques cubanos, foram conquistados e transformados em monótonas "savanas antrópicas", no dizer de Fuñez Monzote (2005, p. 109). Essas, segundo Thomas D. Rogers (2005, p. 14), foram (e ainda são) ambientes: "[…] altamente artificiais, no sentido, em que não são puramente produtos do vento e chuva, plantas e etc. Foram formados por gerações de trabalho duro, de pessoas cavando e arando, depois plantando e cortando em grande escala" uma planta exógena à realidade dos ecossistemas locais. Além de serem implementados e conduzidos sob uma lógica de produção particular (europeizada e capitalista), como ainda afirma Sidney W. Mintz (p. 38) e já alertava Karl Marx (Apud Galeano, 2010, p. 99), no *Discurso sobre o livre câmbio*, em 1848: "Pensais talvez, senhores, que a produção de café e açúcar é destino natural das Índias Ocidentais. Há dois séculos, a natureza, que nada tem a ver com o comércio, não plantara ali a árvore do café e tampouco a cana-de-açúcar" (Peres, 2013, p. 24-25).

de empreendimentos agroexportadores, bem como, de qualquer outro tipo de trabalho (geralmente os mais penosos e difíceis) a ser desenvolvido em áreas assemelhadas e sob as condições mais severas, a que outros trabalhadores não se entregariam.

Calcada em uma visão preconcebida e estereotipada da Ásia e de seus povos, essa fórmula é exposta de maneira contundente na obra produzida por Xavier Pinheiro. Nela o continente era descrito como um manancial de "populações maravilhosamente numerosas e inesgotáveis [...]". Dentro dele, Índia e China despontavam como as nações que possuíam "reservatorios copiosos onde [se] achariam substitutos em numero incomparavelmente superior aos que a cessação do trafego e a extincção da escravidão tiraram aos laboratorios coloneaes."[9]

A China, em particular, acrescentava Xavier, oferecia os braços mais desejados em função de sua suposta utilidade e qualidade às causas das grandes lavouras tropicais, principais consumidoras dessa força de trabalho. A respeito dos chineses ele apontava que:

> É, pois, natural que acceitem de bom grado quaesquer propostas para [...] obrem em outros paizes lucros, por muito remotos que da sua pátria estejam. Não os desacoroçoa a perspectiva das mais árduas tarefas, com tanto que possoam, ao cabo de alguns anos, acumular sobras de seus modestos salários. Para tornarem ao logar, onde jazem as cinzas de seus maiores o que se conta de sua constancia nas menos agradáveis occupasões em sua pátria e nos paizes, por onde peregrinam, provoca a admirasão, e convence de que homens d´aquella estofa, numerosos como as areias do mar, possuem em suas qualidades características aptidão para dominarem por toda parte, em que o trabalho produza a riqueza e esta grangeie conceito, estimasão e poder. Provoca ainda mais os povos que habitam territorios ainda desaproveitados, á mingua de braços, a buscar em sua cooperasão os meios de utilizar as vantagens naturaes, em vão offerecidas ao seu gozo.[10]

Essa percepção parece assentar-se em experiências conhecidas por Xavier Pinheiro de utilização da mão de obra de migrantes (imigrantes) chineses em outros espaços de produção ao redor do globo. Essas notícias de longe chegavam aos

[9] Pinheiro, 1869, p. 7-8.
[10] Pinheiro, 1869, p. 14.

ouvidos e às mentes dos propositores brasileiros, particularmente aquelas experiências que tiveram lugar em outros territórios americanos.

Como já mencionado anteriormente, avaliações, descrições e informes a respeito do trabalho dos chineses, dentre e fora da China, circulavam ao redor do globo. Esses relatos, de diversas formas, atestavam as qualidades de seu trabalho no âmbito agrícola, particularmente, no que dizia respeito às plantações de gêneros tropicais. [11] Notícias a esse respeito circularam de maneira profusa à nível internacional. Em levantamento realizado em três jornais da época – a saber, o jornal norte-americano *New York Daily Times,* o periódico nacional publicado em inglês o *Rio News* e o jornal *A Província de São Paulo* – foi encontrado um total de 252 matérias, entre as décadas de 1852 e 1874, no jornal estrangeiro[12] e, 161 e 126 matérias publicadas entre 1879 e 1882, respectivamente, nos veículos nacionais.[13] Nessas matérias eram veiculadas não apenas notícias e informes a respeito da exploração da mão de obra chinesa, mas também, toda uma série de noções e imagens sobre a Ásia e seus povos, bem como reflexões e questionamentos sobre sua conveniência e utilidade.

A título de exemplo, em 4 de abril de 1852, por exemplo, o *New York Daily Times* veiculava a matéria "*Orientais na América*". Nela, chamava-se à atenção do leitor para os então "redemoinhos de pequeno porte e contra-correntes" que ondulavam-se "das terras orientais de Ind e Cathay", uma vez que são "constantes e crescentes movimentos daquelas pessoas em direção ao leste para as Ilhas Sandwich, para a Califórnia, para Cuba, e outras ilhas das Índias Ocidentais."

Na continuidade do texto, dava-se destaque aos méritos dos trabalhadores asiáticos, os quais eram descritos da seguinte forma:

---

[11] Nesse sentido, em outra passagem, Xavier Pinheiro aludia a tais relatos da seguinte forma: "Os homens praticos e especiaes que se occupam nos estudos agronômicos, concernentes à cultura das plantas apropriadas ao nosso clima, mormente á canna de assucar, inquirindo quaes sejam os trabalhadores que mais se avantajam no serviço de sua plantação e elaboração officinal, por toda a parte, onde tenha de ser incetada ou continuada, quer nos paizes affeitos ao trabalho servil quer em outros em que está extincto ou nunca existiu, indicam os Chins como os melhores operários." (1869, p. 9-10)

[12] Muitas dessas matérias eram reproduções de notícias e informes publicados em outros tantos jornais espalhados ao redor do globo, prática bastante comum à época.

[13] Peres, 2013, p. 35.

> Seus méritos como estáveis, trabalhadores sóbrios, completamente acostumados a labuta e as desvantagens de um clima tropical, o que os colocou em comparação extremamente favorável com seus antecessores negros. Realizam uma quantidade mais fiável e constante de trabalho. Eles estão sujeitos a um número menor de males, especialmente a *maladie delangeuer*,[14] que deduz grande parte do tempo, e acrescenta muito ao custo do negro. [15]

Assim apresentadas, tais considerações e avaliações não seriam esquecidas por aqueles que propunham esse novo contingente como solução ao problema dos braços na Grande Lavoura Nacional. Duas das obras indicadas servem bem ao propósito de demonstração desse tipo de argumento, da sua lógica interna e de sua longevidade, uma vez que revelam toda a sorte de ligações a que recorriam esses propositores em suas tentativas de encetar efetivamente essa corrente migratória.

Nesse caso, a obra de Xavier Pinheiro serve bem ao propósito aqui colocado. No início da obra, tratando a respeito dos futuros problemas brasileiros com relação à mão de obra, ele advertia que:

> A experiencia de outros paizes resolveu já o problema. Possuidores de colonias, onde a lavoura assimilha-se á do Brazil por seus productos, assucar e café, vendo-se inhibidos de buscar no trafego de escravos supprimento de braços, volveram as suas aspirações para os trabalhadores livres, mormente da Asia Oriental, cujas províncias lhes offereciam sua população [...].[16]

Nesse particular, ele exemplificava retomando as medidas adotadas pela Inglaterra, França e Holanda, que haviam recorrido à utilização de trabalhadores asiáticos em várias de suas possessões tanto na Ásia como nas Américas.

Contudo, afirmando que o governo devia agir com urgência na adoção de medidas rápidas antes do vindouro "caos" provocado pela falta de braços, Xavier apontava, de maneira específica, Cuba como o melhor exemplo a ser seguido, uma vez que havia grandes semelhanças entre aquela ilha e o Brasil, não apenas nos seus

---

[14] "*Abattement physique ou moral qui se manifeste par un manque d'activité, d'énergie, de dynamisme: Maladie de langueur.*" Em: http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/langueur/46190. Acessado em: 23/03/2013.
[15] *NYT*, 15. 04. 1852 (Tradução do autor).
[16] Pinheiro, 1869, p. 9-10.

aspectos naturais e produtivos, como no próprio sistema de submissão da força de trabalho. E nesse particular fazia as seguintes comparações:

> O seu clima, análogo-ao de muitas províncias do norte, adapta-se aos mesmos productos em cuja elaboração emprega-se a nossa lavoura. A cana, o café e o fumo que constituem a riqueza de Cuba concorrem com iguaes gêneros de procedência brasileira nos grandes mercados da Europa e da America, avantajando-se o assucar e o tabaco de Cuba aos do Brasil na estimulação dos consumidores. Em quase tudo o mais a similhança é completa.
> Parecendo-se nas condições naturaes com este Imperio, a bella colônia hespanhola também se acha em condições econômicas comparáveis com as nossas; porque alli o trabalho rural tem sido sempre confiado aos braços escravos exclusivamente e ainda hoje em sua immensa maioria está dependendo d'elles.[17]

Dada a ordem de similitudes, uma vez que Cuba já havia recorrido ao trabalho dos "chins", o Brasil deveria a eles recorrer da mesma forma, uma vez que, "as observações que d'ahi colhamos nos apresentarão factos que com pouca differença se reproduziriam entre nós, se nos conviesse imital-os."[18]

Escrevendo mais de 20 anos depois dessa primeira obra, Colatino Marques (1891), já nos primeiros anos da fase republicana, retomava a mesma ordem de associações e paralelismos – tendo como foco de sua atenção as experiências desenvolvidas com o trabalho de chineses na América do Norte – para propor os "chins" como força de trabalho auxiliar ao contingente de trabalhadores nacionais, nas mais diversas atividades e empreendimentos necessários ao desenvolvimento do país, fossem esses ligados à Grande Lavoura ou a outros empreendimentos de caráter extrativo, industrial e ou de infraestrutura.

Em suas considerações apresentadas na obra, ele descrevia o "utilíssimo" trabalho realizado pelos "chins" nas grandes obras de construção de linhas férreas e nos hercúleos esforços de dessecamentos dos pântanos da Califórnia, bem como em outras atividades. Nesse particular, arguia Colatino:

---

[17] Pinheiro, 1869, p. 25.
[18] Pinheiro, 1869, p. 25.

> Ora, a nascente República dos Estados Unidos do Brazil está justamente nas condições actuaes da Colombia Ingleza ou Alto Canadá, e por isso tem tudo a lucrar do utilissimo trabalho dos Celestiaes, para sanear os lugares baixos, dessecar pântanos transformando-os em prados fertilíssimos pela irrigação, como também para o trabalho das manufacturas, das minas, das usinas, dos domicílios, etc; bem como para a construção das estradas de ferro, dos açudes, das represas, eclusas, canaes e etc.[19]

Traçando paralelos entre as atividades desenvolvidas por esses trabalhadores naquelas regiões e as que poderiam desenvolver aqui em solo nacional, assim como associações diretas entre os ambientes e regiões ali trabalhados e os que aqui deveriam receber sua contribuição através da força de trabalho, o autor propunha os "chins" como a melhor solução para se promover o rápido desenvolvimento de diversas e vastas zonas do Brasil, especificamente aquelas ao norte do Império. O Amazonas e o Ceará se destacam como foco de suas proposições, uma vez que, segundo ele, com as contribuições produzidas pelo trabalho aplicado dos chineses poderiam ser trazidos a contribuir de maneira mais contundente com a Nação.

Em sua proposta, os argumentos de adaptabilidade dos "chins" a climas e ambientes hostis (associados genericamente às características de tropicalidade) são a todo momento mobilizados e explicitados. Ainda nesse particular, comparações entre os trabalhadores europeus e os chineses eram utilizadas, via de regra, para reforçar a distinção entre as possibilidades de contribuição de um grupo e de outro ao esforço nacional, sendo os europeus menos aptos (assim se alegava) a contribuírem para o avanço e o progresso dessas regiões caracterizadas como "hostis", uma vez que não se adaptavam aos climas e às condições ambientais predominantes nelas. Entretanto, nessa narrativa, os chineses, esses sim, eram colocados em uma situação propícia a contribuírem de maneira favorável com o desenvolvimento da nação. Tal como se tentava demonstrar com a mobilização das experiências levadas a cabo nos Estados Unidos e no Peru com o emprego de sua força de trabalho, particularmente em atividades e empreendimentos desenvolvidos em regiões pantanosas, onde nem o

[19] Colatino, 1891, p. 10.

clima e nem as condições mais insalubres lhes pareceu frear (ou assim se queria fazer crer nessa narrativa) os esforços.[20]

Ao que tudo indica, pela disseminação e longevidade dos argumentos, essa tradição era cara aos entusiastas da imigração chinesa durante todo o longo período de debate da então polêmica "questão".[21] Nessas propostas e nos argumentos que as compõem, percebe-se de maneira bastante evidente o tipo de visão/compreensão que lhes alicerçava, a qual tinha um caráter profundamente pragmático e utilitarista, cultivado ao longo de quatro séculos de existência da instituição da escravidão (em sua forma moderna) e do forjar de justificativas para a utilização do braço escravo na exploração e transformação dos ambientes e dos recursos coloniais, em prol da produção de riqueza e da sustentação (e manutenção) do status das elites e/ou classes dominantes locais e/ou estrangeiras.

Essa visão/compreensão que sustentava e dava fôlego a esse tipo de proposta e narrativa relacionada aos trabalhadores chineses e ao seu status enquanto trabalhador (submetidos a contratos de trabalho abusivos, mantenedores de uma espécie de continuidade mal disfarçada da própria escravidão, como bem apontou Gorender) perpassou as experiências dos trabalhadores chineses em diversos locais, onde foram propostos e/ou utilizados enquanto mão de obra substituta à dos trabalhadores escravizados, de tal forma que nelas é possível identificar aquilo que Thomas D. Rogers (2005) bem descreveu através do conceito de *Laboring Landscape*, "a paisagem que trabalha". Nesta perspectiva, trabalho e ambientes eram combinados de maneira

[20] Nesse particular, vale lembrar os comentários de Cornelius Koopmanschap – um dos principais negociantes e propositores do tráfico de chineses ao redor do globo – em meio aos debates sobre importação ou imigração de trabalhadores chineses para o Sul dos Estados Unidos da América, publicados no jornal *Memphis Daily Appeal,* em 26 de julho de 1869, como apresentado por Moon-Ho Jung (2006, p. 114). Quanto à utilização de trabalhadores chineses em regiões pantanosas, o comerciante afirmava: "Nada mais que trabalho forçado trará prosperidade", afirmou o assunto com naturalidade. "Os produtos de climas tropicais ou semitropical, são antecipados pela grande atenção e cuidado." Os Chineses foram a "raça peculiar" perfeitamente adequada para o trabalho de plantação no pós-emancipação. 'Trabalhadores europeus não vão para o brejo [...] que é mais fértil e produtivo, e não é desumanidade colocar o chinês lá," ele observou. "Ele [o pântano] não o machuca." (Peres, 2013, p. 61, tradução nossa)

[21] Essa que já foi apontada como a "mais animada controvérsia pública sobre à imigração estrangeira no século XIX." (Cervo, 1981, p. 179).

a "formar um todo, orientado para a produção [...], em qual não havia "distinção entre força humana e a força natural". [22]

Essa forma de compreensão, como demonstrou Rogers[23], orientou muito mais do que apenas a forma de entender e ver os espaços de produção sob seu domínio e a própria realidade que circundava essa classe de homens ligados à Grande Lavoura Nacional. Ela também lhes marcou profundamente as memórias e as formas de falar e contar a respeito do todo a sua volta.[24]

Partícipes e influentes no jogo político-econômico nacional, esses homens promoveram e defenderam seus interesses, bem como, produziram e debateram propostas com vista a solucionar problemas e questões que lhes afligiam a partir dessa mesma lógica. Àquele momento do século XIX, entre as grandes questões que se colocavam ao debate (público e privado) estava exatamente a que dizia respeito a uma vindoura crise de braços que se seguiria ao fim da escravidão (que cedo ou tarde, àquele momento se compreendia, sobreviria), principalmente após a promulgação da *Lei do Ventre Livre* em 1871. Encontrar uma saída e ou solução ao problema se transformou, dessa maneira, em uma verdadeira questão nacional, uma vez que punha em risco o futuro da Grande Lavoura, compreendida então como sustentáculo da própria nação. [25]

Dessa forma, ao proporem e debaterem esse problema, ideias e iniciativas as mais variadas foram analisadas, discutidas e encetadas em diversas esferas e âmbitos.

---

22 Rogers, 2010, p. 18-19.

23 Idem, 2010, p. 14.

24 Segundo Rogers (2010, p. 14), os senhores e seus porta-vozes – nos mais diversos âmbitos da vida intelectual e política do Império – viram e falaram a respeitos dessas áreas sob seu domínio, como: "[...] um território que trabalha exclusivamente para eles e sobre qual mandam. Além disso, incluído no território está o poder produtivo dos trabalhadores. Então, os senhores tratam dos elementos da paisagem sem perceber distinções: mata, rios, canavial, trabalhador."

25 Como demonstra Ademir Gebara (1986, p. 202-204), mesmo tendo sido a Lei aprovada com o objetivo de "implementar um processo de mudanças ordenado, pacífico e gradualista em direção ao mercado de trabalho livre, sem colocar em risco a produção agrária", sob o signo da "aquiescência e do consenso"; no entanto, ela fez emergir dois novos problemas, que exigiam soluções rápidas para permitir que a estratégia de transição elaborada funcionasse. Foram eles: 1. "A erosão do controle absoluto que os senhores de escravos tinham sobre estes" e 2. "a necessidade de se obter novas fontes geradoras de mão de obra." Essas questões dominaram os debates entre políticos e plantadores ao longo dos anos 1870; sendo longamente retomadas em 1878 com uma série de novas e velhas proposições para a resolução de ambos os problemas apontados.

Registrados esses debates em documentos oficiais, livros, jornais e panfletos, eles oferecem um rico material a partir do qual se pode verificar e constatar a longevidade e a continuidade característica dessa tradição argumentativa aqui trabalhada. Aplicada ao caso dos trabalhadores migrantes chineses e à perspectiva de introduzi-los em solo nacional, ela os definia como instrumentos substitutivos e transitórios da força de trabalho escrava nas grandes plantações de gêneros tropicais, como cana, café e algodão (mas, não apenas),[26] permitindo-lhes uma oportunidade de continuidade de um sistema de trabalho compulsório,[27] no momento-chave de transição da escravidão para o forjar de um mercado de trabalho livre.[28]

Nesse sentido, é interessante observar as discussões que se estabeleciam entre os propositores no que concernia às formas pensadas à época de introduzir e alocar esse novo contingente de trabalhadores imigrantes em solo nacional e perceber algumas das nuances e particularidades presentes nessas propostas em relação aos diferentes grupos em jogo, os europeus e os "chins".

---

[26] Nesse particular, deve-se considerar aqui o apontamento feito por Sidney W. Mintz (2003, p. 39): "Edgar Thompson apontou na sua tese de doutorado que não havia associação inalterável entre a forma plantação e os trópicos. Thompson argumentava que a plantação era, antes de tudo, uma instituição política; a definição, na sua opinião, baseava-se no seu papel de pioneira na 'domesticação' de novas regiões. Desse modo, por exemplo, ele via as grandes fazendas cerealíferas das terras baixas da Prússia oriental, estabelecidas como plantações desde o século XIV (1932, p. 3). Que se aceite ou não a perspectiva peculiar a Thompson, é útil considerar as plantações como determinadas de outro modo que não climaticamente, embora permaneça o fato histórico de que os produtos de plantação tiveram e ainda têm, na sua maioria, origem tropical."

[27] "O ponto-chave desses sistemas de migração não era principalmente a coerção no ponto de recrutamento (embora isso também fosse importante), mas a eficácia das formas de controle exercidas pelos empregadores sobre os trabalhadores e a redução dos salários abaixo das taxas de mercado. Embora a maior parte desses fluxos migratórios não fossem regulamentados e/ou supervisionados pelo governo no ponto de recrutamento, sistemas elaborados estavam em vigor para coerção dos migrantes no destino (ordenanças senhor-servo, violação das leis contratuais por parte do trabalhador e até mesmo das leis contratuais ordinárias para recuperação de dívidas na Birmânia e no Ceilão, por exemplo)." (Mohapatra, 2007, p. 111) No Brasil, estratégias e regulações de caráter semelhante foram pensadas, elaboradas e adotadas no trato com os trabalhadores chineses que aqui desembarcaram. A esse respeito ver por exemplo o Decreto n 4.547, de 9 de Julho de 1870, através do qual se "concedia a Manoel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, ou á companhia que organizarem, autorização para importarem trabalhadores asiaticos." (Peres, 2017, p. 116-118, 123-123)

[28] Peres, 2013, p. 162.

A Alocação dentro dos Sistemas de Produção do Brasil Império

Ao lado das obras aqui analisadas, outras opiniões favoráveis ao emprego dos trabalhadores chineses no Brasil também servem à causa de exemplificação dessa tradição argumentativa aqui exposta. Em momento crucial dos debates promovidos e travados entre representantes da classe dos plantadores e da classe política nacional (uma confundindo-se com a outra, em diversos momentos) a respeito da questão da mão de obra no Brasil, durante a realização do *Congresso Agrícola do Rio de Janeiro* de 1878 – momento focal desses debates e uma verdadeira caixa de ressonância das discussões em torno da "Questão Chinesa"[29] – a resposta dada pelos lavradores de Quissaman ao questionário prévio do programa do congresso, parece significativa e exemplar dessa tradição. Uma vez que reconhecia, nestes termos:

> [...] a superioridade do asiático na lavoura racional, naquella que sabe comprehender em seus justos termos a grande lei da restituição, e que não segue os processos da lavoura-vampiro, adoptados em muitos logares da Europa civilisada. Bastaria o atestado subscripto pelo barão von Liebig[30] para afirmar o valor do chinez como lavrador, [...]. [31]

De maneira não muito diferente, o relatório da Comissão dos Lavradores Paulistas, composta por Albino José Barbosa de Oliveira, Antônio Moreira de Barros e Campos Salles, assim como destacado por Emília Viotti, descrevia e sublinhava de maneira explicita as funções a serem exercidas pelos "chins" nas plantações brasileiras,[32] particularmente aquelas ao sul do Império, com destaque à grande lavoura cafeeira:

---

[29] Ver Peres, 2017.

[30]Prêmio Nobel, Justus von Liebig identificou o princípio básico da produtividade da natureza […]. Reichholf, 2008, p. 203.

[31]Congresso Agrícola. *Edição Fac-similar dos Anais do Congresso Agrícola do Rio de Janeiro em 1878*. Introdução de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988, p. 63.

[32] A partir de uma análise lexicometrica realizada sobre os anais do já referido congresso foi possível constatar dois padrões de referência quando se tratava dos trabalhadores chineses. Um dos quais se constituiu em torno do termo "chins", utilizado 105 vezes naquele material e ao qual eram atrelados os seguintes termos de qualificação de caráter positivo: "primeiro trabalhador do mundo; homem de trabalho; trabalhador; laborioso; colono; jornaleiro; alegre; livre; presta serviço regular; superior; lavrador; homens robustos; meio de transição; meio transitório; agricultor aproveitável; verdadeiros trabalhadores chinezes; sóbrios; econômicos;

> A estes deveriam ser entregues certos serviços necessários à vida da fazenda, aos quais não se adaptavam os colonos e que, dificilmente, poderiam ser contratados por empreiteiras: limpar pastos, aviventar valos, fazer derrubadas, construir açudes, matar formigas, secar café, beneficiá-lo, salvá-lo das intempéries.[33]

É interessante notar que tais propostas eram lastreadas em ideias pragmáticas e esclarecidas, as quais procuravam estabelecer e organizar uma verdadeira divisão interna do trabalho em nível nacional. Evaldo Cabral de Mello reforça essa impressão ao reproduzir considerações tecidas pelo Visconde de Sinimbu em 1882 – um dos mais longevos propositores da introdução dos "chins" na Grande Lavoura Nacional –explicitando de forma contundente que:

> [...] a ideia era criar uma especialização de funções entre o coolie[34] e o europeu, os quais, [...], não se repeliriam mas se complementariam: um, trabalhador assalariado, proporcionaria força de trabalho à grande lavoura cafeeira, sem destinar-se ao cruzamento da raça brasileira" e regressando à China ao fim do contrato coletivo que o traria ao Brasil; outro, como colono, fixar-se-ia definitivamente no país, dando-lhe "indústria, civilização, costume e aperfeiçoamento da raça.[35]

---

excellencia do trabalhador; meio de transição." Em termos negativos, os qualificativos associados aos "chins" eram: "vicioso; corrupto; pervertido; raça decrépita; immoraes." O outro padrão se constituiu em torno do termo "coolie" que será abordado na sequência desse texto. (Peres, 2017, p. 604-605)

33 Viotti, 1998, p. 186.

34 Como já apontou Lisa Yun (2008, p. xix) sobre a terminologia empregada a respeito desses trabalhadores em âmbito internacional, o termo "coolie", de emprego comum na língua inglesa, referia-se, de forma indistinta, – a menos quando seguido do qualificativo de nacionalidade – a trabalhadores não especializados de origem asiática. Nesse sentido, é importante destacar também que, no contexto nacional e, particularmente, durante o já mencionado *Congresso Agrícola*, é possível perceber a consolidação do segundo padrão de referência aos trabalhadores chineses quando da utilização do termo "coolie" ao se referir aos mesmos. Utilizado 36 vezes, "coolie" foi associado principalmente à termos de qualificação de caráter negativos, como: "eivados de máos costumes; corruptos por natureza e principios de educação; fracos; indolentes por natureza; alquebrados pela depravação dos costumes e dos hábitos que desde o berço adquirem; narcotizados physica e moralmente pelo ópio; raça inferior; raça desmoralizada e degenerada; machinas retrogradas e gastas exportadas da China; elementos dissolventes da ordem e do bem estar da família agrícola; semi-barbaros; caracter subservientes; immoraes; rebotalho; incendiário; inimigo do proprietário." Os parcos termos de adjetivação positiva associados a ele foram: "excellentes operários; úteis; machinas de trabalho; instrumento de trabalho; obediente; humilde; colonos; mera transição; meio de transição; jornaleiros." (Peres, 2017, p.604-605)

35 Mello, 1999, p. 80.

Essa divisão interna do trabalho, pensada com o propósito de organizar o processo de alocação dos diferentes grupos de imigrantes nos setores produtivos do país, particularmente no sul do Império, já aparecia bem delineada como proposta em fala do mesmo Sinimbu, datada de anos antes. Em sessão da Câmara dos Deputados, de 24 de março de 1879, ele explicitava de maneira contundente que não se podia fazer confusão entre um tipo e outro de imigração. Alertava o político e então Chefe de Gabinete que:

> A imigração pode ser considerada a partir de dois pontos de vista, como substituição da mão de obra existente, ou como a introdução de uma raça mais avançada, instruída e trabalhadora, que virá para povoar nossos campos e por contato melhorar as condições de nossa população. O erro da imigração entre nós se deve à confusão dessas duas idéias. As pessoas têm suposto que tratando da imigração européia eles estão tratando ao mesmo tempo de trazer trabalhadores para nossas plantações; vendo aproximar-se a extinção da escravatura em virtude da lei de 20 de setembro, consideram que um maior desenvolvimento deve ser dado a imigração européia, supondo que iram, assim, encontrar um substituto para o trabalho no momento empregado em nossas plantações, isto é um erro.[36]

Tal alerta visava a esclarecer a confusão feita à época e encontrada de maneira recorrente nos textos e falas resultantes dessa discussão entre as duas formas de introdução de imigrantes que estavam em jogo, e ressaltar a distinção entre elas quanto à sua perspectiva de futuro no cenário nacional. Nesse sentido, procurava-se deixar claro que aos europeus que viessem a ser introduzidos no Brasil, principalmente nas regiões de produção do sul do Império, a forma adotada de alocação deveria ter em vista promover e permitir a fixação desses indivíduos em solo nacional.

Já no que se referia aos "chins", a posição que lhes era reservada seria, tão somente, de força de trabalho auxiliar e temporária, uma substituta da força de trabalho então empregada nas plantações, assim como concebia o estadista. A ocupação prevista para os últimos, em termos ideais, era aquela paga por jornal barato, através de contratos de trabalho com tempo determinado e com previsão de

[36] *Rio News*, 15.04. 1879 (Tradução do autor).

retorno desses trabalhadores a sua terra natal ao fim dos contratos. Neste sentido, as propostas e as formas oficiais de introdução previstas convergiam para alocá-los e destiná-los ao desempenho de atividades reconhecidamente mais difíceis e em condições de maior precariedade e insalubridade, às quais nem europeus, nem trabalhadores livres se submeteriam. Tal entendimento aparecia já bem expresso nas discussões travadas durante o *Congresso Agrícola do Rio de Janeiro* e ecoaria na obra "*Os Trabalhadores Asiáticos*" de Salvador de Mendonça, publicada ainda sob o calor daqueles debates:

> Obtel-o [trabalho barato] é, pois, em ultima analyse o que nos convêm fazer. E lançando em torno de nós olhos investigadores, nenhuma immigração, mais do que a Chineza, vemos hoje que possa trazer supprimento immediato e prompto de braços á nossa agricultura e industria. Instrumento transitorio de nossa riqueza, ella operará entre nós a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, desbravará o terreno e abrirá os caminhos por onde a emigração da Europa correrá mais tarde a disputar a posse do solo de nossa pátria. Como a terra da promissão do século próximo.[37]

Contudo, como visto, se nas propostas de introdução de "chins" para as regiões de produção ao sul do Império essa força de trabalho desempenharia apenas papel coadjuvante, como uma complementação das forças de trabalho então presentes e/ou aos futuros trabalhadores europeus que viriam a se estabelecer naquelas paragens; nas propostas referentes à introdução desses trabalhadores chineses nas regiões ao norte do Império, onde a esperança de encetar uma corrente de imigração europeia era ínfima, lhes caberia papel central no amanho da terra e do desenvolvimento das produções agrícolas e demais potencialidades da região.

Dado o grande insucesso das parcas tentativas de imigração europeia nessa região do Império, rotulada, de forma genérica, como de "clima hostil" devido ao seu caráter tropical – mesmo havendo, à época, vozes discordantes a esse respeito[38] –, para alguns pareceu conveniente propor essa alternativa chinesa às iniciativas de

[37] Mendonça, 1879, p. 19.
[38] Mello, 1999, p. 72.

transformação e aprimoramento dessas terras, sob forma de contratação temporária e complementar.

Apesar de tardias em relação às proposições de imigração para o sul do Império, essas propostas direcionadas à introdução dos "chins" nas paragens ao norte fortaleceram-se após a década de 1870 – principalmente em meio aos debates travados na Corte –,[39] quando se inicia uma segunda onda propositiva a esse respeito em âmbito nacional.

No que concernia à conveniência de sua introdução, além do próprio não estabelecimento de colonos europeus naqueles territórios – intento maior do projeto Imperial no forjar da nação –, entravam em jogo uma série de outros elementos, considerados chave a um possível e desejável desenvolvimento, principalmente econômico, da região. Entre esses estavam o alegado caráter adaptativo dos chineses às condições climáticas do norte e de seus ambientes; sua perícia em trabalhos agrícolas, principalmente com a cultura da cana-de-açúcar, então predominante em várias regiões; sua reconhecida capacidade técnica com relação a obras hidráulicas e, sem sombra de dúvidas, o baixo custo dessa mão de obra, em relação à europeia e, mesmo à nacional, numa região caracterizada como de condição precária.

Uma síntese desta compreensão a respeito da conveniência dos "chins" seria apresentada em 1886 pelo engenheiro civil José Custódio Alves de Lima em sua obra "*Estados Unidos e os Norte Americanos acompanhado de algumas considerações sobre a imigração chineza no Imperio do Brasil*". Nela, ele argumentava que:

> O norte, pelas suas riquezas naturaes, liberdade de suas terras, que chega aoponto de matar a iniciativa do homem, precisa de um germen novo para a constância do trabalho, e eu não vejo nenhum

[39] Na década de 1870, com a Lei do Ventre Livre de 1871, severo golpe nas pretensões de continuidade da escravidão como sistema de trabalho, novamente ressurge uma forte onda de propaganda da vinda de mão de obra chinesa para o Brasil. Prova disso, encontra-se na iniciativa do Governo Imperial em conceder, através do decreto n° 4.547, de 9 de Julho de 1870, aos negociantes Manuel José da Costa Lima Vianna e João Antonio de Miranda e Silva, autorização "a importarem trabalhadores asiáticos destinados ao serviço da lavoura do Brasil" pelo prazo de 10 anos (Peres, 2013, p. 97), bem como nas discussões travadas nos *Congressos Agrícolas* de 1878, realizados no Rio de Janeiro e no Recife, e nos diversos "relatórios e memorandos que emanam do Ministério de Agricultura e que apresentavam a imigração chinesa como solução ideal para a crise do trabalho nas plantações de café e açúcar." (Meagher, 2008, p. 265)

> outro elemento mais adaptado aquelle clima do que o Chinez. Quem viajou e estudou a carta do Pacifico, sabe que o Chinez tem sido até aqui um auxiliar poderoso ao archipelago de Honolulu, para o fabrico de assucar, que em qualidade, é superior ao nosso. Que mal faria a Pernambuco, á Bahia e outras províncias do norte, cujas lavouras estão em sensível decadência, que os Chinezes fossem auxilial-as com a sua constância e pontualidade como operários? Que mal faria ao antigo e legendário Maranhão, hoje mais em decadência do que outra qualquer província, que o Chinez para alli se dirigisse rehabilitando não só a sua agricultura como a exploração de suas ricas e afamadas minas de ouro que mereceram o estudo e dedicação de um dos seus mais distinctos filhos o fallecido Senador Cândido Mendes? Só a coragem e sobriedade do Chinez poderá affrontar as febres palustres quereinam naquella província, como deu disto prova quando dessecou os pântanos nas visinhanças de S. Francisco. E se quizerem vir para o sul porque havemos de impedil-os?[40]

Em sua exposição, faz-se digno de nota a associação explícita que traça entre o trabalhador chinês e sua adaptabilidade aos climas e ambientes hostis, como aqui se procura demonstrar. Note-se que ao final da exposição o trabalhador chinês é apresentado como o único que poderia "affrontar as febres palustres" que dominavam as regiões alagadas e pantanosas do Maranhão. Tal associação, como já demonstrado, era aqui retomada, mais uma vez, em nome do aumento da produção e do progresso da região.

Nessa mesma linha de argumentação, mas de maneira mais objetiva, outro autor também propunha a introdução de trabalhadores chineses nas regiões do norte do Brasil, alguns anos depois. Este seria o já mencionado Colatino Marques que, em sua obra "*O Trabalho dos Chins no Norte do Brazil*" de 1891, descrevia os feitos dos chineses nas grandes obras realizadas no estado da Califórnia. Indicava também o emprego dos "chins" para outras duas áreas de possível interesse estratégico da recém-fundada República do Brasil, a saber: a região amazônica e o semiárido cearense, no intuito de torná-las regiões produtivas. Vale observar as considerações tecidas por ele a esse respeito:

[40] Lima, 1886, p. 147-148.

> Sem capitaes, sem população abundante, sem recursos scientificos, como poderia o Ceará elevar-se e tornar-se um dos poderosos Estados da grande confederação Brazileira senão aproveitando o trabalho dos Chins, e, depois destes valorizarem as suas terras, trazer imigração da raça branca para empregal-a na agricultura, fonte perenne de riquezas inesgotáveis? [...] Somente por meio do trabalho dos Chins conseguiria o Ceará uma civilização rápida, valorizando-se aquelle solo ingrato durante os períodos lamentáveis das seccas, que tão grandes sacrificios de vidas e de dinheiro hão produzido. Para salval-o, pois, é preciso dar-lhe agora, agoa, agoa e muita agoa por meio dos trabalhos hydraulicos, feitos economicamente pelos Chins, guiados pelos engenheiros habilíssimos.[41]

No caso da Amazônia, as especulações eram ainda mais reveladoras das conexões que ele estabelecia entre os "chins", o trabalho e os ambientes e climas, ditos "hostis":

> A vista do exposto, como é que se poderia aproveitar aquelles terrenos fertilissimos, aquelle verdadeiro Eden nas mãos de um povo sabio, senão empregando o trabalho dos Chins, quer no dessecamento dos pântanos, na derrubada das florestas, no amanho da terra, quer na canalisação dos rios, nas construções de pontes, de estradas, barragens, cannaes de irrigação, etc? Ora, a raça amarella, actualmente existente nas florestas virgens da Amazonia, e que é avaliada, sem exageração, em 150 mil almas, parece identica á dos Chins ou outros Asiaticos. Se esta população nomada, pois fosse aproveitada nos trabalhos grandiosos de saneamento da Amazonia de combinação com os Chins, de certo que, em futuro relativamente curto, o colono europêo poderia então estabelecer-se impavidamente na Amazonia, á medida que os terrenos fossem saneados e as obras para as irrigações e outras estivessem acabadas.[42]

Note que, para tal objetivo, descartada a possibilidade de empregar trabalhadores europeus – num primeiro momento –, esses tidos como inadaptáveis às condições climáticas dessas regiões – a não ser ao longo de sucessivas gerações –, os trabalhadores chineses eram os elementos mais recomendáveis, uma vez que ele demonstrava a partir de indicações científicas e de conhecimentos históricos e

[41] Souza, 1891, p.16-17.
[42] Souza, 1891, p. 28-29.

práticos (embasado em opiniões de autoridades como o geógrafo e naturalista Alexander von Humboldt, o zoólogo e geólogo Louis Agassiz e do explorador Marcel Monnier), que os chineses possuíam uma série de características biológicas e culturais que, unidas, tornava-os, ou (uma vez mais) assim se fazia quer crer, os indivíduos mais capazes para a condução desses trabalhos em solo nacional.

No entanto, apesar da longa discussão que se estabeleceu nos círculos da política e da impressa nacionais, essas propostas aqui apresentadas parecem não ter encontrado sustentação e adesão entre os grandes proprietários do norte e nem entre sua classe política; como bem atestam as discussões realizadas por ocasião do Congresso Agrícola do Recife, realizado também em 1878, em resposta àquele realizado na Corte.

Comparativamente, o espaço de discussão da "Questão Chinesa" foi infinitamente menor nele do que no seu congênere do sul, onde ocupou boa parte das sessões. No congresso do norte, apenas menções pontuais e de caráter contrário a essas propostas são encontradas no material resultante dos trabalhos.[43] Além disso, a própria inexistência de iniciativas de introdução efetiva desses trabalhadores naquela região, ao contrário do que se viu por vezes encetar no sul do Império, atesta essa falta de interesse.

Referências

Carneiro, Maria Luiza Tucci. A Imagem do Imigrante Indesejável. *Revista Seminários. Imigração, Repressão e Segurança Nacional.* São Paulo, n. 3, p. 23-33, out. 2003.

Cervo, Amado Luiz. *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores: 1826 – 1889*. Brasília: Editora da UNB, 1981.

Conrad, Robert. The Planter Class and the Debate over Chinese Immigrant to Brazil, 1850-1893. *International Migration Review*, New York, v. 9 n.1, p. 41-55, 1975.

Costa, Emília Viotti da. *Da senzala à Colônia.* São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

Dezem, Rogério. *"Matizes do "amarelo": a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Galeano, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Porto Alegre, L&PM, 2010.

[43]Peres, 2013, p. 151-157.

Gebara, Ademir. *O Mercado de Trabalho Livre no Brasil* (1871-1888). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

Gorender, Jacob. O *Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

Jung, Moon-Ho. *Coolies and cane: race, labor, and sugar in the age of emancipation*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

Lesser, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional:* imigrantes, minorias e lutas pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

Lima, José Custódio Alves de. *Estados Unidos e Norte Americanos, acompanhado de algumas considerações sobre a immigração chineza no Imperio do Brasil*. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler, 1886.

Mintz, Sidney W. *O Poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Universitária da UFPE, 2003.

Mohapatra, Prabbu P. "Eurocentrism, Forced Labour, and Global Migration: a Critical Assessment". In: *International Review of Social History*, Cambridge, v. 52, pp. 110-115, 2007.

Monzote, Reinaldo Fuñez. "Azúcar, deforestación y paisajes agroindustriales en Cuba, 1815-1926". *Varia Historia*, Pampulha, n. 33, janeiro, 2005.

Meagher, Arnold J. *The Coolie Trade*. The Traffic in Chinese Laborers to Latin America, 1847-1874. Bloomington: Xlibris, 2008.

Mello, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

Mendonça, Salvador. *Trabalhadores Asiáticos, por Salvador de Mendonça, cônsul geral do Brasil nos Estados Unidos*. Obra mandada publicar pelo exm. conselheiro João Lins Vieira Cansanssão de Sinimbú, presidente do Conselho de ministros, ministro e secretário de estado dos negócios da agricultura, comercio e obras publicas. New York: Typ. Novo Mundo, 1879.

Mintz, Sidney W. "Produção Tropical e Consumo de Massa: um comentário histórico". In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: Universitária, 2003.

Pinheiro, Xavier. *A Importação de Trabalhadores Chins:* memória apresentada ao Ministro da Agricultura, Comercio e Obras Públicas e Impressa por sua ordem. Rio de Janeiro: Typ. de João Ignácio da Silva, 1869.

Peres, Victor Hugo L. *Os Chins nas Sociedades Tropicais de Plantação:* estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil, 1814-1878. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

Peres, Victor Hugo L. Os "Chins" em debate no Congresso Agrícola do Rio de Janeiro de 1878: Trabalho, Imigração e Identidade Nacional. *Revista Leste Vermelho*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 534-606, jan. 2017.

Reichholf, Josef H. *Breve história da natureza no último milênio.* São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

Rogers, Thomas D. The *Deepest Wounds: The Laboring Landscapes of sugar in Northeastern Brazil.* Ph.D. dissertation, Duke University, 2005.

Rogers, Thomas D. Imaginários Paisagísticos em Conflito na Zona da Mata Pernambucana. *In:* Dabat, Christine Rufino; Abreu e Lima, Maria do Socorro (org.). *Cadernos de História:* oficina de história: trabalhadores em sociedades açucareiras. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

Souza, Colatino Marques. *O Trabalho dos Chins no Norte do Brazil, especialmente na Amazonia.* Brasília: Typ. a Vapor de Almeida Marques, 1891. BN (Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro)

Tompsom, Edgar. *The Plantation*. Part of a dissertation submitted to the Faculty of the Division of Social Sciences in candidacy for degree of Doctor of Philosophy. Private edition distributed by the University of Chicago Libraries. Chicago, Ilkinois, 1932.

Yun, Lisa. *The coolie speaks: Chinese indentured laborers and African slaves in Cuba*. Philadelphia: Temple University Press, 2008.

Documentos

Congresso Agrícola. *Edição fac-similar dos Anais do Congresso Agricola realizado no Rio de Janeiro em 1878*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

Congresso Agrícola do Recife. *Trabalhos*. Recife: CEPA/PE, 1978.

Jornais

The New York Times, (1850-1874).

The Rio News, (1879-1882).

A Provincia de São Paulo (1878 – 1882).

IMIGRAÇÃO CHINESA EM SÃO PAULO

Daniel Bicudo Véras

Introdução

O presente trabalho tem como tema os movimentos populacionais, que por sua vez estão relacionados a políticas econômicas e globalização. Enquanto o capital tem acesso livre pelo mundo, o mesmo não ocorre com pessoas, que são paradas nas fronteiras, muitas vezes ali ficando e desenvolvendo culturas de fronteira, ou situando-se em campos de refugiados, que para Agamben (2003; 2004) se constituem em paradigmas do espaço da política atual. O Brasil e a China se constituem em polos de atração de capital e expulsão de pessoas. No processo, transformações culturais são desencadeadas – o que interessa a esta investigação.

O estudo se justifica porque o Brasil e China têm importantes laços bilaterais. Desde 2009 a China é o maior parceiro comercial do Brasil, numa relação superavitária para este. A China tem sido crescente tema de estudos entre acadêmicos brasileiros, mas a maioria destes estudos centram-se em questões econômicas, de relações internacionais (no sentido de relação entre Estados), processos de desenvolvimento chineses que muito podem ensinar aos outros países. Entretanto, estudos da parte cultural da relação Brasil-China são ainda relativamente poucos, e que muito podem azeitar estas relações. Isto é uma necessidade, visto que ainda impera o desconhecimento mútuo entre Brasil e China. Para os brasileiros é um desafio conhecer sobre a língua e a cultura do país asiático, seja pela distância física, seja pela falta de oportunidade, o que atribui à China um caráter inexpugnável. Assim, aprender sobre os chineses no Brasil é aproveitar-se de que há cultura chinesa aqui há mais de um século, e também que chineses têm sido parte constitutiva do povo brasileiro.

Muitas são as perguntas ensejadas pelo tema, como: Quantos chineses vivem no exterior? Por que saem da China? Quantos chineses vivem no Brasil? O que os traz ao Brasil, e mais especificamente a São Paulo? A que outros destinos vão os chineses? Por que estes lugares? Assim, tendo em vista tais questionamentos, o presente trabalho tem como objeto de estudo a diáspora chinesa, mais

especificamente os chineses no Brasil (quase 300 mil pessoas, de acordo com a Polícia Federal, como levantado pela Ibrachina, 2019) – metade dos quais concentrados no estado de São Paulo. Outro importante ponto a considerar é a multiplicidade de identidades dos chineses, que não são monolíticas. China Continental, Taiwan, Hong Kong, Macau, 56 etnias, a força da cidade natal na construção destas identidades. Ademais, considerar demais fatores de influência, como abertura e crise econômico-social do país, dentre outros. A sociedade receptora, que é a brasileira, traz consigo densa história e diversidade ímpar, e os chineses entram como partícipes na construção desta sociedade, e dentro dela, de uma complexa identidade.

Os objetivos abrangem **c**ompreender a diáspora chinesa no Brasil, bem como analisar as transformações trazidas à sociedade brasileira. Considerando-se que cerca de 35 milhões de chineses ultramarinos vivem em quase 150 países, e o Brasil é o lar de 300.000 deles, cabe identificar os fatores que obrigam pessoas a deixar a China, dando atenção à multiplicidade cultural e divergências políticas. Além disso, compreender os fatores de atração de imigrantes para o Brasil, e especificamente para São Paulo. Tudo isto permite ampla visão dos processos de deslocamento populacional, política econômica e globalização, além de permitir o estabelecimento de relações entre tal amplo cenário e a configuração da população brasileira, sem perder de vista que, por razões históricas, o Brasil e a China têm tido contato permanente.

O estudo iniciou-se como pesquisa para tese de doutorado defendida em 2008 (iniciada em 2003). Após este período, como desdobramento natural do tema, o pesquisador debruçou-se sobre a construção de uma identidade asiático-brasileira manifesta nas redes sociais. O processo começou com pesquisa bibliográfica (histórica, teórica, e dados estatísticos terciários, documentos e informações da imprensa). Em seguida, foram consultados arquivos do Museu da Imigração de 1997 a 2003 com testemunhos de imigrantes chineses no Brasil. Depois disso, foram feitas cinco entrevistas em profundidade com imigrantes chineses em São Paulo, in 2006.

Nas entrevistas, o questionário aplicado incluía:

- por que imigrou para o Brasil;

- como chegou no Brasil (a rota);
- mecanismos de expulsão da zona de origem;
- verificação dos mecanismos de atração para o Brasil;
- como começou nova vida;
- sociabilidade;
- expectativas sobre o novo país;
- grau de satisfação com o novo país;
- relacionamento com os brasileiros (e outras comunidades estrangeiras).

As respostas foram gravadas. Trata-se de pesquisa qualitativa, com entrevistados deixados livres para discorrer sobre os aspectos mencionados, para depois haver a transcrição e análise de pontos específicos. Por fim, o autor documentou lugares de presença chinesa na cidade de São Paulo e arredores, publicações em língua chinesa produzidas em São Paulo, além de festividades, cerimônias e ocasiões especiais (Veras, 2008).

É de grande importância para o trabalho o conceito de diáspora. Muito associado ao povo judeu, o conceito deriva da expressão grega *dia speiro*, que significa "espalhamento da semente", sendo posteriormente desenvolvido por Hall (2003) e McKeown (1999). Para ser designado como diáspora, um povo precisa reunir três características:

1) Espalhamento físico por diversos países;
2) Construção de uma mitologia da terra de origem;
3) A promessa de retorno.

Por apresentar tais características, os chineses ultramarinos se constituem numa diáspora. Além disso, cabe destacar as teorias migratórias de *pull* e *push* para o fenômeno migratório. Paul Singer (1973) e Herbert Klein (2000) estabelecem que diferentes regiões do mundo se comunicam via migração: enquanto umas expulsam pessoas (*push*), outras atraem (*pull*). Para explicar a existência de contingentes

populacionais excedentes numa região, recorre-se ao conceito de "exército industrial de reserva" (Marx, 1985).

Para além destes referenciais teóricos, outros temas são aprofundados. Sobre a condição de imigrante, trabalhos de Abdelmalek Sayad (1998). Sobre a construção de uma identidade brasileira que incluísse também asiáticos e seus descendentes, os trabalhos de Jeffrey Lesser (2001) merecem destaque. Sobre a inserção de chineses na sociedade brasileira, teorias de Sigmund Freud (1974), Eric Hobsbawm (1990), Edward Said (2003) e outros que ajudam a lidar com a complexidade da questão.

Sobre problematização e linhas de pesquisa, o trabalho estabelece uma relação dialética entre Brasil e China, compondo as seguintes partes:

- A China expulsa;
- O Brasil recebe;
- Os sino-brasileiros emergem.

O presente trabalho leva isto em conta, adicionando a questão dos retornados.

Deixando a China

Internamente, a China apresenta fatores econômicos, políticos, culturais e demográficos que expulsam parte de sua população. Com a maior população do mundo (hoje 1,4 bilhão de pessoas), a China tem também um grande contingente fora de suas fronteiras, sendo estimado em 35 milhões pela Academia Chinesa de Ciências Sociais. Na realidade, é sempre muito difícil estimar o número exato de chineses no exterior. Além do tráfico ilegal de pessoas, há chineses pelo mundo viajando com diferentes passaportes. Por exemplo, muitos chineses chegaram ao Brasil com passaporte moçambicano. Se esta migração se deu antes de 1975, entravam com passaporte português.

A maior parte destes chineses se encontra no Sudeste Asiático, mas também com grande presença nas Américas, na África do Sul, Austrália e Europa. Em cada uma destes lugares, os chineses desempenharam diferentes funções. Por exemplo, na América do Norte trabalharam na construção de estradas de ferro; no Panamá, na

construção do Grande Canal; no Peru, na extração de guano; na África do Sul, Chile e Austrália eram mineradores; em Cuba e Guiana Inglesa, agricultores. Há também lugares em que os chineses se tornaram destacada burguesia comercial, como o México e Indonésia, tendo sofrido inclusive hostilidades e violência por parte dos locais. De acordo com Yang (1974), tudo isso começou no século XIX, em que o continente americano começava a debater a substituição de mão-de-obra escravizada africana por formas do chamado "trabalho livre". Foi então que iniciou-se o "comércio *coolie*", que consistia em se trazer os trabalhadores asiáticos, em meio a acirrado debate racial, num século XIX marcado pela catalogação, classificação e hierarquização de raças. Formalmente, tal comércio foi de 1810 a 1920, sendo amplamente praticado em diferentes regiões, sobretudo por ingleses e portugueses, que competiam e acusavam um ao outro de continuação da escravidão. Ademais, o tal comércio não era consenso. Por exemplo, o racismo contra asiáticos resultou no *Chinese Exclusion Act* de 1882 nos Estados Unidos, que proibiu a imigração chinesa naquele país, que posteriormente viria mesmo a segregar populações asiáticas. E desta forma, em meio a tantos desafios, formava-se a diáspora chinesa.

A maioria dos chineses que saíram de seu país o fez a partir do sul da China, pois esta região reúne características singulares. Por um lado, desde a decadência da dinastia Qing era uma região muito povoada, onde se faziam sentir as consequências negativas do caos social, como desemprego, criminalidade, prostituição. Por outro, o sul da China tem grandes cidades e tem sido há mais de dois séculos uma via de acesso ao Pacifico, e ao mundo – um lugar extremamente aberto. É por isso que muitas comunidades chinesas no exterior trazem consigo um forte caráter da China meridional, muitas delas com pronunciada presença Hakka, por exemplo. Guangdong e Fujian são destacadas províncias exportadoras de pessoas. Fujian, por exemplo, com complexas redes de emigração muitas vezes resvalando na ilegalidade, com os chamados "cabeças de cobra".

Na China, emigração é ainda um tema sensível, uma vez que pressupõe um afastamento da terra mãe, por busca de condições econômicas melhores, ou mesmo divergências políticas. No fim do século XIX, além dos *coolies*, havia chineses que estudavam em universidades no exterior, como os Estados Unidos, a Inglaterra e o Japão. Sem dúvida, esta elite seria muito transformadora para a China. De maneira

geral, os chineses no exterior eram mal vistos, como traidores. No fim da dinastia Qing, no entanto, esta concepção começa a mudar, a partir do momento em que os chineses ultramarinos mandam remessas de dinheiro ao país, e os graduados retornam do exterior. Novas categorias de chinês então emergem: os *huaren* e *huaqiao* (chineses no exterior) e os *huayi* (os descendentes). Ao estabelecer que estes não deixam de ser chineses, o governo preserva sua própria face, exerce certo controle sobre eles e se aproveita dos recursos financeiros e humanos que podem proporcionar. Um termo mais contemporâneo seria *zhonghua da jiating*, que significa Grande Família China.

Há que se recordar que emigração é especialmente sensível para a cultura chinesa, também, pois é uma cultura muito centrada na fixação e devoção à terra. Até muito pouco tempo atrás, a China era um país agrário, o que lhe imprime uma forte cultura rural, mesmo que no meio urbano. Domesticamente, também não é um tema fácil, por conta da existência do sistema de *hukou*, que visa a proteger as cidades do crescimento desordenado, desta forma controlando movimentos populacionais.

Há importantes marcos da emigração, como a Revolução Chinesa de 1949, em que pela primeira vez uma elite intelectual emigra em massa, redefinindo o conceito de diáspora chinesa. Já o ano de 1978 marca o início do processo de reforma e abertura, em que um país mais aberto oferece mais chances de emigrar, inclusive com bolsas de estudos no exterior. O êxito econômico chinês do presente também teve importante contribuição dos investimentos dos chineses no exterior. A diversidade chinesa também é um ponto que complexifica as identidades dos *huaren*. Há diferentes origens, 56 grupos étnicos, China Continental, Taiwan, Hong Kong, Macau – tendo a cidade de origem grande importância na construção de identificações.

Estabelecendo-se no Brasil

O Brasil, pelo desenvolvimento de seu mercado, torna-se polo de atração de pessoas do mundo todo, inclusive os chineses, num contexto do fim da escravidão, em fins do século XIX. Num debate marcado pelo racismo, em que o Brasil adotava uma estratégia de "branqueamento" da população via imigração, havia tensões entre os empregadores brasileiros e os imigrantes europeus. Estes, muitas vezes vindos de

movimentos sociais como o anarquista ou socialista, não aceitavam bem as condições de trabalho. Mesmo que o branco europeu cristão estivesse no centro do ideal desejado pelas elites, outras opções começaram a ser consideradas, como a mão-de-obra asiática. Agentes governamentais, empresários e fazendeiros debatiam a vinda de asiáticos, a adesão ao mercado *coolie*, classificando os asiáticos como superiores aos africanos e inferiores aos europeus – ao mesmo tempo que mais "dóceis" e "afeitos ao trabalho" do que os demais grupos. No Brasil, entretanto, a iniciativa *coolie* não foi adiante. Curiosamente, desde 2018 o Brasil comemora a data nacional comemorativa da imigração chinesa, que é 15 de agosto, em homenagem ao vapor Malange que chegou ao Brasil nesta data em 1900, tendo feito a rota Lisboa – Rio de Janeiro.

Havia, de fato, problemas internos da China, como a decadência da dinastia Qing. Mas um fator que foi determinante para o fracasso da iniciativa *coolie* no Brasil, a despeito de missões de delegações chinesas enviadas ao país, foi a insatisfação dos chineses com as condições de trabalho. A primeira ação de imigração chinesa documentada foi a vinda de um grupo para plantar chá no Jardim Botânico do Rio de Janeiro em 1812 – mas que resultou em fugas e mesmo suicídios. Houve outras iniciativas, mas que nunca se compararam a vinda de outros grupos majoritários. As elites brasileiras continuavam interessadas em importar mão-de-obra asiática, e a partir de 1908 recorreram aos japoneses, que se tornaram o exemplo de imigração asiática para o Brasil, com uma comunidade de mais de 1,5 milhão de japoneses e descendentes, sobretudo nos estados de São Paulo e Paraná.

Retomando a questão de *pull* e *push* (Klein, 2000; Singer, 1973), pode-se dizer que a passagem do século XIX para o XX, viu a Europa e a Ásia com excedentes de população excluídos, sem ocupação, compondo "exércitos industriais de reserva" – desta forma expulsando pessoas, ou *pushing people*. Ao mesmo tempo, as Américas, por exemplo, se constituíam em um vazio a ser explorado, que necessitava de mão-de-obra – desta forma *pulling people*, ou atraindo pessoas. O Brasil, ainda um país rural, abriu-se para a imigração internacional sobretudo nas regiões sul e sudeste.

O estado de São Paulo no início do século XX transformava sua economia de cafeeira para industrial. Em ambas empregou mão-de-obra estrangeira. Para as lavouras de café, muitos italianos e japoneses. Para as indústrias, muitos italianos. Nas cidades, imigraram, além destes grupos, portugueses e espanhóis. Estes são os

grupos majoritários da imigração estrangeira em São Paulo. Há grupos um pouco menos numerosos, como os sírio-libaneses, alemães, russos, vizinhos da América Latina – e os chineses estão um pouco abaixo destes, junto com os coreanos. Ao mesmo tempo, cresce um contingente africano.

Os chineses hoje, no Brasil, são um grupo crescente, mas que em grande parte não descende dos *coolies*. Esta comunidade de 300.000 pessoas, metade delas no estado de São Paulo, tem caráter fundamentalmente urbano, empreendedor, e basicamente vindo por iniciativa individual ou familiar – diferente de grande parte dos italianos e japoneses, que são imigrações de certa forma "tuteladas" por programas governamentais, com passagem de navio negociada, emprego arranjado e comunidades se estabelecendo.

Surge, então, a comunidade sino-brasileira. Na cidade de São Paulo, vão habitar basicamente os mesmos bairros em que já estão os japoneses. Neste processo, o bairro paulistano da Liberdade se constitui em palco de disputas narrativas. Vendido como "bairro oriental", é um bairro onde viviam muitos japoneses, que agora se espalharam para outros bairros. Hoje os chineses são o maior grupo asiático ali, mas o bairro mantém o visual japonês. Além disso, um bairro onde se procura apagar a história africana, tão marcante nos tempos anteriores à chegada dos orientais. A Liberdade tem uma feira aos domingos, onde recentemente houve tentativa de se proibir a comercialização de comidas não-orientais, como as nordestinas ou de matriz africana. Em 2018, o governador do estado, João Doria Jr., mudou o nome da estação de metrô do local para "Japão Liberdade", reforçando ainda mais o caráter asiático e apagando a identidade histórica africana do local.

Este é um problema relativo à condição da identidade asiático-brasileira, que se firma como "minoria modelo". É um grupo de não-brancos com certo êxito econômico, social e educacional, que acaba assim servindo como justificativa para a manutenção dos negros em posições menos privilegiadas no Brasil. Ao mesmo tempo, é um grupo que sofre um tipo peculiar de racismo, ligado à estereotipação, à fetichização sexual, à negação da individualidade, e à racialização que lhe confere o status de eterno estrangeiro. Cabe observar que os jovens asiático-brasileiros já estão debatendo esta questão, e para isto usando as redes sociais. Por exemplo, o canal Yo Ban Boo pelo YouTube, criado em 2016 e com páginas no Facebook e outras redes

sociais, tem tido importante papel na discussão sobre a complexidade desta identidade. As redes sociais têm sido importantes locais de debate destas questões, surgindo cada vez mais páginas, com variados temas de cultura chinesa, por exemplo (Veras, 2021). Apesar de ter que lutar contra a condição de eterno estrangeiro, os chineses e seus descendentes também participam da construção da identidade brasileira. Afinal, muitos brasileiros são *huayi*.

Pensar sobre a diáspora chinesa e sua presença em São Paulo permite visualizar o encontro Ocidente-Oriente, assim como a redefinição da cultura chinesa entre os chineses no Brasil. A sociedade brasileira, por sua vez, é também modificada pela nova influência. Há, contudo, espaços de enclave, em que a cultura ampla do país tende a não penetrar. Por exemplo, a comunicação se dá em chinês, e é reproduzido o esquema de redes sociais de relacionamento e reciprocidade (o *guanxi*) que por vezes desafia as leis locais ou mesmo o conceito de cidadania mais amplo.

Como salientado por Leite (1999), Brasil e China já têm contato desde os tempos coloniais, fazendo do Brasil local privilegiado de influência chinesa dentro das Américas. Muitas são as influências, que vão desde costumes, passando por arquitetura, artes e até a ciência. Os portugueses promoveram este encontro, conectando Ásia, África e Brasil, sendo responsáveis pelo intercâmbio de pessoas, ideias, espécies animais e vegetais.

Os *huaren* e *huayi* do Brasil, nas relações entre si e nas relações com os outros, revelam complexidades. Freud (1974) discorre sobre o narcisismo das pequenas diferenças, estabelecendo que há mais problemas e atritos entre culturas próximas do que entre culturas muito distintas. Isto se dá pelo medo de ser confundido com o outro, pela proximidade das culturas. Há também que se considerar que sociedades próximas tendem a competir por recursos em sua terra de origem. Espacialmente falando, os chineses no Brasil tendem a viver nos mesmos bairros que os japoneses. Em termos de identidade, pode-se dizer que tensões internas da China migram para o Brasil, também. Por exemplo, enquanto os chineses continentais celebram o 01 de outubro como data nacional, taiwaneses o fazem dia 10 do mesmo mês, criando sempre constrangimento e tensão nesta época do ano. De maneira geral, em São Paulo, a existência de inúmeras associações e entidades dedicadas à província natal só evidenciam a força do nível local na construção das identidades. Entre os

entrevistados, já apareceu a ideia de contraste entre Brasil e China. O Brasil é descrito como um país muito novo, ainda "em construção". Ainda que isto não tenha sido o foco da pesquisa, pode-se dizer que o Brasil ainda conhece pouco da China, atribuindo-lhe uma imagem estereotipada e Orientalista[1].

Imagens

Imagem 1: A Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, funcionou de 1888 até a década de 1970, tendo ao longo de sua história recebido mais de 3 milhões de trabalhadores. A cidade, tendo acumulado capital com a economia cafeeira, investiu então na industrialização no século XX, tornando-se mercado aquecido e atraente para mão-de-obra de diversos países. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

[1] Por Orientalista, aqui, entende-se a concepção de Edward Said (2003), que estabelece que os países do Ocidente têm uma tradição de construção de um Oriente excessivamente simplificadora e abrangente – concepção esta alimentada por estereótipos, imaginação, preconceito – que por fim adquirem status científico. Por esta razão, qualquer pesquisador que estude China ou quaisquer países da Ásia deve tomar cuidados extras para não perpetuar esta concepção. Para ilustrar um caso que chega até a ser próximo da realidade brasileira, Mello e Souza (2005) mostra como o próprio Brasil foi vítima de processo similar ao ser descrito por europeus e para europeus na época do Brasil-colônia.

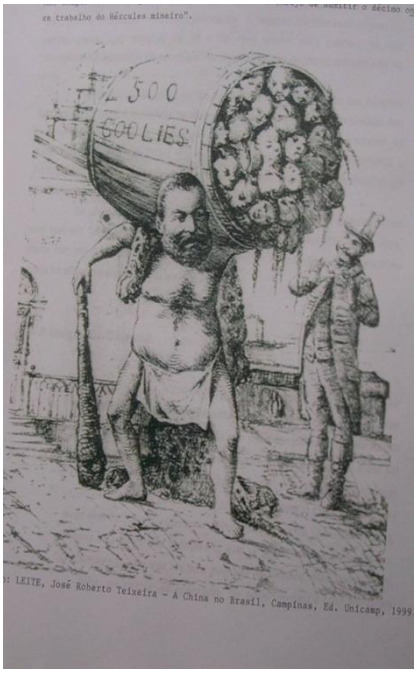


Imagem 2: Litografia de Angelo Agostini in *Vida Fluminense* -1871, reproduzido por Leite (1999: 115). O debate sobre a vinda de trabalhadores chineses foi marcado pelo racismo, conforme documentam caricaturas da época. Por fim, a iniciativa *coolie* não foi levada adiante no Brasil.

Imagem 3: O Templo Zulai, no município de Cotia, estado de São Paulo. O maior templo budista da América Latina foi construído por iniciativa da comunidade chinesa do Brasil Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagem 4: O bairro paulistano da Liberdade. Oriente fabricado e tentativa de apagamento da história africana. O bairro é palco de disputas narrativas. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagens 5, 6 e 7: Comemorações de Ano Novo Chinês no bairro da Liberdade, São Paulo. O evento atrai multidões, que vão muito além dos descendentes de chineses. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagens 8 e 9: Escola taiwanesa no bairro da Vila Mariana, cidade de São Paulo. Espaços de preservação das tradições chinesas. Aqui, celebração do Ano Novo Chinês. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagem 10: Colégio Sidarta, no município de Cotia, estado de São Paulo. O primeiro colégio do Brasil a incluir o idioma chinês em sua grade curricular. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagem 11: Vendedor de *chaofan* (arroz frito) em *van* do bairro das Perdizes, cidade de São Paulo. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

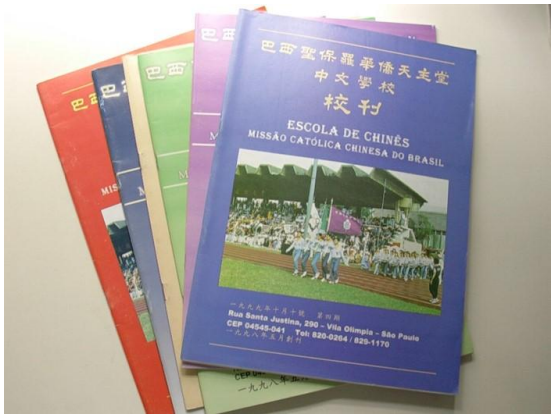
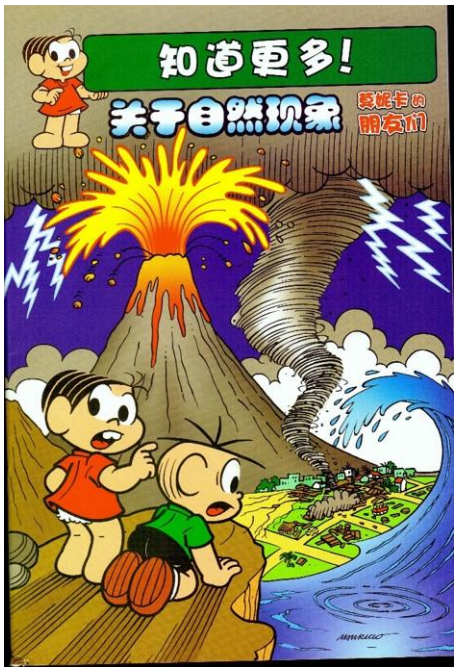


Imagem 12: publicações em língua chinesa produzidas na cidade de São Paulo. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagem 13: a Rua 25 de Março, em São Paulo. Importante ponto comercial que concentra lojistas chineses, sobretudo na área de eletrônicos. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).

Imagem 14: a Missão Católica Chinesa, situada à Vila Olímpia, cidade de São Paulo. Ponto de encontro de chineses, mesmo que não religiosos. Ali, o líder Padre Pedro sempre ajudou chineses recém-chegados. Foto: Daniel Veras, 2006 (Veras, 2008).



[descrição na sequência]

Imagens 15, 16 e 17: Material concebido pelo desenhista Maurício de Sousa para jovens chineses que, embora nascidos no Brasil, desconhecem sua cultura por terem sido criados na China. Os consulados brasileiros em Shanghai e Guangzhou fornecem o material. Foto: Daniel Veras, 2015.

***Guiqiao*: os retornados**

Desde 1997 a China tem atraído pessoas do mundo todo – e os chineses retornados, ou *guiqiao*. Uma metáfora escolhida para se referir a eles é a tartaruga marinha, que volta a nado para casa. Assim, são também conhecidos como *haigui*. Há, contudo, um termo para designar casos mal sucedidos: os *haidai*, ou algas marinhas, sugerindo servir de alimento para grandes peixes. A pergunta que se faz para estes retornados, sobretudo empresários, é: *haigui* ou *haidai*? Intrigados por seu próprio país, estes chineses voltam depois de décadas para um país muito diferente daquele que haviam deixado. Se até a política de reforma e abertura de 1978 a China apresentava uma série de problemas econômicos, políticos e sociais (mesmo que resgatando a soberania após séculos de humilhações imperialistas), agora voltam a um país urbanizado, de crescimento econômico vertiginoso e em rápido processo de

desenvolvimento (infraestrutura, ciência, tecnologia, erradicação da pobreza). Se o controle governamental já fora no passado razão de emigrar, agora é o que atrai estes *guiqiao*, pois significa estabilidade.

O retorno é a conclusão do processo diaspórico, e no caso dos chineses, ele se dá de diversas formas. Além da contemporânea onda de retornados, historicamente as remessas de dinheiro que os *huaqiao* enviavam de volta à China sempre foram importantes: de manutenção de familiares até investimentos na economia, nas empresas, em aplicações financeiras. A ligação com a terra é tão forte que já há séculos existem empresas especializadas em repatriar corpos de chineses que falecem no exterior. E, mais recentemente, o retorno físico de *guiqiao*. O retorno não é, contudo, algo possível a todos. Como desde 1980 a China não permite a dupla cidadania, ter que escolher apenas uma cidadania (manter a cidadania chinesa ou abrir mão dela) tem sido motivo de agonia.

Outra questão referente aos *guiqiao* é a questão das crianças nascidas no Brasil porém criadas na China. Domesticamente, é prática comum entre os chineses deixarem seus filhos para os avós criarem no meio rural enquanto ganham dinheiro na cidade. Internacionalmente isto é replicado. Há chineses que têm filhos no Brasil (que lhes confere cidadania brasileira automaticamente) e os enviam para a China para serem criados pelos avós. Assim, estão na China crescendo como chineses, mas aos 18 anos de idade devem fazer a opção entre o Brasil ou a China (lembrando que esta não admite dupla cidadania). Por isso os consulados brasileiros na China contaram com a ajuda do autor Mauricio de Sousa para criar materiais introdutórios sobre cultura brasileira para estes jovens, e que têm sido distribuídos nestes consulados.

O retorno é um movimento de reversão da migração. Entretanto, no Brasil especificamente, que é tradicionalmente receptor de pessoas, a reversão ocorre quando o Brasil se torna país de emigração. Desde a década de 1980, a chamada década perdida, brasileiros se espalham pelo mundo, perfazendo já mais de dois milhões de pessoas no exterior.

Conclusões

Em primeiro lugar, forças *pull* e *push* atuam entre pessoas chinesas e o território brasileiro. Ao mesmo tempo que o fator econômico explica a questão, há também um grande peso político na saída dos chineses, muitos dos quais têm divergência com o governo. Isto se acentuou quando elites emigraram após 1949. Além disso, a região tem certas instabilidades, como a relação entre os dois estreitos de Taiwan – o que também pode explicar a saída de chineses, sobretudo do lado taiwanês. Outro fator a se considerar é o grau de abertura ou fechamento da China em certo momento histórico, o que vai explicar a maior ou menor presença de chineses num país receptor, ou se eles são mais da China Continental ou Taiwan, etc.

Em segundo, por reunirem as características definidoras do que é uma diáspora (espalhamento, mitologia da terra de origem e promessa de retorno), os *huaren* se constituem como tal. Em termos de identidade cultural dos chineses no exterior, pode-se dizer que ela é complexa e múltipla, em que o peso da aldeia ou província local é determinante. *Zhongguoren*, *huaren*/ *huaqiao*, *huayi,* República Popular da China, República da China, Hong Kong, Macau e 56 etnias podem gerar relevantes identificações.

Embora recentemente o Brasil tenha se tornado país de emigração, historicamente ele tem sido polo de atração de população (como força de trabalho). Como ex-colônia de exploração, aguçou a imaginação da Europa, onde se criaram mitos a respeito do lugar (Mello e Souza, 2005). Em processo não muito diferente, o Ocidente tem que se policiar durante o estudo sobre a Ásia no sentido de não perpetuar preconceitos. Como alerta Said (2003), o perigo é quando esses adquirem status científico.

Se as relações Brasil-China crescem em qualidade e importância, tendo sido formalizadas em 1974, a compreensão de que os dois países têm antigo contato só vem a ajudar. Como provado por Leite (1999), as influências chinesas já se faziam visíveis no Brasil desde antes da independência, funcionando os portugueses como elo entre as regiões, promovendo intenso intercâmbio econômico e cultural. A imigração, posteriormente, tem sido uma intensificação de tal contato. A imigração de chineses, inclusive, não foi inicialmente aceita. Como os imigrantes não-europeus

desafiavam o ideal étnico das elites, sua vinda ao Brasil, e hoje o seu pertencimento à sociedade brasileira sempre tiveram que ser negociados.

Estes fatores colocam os asiático-brasileiros como um todo em uma particular posição referente ao racismo. A condição de minoria modelo os coloca ao mesmo tempo como vítimas e perpetradores do racismo. Ao mesmo tempo que sofrem preconceitos dos brancos, fazem o seu jogo e se posicionam favoravelmente a eles nos processos sociais, tornando pior a situação dos negros. Talvez as disputas culturais em curso no bairro paulistano da Liberdade sejam uma interessante ilustração da posição desta minoria modelo.

Sinofobia é outro fator a se considerar. Após cidades chinesas serem os primeiros epicentros conhecidos da pandemia de covid-19, a reação contra asiáticos foi intensa em diversos países, rendendo-lhes agressões e hostilidades – e até mesmo assassinatos. Estas hostilidades conjunturais, entretanto, compõem-se a outras com caráter mais estrutural. Por exemplo, a previsão que a China se tornará a economia número 1 do mundo em poucos anos faz aflorar todo o racismo do Ocidente, que vê sua própria hegemonia ruir implacavelmente. Alimentado sobetudo por Donald Trump, nos EUA, e replicado para outros líderes menores e mesmo para outros países, o sentimento anti-China tem se espalhado de forma mais sistêmica. Este é um desafio para os *huaren* do mundo todo.

Por fim, por causa da frustração da iniciativa *coolie* no Brasil, os sino-brasileiros constituem uma comunidade fragmentada e heterogênea, constituída em ondas desconexas, muito dependentes de iniciativas individuais. Se nos anos de 1950 e 60 é marcada a vinda de chineses ao Brasil, especialmente taiwaneses, a partir dos anos de 1980 aumentou a vinda de chineses continentais, que segue. Os *huaqiao* e *huayi* do Brasil não só transformam a sociedade brasileira, como também são transformados por ela. Mesmo nos espaços mais fechados e com caráter de enclave, constituem já algo novo, diferente da sociedade chinesa. Mesmo que preservem traços da antiga cultura chinesa, artes, ciência, *guanxi,* certas adaptações são necessárias para viver num país distinto. E, por fim, a existência dos *haigui* é a ilustração da perspectiva de retorno da forma mais literal.

Referências

Agamben, Giorgio (2003). *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2004). *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.

Freud, Sigmund (1974). *Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago.

Hall, Stuart (2003). *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Org.: Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG; Brasília-DF: UNESCO.

Hobsbawm, Eric (1990). *Nações e Nacionalismo desde 1870*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Ibrachina (2019). "Dia nacional da imigração chinesa no Brasil", In: https://ibrachina.com.br/cultura/dia-nacional-da-imigracao-chinesa-no-brasil/ Acesso em 12 de maio de 2022.

Klein, Herbert (2000). "Migração internacional na história das Américas". In Boris Fausto (ed.). *Fazer a América*. São Paulo: EDUSP, 13-32.

Leite, José Roberto Teixeira (1999). *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: UNICAMP.

Lesser, Jeffrey (2001). *A Negociação da Identidade Nacional: Imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: UNESP.

Marx, Karl (1985). *O Capital – Crítica da Economia Política*. São Paulo: Nova Cultura, 2º. Volume, Capítulo XXIII.

McKeown, Adam (1999). Conceptualizing Chinese Diasporas, 1842 to 1949. *The Journal of Asian Studies*. Vol. 58, no. 2 (maio): 306-337.

Mello e Souza, Laura de (2005). *O diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.

Said, Edward (2003). *Orientalism*. Nova Iorque: Vintage Books.

Sayad, Abdelmalek (1998). *A Imigração. Ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP.

Singer, Paul (1973). *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense.

Veras, Daniel Bicudo (2008). *As Diásporas Chinesas e o Brasil: A comunidade sino-brasileira em São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciências Sociais pela PUC-SP.

_____ (2021). "Yo Ban Boo: Asian Brazilian Identity and Social Media". In André Bueno; Daniel Bicudo Veras (orgs.). *Studies on Chinese Migrations: Brazil, China and Mozambique*. Rio de Janeiro: Projeto Orientalismo/ UERJ, 267-298.

Yang, Alexander Chung Yuan (1974). *O Comércio dos 'Coolie': 1810-1920*. São Paulo: Tese de Mestrado em História pela USP.

Páginas asiático-brasileiras no Facebook

Teacher Liao Si's page
https://www.facebook.com/groups/professoradechines/

Estudos Asiático-Brasileiros
https://www.facebook.com/groups/540209652761976/

Filosofia Taoísta, de Chiu Yi Chih
https://www.facebook.com/groups/1882281848653533/

Instituto Confúcio no Brasil
https://www.facebook.com/groups/mandarim.brasil/

Perigo Amarelo, análise
https://www.facebook.com/perigoamarelo/

Coletivo Oriente-se (de atores asiático-brasileiros)
https://www.facebook.com/coletivoorientese/

Centro Chinês (Rio)
https://www.facebook.com/centro.chines/

Asiáticos pela Diversidade (Comunidade LGBT asiática)
https://www.facebook.com/asiaticosdiversidade/

Canais no Youtube por asiático-brasileiros

Bro Capitalista, de Christian Jao Haksabatugi
https://www.youtube.com/channel/UCksNHNRPJMK7xRBjq6nqDTQ

Pula Muralha, Liao Si e Lucas Brand
https://www.youtube.com/channel/UC6qjUYfE_cG4PHWVs9MMBlA

Chinesa Brazuka, de Yolanda
https://www.youtube.com/channel/UCMCMTLrqJDqkQuLdauYVAdg

Chiu Yi Chih, Filósofo taoísta nascido em Taiwan
https://www.youtube.com/channel/UCavBAhXBxEMsvD_8uSUqpvA
Yo Ban Boo
https://www.youtube.com/channel/UCmPMXwu814q8lDOd_OTx26Q

A 'NOVA CHINA' NO BRASIL: UM PROJETO MIGRATÓRIO CHINÊS NO SÉCULO 19

André Bueno

Esse pequeno artigo nasceu de duas provocações intelectuais; a primeira foi da pesquisadora Kamila Czepula, estudiosa da imigração chinesa para o Brasil no século 19. Czepula afirma que os estudiosos brasileiros costumam analisar a questão a partir das fontes nacionais, sem necessariamente se preocupar com o ponto de vista chinês sobre o problema.[1] Essa postura é motivada tanto por barreiras linguísticas quanto pelo silenciamento das vozes chinesas; como parte de uma mentalidade orientalista [na acepção Saidiana, 1998][2], as ações chinesas são ignoradas, tratadas de forma passiva pelos intelectuais brasileiros. A segunda provocação foi a conferência de Eric Vanden Bussche, apresentada no *1th International Conference for the Study of Chinese Immigration to Brazil: Local Contexts and Global Perspectives* [2018] na cidade de São Paulo. Bussche mostrou a existência de projetos migratórios chineses para o Brasil no século 19, revelando um aspecto praticamente desconhecido na historiografia brasileira.[3] O aspecto instigante dessas duas considerações estimulou a construção desse pequeno artigo, e pretendemos fornecer algumas indicações para a continuidade da pesquisa.

A questão das migrações na dinastia Qing

Inicialmente, é necessário reconsiderar a situação da Dinastia Qing 清朝 no campo das relações internacionais. Apesar da crescente precariedade do poder político e econômico, Qing ensaiou diversos projetos de reforma interna, tentando garantir sua continuidade. Foram enviados centenas de representantes para conhecer

[1] Czepula, Kamila. *'Os Indesejáveis 'Chins': um debate sobre a imigração chinesa no Brasil Império (1878-1879).* Master Thesis in History. Assis: PPGH Unesp, 2017.
[2] Said, Edward. *Orientalismo: a invenção do Oriente pelo Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
[3] Bussche, Eric Vanden. 'The Qing Court's Worldviews and Approaches to Chinese Emigration to Brazil During the Late 19th Century'. 23 august 2018 in *International Conference for the Study of Chinese Immigration to Brazil: Local Contexts and Global Perspectives*. São Paulo: USP, 2018. Ver também: Bussche, Eric Vanden. 'Dimensão histórica das relações sino-brasileiras (séc. XVI-1943)'. *Revista Tempo Brasileiro,* n.137, abril-junho de 1999:81-98.

os países europeus e americanos, buscando estabelecer relações diplomáticas mais sólidas, adquirir conhecimentos científicos, novas tecnologias e regulamentar os processos migratórios.[4] No caso específico dos países americanos, um grande fluxo migratório de chineses chegou aos Estados Unidos, México, Cuba e Peru[5], mas o cenário brasileiro foi bastante diferente. Apesar de o Brasil ter sido o primeiro país ocidental a receber uma colônia chinesa em 1814[6], houve uma longa e intensa discussão sobre a inclusão dos trabalhadores chineses na sociedade brasileira. País escravagista, marcada por densas diferenças sociais e econômicas, os intelectuais brasileiros desenvolveram um profundo debate sobre como a imigração chinesa seria recebida, temendo uma reprodução dos mecanismos de escravização impostos aos africanos e afro-brasileiros. Esse debate seria conhecido como "Questão Chinesa", que teve seu ápice nas décadas de 1870 e 1880.[7] O governo brasileiro decidiu enviar uma missão diplomática para China em 1880-1881, estabelecendo acordos comerciais e de imigração com o império chinês.[8] Esse foi o ponto de partida para o

[4] Levy, André. *Novas Cartas do Extremo Ocidente*. São Paulo: Círculo do Livro, 1993; Wang Xiaoqiu 王晓秋 and Yang Jinguo 杨纪国 '晚清中国人走向世界的一次盛举: 一八八七年海外游历使研究'. 大连市: 辽宁师范大学出版社, 2004; Day, Jenny Huangfu. *Qing Travelers to the Far West: Diplomacy and the Information Order in Late Imperial China.* Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

[5] Hui, Juan Hung. *Chinos en América* Bilbao: Editorial Mapfre, 1992; Chou, Diego. 'Los chinos en Hispanoamérica', en *Cuadernos de Ciencias Sociales*, Costa Rica: FLACSO-Sede, Nº 124, 2002.

[6] Moura, Carlos Francisco. *Chineses e chá no Brasil no início do século XIX*. Macau/Rio de Janeiro: Instituto Internacional de Macau/Real Gabinete Português de Leitura, 2012.

[7] Dezem, Rogério. "A Questão Chinesa (1879) no Brasil" *Revista de Estudos Brasileiros* Vol. 14. March 2018:1-27; Czepula, Kamila. 'A questão dos trabalhadores "chins": salvação ou degeneração do Brasil? (1860-1877)'. *Anu. colomb. hist. soc. cult.*, Bogotá, v. 47, n. 1, June 2020: 303-325; Costa, Edivan. 'A presença asiática no Brasil entre os séculos XIX e XX: 'A questão chinesa' e a construção da identidade nacional brasileira'. *Enfoques*, Vol. 17, n.1, 2020:19-32.

[8] Sha Ding 沙丁 e Yang Dianqiu 杨典求 清季巴西遣使来华谈判立约始末——1881年巴西同我国第一次建交史探《拉丁美洲研究》, n.3, 1981: 25-29; Dantas, Fábio Lafaiete. *Origens das relações entre o Brasil e a China: a missão especial de 1879*. Recife: Liber, 2006; Wang Shihao 王士皓. 晚清时期中国与巴西建交历程. 国际汉学, n.4, 2018: 129-137; Peres, Victor Luna. 'Diplomatic affairs' e a 'questão chinesa' na missão especial à China de 1879 in *XXV Encontro Estadual de História Anpuh-SP*, 2020. Available in https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/anais/trabalhos/trabalhosaprovados#V

desenvolvimento de alguns projetos chineses sobre a transferência de trabalhadores para o Brasil, e a formação de um arquivo de informações sobre o país.[9]

Contudo, os funcionários Qing conheciam pouco sobre o Brasil.[10] Recolhendo informações a partir de Macau [entreposto no qual portugueses e brasileiros ainda atuavam] e dos seus enviados diplomáticos, uma nova imagem idealizada e positiva do país latino-americano começou a ser criada. Uma missão comercial particular, promovida por Tang Xingjing 唐景星 [na grafia da época, 'Tong King Sing'], esteve presente no Brasil em 1883, sendo recebida pela corte real, e provocando uma forte impressão na sociedade local. Foi a primeira tentativa, feita pelos próprios chineses, de viabilizar a imigração em grande escala para o país, embora não tenha sido bem sucedida – o debate sobre a "Questão Chinesa" continuava intenso, sem soluções em vista.[11]

Após o tratado de 1881 com o império brasileiro, os chineses sentiram-se estimulados a enviar uma missão oficial ao país, incluído no roteiro de uma grande viagem diplomática pelo continente americano, que só seria iniciada seis anos depois. Nessa viagem estava o funcionário Fu Yunlong 傅雲龍, que produziu diversos livros e relatórios sobre os países visitados, incluindo uma série de artigos especialmente dedicados ao Brasil. Como resume Ana Paulina Lee:

> Fu Yunlong, secretário sênior do Ministério da Guerra, liderou o grupo Dongyang 東洋(oceano oriental), responsável por investigar seis países: Japão, Estados Unidos, Canadá, Peru, Brasil e Cuba. Uma das principais preocupações de Fu Yunlong era aproveitar as políticas mais brandas de imigração, em face dos efeitos globais das restrições estadunidenses à mão de obra chinesa. A América Latina significou um novo começo para a expansão da China por meio da migração de seus trabalhadores, de cuja atividade igualmente se poderia beneficiar. Totalizando 68 volumes e mapas ilustrados, os registros diários de Fu Yunlong fornecem uma riqueza de materiais que supera as contribuições de seus pares. Até

[9] Xu Yipu 徐艺圃 '新发现的清档《巴西招工案》述评'in《华侨华人历史研究》, n.3, 1986:49-53

[10] Jye, Chen Tsung e Menezes, Antônio J. Bezerra. 'A imagem do Brasil na China imperial' in *Revista de Estudos Orientais*, n.7, 2009: 55-62.

[11] Yuan Zuzhi 袁祖志 acompanhou a visita de Tang e fez um extenso relato sobre o Brasil no primeiro capítulo de seu livro 瀛海採問紀實 (著易堂, 1891).

> a virada do século XX, o Brasil era em grande parte uma terra incógnita para os Qing, exceto por algumas noções prévias que o representavam como um país selvagem. Fu Yunlong desmistificou essas ideias atribuindo-as ao Zhifang Waiji 職方外紀 (Crônica de terras estrangeiras), um texto escrito em 1623, no final da era Ming, no qual os indígenas brasileiros eram retratados com a retórica negativa dos tropos europeus da conquista, como bárbaros não civilizados e sem instrução: nus, caçadores, canibais, inocentes e analfabetos. Ao passo que rejeitava essas imagens negativas como falsidades, Fu Yunlong enfatizou aspetos favoráveis da paisagem e dos nativos que criavam uma imagem positiva do Brasil: o gosto dos brasileiros pelo lazer, pela comida, pelo tempo passado em família, e sua grande afinidade por nadar nos rios. Ele foi claro ao enfatizar que eles não trabalhavam; antes, os negros realizavam todo o trabalho.[12]

Fu Yunlong esteve no Brasil entre os dias 7 de março a 5 de abril de 1889, fazendo observações extensas sobre aspectos naturais, geográficos, econômicos, educacionais, militares, sociais e políticos. No dia 9 de março, conseguiu uma entrevista direta com o imperador Pedro II, haurindo uma impressão bastante positiva do país e das possibilidades de estimular a imigração chinesa. Suas memórias e experiências seriam publicadas em dez pequenos volumes, recentemente reunidos um único livro sobre o Brasil.[13] Wang Xiaoqiu, pesquisador dedicado a resgatar as obras de Fu Yunlong, argumenta que, apesar de seu relatório ser amplamente favorável, uma série de problemas internos – tanto na China como no Brasil – tornaram inviável a realização do projeto de imigração massiva. Fu classificou o país como um dos maiores impérios do mundo, tanto pelo desenvolvimento econômico e educacional como pela ausência de interesses imperialistas por parte dos brasileiros. No entanto, seus livros receberam pouca atenção da corte Qing, o que restringiu bastante o conhecimento mais amplo do Brasil.[14]

Porém, o interesse pelo país se manteve entre alguns intelectuais. A emigração parecia ser uma saída para a China aliviar as pressões econômicas e populacionais.

---

[12] Lee, Ana Paulina. 'A estética da exclusão: imigrantes chineses em culturas visuais brasileiras na virada do século xx'. *Afro-Ásia*, 60, 2019:160-161.

[13] Fu Yunlong 傅云龙. 游历巴西图经(精)/清末民初文献丛刊. Beijing: Blossom Press, 2019.

[14] Wang Xiaoqiu 王晓秋 '19世纪中拉文明的一次相遇与互鉴——清朝海外游历使傅云龙的拉丁美洲之行'in《拉丁美洲研究》 n.1, 2018: 56-67.

Zheng Zaoru 鄭藻如, ativo funcionário da corte Qing, a partir dos relatos e informações colhidas na obra de Fu, bem como de comerciantes e viajantes, escreveu um texto intitulado 'Encontrar meios e desenvolver negócios no Brasil' [查訂巴西工商各務事宜, 1891], no qual apresentava uma lista de vinte motivos para viabilizar o envio de trabalhadores chineses para o Brasil. Xue Fucheng 薛福成, outro renomado burocrata Qing, ficou igualmente entusiasmado com os acordos feitos com o Brasil e com os relatos de Fu Yunlong, e em 1893, escreveu um memorial ao imperador defendendo a ideia de enviar famílias chinesas – e não coolies - para o Brasil, criando a maior colônia chinesa no mundo. Segundo Jenny Day, Xue desejava expandir a influência chinesa pelo mundo, e o país latino-americano parecia ser promissor. Seu memorial teria sido recebido com algum sucesso, inspirando outros pensadores a desenvolver a ideia:

> A América do Sul era outra opção. Xue observou que após a abolição do tráfico de escravos no Brasil em 1888, os plantadores de café estavam ansiosos para contratar trabalhadores substitutos da China. O tratado sino-brasileiro de 1881 estabeleceu uma base legal para as atividades comerciais, mas não se preocupou com os trabalhadores. Quando o Brasil pediu ao seu ministro em Paris para negociar a contratação de trabalhadores chineses em 1892, Xue viu uma solução mais imediata para a pressão populacional. O país tinha um clima agradável, grandes extensões de terra subdesenvolvida e nenhuma lei anti-imigração rigorosa. O Brasil se esforçou para distinguir suas políticas do antigo comércio de coolies, prometendo generosas compensações, liberdade e dignidade, e encorajaram os homens a trazerem suas esposas. população. Embora o Brasil quisesse principalmente trabalhadores, Xue vislumbrava a exportação de todos os tipos de pessoas para assumir o controle do precioso liquan (direitos econômicos): trabalhadores, agricultores, mineiros, empresários. Os Qing também precisavam estabelecer cônsules para proteger e regular os trabalhadores chineses. "Devemos deixar claro para eles", disse Xue, "que se eles emprestarem nosso povo para recuperar terras devastadas, eles devem tratá-los bem e não devem expulsar os chineses depois de terem feito o trabalho".[15]

[15] Ibid. Day, 2018: 219-220.

Os trabalhos da Zhang Zaoru e Xue Fucheng foram recebidos por Li Hongzhang, que emitiu uma consulta para o conselho do ministério de negócios estrangeiros. Ele chamou Fu para avaliar as ideias de ambos os autores, mas uma vez mais, a proposta parece ter esbarrado na lentidão da burocracia. Ademais, o emissário brasileiro, o Barão do Ladário, que viajou até a China em 1893 para tratar da emigração, acabou encerrando a viagem prematuramente sem fechar qualquer novo acordo, deixando a entender que o governo brasileiro não tinha interesse na questão; e o incidente de embarque clandestino de chineses para o Brasil complicou aprofundou os receios do império Qing de liberar a emigração.[16]

Kang Youwei 康有為, um dos mais proeminentes pensadores dessa época, abraçou a ideia e elaborou um novo projeto: criar uma 'Nova China' no Brasil. Kang estava preocupado com a preservação e difusão da cultura chinesa, e imaginou que uma saída seria construir uma nova nação hibridizada, formada pela mestiçagem de chineses e brasileiros. Ele via o Brasil como uma nação pouco povoada, com espaço disponível, e diversos recursos pouco explorados:

> 'A única região do mundo onde os chineses, impulsionados pelos distúrbios políticos e pressões econômicas, podem migrar e colonizar é o Brasil. As latitudes e longitudes do Brasil correspondem à da China. Há terras de vários milhares de Li em extensão ao longo do rio Amazonas que são ricas e férteis, e a população lá é de apenas oito milhões. Se movermos nosso povo para lá, podemos construir uma nova China'. [17]

De acordo com Mao Haijian 茅海建, Kang mantinha contatos com comerciantes em Macau e Hong Kong, recolhendo informações e dados.[18] Provavelmente ele teve acesso aos trabalhos de Fu Yunlong, e ao memorial de Xue

[16]Jinxu Wang. 'A divergência entre China e Brasil na questão da imigração: negociações diplomáticas em Paris durante a missão especial à China (1893)'. *Revista De Estudos Orientais*, (9), 2021: 140-160; 'A Missão Especial à China (1893-1894): uma tentativa de cooperação entre China e Brasil'. Dissertação de Mestrado do PPGH – USP, 2021; Lisboa, Henrique. *Os chins do Tetartos*. Brasília: FUNAG, 2018 [original, 1894]

[17] 康有為 '康南海自訂年譜' in Lo, Jung-Pang [ed.] *K'ang Yu-Wei: A Biography and a Symposium*. Association for Asian Studies. Tucson: The University of Arizona Press, 1967: 78.

[18] Mao Haijian 茅海建. '巴西招募华工与康有为移民巴西计划之初步考证'in 史林, n.5, oct. 2007: 1-18.

Fucheng. Seu projeto, porém, era mais audacioso: consistia em enviar milhares de migrantes chineses ao Brasil, mudando seu perfil étnico-populacional, e por consequência, cultural. Esse projeto estava de acordo com as ideias que Kang estava trabalhando sobre uma nova civilização mundial hibridizada e harmônica, e que seriam publicadas em seu livro *Datong shu* 大同書[*Livro da Grande Unidade*, 1900].[19] Para ele, a questão crucial para a realização desse projeto era o 'amálgama das raças', uma condição necessária ao estabelecimento de um regime de paz universal:

> Assim, [embora] a obtenção da felicidade para a vida humana seja encontrada na completa unidade (Datong), ainda assim, nos primórdios da vida humana, a autoproteção encontrava-se [na origem] de muitas divisões. Esta é uma circunstância que não poderia ser evitada. [Supondo] que as fronteiras familiares e estaduais fossem abolidas, ainda restaria uma fronteira incomunmente grande para obstruir o caminho para um mundo de paz e igualdade completas, [que é], então, a fronteira racial. Este é o mais difícil [de todos os limites para abolir]. Com todos os países unidos, já teremos nosso Mundo Único, [politicamente falando]. Mas a fusão de raças será difícil. Quando as civilizações são iguais, quando são iguais em seus aspectos [sociais], quando [os povos] se misturam, [recebendo] a mesma educação e a mesma atenção para que não haja divisão natural do povo entre alto e baixo, então a igualdade [entre os humanos] estará próxima, e a mudança certamente será mais natural e fácil.[20]

Nesse sentido, o Brasil seria uma nova China, e um modelo civilizatório inteiramente novo.[21] Kang teria ficado tão animado com o projeto que comentou com um de seus amigos: 'Naquela época eu até disse a Chen Chi – 'você fica e carrega o velho país enquanto eu vou estabelecer um novo país".[22]

---

[19] Kang Youwei *Ta T'ung Shu: The One-World Philosophy of K'ang Yu-wei*. Laurence Thompson [trans.] London: George Allen, 1958.
[20] Ibidem, p.40.
[21] Luo Shan罗山 '康有为的大同世界梦移民巴西，再造"新中国"' in《国家人文历史》n.17, 2016: 22-27; Chen, Albert H. Y., The Concept of 'Datong' in Chinese Philosophy as an Expression of the Idea of the Common Good (November 11, 2011). *University of Hong Kong Faculty of Law Research Paper* No. 2011/020, http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1957955
[22] Ibid. 康有為 '康南海自訂年譜', 1967: 78.

Kang Youwei redigiu um longo memorial endereçado ao imperador Guanxu 光緒 em 1897, no qual descrevia algumas de suas propostas sobre a emigração para o Brasil.[23] No entanto, quando Kang foi entregá-lo, encontrou com Li Hongzhan 李鸿章 – ministro que havia recebido a missão brasileira em 1881 – e que tinha uma visão bastante desfavorável dos tratados feitos com as nações ocidentais.[24] O ministro Li dispensou educadamente Kang, e não sabemos o quanto seu memorial circulou na corte. Não temos conhecimento, até esse momento, de outros textos escritos por Kang sobre esse projeto, nem de respostas oficiais: suas ideias foram deixadas de lado, como ocorreu com Fu Yunlong. O conservadorismo da corte Qing conseguiu se impor sobre os projetos de reforma e modernização, e a migração para o Brasil era considerado algo secundário.

Como vimos, alguns funcionários imperiais mantiveram essa ideia viva, apesar dos contratempos. Aparentemente, o projeto de emigrar para o Brasil era uma solução social e econômica a qual os funcionários e intelectuais chineses recorriam sempre que outras propostas falhavam. Alguns anos depois, em 1909, Liu Shixun 劉式訓, alto funcionário Qing foi enviado para abrir uma representação diplomática no Brasil, e viabilizar a imigração para o país.[25] Mais uma vez, porém, a lentidão da corte chinesa atrapalhou a realização dessas ideias; em 1908, o governo do Japão tomara a dianteira, e começou a enviar imigrantes, que formariam a maior colônia japonesa no mundo. Assim, a utopia de transformar o Brasil em um 'Nova China' se encerraria completamente, e as relações entre os dois países manteriam um ritmo bastante irregular ao longo do conflituoso século 20.

[23] Ibid. 康有為 '康南海自訂年譜', 1967: 78.
[24] Ibid, 79.
[25] Moura, Carlos Francisco. *Liou She-Shun, plenipotenciário do império da China em viagem ao Brasil, 1909*. Macau: Instituto Cultural de Macau-Real Gabinete Português da Leitura, 2011.

BRASILEIROS NA CHINA

ENQUANTO NÃO DESCOBRIR, O CAMINHO FICA DIFÍCIL: PERSPECTIVAS DE MIGRANTES BRASILEIROS SOBRE A VIDA NA CHINA

Tom Dwyer

Introdução

> "Toda nação busca evitar os problemas de seu passado, e toma medidas para evitar que se repitam: Rússia, Polônia e Finlândia temem invasão... Coreia [do Sul] e os estados do Báltico [temem] ocupação por forças estrangeiras... Estados Unidos crise econômica, China, anarquia e diabos estrangeiros."[1]

Poucas entrevistas foram tão decisivas na minha vida, quanto uma feita com um embaixador de um país ocidental em Pequim, ele já tinha sido embaixador em uma capital da América Latina. Com exceção do Chile, o embaixador observou que os latino-americanos sabiam muito pouco sobre a China e também que todos esses países tinham muito racismo embutido em suas relações com os outros. Considerou este um fator importante a ser superado. Notou que os países ocidentais que tiveram experiência maior de imigração asiática já passaram a entender as diferenças básicas entre os povos. Por exemplo, era amplamente entendido no Ocidente que "os asiáticos trabalham duro e ganham dinheiro, mas são simplesmente diferentes de nós".

O embaixador enfatizou que "os latino-americanos sabem que é preciso trabalhar por meio de instituições, enquanto no mundo anglo-americano o esforço pessoal é visto como o mais importante."

Mas, sua lição principal foi a seguinte. "A China é pragmática, quer fornecedores confiáveis. Tem uma grande e crescente demanda por carne, mas não tem nenhuma indústria tradicional nessa área, a [grande] questão é se eles vão construir sua própria indústria do zero ou se vão depender do Brasil e do resto da América Latina?" O embaixador observou que os chineses são "completamente racionais, não têm nenhum interesse na autossuficiência, caso se sentirem seguros, ficarão muito felizes

[1] Lewis, 1996, 279.

TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO 移动路径

em desenvolver complementaridades nas suas relações comerciais. Vão continuar a querer comer carne", continuou o embaixador, "mas se tiverem que construir uma indústria, vão fazê-lo. A questão é: eles confiam nas elites empresariais de outros países? A China não pode se dar ao luxo de ter apenas meio sócios, deve saber que eles são sérios. "Eles sempre dizem 'somos inigualáveis na fabricação e estamos preparados para comprar e vender. Acreditamos na globalização.'" A partir desta entrevista, elaborei planos e depois comecei um estudo empírico de brasileiros residentes na China, muitos dos quais eram agentes da globalização brasileira.

Entre 2011 e 2017 entrevistei e fiz observações a respeito com mais de 60 brasileiros residentes na China durante pelo menos três anos, das quais validei um total de 50 entrevistas. Os entrevistados eram quase todos profissionalmente ativos atuavam em diversas áreas, muitos revelaram ter uma profunda incompreensão da sociedade, de seu povo e de sua cultura, apesar disso obtive muitas observações interessantes, e providenciaram pistas valiosas sobre como brasileiros e chineses podem conviver e sobre os limites da convivência.

Este artigo é baseado principalmente em torno das experiências relatadas por mulheres brasileiras que vieram do Brasil acompanhando seus maridos, e seus esforços para buscar significado para sua vida naquele país.

O fato é que, apesar das grandes mudanças nas relações entre os países nas últimas duas décadas, ainda hoje sabemos quase nada sobre nosso maior parceiro comercial, o que é muito perigoso. Minha hipótese de base é que esta falta de conhecimento limita nossa capacidade de agir e definir e buscar nossos interesses na China.

Impressões Gerais

Uma das perguntas feitas em cada entrevista disse respeito a como se explica a China para brasileiros? As respostas trouxeram grandes concordâncias sobre alguns temas. Os entrevistados têm profunda admiração pelo aquilo que a China fez, da redução da pobreza, à construção de infraestrutura, e a busca do crescimento e o bem estar de seu povo. Embora a tecnologia e a construção de infraestrutura parecem andar na velocidade da luz, o que contrasta com o Brasil, em uma outra esfera decisões demoram muito por causa da necessidade de estabelecer uma

'conduta correta,' vista como uma procura pelo *Zhong*,[2] o caminho do meio, a busca do equilíbrio, e a paz social.

No plano pessoal, entrevistados destacaram a sensação de viver num país sem violência, e o estado da segurança pública que se sente, atribuído muito mais ao rigor e à eficiência do governo chinês no combate ao crime do que à natureza pacífica e ordeiro da cultura e do povo chinês.

Também o país é percebido como sendo muito formal e hierárquico, e todos são vistos como sendo respeitosos da hierarquia. Muitos relatam ter tido grandes dificuldades com a aprendizagem da língua. Fato é relacionado a uma observação generalizada sobre a dificuldade de fazer amizades com os chineses. Também foi possível entender que havia uma incapacidade generalizada de compreender o mundo ao redor, obstáculo de menor importância entre as pouquíssimas pessoas que têm uma formação sólida de estudos da China ou da Ásia oriental. Ou seja, o país é totalmente diferente daquilo que a maioria dos entrevistados imaginava antes de chegar.

Têm pouquíssimos entrevistados que se integraram ao ponto de viver suas vidas predominantemente com os chineses. Dois brasileiros casados com chinesas, que constituíram famílias, e até vivem em situações de famílias estendidas fazem parte deste grupo. Outros disseram que desenvolveram amizades devido ao fato de trabalhar juntos. Mas, uma das primeiras entrevistadas – uma intermediaria cultural - contou que ela e o marido tinham vivido em uma capital menor, onde fizeram amizades. Ao chegar em Pequim, saíram com casais chineses, mas não fizeram amizades devida a uma escolha do casal, "preferimos não misturar amizade com dinheiro, enquanto os chineses esperam isto da gente."

Perguntei também sobre o que Brasil poderia fazer em relação à China, e a China poderia fazer em relação ao Brasil? As respostas à primeira pergunta enfatizaram: a necessidade de reforçar as complementaridades entre as economias; a identificação de novas oportunidades; reforço das relações diplomáticas; a necessidade deter um melhor preparo de delegações oficiais brasileiras, maior seriedade da parte brasileira e reformar o ensino.

[2] https://www.a-china.info/caracteres/caracter/20013.html (consultada em 30.06.22)

Este pesquisador constatou que poucos entrevistados revelaram ter um conhecimento da China baseado em livros, filmes, poesia e na cultura em um sentido mais geral. O que predominava era sua experiência direta – enquanto mais os entrevistados chegaram a discutir suas 'ações qualificadas' na China mais detalhados foram os relatos, enquanto mais distantes da 'ação qualificada' maior a compreensão parecia ser superficial.

Criam-se Bolhas; uma Empresa busca criar uma bolha

Descobri que viver a vida em uma bolha não é apenas um modo de adaptação de famílias brasileiras, como veremos em breve, mas pode também ser uma estratégia empresarial. Entrevistei um funcionário de uma grande empresa multinacional onde parte do capital é brasileiro. De origem chinesa, ele retratou seu chefe brasileiro como alguém que, ao implementar sua estratégia de relacionamento com o mundo ao redor, dirigia a operação como se não tivesse na China. Ao longo desta pesquisa entrevistei vários executivos e empreendedores –homens e mulheres - mas este era o único que disse que a sua empresa tinha como praxe limitar ao mínimo o desenvolvimento de relações informais, (relações e redes de aproximação (*guanxi*)) com os fornecedores, os clientes e o governo. O entrevistado explicou que seu chefe acreditava que entrar nestas redes não era necessário. Mas, como não havia possibilidade da empresa ser bem sucedida sem contatos informais com clientes, fornecedores e o governo, perguntei se esta visão de negócios funcionava? A resposta foi positiva.

O entrevistado trabalhava no topo da hierarquia, na parte mais internacionalizada da empresa. Para interagir com as localidades de atuação, relações sociais são construídas à distância da alta direção, através de um comando local, dotado com autonomia e recursos para perseguir os objetivos da empresa no país e fora dele. Da maneira que me foi descrita, a parte internacionalizada da empresa buscou se isolar dentro de uma bolha.

Como já escrevi, esta divisão foi singular entre as empresas com algum capital brasileiro que empregavam expatriados. Nas outras empresas, onde 'cidadãos chineses internacionalizados,' brasileiros e outros estrangeiros trabalhavam juntos é possível falar na aproximação e no desenvolvimento de relações interculturais.

Bolhas de interação social

Segundo Bauman[3], os membros da nova "elite global," tais como alguns daqueles incluídos neste estudo, circulam em "bolhas socioculturais" que estão apartadas das diferenças socioeconômicas e culturais.

Carla disse "O que convence a ficar na China é a segurança. Você apreende a viver na bolha. [No Brasil você ouve] 'roubaram meu celular, mas tô vivo!' como que pode? Aqui os filhos saem, aqui filha tem vida, no Brasil carro blindado não adianta muito. Como que vai resolver isto?" Ela continua, "Adoramos viver aqui, todo estrangeiro vive dentro de uma bolha."

Em torno de 2009, Fernanda e seu marido decidiram se mudar para China, tinham uma filha bebê e um menino de 5 anos. Porque? "Aventura!".... Para as crianças, seria possível oferecer "uma experiência única inclusive com a oportunidade de viajar e passear." Ela também citou razões econômicas. Viveram uma "experiência diferente," para as crianças, "o menino falou inglês e a menina levou seis meses para falar." Viveram mais ou menos em uma vila de casas, coloquialmente diziam que viviam na 'Liga das Nações,' universos muito diferentes: os filhos tinham contato com 'Third Culture Kids,'[4] vivíamos coisas muito interessantes, ninguém quis voltar para o Brasil!". Nos cinco anos no país, disse que a princípio era contra viver "em uma comunidade fechada, mas que por outro lado foi uma experiência legal." Ou seja, se adaptou, e se transformou.

Fernanda explica: "O marido ao chegar" no país - assim como nas famílias estrangeiras de seu conhecimento – "é muito bem tratado, e por ser estrangeiro com reverência. Para o ego é muito bom!"

No seu próprio caso, no início sentiu que a mudança foi violenta, no Brasil ela tinha uma profissão e o novo papel de dona de casa levou a uma 'depressão absurda'. Mas a partir daí observou outras mulheres brasileiras, e observou as maneiras delas enfrentarem a depressão: algumas vão às compras como compensação, outras se trancam e recusam até em aprender uma outra língua – nem inglês.

Ela disse que é preciso apontar como é comum distúrbio mental de brasileiras transferidas para China simplesmente por falta de compreensão de que é uma cultura

[3] Bauman, 2003, pp 53-54.
[4] Van Reken, Pollock e Pollock, 1999.

diferente. Continuo, "é horrível ser dona de casa, nos primeiros seis meses estudava chinês duas ou três vezes por semana," e depois veio o primeiro grande choque quando descobriu que "o país não funciona dentro da realidade ocidental, enquanto não descobrir o caminho fica difícil, a língua é muito difícil."

Maria Felícia, brasileira de origem chinesa,[5] estava há três anos e meio na China quando a entrevistei. No começou de sua estadia ela implementou uma política pessoal onde "evitava sair com brasileiros." Ela disse sentir a "falta de uma relação mais verdadeira.... Acho que não consigo ter amigos chineses, tinha colegas chineses - e a gente falava chinês – [o que era difícil compatibilizar] era o estilo como cada um leva a vida, o jeito com que cada pessoa vai se posicionar em determinadas situações." Falou de sua parceira de negócios chinesa, também designer no setor de moda, "ela é protocolar... comigo, meio caiu no real."

Refletiu, também que as pessoas fazem seus amigos na escola e na faculdade. "Tenho muita dificuldade em criar amizades fortes." Mas esta dificuldade existia não apenas com chineses, mas também com outros expatriados. "Com americanos tenho dificuldades em me colocar... vejo que eles se sentem mais à vontade em ambientes novos." Depois de muitos idas e vindas, resumiu "agora os amigos mais próximos são brasileiros."

"É o processo migratório, neste rumo, que vai fazer com que as identidades brasileiras sejam repensadas em contraste com a cultura chinesa e, também... com as demais culturas estrangeiras que convivem no espaço urbano de Pequim. Isso, inclusive, é o que vai indicar o porquê de o caráter superior dado à amizade brasileira – que seria mais calorosa – em países receptores como França e Inglaterra[6], passa a ser repensado na China. Uma das entrevistadas relatou: 'acho que a amizade brasileira é mais eufórica, mas não tem muita sinceridade. A amizade chinesa é mais sincera. Eles dão um valor imenso à amizade.'"[7]

Muitas das brasileiras residentes nas cidades de Xangai e Pequim incluídas neste capítulo, adotam comportamentos que foram identificados por Orsolin em

[5] Quando categoriza uma pessoa como sendo 'de origem chinesa,' incluo pessoas de família chinesa e taiwanesa nascidas ou no Brasil ou na China e Taiwan.
[6] Rezende, 2009, pp. 96-97.
[7] Porto, 2014, 18.

Dongguan no sul da China mais que uma década antes, "acabam fechando-se em seus grupos, nos quais dividem os mesmos valores, compartilham as dificuldades enfrentadas no dia -a-dia e criam seu próprio território. Um território que não é nem do chinês na China e nem do brasileiro no Brasil. É um território entre. Território subjetivado pela cultura chinesa, pela cultura brasileira e pela vida estrangeira…."[8]

Saindo da bolha – Adaptações e catástrofes

A pesquisa de Lucia Anderson da Silva (2020), baseada em anos de convivência em meio empresarial e organizacional na China, inclui entrevistas com quase 30 executivos empregados em empresas brasileiras. As entrevistas revelaram que as próprias empresas dificultam a permanência no país devido ao improviso tanto nos processos de recrutamento quanto de treinamento de seus executivos. Muitas vezes mudar do conforto relativo do Brasil leva ao estresse, e pode resultar em uma retirada do país receptor. Carla revelou isto, pois só retornou à China para morar depois da empresa se adaptar às demandas da família e transferir o marido para uma cidade capaz de atender as necessidades da família em relação à educação de seus filhos.

A maioria dos executivos brasileiros entrevistados trabalhava em empresas onde conviviam com chineses no dia-dia. Entrevistei um engenheiro que trabalhava em uma empresa norte americana produtora de pequenos motores de alta precisão e durabilidade, que eram vendidos no mercado local e em outros mercados da região. Ele estava na sua segunda estadia no país, e entre uma estadia e outra mudou completamente seu relacionamento com as atividades de produção.

Devido ao fato que a sede da empresa fica na América do Norte o engenheiro teve que ser disponível – em dois fusos horários – quando a empresa estivesse aberta na China e quando aberta nos EUA. Na sua primeira estadia, "trabalhei muito mais do que estava acostumado, o que proibiu de aproveitar mais [da vida e da família]." Na sua segunda estadia, foi capaz de adotar uma estratégia diferente. Apesar de todas suas reservas a respeito da qualidade de formação de seus pares chineses, delegou a eles a supervisão das atividades de manufatura e deixou de intervir. Desta maneira,

[8] Orsolin, 2008, p.61.

'hands off' ele conseguiu evitar os problemas que anteriormente resultaram em intervenções rotineiras no dia-dia da manufatura. Agora ele confiou nas equipes chinesas de um lado, e se dedicou a resolver os problemas e demandas levantados pela matriz do outro.

Ele disse que tanto a qualidade de sua vida no trabalho, quanto as relações com sua família, tinha melhorado muito como resultado desta decisão. Ou seja, ele escapou de papeis que o obrigavam a viver uma vida dupla, equilibrando a internet e vida real, para se ater a um único papel formal no trabalho. Ele saiu dos conflitos, estresses e desgastes da primeira estadia, através da criação de uma bolha na segunda estadia.

'Sair da bolha' significa se expor a maior risco de problemas interculturais, alguns dos quais produzem impactos inesperados. Orsolin[9] inclui uma foto onde todas os nomes e instruções nas placas de trânsito estão em caracteres chineses (*hanzi*), e não havia nada escrito em chinês romanizado (*pinyin*). Hoje, nas grandes cidades não se observa mais esta situação. A presença de placas em *pinyin* facilita muito a tomada do volante por aqueles que são analfabetos em chinês.

Enquanto o código de trânsito chinês é formalizado de maneira que parece ocidentalizado, ao observar o trânsito em qualquer cidade no continente (excluo Hong Kong e Macau) ele em pouco se assemelha ao trânsito em países ocidentais desenvolvidos ou nas grandes cidades brasileiras. Durante muitos anos, por causa das múltiplas dificuldades e conflitos no trânsito, estrangeiros eram aconselhados a evitar o contato intercultural, de contratar um motorista, porque "o trânsito [flui como se fosse um] fluxo de água, todos lidam muito bem com isto." Para outros, o trânsito nas cidades se organiza como se todo mundo tivesse andando de bicicleta. Giovana explicou de maneira clara sua percepção a respeito das regras informais e intersubjetivas no trânsito: "Você está de carro e bate em moto, você paga. O sistema favorece os mais fracos... sem complicar...." Foi neste contexto que duas fontes distintas relataram o caso de um brasileiro que dirigia seu próprio veículo e se envolveu em um acidente. Ignorante ou não querendo entender a lógica nativa,

[9] Orsolin, 2008, p.49.

decidiu não se adaptar à regra informal, e assumir responsabilidade pelos danos causados, algo que um chinês típico faria. O impasse criado o obrigou a deixar o país.

Uma profissional brasileira, diferente de muitos expatriados, morava em um condomínio chinês onde sua moto sempre ficava estacionada no corredor, alguns dias antes de nossa entrevista sua moto tinha sumido. Nas grandes cidades chinesas, é preciso destacar, pequenos furtos fazem parte do dia-dia. Ela informou os responsáveis do condomínio, e dois dias depois a moto foi devolvida. Para os responsáveis o problema tinha sido resolvido, a desonra daqueles envolvidos com o sumiço temporário da moto não veio ao público, o benefício para todos foi de que o ocorrido não subiria 'de nível', o que poderia ter consequências não-desejadas para tanto para os administradores quanto para outros moradores no condomínio, e a vítima do roubo deveria mostrar gratidão, através desta série de relações recíprocas a 'paz social' seria restaurada ao condomínio. Mas, para minha surpresa, a entrevistada disse que não estava satisfeita com a resolução dada ao problema, que queria fazer uma denuncia à policia, ou seja, queria 'subir de nível.' Ao ouvir isto saí de meu papel de pesquisador e adotei o papel de professor. Expliquei que dentro da ótica chinesa o problema dela tinha sido resolvido, e ela não precisava fazer mais nada. Ao se queixar sua reclamação poderia criar problemas para aqueles administradores que tinham resolvido o problema dela, buscar ajuda de instancias sociopolíticas externas ao condomínio por um problema já resolvido nunca seria compreendido por eles, e talvez nem pela polícia. Ela escutou, mas nunca soube se me ouviu ou não.

Ao longo das entrevistas fui ouvindo histórias de brasileiros que tinham sido condenados à prisão, e embora nenhum entrevistado revelou ter visitado uma prisão chinesa, vários falaram sobre as condições duríssimas de encarceramento. Um par de entrevistados falou de um tio e seu sobrinho que tinham ido aos Jogos Olímpicos de Pequim. Ao entrar em uma loja de produtos da Apple, na ausência de um vendedor, o tio abriu um mostruário, furtaram um iPod e foram embora. Um destacamento da polícia pegou os registros fotográficos feitas pelas câmeras na loja, e passou de hotel em hotel até reconhecer os dois nas fotocopias dos seus passaportes guardados na recepção. Presos, e 'sem direito a levar uma escova de dentes,' foram condenados sumariamente e acabaram passando três e quatro anos atrás das grades. O sobrinho, visto como tendo menos responsabilidades, foi liberado antes do tio.

Os brasileiros que têm maiores conhecimentos sobre seu país de adoção criticam duramente os 'brasileiros sem noção'. Alguns mencionavam que chinês não gosta de fazer negócios com brasileiros porque são considerados desonestos. É na análise dos conflitos que se entende as relações entre os povos.

Uma entrevistada, contou que recebeu um telefonema de dois comerciantes que queriam sua ajuda para comprar isqueiros descartáveis. Ela trabalhava em outro ramo, mas fez vários contatos até conseguir identificar um fornecedor de confiança, que repassou para eles. Alguns meses depois, recebeu a notícia de que os comerciantes tinham comprado o equivalente a dois contêineres de isqueiros, porém ficaram sem a mercadoria. Levantando a voz, minha entrevistada reclamou, "Esses gaúchos decidiram pegar outro fornecedor, ofereceram um preço bem mais baixo, chinês não perde negócio, estão fazendo comércio há 4000 anos, e os brasileiros se pensavam mais espertos do que o chinês! Ninguém consegue fazer isqueiro por este preço," então foi dada uma lição!

Uma outra entrevistada contou a respeito de um adolescente brasileiro que estudava em uma escola internacional e foi filmado fazendo comércio de drogas ilícitas. A polícia entrou em contato com o pai, mostraram o vídeo, e para evitar maiores problemas o filho teve que sair do país, pouco depois a família inteira seguiu seus passos.

Na China o uso das drogas ilícitas é muito mal visto, e as penalidades por tráfico incluem a pena de morte. As cicatrizes causadas pelas Guerras do Ópio, e pelo consumo do ópio servem para justificar a legislação duríssima, o que leva quase todos os jovens chineses a excluir (ou nunca mencionar) o consumo de drogas ilícitas. O contraste entre estas leis rígidas e o que se observava em certos lugares pode ser grande. Por exemplo, na *East Nanjing Road* em Xangai há um grande fluxo noturno de estrangeiros, durante anos a fio vi imigrantes internos e estrangeiros aproveitaram para vender haxixe. Também, ao viajar para as regiões de fronteira, como Xishuangbanna, ou para cidades históricas tais como Dali, ambas na província de Yunnan, é possível ver perto sinais da venda de drogas. Nunca visitei o extremo noroeste do país onde, na província de Xinjiang, há cultivo de maconha e disponibilidade de haxixe, talvez seja a fonte de o que os imigrantes internos vendem em *East Nanjing Road*. Nas grandes cidades, minhas fontes falaram do uso de drogas

sintéticas, enquanto mais perto de Pequim é reputado ser mais difícil de comprar drogas e seu uso diminui. Os livros turísticos alertam que o comercio e o uso não devem ser feitos à luz do dia nas grandes cidades, e os estrangeiros – se querem evitar agravantes - não devem nunca ser flagrados consumindo junto com chineses, o que pode ser interpretado como um sinal de que os 'diabos estrangeiros' estão corrompendo a civilização chinesa.[10]

Em 2018 aprendi que o tradicional teste de urina para detectar o uso de drogas ilegais tinha sido substituído. Agora bastava um simples fio de cabelo para fazer um teste. Um interlocutor brasileiro, dono de bar, me contou que ao chegar no local a polícia já sabe quem vai testar, se o resultado for positivo, independente do seu status social, a pessoa seria expulsa sumariamente do país.

Um brasileiro residente na China durante quase duas décadas que vivia sozinho, trabalhava com chineses e nos seus dias de folga socializava apenas com chineses. Ele resumiu sua vida, eu "nunca levei tombo, se levar confusão, não é um só, o chinês se organiza com dez outros. Não arrumo confusão com eles – porque vai perder se não tiver amigo." Munido desta percepção ele conta sobre dois incidentes com potencial de conflito, um dos quais com uma motocicleta, "dei um jeito de fugir em vez de – como se disse – perder para um chinês."

Ou seja, quando representantes da civilização brasileira se encontram com representantes da civilização chinesa pode haver choques. Independente das causas destas, as consequências podem ser muito diferentes das experimentadas na terra de origem. A única maneira segura de um brasileiro viver na China é adaptar seu comportamento e evitar fazer 'coisas erradas' que afetem interlocutores chineses (definidas em termos chineses), mas se porventura algo acontece – é melhor tentar sumir. (Mas atenção, se sumir para evitar a catástrofe e for pego, as consequências podem se agravar a não ser que tenha poder de negociação).

[10] https://www.roughguides.com/china/travel-advice/ (consultado 30.06.22)
https://foreignpolicy.com/2019/07/12/chinas-reefer-madness-is-sweeping-up-foreigners/ (consultada 30.06.22)

A mudança para a China: Donas de casa em Pequim e Xangai

Algumas mulheres vieram à China como 'agregadas' – esposa e/ou dona de casa. Entre elas algumas buscaram desenvolver uma carreira comercial. No meu julgamento as entrevistas mostraram este grupo de mulheres é muito bem resolvido. Isto ocorreu apesar das dificuldades em desenvolver atividades em um país onde não se fala a língua, e em alguns casos sem falar a língua franca dos expatriados – o inglês. Entrevistei quatro mulheres que chegaram ao país nesta condição, e as entrevistas mostraram que seus papeis não são estáticos.

O que faz este grupo de mulheres ser interessante é que cada uma tem pelo menos três distintos campos de visão sobre a vida no país devido aos diversos papeis que exercem: esposa e mãe, dona de casa e profissional. Os homens entrevistados – sobre os quais vou escrever em um próximo livro - tipicamente baseiam suas respostas às perguntas na sua vida profissional, e muito menos aos papeis de esposo e pai.

Uma entrevistada morava em um andar alto em um prédio luxuoso em Xangai. Fernanda tem uma sólida formação acadêmica, está na sua segunda estadia no país, na entrevista mobilizou seu conhecimento e capacidades observacionais e acabou virando uma das minhas mais importantes entrevistadas. "Tudo que estudei não dá conta de explicar este lugar. Não pode ser colocado [um] rótulo teórico: funcionalista, ideológica, descritiva, não!"; "Chineses são pragmáticos. Hoje tenho uma compreensão [da língua] que não tinha. Sem tempo [de verbo], sem plural [de nome], você apreende as sutilezas da língua: sem passado, os classificadores [componentes do ideograma comuns a uma categoria de objeto],[11] verbos para conceitos diferentes como 'êxito da ação,' 'fracasso da ação.' É muito sutil a língua."

Para ela a "China faz mais para o Brasil do que a gente para eles. A valorização do conhecimento vindo do exterior é muito maior [na China do que no Brasil], depende dos interesses do país. O interesse deles é conhecer o mundo, são muito sérios, dão valor ao conhecimento!"

[11] Veja a tese de mestrado de Márcia Schmaltz, Classificadores *Nominais Chineses: Uma abordagem semântico-cognitiva experiencialista,* dissertação de mestrado, PPGL,UFRGS, 2005. https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6676/000533043.pdf? (consultada no dia 30.06.22)

Blogueiras

Entrevistei várias mulheres que abriram mão de suas profissões para virar 'donas de casa' ao vir para China. Duas entre elas acabaram escrevendo blogs lidos por residentes brasileiras e de língua portuguesa. Contém dicas, observações e respostas a uma variedade de interrogações sobre a China e os chineses.

Carla e sua família estavam juntos na China desde 2007, ou seja, um total de sete anos quando fiz a entrevista em 2014. Porém, sua convivência com a China é bem maior - uma dúzia de anos. Carla explicou que na primeira vez que veio para a China, sua família ficou em uma cidade industrial que não tinha uma escola internacional. Ela não aguentou, e voltou para o Brasil com os filhos. Diante desta situação a empresa ofereceu três passagens por ano, e para os filhos quatro passagens por ano, para garantir a unidade familiar apesar das distâncias.

Carla tinha sido funcionária pública no Brasil e se demitiu para poder acompanhar o marido. "Fiquei perdida. Fiz um 'fast MBA' em uma conceituada universidade.... sobre cultura e negócios, foi interessante, sou educadora, sou curiosa. Vi que minhas ideias faziam sentido." "Achar [algo] estranho" resumiu nossa entrevistada "é algo cultural."

Voltamos então ao insight de Carla ao responder a minha pergunta, "Como ela explica a China para os brasileiros?"[12] Ela mobilizou sua experiência com brasileiros radicados no país ou de passagem. Constatou que a incompreensão é muito grande. No seu blog, respondia de maneira combativa às interrogações agressivas dos leitores: "Não é bem assim" disse ela em relação às versões brasileiras do pensamento chinês. "Vocês têm que aceitar os costumes deles. Não concordo com brasileiros que reclamam, ninguém me obrigou a ficar. Se a pessoa disse 'Eu odeio

[12] Iniciei as entrevistas explicando a pesquisa e que as respostas seriam descontextualizadas para garantir a confidencialidade das fontes. Coletei dados demográficos e a respeito das atividades de cada entrevistado na China. O roteiro básico foi composto das perguntas abertas a seguir: O que lhe trouxe para China? O que você faz na China? Como você explica a China para os brasileiros? Como que você explica o Brasil para os chineses? O que precisa ser feito no Brasil para lidar com a ascensão da China? O que precisa ser feito na China para lidar com o Brasil? Se tivesse seu tempo de novo o que você faria de diferente? As entrevistas foram conduzidas em cafés, locais de trabalho ou nas casas das pessoas. Elas duraram um mínimo de uma hora, e algumas duraram muito mais tempo, sendo remarcadas para permitir chegar no seu fim.

aqui!' [digo] vai embora! [se respondem] 'Meu marido não tem onde achar emprego' [digo] Então é bom para vocês tirarem seu sustento daqui."

A terceira blogueira entrevistada, também tinha uma atividade profissional. O objetivo dos blogs, escrito em português, era combater à falta do conhecimento em mesmo tempo que estimular uma apreciação pelo outro, pelo diferente, pelo país do qual todas tiram seu sustento, e em um o outro caso, valorizar a milenar civilização chinesa. As blogueiras tentam educar, seus leitores. Mas, há mais de que isto, também dão dicas para ajudar no dia-dia: onde achar determinadas comidas, trânsito, parques, monumentos, serviços de beleza, viagens etc. Uma revelou que a repercussão de seus escritos era tanto que "me convidaram para dar palestras no Brasil." Nestas, sempre surgem dicas, "boné [ou capacete] verde não pode!" Contou que as empresas estranharam, tiveram dificuldades em entender a rejeição das cores nacionais em determinadas usos no país, e depois de compreender se adaptaram. [13]

Educando os filhos – a questão linguística

Uma questão de fundamental importância para muitos pais é a educação dos filhos, e as mães têm a maior responsabilidade por isto no dia-dia. Uma grande parte dos brasileiros transferidos por empresas internacionais conseguem enviar seus filhos para escolas internacionais, onde uma boa parte das aulas é dada em inglês, o que resulta em potenciais problemas com a aprendizagem da língua materna.

Um estudo feito entre a maior comunidade brasileira do país, em Dongguan no Sul da China, revelou que a existência de "um 'paradoxo' sobre a aquisição das línguas"[14]; "por um lado, as famílias expressam imenso desejo que os filhos adquiram a língua chinesa por considerarem um grande diferencial no futuro mercado de trabalho; porém, ao mesmo tempo, as famílias expressamente demonstram a vontade de que os filhos tenham somente o português e/ou inglês como a língua de instrução escolar."[15]

[13] Se um homem usar um chapéu ou capacete verde significa que ele está sendo traído – ou seja, é 'um corno.'
[14] Jatobá, 2020, p.45.
[15] Idem, p.46.

No trabalho as "interações… são geralmente feitas em uma terceira língua – o inglês – e, devido ao tamanho e organização da comunidade, a língua usada nas interações sociais é majoritariamente o português. Juntando-se a isso, há o fato de muitos membros considerarem a permanência na China temporária e, segundo alguns entrevistados, o investimento para aprender/adquirir o chinês não valer a pena"[16], "só há uma política linguística familiar e tomada de ações definida para a aquisição do mandarim nas famílias onde um dos pais é de nacionalidade chinesa."[17]

Esta comunidade brasileira faz esforços imensos para dar uma educação em português. "Mesmo com um espaço físico não-ideal, a escola atende (e acolhe) bem aos seus estudantes, seja no respeito ao currículo escolar brasileiro, seja no papel de criação de condições para o letramento e socialização em língua portuguesa."[18]

Esta decisão em âmbito familiar garante que a família ganhe mobilidade internacional e a chance de enviar seus filhos estudar em países de língua inglesa, ou onde o inglês serve de língua de ensino (inclusive a China). Mas esta é uma decisão não sem custos para o Brasil, que perde uma chance de formar uma jovem geração com as capacidades linguísticas e culturais necessárias para compreender nosso maior parceiro comercial. A China também perde a capacidade de ter interlocução direta com brasileiros qualificados que compreendem profundamente aquele país.

Dongguan, devida à migração de muitos trabalhadores qualificados do setor calçadista, tem uma massa crítica de brasileiros, o que permite uma oferta educacional de acordo com o tamanho e as capacidades de adaptação de sua comunidade brasileira. Isto parece representar um grande contraste com a situação enfrentada por pais brasileiros em outras cidades, onde o arranjo familiar passa a ser de grande importância para garantir o alcance dos objetivos familiares através da escola.

A Família chinesa

Maria Felícia, uma pequena empresária no setor da moda, explica a "relação dentre um casal, [há uma] visão bem certa, namora, casa, filho... Não ter filho" (de

[16] Idem, p.48.
[17] Jatobá, 2020, p.49.
[18] Idem, p.51.

preferência um homem), não é uma opção. Tudo que ela disse faz parte de uma percepção compartilhada entre as entrevistadas ao falar das mulheres e famílias chinesas.

Se reconhecem outras particularidades. A relação esposo-esposa é uma relação fria, o parecem não existir sentimentos como no Brasil, o casamento é para sempre. Observam que mesmo nas grandes cidades os avós ainda cuidam dos netos no dia-dia, Carla destaca que "a família gira em torno da criança. As entrevistadas brasileiras também mostram temor pelas consequências negativas da política do filho único para o futuro".[19]

Aqueles que com conhecem melhor no país contam dos intensos prazeres de socializar - beber e comer juntos – com os chineses. Também contam casos das 'novidades,' de escapadas e desvios das rigorosas tradições – alguns dos quais ocupam as manchetes no país, e em certos círculos tratados como sinas do declínio moral.[20]

Professores na China

Duas entrevistadas, ambas ex-professoras, comentaram a posição de seus pares na China. A educação é um tema que volta a toda hora nas entrevistas. Gertrudes contrasta a reação, "Que dó!" quando disse que é professora no Brasil, à reação chinesa, "Que bom!" Para ela a cultura chinesa valoriza o professor, isto é ilustrado no dia 10 de setembro, o dia do professor: "Mães fazem questão de dar presentes" aos professores.[21]

Carla declara, "aqui professor é professor, e é respeitado." Comenta "é o aluno que tem que manter... as salas de aula [limpas], os faxineiros têm que limpar só os banheiros. Criança com chilique está na rua."

---

[19] Dois livros de referência escritos por sociólogos nos países BRIC e depois BRICS contém dados complementares e analises sobre a China e Brasil sobre estratificação social (Li, et ali. 2013) e juventude. (Dwyer, et ali. 2018)

[20] Um questionário dirigido a universitários chineses e brasileiros, perguntou: 'o que mais aflige, atualmente, os jovens universitários?' Cada um dos mais que 4000 entrevistados foi apresentado 14 opções, e tinha o direito de fazer até três escolhas. Na China declínio moral assumiu uma enorme importância, ficou em segundo lugar (34,5%) enquanto no Brasil ficou abaixo da média, em oitava posição (14,9%). (Sposito et. ali. 2016, 251).

[21] Este feriado vem de uma tradição de mais que dois mil anos. Veja: https://studycli.org/chinese-holidays/teachers-day/ (visitado no dia 30.06.22)

Através de escolas internacionais os pais de crianças chinesas e pais brasileiros acabam interagindo e se conhecendo. Usam a língua inglesa para se comunicar, mas não desenvolvem relações de intimidade, ponto de frustração para algumas mães brasileiras.

Amizade entre brasileiros e chineses

Muitos entrevistados ressentem que os 'amigos' chineses não os convidam para suas casas, mas explicam isto com referência ao controle do Partido Comunista Chinês sobre a vida privada das pessoas, ou à reserva natural dos chineses em relação aos 'diabos estrangeiros.'

A dissertação de Orsolin traz esclarecimentos sobre estas questões que a minha pesquisa não trouxe. "[B]rasileiro que mora na China sabe bem o significado de choque cultural. O jeito deles [chineses] se vestirem, comerem, o jeito que eles cuidam as crianças. Tudo é diferente…. Eles os tiram [sapatos] e deixam na porta de casa, ou num armário que costuma ficar na entrada. A idéia é não levar a sujeira da rua para dentro. Quando os chineses percebem que os brasileiros não fazem o mesmo, esses dizem que isto é relaxamento e ficam ofendidos quando alguém entra na casa deles com sapatos nos pés. Percebe-se em Dongguan que alguns brasileiros estão adotando este hábito."[22] É necessário reconhecer, Orsolin está dizendo, que há diferenças profundas no significados atribuídos a determinados comportamentos, e que estas diferenças acabam afastando as pessoas.

Três abordagens

Para complementar a visão acima, mobilizarei três abordagens. A primeira faria referência ao pioneiro survey sino-brasileiro em Ciências Sociais sobre os valores e estilos de vida de jovens universitários. A segunda, farei a transcrição de uma entrevista crucial para meu entendimento da vida dos brasileiros no país. A terceira, explicaria longamente algumas ideias de Fei Xiaotong sobre família e amizade na China rural e tradicional, na base da convicção que ajudam a esclarecer a vida na China urbana e contemporânea.

[22] Orsolin, 2008, p.59.

O survey

O survey sugere que há uma correspondência nos dois países em como se faz amizades. "[A] instituição escolar em todos os seus níveis [primeiro, segundo e terceiro grau] é o espaço mais importante para o estabelecimento destas relações" em ambos países. A Tabela 1 também demonstra a importância de amigos na apresentação de novos amigos tanto no Brasil quanto na China. Também, "Chama atenção o fato de que, no Brasil, as relações de vizinhança são citadas mais pelos homens [17,9%] do que pelas mulheres [12%]. O oposto ocorre entre os universitários chineses, pois as mulheres [6,9%] apontam com mais frequência essa alternativa do que os homens. [4,2%]."[23]

Tabela 1

Forma como conheceu os amigos atuais: estudantes chineses e brasileiros, por sexo (Em %)

Formas como conheceu os amigos atuais	Brasil		China	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Por meio de meus familiares	12,5	13,3	7,6	9,8
Por meio de outros amigos	47,7	51,9	32,0	34,4
Na vizinhança	9,3	17,0	6,9	4,2
No ensino fundamental	28,1	22,8	28,5	20,7
No ensino médio	52,8	51,1	76,4	70,1
Na universidade	69,3	68,0	78,0	72,4
Na igreja	17,9	12,0	0,8	1,0
Em organizações das quais participo (por exemplo, clube esportivo, entidade política e ONG)	5,6	7,4	15,8	21,6
Por meio da internet	5,5	8,0	6,3	7,3
Em festas ou boates	5,3	6,5	1,4	2,4
Em bares e cafés	0,9	2,8	0,9	1,5
No trabalho	7,7	6,4	4,7	5,7
Outras situações	3,2	2,2	3,9	4,8

Fonte: Ipea, SBS, CYCRC e Cycra.
Obs.: Cada respondente pode indicar até três itens, por isso os percentuais não somam 100%

Sposito, Nakano e Chen (2016)[24] refletem sobre o conceito da amizade na China contemporânea. "Caso se considere a proximidade como fator principal, pode-se dividir em três categorias... 'amigos genéricos;' 'amigos comuns;' e 'amigos próximos.' Os primeiros "se poderiam designar como 'conhecidos', a exemplo da internet,

[23] Sposito, Nakano e Chen, 2016, p.238.
[24] Idem, p.239.

membros do mesmo grupo de interesse etc. O 'amigo comum' é aquele com quem o jovem troca informações pessoais básicas, de maneira solidária. São colegas de escola ou de classe... ou colegas de trabalho, sem contato muito profundo, mas que garantem auxílio mútuo quando necessário." O último grupo é composto daqueles que "estão sempre presentes e sempre disponíveis nos momentos de necessidade. Eles ultrapassam fronteiras regionais, constituindo uma pequena rede de contatos."

Uma entrevista

Entrevistei Ariana que trabalha com pesquisa de mercado em uma empresa multinacional europeia, fala bem o chinês, viaja pelo interior do país e é uma leitora assídua. Para ela, os brasileiros "têm um monte de hipóteses que são erradas. O brasileiro é mais próximo ao chinês do que os outros, do que o mundo rico. O mundo ocidental tem muito mais gente estudando na China. [No] Brasil e na China o que conta é o grupo, nos Estados Unidos é o individuo. Os Estados Unidos são mais cartesianos, Brasil é mais intuitivo e social. China é social e mais pragmática, e mais desfocado."

Observou, "não existe a ideia do inconsciente, não existe culpa, não existe moral [absoluto]. O que existe são as ideias de desonra, vergonha, orgulho (que não pode crescer demais), existe sucesso. O inconsciente é individualista [no ocidente], na China não existe 'self' isolado, só existe 'self' no contexto do grupo. E [há] o problema de ser filho único, e como ter um grupo [neste caso]? A sociedade chinesa é baseada no grupo! Culpa é uma ideia judaico-cristã, ligada à vida no além, o que substitui a culpa [na China] é a desgraça." Nossa entrevista se transformou em uma longa discussão sobre este ponto, em um momento de reflexão apontou-se que a noção de culpa nós incita a pensar em termos de ações isoladas, mas na China a realidade é vista como bem mais complexa. Estão "buscando harmonia, o mundo não é binário, [não é] quem está certo quem está errado" [noções, ela salienta, que não tem a ver com a resolução do problema em pauta]. "A harmonia está na base do consenso entre ideias opostas, tudo está mais difícil, mais maduro, mais elaborado. O chinês tem uma capacidade de ler o ambiente. É um povo mais sábio."

Ela continuou, "Precisamos de um pouco de teoria sociológica, o que é ser brasileiro? [Gilberto] Freyre, versus o que é ser chinês? Precisamos conhecer um Gilberto Freyre chinês."

Fei Xiaotong, e a vida na China Rural

A obra clássica 'Casa Grande e Senzala' (1933) de Gilberto Freyre (1900-1987) é considerada um clássico da Sociologia brasileira. Apesar dos processos de urbanização, industrialização e modernização, ela é vista – mesmo tendo sofrido contundentes críticas - como chave interpretativa do país até hoje. Fei Xiaotong (1910-2005) fez seu doutorado sob a orientação de Malinowski, fez suas pesquisas empíricas mais importantes sobre a vida dos camponeses no período republicano, e publicou seu mais importante trabalho teórico, "*From the Soil,*" (obra ainda inédita em português) em 1947 em chinês, ou seja, antes da ascensão de Mao Tse Tung ao poder em 1949. As reformas de 1951-52, seguindo a orientação soviética, eliminaram a Sociologia na China, e em 1957 pesquisas sociológicas foram suspensas. Fei passou um período isolado, pesquisando minorias, fazendo trabalhos administrativos, e sofreu muito entre 1957 e 1976, inclusive sendo enviado ao campo, e obrigado a fazer trabalhos manuais durante a Revolução Cultural.[25] A ascensão de Deng Xiaoping ao poder, resultou na recuperação de Fei, que foi elevado a uma posição de liderança da Sociologia chinesa.

Nos próximos parágrafos, farei resumo detalhado de "*From the Soil,*" a partir das minhas anotações de aula de introdução à Sociologia chinesa, que ajudam a entender melhor algumas dimensões da a sociedade tradicional chinesa destacadas pelos entrevistados brasileiros: relações familiares, amizade, a dificuldade de acolher novas pessoas no grupo de referência, o controle das emoções entre outras.

Fei observou que na China tradicional a sociedade se organiza de baixo para cima. Explica que os chineses normalmente migram para desenvolver uma profissão comercial, e no novo local constroem laços com outras pessoas da mesma região de origem – definida de maneira ampla – se define este espaço com o "espaço nativo". No capítulo 12 de *"From the Soil,"* Fei escreve que estes migrantes "projetam

[25] Arkush, 1981, p.225-286.

consanguinidade no espaço", ou seja, desenvolvem a capacidade de estabelecer ligações com outros que não sejam parentes próximos, mas, que podem, pelo menos de um ponto de vista do mundo dos negócios, ser sujeitos nos quais se confia como se fossem parentes (a noção *'guanxi'*).[26]

Ele observa que estas famílias migrantes são chamadas de 'novas' mesmo gerações depois de sua chegada, e não são aceitas como se fossem nativos.

O fator chave na sociedade chinesa tradicional são as obrigações que se têm à família e à rede de parentesco, que é mais importante do que as redes mais distantes. As redes de linhagem para Fei, centradas na unidade familiar, "são o meio através do qual todas as atividades são organizadas". Estas conexões familiares e de parentesco constituem "redes internas" e se encontram de diversas maneiras com "redes externas" que consistem de pessoas da mesma região, tais como amigos da escola, amigos de amigos e assim em diante. Oportunidades, desejo e sucesso são ligados à obediência a estas redes, internas e externas, de obrigações.

Os atores inferiores não podem facilmente abandonar os relacionamentos e, ao mesmo tempo, defender sua própria centralidade e importância. Tudo isto leva uma constatação simples, a liderança de uma rede não tem o mesmo significado que a liderança de uma organização [ocidental] são dois mundos distintos.

Esta é a visão que Fei tem da forma dominante de relacionamentos e dos círculos sociais que são mais importantes do que as outras formas.

Fei entende que famílias no ocidente são grupos que têm um caráter organizacional, têm fronteiras bem definidas e dentro deste contexto acabam fazendo poucas coisas além de criar seus filhos. Mas, na China rural não existem fronteiras bem definidas da família. Os grupos podem expandir na medida em que é necessário, incorporando categorias cada vez mais distantes de parentes. A família se expande seguindo linhas patrilineais incorporando apenas aqueles oriundos do lado paterno da família.

No ocidente funções políticas, religiosas e econômicas são a responsabilidade de outras organizações, e não fazem parte das responsabilidades da 'casa de família.' Marido e mulher são agentes centrais e o que os une é sua ligação emocional, é esta

[26] Fei, 1992, p.120-133.

qualidade que faz da família a principal fonte de apoio e conforto no ocidente, ou para usar as palavras de Fei, "a fortaleza da vida."

As diferenças com a família chinesa são grandes, as famílias têm uma continuidade à longo prazo e servem como meio para organizar outras atividades, os eixos da organização social são pai-filho, mãe-nora, elas são relações verticais, na qual a relação entre o marido e a mulher tem um papel diminuído. As relações marido-mulher e os eixos principais da família nunca são temporários.[27]

Mas, as ligações familiares não têm 'emoções comuns' devida às demandas práticas sobre as atividades familiares. O autor explica: nenhum empreendimento pode abandonar a necessidade de ser eficiente. Para ser eficiente é necessário a disciplina, e a disciplina não tolera sentimentos pessoais. Todas as famílias chinesas têm regras de família. Entre marido e mulher deve existir respeito mútuo.

Entre pai e filho deve existir a responsabilidade do pai, e a obediência para o filho, estas são características de grupos concebidos como empreendimento.

Fei conclui que a vida emocional no ocidente e na China rural não podem ser discutidas como se fossem a mesma coisa. Na China, rir, conversar, demonstrar emoção e carinho abertamente só se produz em grupos compostos de pessoas do mesmo sexo: mulheres com mulheres, homens com homens, crianças com crianças. Fora em questões ligadas ao trabalho e à reprodução, pessoas de sexos e idades diferentes mantém uma distância grande. Ele conclui que esta separação não é acidental, ela é resultado do fato da família ter muitas funções além da simples procriação. Emoção para os chineses, e sobretudo entre os sexos, é caracterizada pela reserva e pelo controle, e não pode ser demonstrada como no ocidente.

Para Fei, é o meio social dominado pelas linhagens que nutre a personalidade chinesa.

Em relações sociais emoções podem ser usadas para fins destrutivos ou criativos. O efeito imediato e a excitação das emoções mudam os relacionamentos

[27] No Confucionismo existem cinco tipos de relações das quais quatro são hierárquicas, baseadas em reciprocidade e obrigações mutuas. A família é vista como a unidade fundamental da organização social, e contém três relações: marido-mulher, pai-filho, irmão mais velho-irmão mais novo. Na esfera pública existe a relação soberano-súdito. Por final, a única relação que pode ser igualitária, é a relação amigo – amigo. Sobre esta última veja: Kutcher (2000).

originais. Ou seja, para manter relações sociais estáveis é necessário evitar situações que causam agitação emocional.

Deste ponto de vista, a indiferença é uma indicação de uma relação social estável, e por esta razão a disciplina exclui sentimentos pessoais.

Para estabelecer e estabilizar relações sociais é a compreensão que conta, e não as emoções. Ou seja, é o ato de aceitar um quadro de referencia comum, onde o mesmo estímulo resultaria sempre na mesma resposta, e seguir com a vida. Estar juntos é silencioso, enquanto a emoção deve ser dita, verbalizada. Gritar e chorar acompanham a excitação emocional.

A sociedade rural, Fei explica, não dá espaço para o desenvolvimento deste tipo de espírito. Não é necessário criar novos laços sociais, porque estes são fixos a partir do nascimento. A sociedade rural chinesa busca a estabilidade, por causa disso existe um medo da destruição dos laços sociais. Por isto a relação entre homem e mulher tem que ser organizada de maneira que reduz o espaço para a instabilidade de seus estados emocionais. Do *Livro dos Ritos* (*Liji*), um dos textos clássicos do confucionismo, ele cita "Entre homem e mulher, só existem diferenças." Ou seja, não adianta buscar estabelecer uma base comum entre homem e mulher, eles devem ficar longe um do outro, este distanciamento não é apenas físico, é também psicológico.

O casal deve gerenciar suas atividades reprodutivas e econômicas através da firme obediência às regras de comportamento. Não se deve imaginar que vão construir harmonia mental ou emocional entre uma e outro. A orientação emocional que favorece amizades com pessoas do mesmo sexo é profunda.

Linhagens servem para substituir famílias nucleares, e linhagens dão prioridade a alianças entre pessoas do mesmo sexo. Relações heterossexuais complementam, mas não entram fatalmente em contradição com a forma social dominante.

Ou seja, a concepção da amizade na China é muito diferente da concepção no Brasil. Sem entender esta construção social é impossível entender porque brasileiros reclamam da dificuldade em construir uma amizade próxima com um chinês. Fei cita um ditado antigo, "Amigos não desejam nascer no mesmo dia, mas, em vez disto desejam morrer no mesmo dia."

Conclusões

"A China não pode se dar ao luxo de ter apenas meio sócios, deve saber que eles são sérios" acredito que as perspetivas para o futuro das relações Brasil-China podem ser resumidas naquela frase previamente citada do embaixador. Para que o Brasil possa descobrir e perseguir seus interesses com a China, é preciso ter brasileiros residentes naquele país. Em um outro artigo baseado nesta mesma pesquisa escrevi sobre o grupo profissional que me pareceu ser o mais bem adaptado à China de todos que conheci: músicos profissionais. Eles consideram que: "Os brasileiros não são bons expatriados, são cheios de preconceitos." "O problema é que esses brasileiros não estão aprendendo a negociar com a China." "O brasileiro precisa ser mais pragmático e menos eufórico em relação à China."[28]

O material de pesquisa apresentado neste capítulo aponta fortes dificuldades nas interações das brasileiras entrevistadas com chinesas. Algumas se refugiam em uma bolha, construída em torno de condomínios de luxo e uma vida baseada na prosperidade material, uma vida de expatriado (conduzido fora do lar na língua inglesa, em português ou em ambas as línguas), e uma brutal mudança de estilo de vida, trocando suas carreiras profissionais para uma vida dedicada a seus filhos e ao marido. Quando saem da bolha, ao enfrentar o mundo real se expõe a potenciais conflitos e estresses. Entrevistados apresentaram vários exemplos que demonstram uma incapacidade e falta de preparo para uma vida no exterior, e também a capacidade de navegar uma realidade social tão diferente.

Assim, cresce entre as brasileiras a ideia de estar em um país totalmente diferente de qualquer outro, capturado na frase de Fernanda "o país não funciona dentro da realidade ocidental." Talvez não é preciso ser tão dramático, mas certamente para enfrentar com êxito a vida (fora da bolha) nos países da Ásia oriental é preciso um preparo adequado antes de viajar, e ter um acompanhamento constante. As blogueiras entrevistadas tentavam dar este segundo tipo de apoio. Elas ensinaram que é preciso se adaptar, porém, muitos nunca tinham tido a experiência de viver no exterior. "Enquanto não descobrir, o caminho fica difícil."

[28] Dwyer, Tom. (no prelo).

Chegamos em uma questão fascinante, uma frustração e incompreensão comum entre algumas brasileiras entrevistadas, porque não conseguem construir relações de amizade com seus pares chineses? Mobilizei a bibliografia brasileira. Os dados do survey sino-brasileiro de universitários demonstraram, contra as expectativas, que a formação de amizades segue mais ou menos o mesmo caminho nos dois países, e estas se estabelecem principalmente no sistema educacional, o que não quer dizer que é impossível formar amizades mais tarde na vida. Uma entrevistada com uma percepção aguda da realidade deu uma série de pistas valiosas sobre profundas diferenças culturais, como resultado decidi mergulhar rapidamente na obra de Fei Xiaotong, o 'Gilberto Freyre chinês'. Descobrimos que as relações de família e de amizade nos nossos dois países se constroem em bases diferentes, e que a amizade na China tem um status muito distinto do que a amizade no Brasil.

Existe um ditado na área de Relações Internacionais de que países não têm amizades, apenas têm interesses. Para ir do micro ao macro, para lidar bem com a China, o Brasil e os brasileiros devem conhecer muito melhor aquele país, e ser mais claros em relação à definição de seus interesses, e de perseguir os mesmos com inteligência. A partir daí, através de um novo aprofundamento dos conhecimentos e a construção de laços mais profundos de amizade, haverá melhores condições para descobrir o caminho, e criar um círculo virtuoso.

Referências

Arkush, R. *Fei Xiaotong and Sociology in Revolutionary China*. Cambridge, MA, Harvard University Press. 1981.

Bauman, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

Dwyer, Tom, Weller, W. Zen, L. Jiu, S., Guo, K. (Orgs.) *Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira.* Brasília: IPEA. 2016.

Dwyer, Tom, Gorshkov, M., Modi, I., Li, C. and Mapadimeng, S., (Orgs.) *Handbook of the Sociology of Youth in BRICS Countries*. Singapore, World Scientific. 2018.

Dwyer, Tom. 'Brazilians experience China: Observations of the promises and the limits of Sino-Brazilian Relations'. In: Pinheiro-Machado, Rosana, Alencastro, Mathias e Hase Ueta, Mariana. (Orgs.) *How is China Transforming Brazil?* London, Palgrave Macmillan. (no prelo)

Fei Xiaotong. *From the Soil*. Berkeley, University of California Press. 1992.

Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Global Editora. 2019. (edição original 1933).

Kutcher, Norman. 'The Fifth Relationship: Dangerous Friendships in the Confucian Context'. *The American Historical Review*. Vol. 105, No. 5, pp. 1615-1629. 2000.

Jatobá, J. R. 'Planejamento Linguístico Familiar na Diáspora Brasileira: Considerações sobre a comunidade brasileira em Dongguan', China. *Diadorim,* vol. 22, número 1, 40-56, 2020. https://doi.org/10.35520/diadorim.2020.v22n1a32019

Lewis, Richard D. *When Cultures Collide: Managing successfully across cultures.* London, Nicolas Brealey Publishing. 1996.

Li, Peilin, Gorshkov, M., Scalon, C. e Sharma, K., (Orgs). *Handbook of Social Stratification in the BRIC Countries.* Singapore, World Scientific. 2013.

Orsolin, Luciana T. *Carto(foto)grafando o encontro de migrantes brasileiros com a China.* Dissertação de mestrado em Psiciologia, São Leopoldo, Unisinos. 2008.

Porto, A. C. C. *Chega de Samba: estratégias de recriação da identidade pelas brasileiras em Pequim.* Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciencias Humanas, Letras e Artes. João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2014.

Rezende, Claudia Barcellos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Sposito, M. Nakano, M. e Chen Chen. *Sociabilidade, Percepções e Valores: Uma Comparação entre jovens universitários brasileiros e chineses*. In Dwyer, Tom et ali. (Orgs), pp. 235-262. 2016.

Van Reken, R. E., Pollock, M. V. e Pollock, D. C. *Third Culture Kids: Growing up among worlds.* Boston: Intercultural Press, 1999.

ENTRE REDES E RELAÇÕES: IMPACTOS DA EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA PARA A RECONFIGURAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO ENTRE BRASILEIRAS EM PEQUIM

Ana Carolina Costa Porto
Tereza Correa da Nóbrega Queiroz
Teresa Cristina Furtado Matos

Este artigo é uma continuidade de uma pesquisa de doutorado[1] (Porto, 2014) sobre trajetórias migratórias e reconfiguração identitária de brasileiras na capital da República Popular da China. Esta investigação retoma, para exame, parte do material produzido naquele contexto, e que não foi analisado em sua inteireza, para revisitá-lo com base em novas leituras e perspectivas que vêm alargando o campo dos estudos sobre migração e gênero nos últimos tempos. (Peres; Baeninger, 2014; Assis; Siqueira, 2009; Assis, 2004; Dutra; Botega, 2014).

O objetivo é explorar a perspectiva das mulheres sobre seu processo migratório, suas motivações iniciais para a migração, as expectativas, o encontro com a China e os chineses, as transformações que foram vivenciando e como essas vivências influíram na redefinição de suas identidades nacionais e papéis de gênero. Neste sentido, buscamos contribuir para os estudos sobre migração e gênero explorando as trajetórias migratórias do Brasil para a China, cujas pesquisas ainda são escassas, a despeito das intensas trocas comerciais entre essas duas nações (Oliveira, 2010; Dwyer, 2011, 2014).

A pesquisa que coletou dados para a tese teve início em 2011 com uma estadia de 5 meses em Pequim, e o encontro com brasileiras ali residentes suscitou perguntas sobre questões de gênero no contexto da migração internacional, sobretudo devido à crescente feminização da migração[2] (Marinucci, 2007; Souza, 2018; Silva, Fernandes,

[1] A pesquisa que redundou neste artigo contou com financiamento do Programa Nacional de Pós-doutorado (PNPD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

[2] A feminização da migração se refere ao aumento quantitativo do número de mulheres que se deslocam de seus países de origem em direção a outros países do globo. Gláucia Assis (2004), citando Bilac (1995), considera que o aumento do contingente feminino nos deslocamento territoriais se deve a uma nova fase da acumulação capitalista oriunda da crise

2018; Malheiros, 2007). Além disso, a presença maior de brasileiros e brasileiras na China se relacionava com um novo contexto de relações internacionais, com um maior intercâmbio entre os chamados países emergentes, entre os quais se incluíam a China e o Brasil, e também com o amadurecimento, que se inicia em 2003, das relações comerciais sino-brasileiras (Becard, 2011).

Para efeito da construção deste artigo, escolhemos cinco das quinze entrevistas para fazermos uma análise à guisa de aspectos que podem nos ajudar a compreender o processo de reconstrução ou de reforço dos papéis de gênero no contexto migratório, tais como: família, trabalho, casamento, divórcio, autonomia pessoal e um tipo distinto de rede social. Desse modo, iniciaremos com uma discussão sobre a interface entre migração e gênero e, na sequência, apresentaremos um breve histórico sobre a fase de abertura política na China para contextualizar o estabelecimento de relações comerciais e interpessoais sino-brasileiras.

Em seguida, dialogaremos com as poucas pesquisas sobre brasileiros na China. Depois, realizaremos uma apresentação dessas mulheres, trazendo dados como idade, formação, motivação para a migração, atividades que desenvolviam na China. Algumas dessas informações, como nome, idade e formação, foram alteradas para preservar a identidade das entrevistadas[3]. Outras, todavia, não puderam ser modificadas, tendo em vista que iriam prejudicar o desenho da história de vida dessas mulheres.

Por último, iremos enfatizar as mudanças ensejadas pelo processo migratório para a China, buscando compreender o que as diferentes mulheres relatam sobre a mudança em termos de vida pessoal, trabalho e de relações de gênero, bem como o que muda nas relações com maridos, companheiros e filhos.

---

de 1970. Silva e Fernandes (2018) fazem referência ao estudo de Malheiros que, em 2007, já apontava o aumento no número de brasileiras que emigraram para Portugal. Na pesquisa desse autor, isso se devia ao crescimento da demanda por mão de obra nos setores de limpeza e cuidados com idosos. Para Marinucci (2007), a feminização da migração deve ser compreendida tanto no que se refere ao aumento numérico das mulheres que emigram quanto em relação ao enfoque dado ao gênero nos estudos migratórios.

[3] Tivemos o cuidado de modificar alguns dados que pudessem identificar as entrevistadas, mas sem fazer alterações significativas que implicassem prejuízo à compreensão dos relatos de cada uma delas.

Interface entre migração e gênero

A discussão em torno da relação entre migração e gênero que se estabelece em Pequim vem na esteira de pesquisas sobre a migração feminina pelo mundo. A migração por reagrupamento familiar vinha dando o tom dos estudos sobre a trajetória migratória de mulheres, isso porque, quase sempre a migração feminina era compreendida como consequência da masculina, com a mulher assumindo o papel de coadjuvante no processo migratório.

> Nos estudos clássicos de migração, as mulheres eram descritas como aquelas que acompanhavam ou como aquelas que esperavam por seus maridos ou filhos, sem evidenciar, por exemplo, a importância de seus ganhos para a renda familiar. Portanto, as análises muitas vezes não só encobriam a participação das mulheres, como também não percebiam que a migração de longa distância ocorre articulada em uma complexa rede de relações sociais nas quais as mulheres têm uma importante participação.[4]

Ainda segundo a autora (Assis, 2004), as parcas pesquisas, até então, sobre a migração a partir da categoria do gênero não se deviam a um aspecto quantitativo, mas a uma miopia em relação às questões de gênero, que eram invisibilizadas nos estudos migratórios. Flávia Schuler e Cristina Dias[5] complementam essa perspectiva ao dizerem que "o estudo das migrações tem sido, em grande parte, indiferente à perspectiva de gênero". As pesquisadoras consideram a compilação de trabalhos feita por Morokvasic (1984) como pioneira ao se debruçar sobre a relação entre migração e gênero e criticar a forma como a migração feminina vinha sendo negligenciada nas pesquisas sobre migração. Embora as mulheres fizessem parte do contingente de migrantes, muitas vezes de forma expressiva, elas não eram contempladas de maneira plena, com uma abordagem que desse conta, de fato, de suas trajetórias e suas formas de inserção social.

A compreensão do processo migratório a partir do gênero só começa a ser realizada, no âmbito internacional, no fim de 1970 e começo de 1980. No Brasil,

[4] Assis, 2004, p. 45.
[5] Schuler e Dias, 2018, n.p.

como escrevem Schuler e Dias[6], as pesquisas ainda são pouco representativas, e "não há uma visão extensiva disponível sobre o tema". Ainda assim, alguns estudos têm trazido um entendimento amplo sobre a generificação das experiências migratórias.

O estabelecimento da interface entre gênero e migração, desse modo, possibilitou a compreensão de elementos sustentadores da migração, como as redes de apoio, a exemplo da família. Nesse rumo, Peres e Baeninger[7] apontam que a reconfiguração das relações familiares é "a principal lacuna explicativa do fenômeno migratório, que só pode ser explicada se atravessada pelas pesquisas sobre gênero".

Não podemos, contudo, ler a migração como necessariamente impulsionadora da autonomia feminina. Como escreve Knight (2009), a migração feminina apresenta diversas facetas, podendo levar tanto a uma maior qualificação profissional, autonomia, melhores oportunidades de emprego e equidade de gênero, quanto conduzir a uma vulnerabilidade maior, quando se trata de mulheres indocumentadas, que podem, inclusive, ser exploradas sexualmente.[8] Os aspectos positivos e negativos da migração para as mulheres nem sempre estão dissociados, ou seja, isso não significa que algumas mulheres irão experimentar apenas autonomia e possibilidade de capacitação profissional, enquanto outras serão alvo de exploração. Muitas vezes uma mesma experiência migratória possibilita avanços e retrocessos. É o que mostra Cláudia Barcellos Rezende (2009), ao fazer uma pesquisa sobre brasileiros estudantes de doutorado nos Estados Unidos e em países da Europa, na qual aponta que as mulheres tinham que lidar com estereótipos arraigados no imaginário de estrangeiros sobre a mulher brasileira – atravessados pelos marcadores gênero e raça – o que as fazia criar estratégias[9] para driblar o assédio.

Apesar de as adversidades serem maiores quando se trata da migração feminina, o Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU Mulheres, sobre migração e empoderamento feminino (Ghosh, 2009) destacou que as mulheres possuem uma maior capacidade de lidar com as dificuldades e ajustar-se às circunstâncias nos países

[6] Schuler e Dias, 1980, n.p.
[7] Peres e Baeninger, 2014, p. 2.
[8] Schuler; Dias, 2018.
[9] A estratégia utilizada pelas entrevistadas, e alguns entrevistados, de Rezende se resumia a negar ser brasileira, algo que, como veremos à frente, só aparece no relato de uma de nossas entrevistadas.

de destino. O estudo aponta ainda que, em alguns casos, a migração implicou o reajustamento dos papéis de gênero, sobretudo, devido à maior flexibilidade das mulheres no contexto migratório.

Relações entre o Brasil e a China

As relações entre o Brasil e a China iniciam-se, de maneira incipiente, entre 1949 (ano da criação da República Popular da China) e 1974. Nessa fase, intitulada por Becard (2011) de embrionária, não há o estabelecimento de relações propriamente ditas, mas apenas de movimentos individuais de cada nação rumo a seus objetivos. O fato mais marcante da interface sino-brasileira naquele período é a visita à China, em 1961, de João Goulart, vice-presidente do Brasil.

Em 1974, ocorre a assinatura do acordo de reconhecimento mútuo entre os dois países, quando o Brasil estava em plena ditadura civil-militar – cujo golpe fora dado tendo como subterfúgio evitar a instauração de uma "ditadura comunista" no Brasil – e a China vivia a Revolução Cultural[10]. Apesar das imensas diferenças entre as duas nações, o desenvolvimento dessa interface tinha como intuito formar uma parceria a partir das semelhanças, como o fato de serem extensos territorialmente e de estarem em processo de desenvolvimento. Foi a junção entre "a vontade chinesa de prosseguir com sua política de libertação nacional e o interesse brasileiro de alargar sua lista de parceiros comerciais e aumentar seu prestígio internacional".[11]

Neste rumo, como escreve Oliveira[12], a parceria tencionava promover "uma ação conjunta em tópicos de interesses comuns de desenvolvimento na agenda internacional", buscando evitar interferências externas em assuntos internos desses países e, desse modo, garantindo a integridade territorial e a soberania nacional. Alguns anos mais tarde, em 1978, é firmado um acordo de comércio que contribui

[10] A Grande Revolução Cultural Proletária foi um movimento que buscou expurgar a ideologia burguesa das artes, literatura e dos espaços de produção e recepção de conhecimento, como escolas e universidades, muitas vezes de forma violenta. Para Spence (1995, p. 568), definir a Revolução Cultural é desafiar as "classificações simples, pois embutidos nele estavam muitos impulsos que ao mesmo tempo alimentavam-se e obstruíam-se uns aos outros".
[11] Becard, 2011, p. 31.
[12] Oliveira, 2010, p. 88.

para o incremento das relações comerciais, passando de 19,4 milhões de dólares, em 1974, para 202 milhões de dólares, em 1979 (Becard, 2011).

Os anos 2000 marcam o ponto alto das relações entre o Brasil e a China, sobretudo porque as duas nações estavam em franca fase de desenvolvimento de suas políticas econômicas e externas. Enquanto a China, sob a presidência de Hu Jintao, avançava em termos de modernização e industrialização, o que implicava a busca por novos mercados, tecnologias e matérias-primas estrangeiras, o Brasil, a partir da política externa do governo Lula, com base em uma reformulação da política externa brasileira, investiu em uma inserção mais agressiva no mercado internacional (Becard, 2011).

Neste rumo, Lula, e depois Dilma, colocaram em prática uma política de governo que se denominou neo-desenvolvimentista, marcada pela busca de alteração nas relações internacionais de poder, com o fortalecimento do Brics[13] e certa contenção do poder hegemônico americano.

Dois fatos importantes na primeira década dos anos 2000 contribuem para dinamizar as relações sino-brasileiras, a criação, no Brasil, em 2008, da Agenda China e a assinatura do primeiro Plano de Ação Conjunta entre os dois países, para o período de 2010 a 2014. A Agenda China tinha como intuito estabelecer estratégias para aprofundar as relações bilaterais entre as duas nações por meio do comércio e de investimentos. O Plano de Ação Conjunta, por sua vez, tinha como objetivo fomentar e aprofundar a parceria estratégica, bem como a cooperação mútua entre o Brasil e a China, com vistas ao desenvolvimento das relações sino-brasileiras nas mais diversas áreas, quais sejam: econômico-comercial e financeira, energética e de mineração, agricultura (incluindo a supervisão de qualidade de produtos agrícolas), indústria e tecnologia da comunicação, aeroespacial, ciência, tecnologia e inovação, cultural e de educação.

[13] Há que se destacar também a importância do Brics para as relações entre o Brasil e a China. O acrônimo Bric foi criado pelo economista Jim O'Neill, em 2001, para se referir ao grupo de países emergentes, composto por Brasil, Rússia, Índia e China. Em 2011, a África do Sul ingressou no agrupamento, que passou a ser grafado como Brics. O objetivo do grupo passou a ser o aprofundamento das relações comerciais, financeiras, securitárias, políticas, esportivas e culturais entre essas nações, com encontros anuais para o desenvolvimento de propostas conjuntas.

Brasileiros na China

Embora as relações sino-brasileiras só tenham se desenvolvido plenamente nos anos 2000, a emigração de brasileiros tendo a China como país de destino iniciou ainda na década de 1990, com a crise do setor calçadista no Brasil e o crescimento desse mesmo setor na China. É o que mostra a pesquisa de Júlio Jatobá (2020) sobre o português enquanto língua de herança em famílias de emigrantes brasileiros em Dongguan, cidade localizada na província de Cantão (Guandong). Situada no Delta do Rio das Pérolas, Dongguan se beneficiou do fato de fazer fronteira com Guangzhou, capital da província, pioneira na implementação das Zonas Econômicas Especiais, como parte do Programa de Desenvolvimento da Região Litorânea, durante o governo de Deng Xiaoping (Sheng, 2009). Além disso, a Política de Reforma e Abertura da China, que configurou um conjunto de medidas e políticas para o fomento das quatro bases para a modernização da República Popular da China – Indústria, Agricultura, Defesa Nacional e Ciência e Tecnologia – também contribuiu para que a cidade se transformasse em um polo industrial.

O foco da investigação realizada por Jatobá (2020) sobre brasileiros em Dongguan é debater de que maneira os aspectos linguísticos e culturais podem contribuir para o desenvolvimento do português como língua de herança. Para tanto, o pesquisador fez entrevistas com educadores, líderes comunitários e 22 famílias, com crianças em idade escolar, da comunidade brasileira.

Há, na pesquisa, uma articulação entre a temporalidade da migração e o planejamento educacional. Como muitas vezes a China é compreendida por esses migrantes como um destino temporário, o chinês é visto poucas vezes como prioridade linguística, embora algumas famílias percebam o idioma como um diferencial para o currículo de seus filhos:

> Em muitas circunstâncias, saber a língua do país anfitrião, mesmo que em baixos níveis de proficiência, é premissa para poder ter acesso a condições mínimas para candidaturas a postos de trabalho legalizados. Em outros contextos, como no caso de Dongguan, aprender (ou adquirir) a língua do país anfitrião não é uma das prioridades dos membros da comunidade e, muitas vezes, sequer está na pauta do planejamento familiar, pois interações no trabalho são geralmente feitas em uma terceira língua – o inglês – e, devido

> ao tamanho e organização da comunidade, a língua usada nas interações sociais é majoritariamente o português. Juntando-se a isso, há o fato de muitos membros considerarem a permanência na China temporária e, segundo alguns entrevistados, o investimento para aprender/adquirir o chinês não valer a pena. (Jatobá, 2020, p. 48).

Essa perspectiva, como veremos mais à frente, também se repete no caso das brasileiras que migraram para Pequim, com poucas delas se interessando em se aprofundar no idioma de fato, mesmo para aquelas que não enxergam sua vivência migratória na China como transitória.

Há outros achados da pesquisa de Jatobá (2020) sobre a formação da comunidade brasileira de Dongguan que reverberam nas observações sobre a comunidade brasileira em Pequim no período estudado, especialmente no que se refere à ausência de elementos culturais, que foram alçados à categoria de identidade nacional, como o samba e o carnaval (Porto, 2014). Nas suas análises, o autor se refere a dois pontos: "naturalidade" e "atividade ocupacional" como determinantes para o entendimento da natureza da comunidade brasileira em Dongguan. Em outras palavras, os laços que unem os brasileiros emigrantes naquela cidade são atados pela "cultura gaúcha", vez que todos são originários do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Desse modo, há mais interesse na preservação de uma "cultura gaúcha" do que propriamente em uma identidade cultural nacional, inclusive por isso foi criado, em 2012, o Centro de Tradições Gaúchas de Dongguan[14].

A existência de uma cidade ou região como polo emissor de migrantes brasileiros já possui uma boa documentação, a exemplo dos estudos sobre os emigrantes de Governador Valadares (MG) para os Estados Unidos (Assis, 1999; Soares, 1999; Scudeler, 1999, Siqueira, 2018), embora no caso dessas pesquisas não exista uma cidade receptora em específico, ainda que haja predominância de valadarenses no estado de Massachusetts (Scudeler, 1999). O que chama a atenção na pesquisa de Jabobá (2020), dessa forma, é justamente o fato de que essa corrente

[14]Para mais informações, ver: http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/semana-farroupilha/2015/noticia/2015/09/na-china-gauchos-cultivam-tradicao-unidos-no-ptg-china-veia.html

migratória se direciona a uma cidade chinesa, implicando em relativa unidade no que concerne à construção de uma identidade cultural em torno da cultura gaúcha.

No estudo sobre as brasileiras em Pequim (Porto, 2014) há também um afastamento da construção da identidade brasileira calcada em elementos como o samba e o carnaval, mas por outro motivo. No contexto das brasileiras na capital da China, as mulheres criaram estratégias de divulgação de uma identidade cultural brasileira apartada de estereótipos engessados na imagem da mulher brasileira em outros países receptores, muitas vezes compreendida como submissas e excessivamente sexualizadas (Rezende, 2009).

Outra das poucas pesquisas sobre emigrantes brasileiros na China é a tese sobre a adaptação cultural de executivos brasileiros em Pequim e Xangai (Silva 2020). Para a realização da pesquisa, a autora entrevistou 28 executivos brasileiros que trabalham em empresas brasileiras lotadas nessas duas cidades da China. A pesquisadora concluiu que há pouco investimento por parte das empresas brasileiras para uma formação de seus funcionários no que tange à história, aspectos culturais e à língua chinesa, diferentemente do que acontece quando chineses vão trabalhar no Brasil. A formação, quando acontece, é muitas vezes centrada em estereótipos sobre a China e os chineses que mais atrapalha que ajuda na adaptação cultural dos brasileiros. Um achado intrigante do trabalho de Silva (2020) é que nem sempre a fluência no chinês implica uma maior capacidade de adaptação à vida e ao trabalho na China. Muitos altos funcionários com bastante desenvoltura no idioma possuíam mais dificuldades para trabalhar e viver no país que outros funcionários de cargos considerados inferiores que, mesmo não dominando o idioma, por buscar se adaptar mais a aspectos importantes da cultura chinesa – como *guanxi*, compreendido, grosso modo, como "conexões pessoais" e *mianzi,* que significa "prestígio"[15] – conseguiam melhores resultados no âmbito do trabalho.

Algumas perspectivas dessa pesquisa trazem contribuições para a nossa investigação sobre as brasileiras em Pequim. A primeira delas diz respeito ao nível socioeconômico e ao tipo de trabalho de nossas entrevistadas. O recorte no gênero masculino feito pela autora da pesquisa sobre os executivos brasileiros se deveu ao

[15] Silva, 2020, p. 60-61.

fato de que ela não encontrou, durante mais de dez anos de observação na China, executivas. Ou seja, nessas cidades, mulheres ocupando cargos de chefia são raras. Como veremos mais à frente, na nossa pesquisa, as mulheres que migraram por trabalho, possuíam qualificação, mas não ocupavam postos de trabalho mais elevados. As brasileiras que tinham mais poder aquisitivo eram justamente aquelas que haviam migrado para acompanhar os maridos.

O segundo ponto concerne à ausência de vínculo dos brasileiros entrevistados por Lucia da Silva (2020) com a divulgação da cultura brasileira, diferentemente do que percebemos durante a investigação sobre as brasileiras em Pequim, mesmo entre as que haviam migrado por trabalho e estudo (Porto, 2014). Na pesquisa de Silva (2020) há, inclusive, menção a um encontro de brasileiros que é organizado pela esposa de um de seus entrevistados, corroborando a compreensão de que são as mulheres as articuladoras das redes em contexto de migração. Na tese de Silva (2020), contudo, a mulher aparece em papel secundário, já que o mundo do trabalho desses altos funcionários é essencialmente masculino:

> Os entrevistados, em geral, demonstraram uma visão de mundo bastante masculina. É o executivo que mora em uma grande casa no subúrbio de Pequim ou Xangai, cujos filhos frequentam escola internacional paga pela empresa, tem esposa que não trabalha, faxineira e babá. A mulher, na vida desses executivos, é sempre a coadjuvante: a esposa, a recepcionista, a assistente.[16]

Essa abordagem também nos mostra como um olhar generificado sobre o fenômeno migratório pode ampliar o escopo de visão. Se nos restringirmos a análises que colocam os homens como protagonistas do processo migratório, ficaremos restritas à visão deles, inviabilizando as trajetórias e as narrativas, muitas vezes de protagonismo, das mulheres migrantes. É o que iremos buscar discutir em relação às brasileiras que migraram para Pequim, por isso, faremos uma apresentação da cidade que se coloca como destino dos sujeitos desta pesquisa.

[16]Silva, 2020, p. 75-76.

Pequim: a capital do Norte

Com três mil anos de história, Pequim (ou Beijing, que significa capital do Norte) é a capital diplomática, política, histórica e cultural da República Popular da China (Silva, 2020). Sua história remonta à dinastia Zhou Oriental (771 a.C), quando a cidade foi a capital do estado de Yan e tinha o nome de Yanjing.

Pequim não impressiona apenas pela antiguidade, mas também pelas dimensões geográficas e populacionais. Nos 17 mil km² da cidade, vivem 21,5 milhões de habitantes, distribuídos em treze distritos urbanos e cinco suburbanos (Tella; Muñoz, 2013; Silva, 2020). A paisagem urbana da capital da China, como apontam Tella e Munõz (2013), abriga construções de distintos estilos arquitetônicos, desde palácios imperiais, passando pela arquitetura sino-soviética, até chegar à ultramodernidade das edificações contemporâneas.

As construções contemporâneas ganharam fôlego, sobretudo, com a preparação para a realização dos Jogos Olímpicos de Pequim, em 2008. Com os olhos do mundo voltados para a China, o governo chinês resolveu fazer uma "radical revolução urbana" na capital do país, com o intuito de construir a imagem de uma metrópole moderna.[17]

Boa parte das construções arquitetônicas contemporâneas está concentrada no Chaoyang District (Distrito Central de Negócios), onde muitos estrangeiros circulam. Lá também está localizada Sanlitun, área repleta de bares e restaurantes de comidas estrangeiras, bem como de shoppings e lojas de grandes marcas internacionais, como Apple, Gucci, Adidas, entre outras.

Sanlitun é um dos exemplos do que denominamos de "bolhas internacionais". Nesse espaço urbano de Pequim, muito facilmente se consegue transitar sem falar mandarim. Boa parte dos cardápios está grafada em inglês, quando não em outros idiomas, e os funcionários dos restaurantes, bares e lojas estão preparados para atender em inglês. É nesse ambiente que as brasileiras circulam, por isso muitas delas chegam a viver por anos na China sem falar chinês ou com um domínio parco do idioma.

[17] Broudehoux, 2011, p. 44.

É nesse espaço urbano que se desenvolvem as histórias de vida que iremos narrar a seguir.

"O que você vai conseguir no exterior, vai ser muito maior que o seu canudo"

A nossa primeira entrevistada, Rita, uma mulher branca, de 45 anos, não se enquadra no sentido clássico de reagrupamento familiar, porque não migrou para acompanhar o marido, mas para encontrar os pais. Ela, todavia, possui muito mais afinidade e semelhanças com as mulheres que migraram para manter a família, como veremos mais à frente.

Rita ainda era estudante de graduação quando morava em São Paulo e já estagiava como advogada. Havia sofrido repetidos assaltos na capital paulista. Os traumas da violência urbana no Brasil contrastavam com os relatos de sua mãe sobre a tranquilidade de viver em Pequim, podendo transitar a qualquer hora do dia ou da noite, sem medo de ser assaltada. A única coisa que ainda a prendia no Brasil era a faculdade (cuja graduação não foi concluída), até que ouviu de um professor: "O que você vai conseguir no exterior, vai ser muito maior que o seu canudo".

Passagens compradas, viajou para a capital da China com o intuito de ficar apenas um ano, tempo que os pais ainda trabalhariam por lá. Tudo mudou quando conheceu um iraniano, com quem se casou pouco tempo depois e teve três filhos. A partir daí, conforme dissemos, a trajetória de Rita apresenta mais confluência com as mulheres que migraram por reagrupamento familiar.

Quando a entrevistamos, ela já estava em Pequim há quase vinte anos, tinha aprendido inglês, mas falava muito pouco chinês. Acompanhou muitas das mudanças na paisagem urbana da megalópole chinesa. Viu muitos dos *hutongs*[18] e as inúmeras bicicletas darem lugar a shoppings, arranha-céus hipermodernos e a um trânsito repleto de carros de marcas estrangeiras.

Mesmo após tantos anos na China, Rita não teve amigos chineses: "Encontro uma chinesa, mas não fico com vontade de vê-la novamente, ter uma amizade. A gente não tem isso. É uma colega de trabalho, a moça que a gente compra, a médica chinesa que cuida da gente, mas não é um amigo como é no Brasil". Ela trabalhava

[18] Os *hutongs* são vielas estreitas que abrigam casas tradicionais chinesas.

na sede de uma empresa brasileira em Pequim. Por essa razão, acabou conhecendo esposas de funcionários brasileiros de diversas empresas e tendo um papel de liderança no Brapeq[19]. Rita tinha uma relação muito próxima às brasileiras desse grupo, embora também tivesse amigos de outras nacionalidades, e compartilhava de preocupações semelhantes às demais, casamento e educação dos filhos, apesar de, diferentemente de outras brasileiras do grupo, ser financeiramente independente do marido.

"Eu me dei conta de que a minha vida eram aquelas malas, dois filhos pequenos e um futuro totalmente incerto"

Silvia tem 42 anos e migrou para a China na condição de esposa de expatriado. Essa entrevistada, que é branca e descendente de italianos, nasceu e cresceu em uma pequena cidade do Sul do país e migrou para uma capital do Sudeste após o casamento, quando também deixou de trabalhar como gerente de hotel. Essa primeira migração ainda dentro do país parece ter sido, na perspectiva dela, o primeiro passo para construir uma trajetória distinta da que a mãe queria para ela. "Eu venho de uma família muito simples, limitada, na época, muito limitada financeiramente, quando eu pisei assim num aeroporto eu tive uma intuição e falei: 'mãe, eu vou viajar o mundo'. E minha mãe cometeu o maior erro da vida dela. De ter dito uma coisa... ou erro ou acerto, eu não sei ainda. De que ela chegou pra mim e disse assim: 'Filha, você tá doida? Ponha seus pés no chão que você sonha muito alto'. Ela começou a usar tudo aquilo que achava que era bom. Disse que eu iria ser uma professora, que ela queria que eu fosse professora. 'Você vai casar com alguém, vai dar aulas no interior, vai ter sua vidinha, vai ter seus filhos, vai engordar, essas coisas... e pronto, você está condenada a isso. Essa é a sua vida!' O que é que eu fiz? Eu inverti."

Essa inversão, ou reviravolta, na trajetória dela só veio a acontecer depois de sua migração internacional, quando o marido perdeu o emprego no Brasil e foi contratado por uma empresa estrangeira que o enviou para a China. Ela veio sozinha

[19]O Brapeq – Brasileiros em Pequim – é uma espécie de rede criada, em 2007, pelas brasileiras para auxiliar os brasileiros que migravam para Pequim. Discutiremos de forma mais aprofundada sobre esse agrupamento nas páginas seguintes.

com os filhos de dois e cinco anos alguns meses depois. Silvia descreve essa vinda dizendo que "uma cena que me vem à cabeça quando penso na minha chegada aqui, foi quando eu estava em Paris fazendo a conexão pra vir pra Beijing. Eu me dei conta de que a minha vida eram aquelas malas, dois filhos pequenos e um futuro totalmente incerto. Então, foi bem difícil. Você imagina emocionalmente, você como mãe, mulher."

Silvia estava há dez anos na China quando conversamos com ela. Naquele momento, a entrevistada se contrapunha de fato ao destino que sua mãe havia traçado para ela. Havia colocado fim ao casamento de anos e estava buscando se inserir no mercado de trabalho. Essa reviravolta veio, todavia, em contraposição às demais brasileiras que moravam em Pequim. Ela já estava se sentindo incomodada com o que ela considerava o mundo de aparência das brasileiras: "Que tinha muita pobreza[20] ali. Assim, em específico, assim, culturalmente falando era muito pobre, era muito pobre."

O estopim, contudo, veio por não ter encontrado apoio entre as brasileiras para o divórcio. Segundo ela, as brasileiras com as quais convivia eram todas casadas e, por isso, diziam que seria melhor para ela manter o casamento. Foi na interface com estrangeiras de outras nacionalidades que ela encontrou o respaldo que precisava, sobretudo com a mãe de uma colega de escola da filha dela, uma alemã, também divorciada: "Então, assim, fui buscar ajuda nela. Fui falar com ela e disse: 'não vejo mulheres separadas aqui além de você'. Preciso de ajuda! Eu quero me separar. Ela é bem alemã, decidida, e disse: 'se separe'!"

"Aí disse a ele que meu sonho era conhecer outras culturas, outros países"

Tânia é a última das entrevistadas do reagrupamento familiar. Assim como a Rita, ela não possui uma trajetória toda enquadrada nessa tipologia. Primeiro, porque o projeto de migração parte dela. Segundo, porque ela inicia o projeto migratório

[20] A pobreza à qual a entrevistada se refere aqui é o apego excessivo de parte das brasileiras aos bens materiais e a ostentação desses bens, em detrimento do desenvolvimento cultural.

com quase 60[21] anos, quando, com os dois filhos já criados, decide se mudar para a Inglaterra.

Ela, que é negra, trabalhava como cozinheira de um pequeno restaurante no interior do Rio de Janeiro. Nunca havia casado, criou os filhos sozinha sem a ajuda do pai. "Nunca tive sorte no amor. Só na Inglaterra fui encontrar minha alma-gêmea. Ele fala isso pra mim todo dia. Eu nem fui pensando nisso mesmo, queria mais era vivenciar outra cultura".

Chegando lá, fez o caminho de muitas mulheres imigrantes brasileiras, ao encontrar no trabalho doméstico remunerado a única via para o seu sustento (Assis, 2004; Fleisher, 2002; Jesus, 2003). Teve um primeiro relacionamento com um inglês fanático religioso que, nas palavras dela, a humilhava muito dizendo "que eu não falava inglês, que eu era brasileira, nunca cumpria os horários, me atrasava". Quando estava no país há dois anos, conheceu o atual marido, quase vinte anos mais novo que ela. Tânia estudava inglês em uma escola que oferecia aulas gratuitas para imigrantes, e ele, que trabalhava com comércio exterior, ministrava aulas do idioma voluntariamente. Nove meses depois do primeiro encontro, eles se casaram.

Tânia, todavia, tinha como sonho conhecer outras culturas: "Aí disse a ele que meu sonho era conhecer outras culturas, outros países. Quando falei pra ele, ele ficou assustado e disse: 'mas nós não temos dinheiro pra fazer turismo'. Aí eu disse: 'não é pra fazer turismo é pra trabalhar'". O marido, então, enviou currículo para várias empresas na Ásia, por escolha dela. Recebeu várias propostas na China.

Migraram para uma cidade extremamente fria do interior da China. Segundo Tânia, foram tempos bem difíceis. Ela não conseguiu se adaptar. Por ser negra, chamava muita atenção na pequena cidade nada acostumada com a presença de estrangeiros. "Na época eu usava trancinha e aí eles vinham pegar nas minhas tranças, pediam pra passar a mão nelas. Passava a mão na minha pele, por conta da cor[22]."

---

[21] Como mostra a pesquisa de Campos e Barbieri (2013), embora tenha havido um aumento da migração de idosos em países em que eles são numericamente mais expressivos, as motivações migratórias se referem à aposentadoria (busca por melhor qualidade de vida), incapacidade e rearranjo familiar.

[22] Embora esse relato descreva situações de racismo comuns vividas por pessoas negras, inclusive no Brasil, Tânia não considerava que estivesse diante de atitudes racistas por parte

A mudança para Pequim e o encontro com as brasileiras do Brapeq trouxe o apoio que ela precisava para vivenciar culturas distintas. Ela não tinha um trabalho remunerado na China, mas, às vezes, fazia almoços e jantares por encomenda. Mesmo não falando mandarim e com um inglês parco, Tânia conhecia Pequim como a palma da mão. Sabia se virar na cidade de táxi, de metrô e de ônibus e se vangloriava de estar fazendo amizade com chineses: "Eu também fiz amizade com uma vizinha aqui, a gente conversa e quando ela tem folga até vem aqui em casa. E ela está aprendendo inglês, eu a convidei pra ter aula com meu professor de inglês."

"As horas todas que eu passei no avião eu não tinha medo, só tinha vontade de chegar e sentir o que era a China"

Marina estava cursando mestrado em tradução em Santa Catarina quando teve a ideia de buscar se especializar em um idioma menos comum. Branca e com menos de 30 anos, ela já falava com fluência inglês, espanhol e francês, mas achava que a concorrência como tradutora dessas línguas era muito grande e, por isso, acabou se interessando pelo estudo do chinês. Ela começou a estudar a história, cultura e linguística chinesas e procurou uma escola de chinês.

Um ano depois, um amigo que havia morado na China mandou para ela um e-mail sobre uma bolsa do governo chinês. Ela enviou o currículo sem muita crença de que pudesse dar certo, mas acabou sendo contemplada com a bolsa.

Marina conseguiu antecipar a defesa do mestrado e embarcou no dia seguinte para a China. "As horas todas que eu passei no avião eu não tinha medo, só tinha vontade de chegar e sentir o que era a China." A chegada naquele país asiático, entretanto, não foi tão fácil como ela esperava. Mesmo após um ano de estudo de chinês, ela não conseguia se comunicar, comprar comida e, sobretudo, comprar a passagem para o seu destino, Nanquim. "Cheguei no aeroporto e vi que eu não sabia

---

dos chineses, tanto que, na mesma entrevista, ela descreve que o marido dela, que é branco, também chamava a atenção por ser estrangeiro, "porque ele tem muito pelo. Então adultos e crianças na rua vinham puxar os pelos dos braços dele." O longo processo de fechamento político e econômico da China fez com que a presença de estrangeiros, sobretudo em cidades menores, causasse estranhamento por parte dos chineses, o que não implica dizer que não houvesse racismo contra pessoas negras na China, como bem apontou Sautman (1994) em sua análise sobre casos de racismo sofridos por estudantes africanos em Tianjin, Xangai e Pequim nas décadas de 70 e 80 do século XX.

falar nada de chinês, que o chinês que eu tinha aprendido não servia de nada. Que eu sabia perguntar, mas não conseguia entender o que eles diziam. A minha professora no Brasil era de Taiwan, então o chinês que ela falava era outro." Ela só conseguiu resolver a situação, porque encontrou um francês que tinha uma assistente chinesa que a ajudou a comprar a passagem.

Chegando em Nanquim, o chinês que deveria recebê-la e levá-la ao alojamento da universidade não apareceu e não atendia o telefone. O plano B dela era uma chinesa, que a ajudou e da qual ela se tornou amiga mesmo quando desistiu da bolsa e resolveu estudar chinês em uma das maiores universidades de Pequim. Como pretendia falar e escrever chinês com fluência, Marina não ficou restrita às bolhas internacionais, embora tivesse amigos estrangeiros. "A gente consegue ter amigos chineses, mas não são amigos que servem pra fazer qualquer coisa. Pra estar com eles, você tem que fazer coisas de chineses. Eu acabei fazendo um esforço, eu quero manter o meu chinês, vou manter hábitos chineses. Porque Pequim é uma cidade muito grande, você pode viver tranquilamente nela sem falar uma palavra de chinês. Como muita gente faz."

"Aí depois de seis meses, e meu contrato era de um ano, ele falou: volta pro Brasil que você é muito rebelde. Aí eu disse: não"

Carmem – mulher branca, de trinta e cinco anos – tinha vinte e poucos anos quando migrou para a China. Recém-formada em jornalismo e fluente em inglês, ela despertou o interesse por esse país asiático após fazer um trabalho final de curso sobre a cobertura da imprensa em relação à cultura chinesa. Por meio do contato de um amigo que morava no exterior, ela conseguiu uma vaga de emprego primeiro em uma empresa chinesa no Brasil e, depois, foi enviada para ficar um ano em Pequim.

O primeiro contraste foi climático, saiu do Brasil em fevereiro, com os termômetros do Rio de Janeiro marcando 40 graus, e desembarcou em uma Pequim tingida de branco pela neve e com o vento da Sibéria soprando seu uivo de urso raivoso. O segundo contraste foi cultural. A China não tinha tantos estrangeiros à época. Itens de higiene, como desodorante, e alimentos, como leite e chocolate, não eram facilmente encontrados.

Ela também teve dificuldades no trabalho. "Quando vim morar, meu chefe[23] não falava inglês, só chinês. A comunicação foi na porrada. Lá tinha uns jovens que falavam um inglês meio macarrônico e ficavam de intérprete. Foi muito difícil." Além disso, uma das atividades dela era participar de jantares[24], pois o chefe queria mostrar que a empresa era importante, por ter uma funcionária estrangeira. "Então eu tinha que participar de jantares e mais jantares. Tudo em chinês, eu não entendia nada, tinha um monte de coisa que eu não gostava. Uma das primeiras coisas que aprendi a dizer em chinês foi: tô cheia."

O chefe dela, contudo, queria não somente exibi-la como sinônimo de status, mas também aproveitar a amizade dela com um dos funcionários da Embaixada do Brasil para conseguir visto mais facilmente. Ela se recusou, o que gerou a fúria dele: "Aí depois de 6 meses e meu contrato era de um ano, ele falou, volta pro Brasil que você é muito rebelde. Só que aí eu disse: não. Eu vim pra ficar um ano e vou ficar um ano."

Carmem acabou sendo demitida e precisou sair do apartamento que pertencia à empresa, mas conseguiu contornar a situação e encontrar um novo emprego. Quando conversamos, ela estava há mais de dez anos em Pequim, havia passado por diversas empresas de comunicação e comércio exterior e já dominava o chinês com desenvoltura. Como as demais, havia se engajado em um dos projetos vinculados à cultura brasileira, passando a protagonizar uma das redes sociais de divulgação da cultura brasileira.

Tecendo redes: formas de organização e protagonismo feminino

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) há 2.209 brasileiros vivendo na China, dos quais 1.279 são homens e 930 são mulheres. Em 2012, o Brapeq estimava, com base na participação nos eventos brasileiros, que havia entre 1.500 e 2 mil brasileiros só em Pequim (Porto, 2014). Na pesquisa de Jatobá (2020), o autor aponta que o Consulado Brasileiro em Dongguan

[23] O chefe era de nacionalidade chinesa.
[24] Os jantares têm uma importância social muito grande entre os chineses. É nos jantares, por exemplo, que os negócios são fechados (Silva, 2020).

informou que haveria três mil brasileiros na cidade, o triplo de compatriotas que viveriam em Pequim.

A quantidade de brasileiros vivendo na capital da República Popular da China não é numericamente expressiva, como podemos perceber, a despeito de a China ser hoje o maior parceiro comercial do Brasil. O que nos chamou a atenção na comunidade brasileira em Pequim, todavia, foi o protagonismo assumido pelas brasileiras na constituição de projetos, eventos e grupos de divulgação e reconstrução de certa identidade cultural brasileira.

O principal grupo da comunidade brasileira em Pequim era o Brapeq, que nasceu, em 2007, de um jantar de mulheres de empresários e expatriados brasileiros em Pequim, e foi extinto em 2018. Essas mulheres se viam sozinhas na capital da China, não conseguiam estabelecer relações de amizade, porque não falavam chinês, e não conseguiam se comunicar apropriadamente em inglês. Muitas delas dependiam de intérpretes para as atividades mais banais do dia a dia. Algumas dessas mulheres trabalhavam no Brasil, tinham sua independência financeira até se virem impelidas a migrar para manter suas famílias, dado que os maridos haviam recebido propostas de emprego mais atrativas naquele país asiático.

O grupo surge, dessa forma, com o intuito de unir e ajudar essas mulheres, tendo a culinária e a cultura brasileiras como formas de socialização. À medida que ele vai crescendo, passa a ser um instrumento de divulgação da cultura brasileira, por meio da organização de grandes e pequenos eventos. Embora essa associação viesse para auxiliar todos os brasileiros residentes na China, podemos dizer que boa parte dos eventos foram criados por e para mulheres, tanto que o Brapeq contava apenas com mulheres nas suas principais funções e elas eram as responsáveis pelos eventos relacionados à cultura brasileira.

Os eventos do Brapeq eram os almoços semanais (realizados com a presença majoritária de mulheres), os *happy hours* (também semanais, mas com a presença dos homens), Natal, São João e o Festival de Cinema Brasileiro. Esse festival era o principal evento do Brapeq, realizado nos maiores cinemas da cidade e que movimentava a comunidade brasileira. Durante uma semana, e com a presença de diretores, artistas e cantores brasileiros, foram exibidos, nos anos de 2011 e 2012,

filmes como "A Hora e a Vez de Augusto Matraca", Reflexões de um liquidificador", É proibido fumar", "O Palhaço" e "5X Favela: agora por nós mesmos".

Entre os demais eventos e projetos ligados à comunidade brasileira, está o Festival Doc Brasil, organizado por uma jornalista brasileira e sem ligação com o Brapeq – era um evento menor e que só exibia documentários. O Clube do Livro Brasil-China era um projeto encabeçado por uma consultora sino-brasileira, cujo objetivo era divulgar a literatura brasileira entre os chineses. Por último, temos o *Enough of Samba*, organizado por duas jornalistas que tinham como *hobby* trabalhar como DJs à noite e divulgar a música brasileira fugindo do samba e da bossa nova. Como nos contou uma delas, "a ideia é surpreender com outros ritmos".

O panorama dos grupos, eventos e projetos desenvolvidos pelas brasileiras entrevistadas nos mostra como há um engajamento dessas mulheres no sentido de divulgar a cultura brasileira, independentemente da motivação migratória. O contraponto disso aparece na tese de Silva (2020), sobre executivos brasileiros em Pequim e em Xangai, em que sequer um sentido de comunidade aparece entre os brasileiros que moram na China, muito menos qualquer trabalho de relação com a cultura brasileira.

À princípio, havíamos pensado, a partir de Sayad (1998), que o fato de parte dessas mulheres não encontrarem no trabalho o sentido de sua migração, contribuía para que elas buscassem, na interface com a cultura brasileira, uma forma de não serem deslocadas para o "não ser" (Porto, 2014). Vimos, todavia, que a divulgação de certa versão da cultura brasileira seria uma forma de distanciar-se dos estereótipos da mulher brasileira como submissa e excessivamente sexualizada, muitas vezes encarnada na figura da mulata – ou seja, perpassada pelos marcadores sociais de raça e gênero – que vigora em outros países receptores (Porto, 2014; Rezende, 2009; Meihy, 2004).

O que observamos, todavia é que há por parte dessas brasileiras um empenho para tecer formas de organização e de divulgação que se assemelham às redes sociais analisadas nos estudos sobre migração. As pesquisas sobre migração que se debruçam sobre as redes sociais as compreendem como relações que unem a nação de destino e de origem, com base na solidariedade, na ajuda econômica e em relações de parentesco e de amizade que possibilitam tanto o início da experiência migratória

quanto auxiliam a manutenção do emigrante no país de destino. Em geral, encontramos histórias de migração de sucesso que ficam no imaginário dos moradores de algumas cidades e que servem de incentivo para que outras pessoas resolvam iniciar uma vivência migratória (Assis, Siqueira, 2009).

A realidade das brasileiras em Pequim não corresponde exatamente a essa descrição. Não encontramos "redes" no país de origem que ajudem as brasileiras a migrarem para a China. Entre as nossas entrevistadas, conforme vimos, a motivação para migração partia da reunificação familiar, do desejo de aventurar-se ou da busca por uma qualificação profissional diferenciada. Ao chegar ao país de destino, contudo, muitas delas se empenharam na tecitura de uma forma distinta de rede social que contribuía para auxiliar os brasileiros na China, por meio de redes de solidariedade, ajuda para encontrar um emprego e apoio psicológico. Na perspectiva de Dutra e Botega[25], as redes sociais "possibilitam a criação e o acesso ao capital social dos membros que as compõem, tais como: a transmissão de informações sobre mercado de trabalho, ajuda econômica, concedem um suporte psicológico, etc."

O Brapeq é um exemplo dessas redes na comunidade brasileira em Pequim. Nasce, conforme mencionamos, justamente com o intuito de dar apoio psicológico e facilitar a adaptação de brasileiras. No site da organização, inclusive, havia uma seção dedicada a anúncio de empregos para brasileiros. Muitos dos eventos também eram vistos como uma forma de estabelecer contatos para aqueles, e sobretudo, aquelas, que buscavam mudar de emprego ou se recolocar no mercado de trabalho. Além disso, a organização estabelecia vínculos entre as duas pontas da relação emissão-recepção. Isso fica claro na fala de uma das dirigentes do Brapeq quando diz que: "atualmente tem gente que sai do Brasil já sabendo que tem o Brapeq, já escreve pra gente, já pergunta onde encontra as coisas: escola, hospital, cabeleireiro, sabe, essas coisas de mulher?"

Esse trecho da fala de uma das representantes do Brapeq, contudo, deixa explícito, mais uma vez, que o foco dessa rede social são as mulheres, ou seja, tem como objetivo principal facilitar a adaptação das mulheres ao país receptor. É claro que muito disso se deve ao fato de que o grupo foi fundado pelas esposas brasileiras

[25] Dutra e Botega, 2014, p. 16.

dos executivos brasileiros ou de demais nacionalidades, mas, mesmo muitos anos após a sua criação e com uma mudança do perfil das brasileiras, o Brapeq continuava direcionado para as mulheres brasileiras, com uma participação masculina restrita aos eventos (e não à gestão) do grupo. Em uma das entrevistas, elas chegaram a dizer que tentaram incluir homens como membros da direção do Brapeq, mas que eles acabaram sendo desligados de seus cargos por quererem transformar o grupo em um negócio lucrativo, algo que fugia à função social pretendida por elas (Porto, 2014).

Os demais grupos de divulgação da cultura brasileira, ainda que explicitamente não obedeçam à definição de redes sociais, também buscavam estabelecer conexões entre o país de origem e o país de destino, principalmente, pelo fato de que muitas das informações divulgadas pela mídia tradicional brasileira sobre a China estavam carregadas de estereótipos, dando ênfase a notícias que refletiam o país como exótico e excêntrico, o que dificultava muito a vida de quem precisava migrar para lá.

Silvia é uma das poucas brasileiras entrevistadas que se afastou completamente das redes de construção e difusão da "cultura brasileira" em Pequim, o que mostra o seu empenho em se constituir enquanto mulher cosmopolita. Rita e Tânia, por outro lado, têm um vínculo extremamente forte com o Brapeq, participando ativamente da gestão, organização e divulgação dos eventos do grupo, tanto que a saída delas da China é vista como uma das razões da extinção do Brapeq, em 2018.

As duas outras brasileiras desta pesquisa, que migraram por trabalho e estudo, também se vincularam a outros grupos menores de divulgação da cultura brasileira. Uma delas ingressa em um grupo já existente, após mais de cinco anos de vivência na China, e a outra se vincula a um grupo recém-constituído.

A outra rede à qual se vincula uma de nossas entrevistadas é o Festival Doc Brazil que, embora não tenha como intuito auxiliar a adaptação de brasileiros na China, como acontece com o Brapeq, tem como meta criar pontes culturais, a partir do cinema, entre o Brasil e a China. Nas palavras da criadora do evento: "Fiz o projeto e desde o início a ideia era fazer sobre documentários pra mostrar as várias faces do Brasil. Apresentar os tantos Brasis possíveis para o chinês".

Mais tarde ela passou a fazer o caminho inverso também, criando mostras de cinema no Brasil com documentários chineses, buscando estabelecer uma rede entre os dois países com base na produção e no consumo cinematográfico. É no grupo

responsável pelo Festival Doc Brazil que a Carmen se integra, contribuindo para a divulgação e a manutenção dele. Já Marina acaba se vinculando a dois grupos já existentes de percussão brasileira e de capoeira, nenhum desses grupos tinha participação de brasileiros até então, e ela resolve fazer parte deles, no caso do grupo de percussão por uma necessidade dos integrantes, já no da capoeira, ela diz que:

> [...] foi uma decisão pessoal mesmo, era por mim. Eu tinha completado quase 6 anos de China e eu tava sentindo muita falta do Brasil e eu queria fazer alguma coisa que me vinculasse mais ao Brasil e me desse mais energia pra ficar esse tempo aqui. Fui fazer capoeira, que eu também nunca tinha feito no Brasil. E agora também sou a única integrante brasileira e o pessoal fica perguntando sobre as letras das músicas.

Ao apontar sua necessidade de vínculo com o Brasil, Marina fala sobre como o estabelecimento de pontes entre país emissor e receptor é parte do cotidiano das brasileiras em Pequim, o que resume bem o nosso argumento em relação à articulação de pontes por parte das brasileiras:

> Eu vou aprendendo sobre a cultura deles, mas eles também estão sempre querendo aprender comigo. E assim, vários brasileiros fazem isso aqui, a própria Carina[26] com o festival de cinema, a Stefanie que trabalha como DJ. Cada um a seu modo está sempre fazendo essa conexão Brasil-China. É uma vida dupla, eu acho. A Elisa com o Brapeq. E eu acho, não sei se é uma coisa natural, mas será que é só porque a Carina estudou cinema, ou será que é só porque a Stefanie gosta de música e porque eu gosto de línguas. Ou será que é porque o fato de a gente estar aqui a gente sente que esses mundos não se conhecem e existe essa necessidade. Que a gente não sabe nada da China e os chineses não sabem nada do Brasil.

Esse trecho da fala de Marina merece destaque também pelo fato de que ela menciona "vários brasileiros", mas não consegue elencar um só homem que estivesse se empenhando no que ela intitula de "conexão Brasil-China", o que mais uma vez reforça o protagonismo feminino nesse processo, mesmo entre as que migraram por

[26] Os nomes das brasileiras citadas foram alterados para preservar o anonimato delas.

trabalho e estudo (algumas delas inclusive são citadas nesse excerto do discurso de Marina).

Costurando relações: amizades, reconfiguração e consolidação de papéis de gênero

Como aponta Sassen (2010), há uma vasta literatura sobre como a migração contribui para uma reconfiguração dos papéis de gênero. Peres e Baeninger (2014) e Pessar (1984), conforme discutimos no início, apontam como pesquisas como imigrantes dominicanos têm colocado a migração como uma força que impulsiona a reconstrução dos papéis de gênero, com os homens muitas vezes buscando retornar à configuração tradicional desses papéis. Para as autoras:

> Num contexto migratório, essas diferenças nas relações de gênero são latentes (Morokvasic, 2003; Pessar, 2000). As transformações experimentadas por ambos os sexos são distintas e cada uma delas tem um impacto diferenciado em estruturas como família e domicílio. De fato, ao longo do processo migratório, homens e mulheres reconstroem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (Castro, 2006).[27]

Nesse rumo, alguns relatos das brasileiras em Pequim nos mostram como a migração contribui para que rearranjos nas relações familiares e nos papéis de gênero sejam construídos. Em outros casos, contudo, há a manutenção de papéis de gênero já consolidados, como veremos a seguir.

As duas primeiras entrevistadas citadas têm o reagrupamento familiar como motivação para migração ou para a permanência em circunstância de migração, embora tenham trajetórias migratórias bem distintas. Rita migra em razão da violência urbana, mas tem os pais no país de destino como suporte para a manutenção da experiência migratória. Contudo, mesmo quando eles decidem retornar ao Brasil, ela opta por permanecer, uma vez que havia constituído a sua família nuclear.

O casamento e os filhos têm protagonismo no discurso de Rita, tanto que ela diz que um dos motivos de sua aproximação do Brapeq é a possibilidade de transmissão

[27] Peres e Baeninger, 2014, p.3.

da cultura brasileira para seus filhos. Cultura essa, diga-se de passagem, construída para passar uma imagem de alegria podada pelos valores familiares, isso porque há São João, mas não Carnaval (Porto, 2014), ou, nas palavras dessa entrevistada, o objetivo era "mostrar a verdadeira cultura brasileira, tem Carnaval em Veneza, você sabia?"

A preocupação com o casamento aparece de maneira velada nas críticas que Rita tece às chinesas, como em boa parte das entrevistas com as brasileiras casadas. Segundo ela, as chinesas estariam "tomando os maridos das estrangeiras", com o intuito de conseguir um passaporte estrangeiro e de burlar a lei do filho único[28] vigente à época. Nas palavras de Rita:

> Elas adoram se mostrar! Além disso, tem a necessidade de casar com estrangeiro. Porque assim, a única forma de ter um passaporte, de saírem da China é casando com estrangeiro. A única maneira de elas terem dois ou três filhos é se relacionando com estrangeiro. Então, é uma busca eterna da parte delas.

Ao mesmo tempo em que notamos uma compreensão negativa sobre as chinesas por parte dessa entrevistada, percebemos que ela se mostra bastante aberta à construção de relação de amizade com demais estrangeiras:

> Bom, com esses anos todos aqui, eu consegui fazer um leque de amigos muito grande. Com meu casamento misto, isso abriu ainda mais. Eu sou casada com um iraniano, meus filhos frequentam a escola francesa [...]. Acontece que estou inserida em quatro ou cinco diferentes culturas e eu me dou muito bem com todos. Tenho amigas muito grandes do Irã, tenho amigas americanas.

As críticas dirigidas às chinesas apareceram no discurso das brasileiras casadas sempre que perguntamos sobre a visão delas em relação às mulheres chinesas, a

[28] Para conter o crescimento populacional, a China passou a estimular, na década de 1970, que as famílias tivessem apenas um filho, ao mesmo tempo, houve uma massiva divulgação de métodos contraceptivos. O ápice da política do filho único ocorreu em 1982 com a adoção de uma nova constituição que textualmente se referia ao dever de praticar o planejamento familiar. Foi somente em 2001, contudo, que a política passou a "ter força de lei" (Prozczinski, 2017, p. 6). A política do filho único foi abolida em 2016.

maior parte das vezes em tom de crítica no que tange à forma de se vestir[29] e ao comportamento em relação aos homens estrangeiros (Porto; Queiroz, 2019).

As exceções ficaram por conta de Silvia e Tânia. No caso de Silvia, percebemos como o processo de emancipação é anterior à formação de um discurso que esteja afinado com ele. De um lado, ela está construindo sua emancipação emocional e financeira e, de outro, acredita que o fato de as estrangeiras estarem "tomando os maridos" se deve à perda da feminilidade por parte das mulheres europeias em razão da igualdade social:

> É uma coisa que eu percebi rodando o mundo, indo pra Europa. Por que a mulher chinesa consegue tirar o marido, ou tem um caso, tem um *affair* com um estrangeiro? Por quê? Sabe o que é que é? Ela é feminina! O que a europeia não faz, a europeia é muito igual. Tudo muito igual! Você paga a conta, eu também pago, você cuida da casa, eu também cuido. [...] A chinesa, aliás, isso ficou muito claro pra mim depois que passei 40 dias na Itália. Aliás, até pulei de paraquedas lá. Tanta coisa me aconteceu lá. Aí a minha amiga que é tcheca: Silvia, elas são tão femininas. Eu, cê tá enganada! Mas eu tava aqui, né? Não tinha parado pra prestar atenção.

Na fala da entrevistada, notamos que ela tira o foco da crítica às chinesas e o direciona às europeias que estariam buscando uma igualdade e tornando "tudo muito igual", contribuindo, assim, para que os estrangeiros se sentissem mais atraídos pela "feminilidade" das chinesas. Enquanto Rita dirige suas críticas às chinesas e Silvia às europeias, Tânia, por sua vez, não percebe as chinesas como ameaça ao seu casamento pela confiança construída em torno de sua relação conjugal:

> Ah, tem muitos casos de estrangeiras que perdem o marido pras chinesas. Verdade! Mas eu acho que isso assim também vai da cabeça de cada um, né? Seu namorado está aqui, você vai ficar preocupada? Isso vai muito do relacionamento que você tem com ele e pronto. Quando eu morava no interior da China e tinha que viajar, as amigas diziam: "mas você vai deixar o seu marido lá sozinho?" Porque às vezes eu ia pra ficar dez dias, mas ficava

[29] Para essas brasileiras, as chinesas se vestiam de forma infantilizada por usarem tiaras de pelúcia com formato de orelhas de animais, usarem óculos grandes e coloridos sem lente, mesmo em situações formais.

> quinze, e o Steve ficava sozinho lá. Aí uma vez cheguei em casa e falei pra ele: "ó, estão preocupadas porque vou te deixar aqui sozinho". Aí ele me disse: "você não confia em mim? Chorou, inclusive. Disse: "você é o amor da minha vida". Aí eu disse: "não preciso ouvir mais nada".

A história de vida dela, aliás, é um ponto fora da curva de migração. Primeiro, conforme dissemos, por migrar com idade mais avançada e para buscar "sua alma-gêmea", segundo porque, apesar de não ser economicamente estável, a tomada de decisão para os projetos migratórios parte de motivações que diziam respeito unicamente a ela, seja quando partiu do Brasil pela primeira vez, migrando para o Reino Unido, até a migração para a China, após o casamento com o marido britânico.

Não podemos dizer, todavia, que a motivação para a migração inicial de Tânia tenha a ver necessariamente com a busca por uma relação estável. Ela deixa claro que o seu principal sonho é conhecer o mundo e de fato não mede esforços para fazer isso quando convida o marido para ingressar em uma experiência migratória junto com ela. As várias referências a viagens feitas por ela sozinha que encontramos na sua história de vida nos mostra que ela se empenha para dar vazão ao seu sonho. Nesse ponto, observamos que há um alinhamento entre expectativas anteriores à migração e a realidade em circunstância de migração.

Como parte desse sonho de "conhecer outras culturas, outros países", como ela expressou no seu relato, há o estabelecimento de relação de amizade com pessoas das mais diversas nacionalidades, sobretudo mulheres: brasileiras, americanas, britânicas e chinesas. Aliás, entre as entrevistadas, ela é uma das poucas que desenvolveu amizade com chinesas despretensiosamente, sem buscar uma razão mais prática, como acontece com as brasileiras que migraram para trabalhar e estudar.

Mesmo sem falar chinês e com um inglês superficial, Tânia circulava nos mais diversos espaços da cidade, não ficando restrita ao grupo de brasileiros ou às bolhas internacionais. Silvia, por sua vez, ao não encontrar amparo para o divórcio entre as brasileiras, distanciou-se dos grupos vinculados ao Brasil e passou a circular unicamente nas bolhas internacionais. Os reflexos dessa vivência nas bolhas internacionais de Pequim podem ser percebidos na fala a seguir:

> Não falava inglês. Meu inglês "*era the book is on the table*". Chinês, muito menos. [...] Eu fui agora há pouco pra Alemanha fazer um curso, 60% das alunas eram brasileiras. Muita brasileira! E o que é que aconteceu comigo? O curso foi dado em inglês. 50% daquelas brasileiras... não, não, mais, não falavam inglês. Então tinha uma tradutora, uma intérprete, que traduzia do inglês por português e elas ficam ouvindo no fone. Tinham algumas que falavam, tem alguns brasileiros que falam muito bem inglês. Que é que aconteceu? É natural isso. Processo natural, você vai pro grupo onde você mais se identifica. Então, automaticamente, eu fui pro grupo que falava inglês. Eu não queria uma tradutora, até porque eu tô aqui, tô sempre em palestra, em coisas, gente que conheço. Então pra mim era mais familiar que ouvir a tradução em português.

Nesse rumo, Silvia saiu da condição de pouco conhecimento sobre o inglês à fluência no idioma, a tal ponto que passou a se identificar e se relacionar mais com outros estrangeiros.

É interessante observar que, se de um lado, percebemos uma ruptura por parte dela em relação à motivação migratória para a China, que foi o reagrupamento familiar, de outro, intuitivamente ela dava vazão a um desejo maior: "o de viajar o mundo", cuja primeira experiência migratória internacional talvez fosse o pontapé inicial.

O divórcio, neste sentido, possibilitou a busca por sua emancipação econômica e a construção de sua identidade enquanto cidadã do mundo. As brasileiras, para ela, eram um empecilho para a constituição dessa emancipação, pois a puxavam para o âmbito do lar, da família, dos papéis tradicionais de gênero.

> As brasileiras me diziam que eu deveria continuar casada. Elas são todas casadas. Não encontrei apoio nesse meio. O que é que eu fiz? Eu sabia que a diretora da escola é uma mulher divorciada. Uma inglesa que se divorciou aqui. E que deu certo! Tem a vida dela. Tem um namorado mais jovem que ela. Tomara que isso aconteça comigo! Deve acontecer. Então, assim, fui buscar ajuda nela.

Esse trecho da fala de Silvia mostra como o rompimento com as brasileiras implicou a ruptura com a sua vida anterior e, ao mesmo tempo, foi o passaporte para

a entrada nas bolhas internacionais de Pequim, onde ela encontrou mulheres afinadas com seu novo estilo de vida, enquanto cidadã do mundo, de tal forma que passou a não ser reconhecida nem entre brasileiros.

> E aí você não é mais vista como brasileira. Eu mudei tanto assim, nesses anos, que brasileiro quando vem falar comigo, falava comigo em inglês: "excuse me, can you help me?". Aí depois, quando vinha outra brasileira falava em português. Eu sou brasileira! Mas por que é que eu não estou sendo reconhecida como brasileira? Mas isso não me incomoda, porque eu acho que era isso que eu queria. Não, não ser reconhecida como brasileira, mas ser uma mulher do mundo. Entendeu?

O ponto alto para marcar esse distanciamento em relação às demais brasileiras é tirar o centro de sua vida da família, como podemos notar no excerto a seguir: "Tenho amigos aqui e em outros lugares. E viajando. Viajo sozinha. Faço minha vida! E tem meus filhos. Eles são a minha maior inspiração. Mas não são a razão da minha vida!"

Quando Silvia enfatiza a construção de sua vida sozinha e o fato de que os filhos não são a maior razão da sua vida, ela marca o ponto de ruptura com os papéis tradicionais de gênero que considera vinculados ao universo das brasileiras em Pequim, sobretudo, afastando-se do papel de esposa, tão arraigado em parte do grupo das brasileiras vinculadas ao Brapeq. O curioso é que ela não se aproxima nem das brasileiras que migraram por trabalho e estudo, como se mesmo elas pudessem macular a construção da sua identidade de cidadã do mundo.

As relações de amizade construídas por ela no país de destino, dessa forma, são majoritariamente com estrangeiros de outras nacionalidades e, assim como Rita, não possui relações de proximidade com chineses.

Aliás, no que tange às brasileiras que migraram por trabalho e estudo não houve uma menção espontânea a alterações dos papéis de gênero em circunstância de migração. Ao que parece, o fato de terem migrado para trabalhar e estudar já as colocava na condição de "emancipadas" e "desbravadoras" antes mesmo de terem iniciado suas trajetórias migratórias. É o que notamos na já citada fala de Marina,

quando ela diz que quando estava no avião não sentia medo, "só sentia vontade de chegar e sentir o que era a China" e quando Carmem diz

> [...] um dia ele chegou pra mim e falou: já que você gosta tanto da China, vai trabalhar no escritório da gente em Pequim mês que vem. Isso em 2004. Aí eu falei: vou. Mas com uma condição, que me paguem um curso de chinês porque não quero chegar lá alheia. Ele falou: tá bom. Com menos de um mês eu tava aqui na China pra ficar um ano. Fiquei muito feliz, mas com medo, claro. No começo foi bem difícil.

Apesar do medo, ela resolveu migrar para um país sobre o qual não tinha tanto conhecimento e com pouca presença de estrangeiros, algo que só vai acontecer de forma mais intensa, conforme mencionamos, com as Olimpíadas de Pequim, em 2008. O discurso de Carmem, assim como o de Marina, está repleto de detalhes sobre as dificuldades encontradas para adequar gostos e costumes ocidentalizados, como o uso de desodorante e o consumo de derivados de leite de vaca, à realidade de uma China ainda pouco aberta à influência estrangeira.

No discurso de Carmem, o debate em torno dos papéis de gênero aparece no embate entre ela e o seu chefe, inclusive no trecho que usamos para abrir a história de vida dela em que o chefe a manda ir embora, por ser rebelde, e ela responde que não irá, mesmo sabendo que isso significaria ter que procurar um novo emprego e outro lugar para morar, já que ela vivia em um apartamento alugado pela empresa.

Para ela, o chefe não aceitou ser contrariado por alguém hierarquicamente inferior – dado que a hierarquia confuciana[30] é uma das bases das relações sociais na China – e por uma mulher. Carmen considera, todavia, que a lógica do comunismo[31]:

---

[30] Os princípios da moral confuciana que regiam as relações sociais na China Imperial eram "lealdade para com o soberano", "piedade filial" e "castidade das mulheres" (Dabat, 2006, p. 27). Apesar de a filosofia de Confúcio ter sido combatida em boa parte do século XX, com a Revolução Comunista na China, muito dos seus resquícios estão presentes nas relações sociais no país, assim como, para alguns autores, há um renascimento do confucionismo ou o surgimento de um neoconfucionismo contemporaneamente. Para mais informações, ver Ramos e Rocha (2015).

[31] De fato, as relações de gênero encontraram um grande avanço com a ascensão do comunismo na China, sendo o ano de 1949 compreendido como um "divisor de águas na situação das mulheres na China", como escrevem Coelho & Coelho (2018, p. 9) à guisa de

> não faz essa distinção do papel feminino e do masculino, somos todos irmãos, homens e mulheres e vamos à luta juntos, não existe esse sexismo. Agora começa essa coisa do objeto sexual. Claro que sempre houve na China essa coisa das concubinas, das bonequinhas de porcelana. O padrão de desejo deles é a mulher bem infantilizada, essa coisa de ser super branquinha, frágil, pequenininha, uma bonequinha mesmo, né?

Na perspectiva dela, neste sentido, a vivência na China facilitaria a independência feminina por haver uma compreensão mais igualitária das relações de gênero, embora boa parte da bagagem emancipatória ela já trouxesse antes mesmo da experiência migratória, o que nos mostra que, diferentemente do que ocorreu com algumas mulheres que migraram por reagrupamento familiar, não houve uma alteração significativa dos papéis de gênero por parte dela.

Considerações Finais

As análises das entrevistas com as brasileiras em Pequim nos mostram que não há uma linearidade nas trajetórias migratórias mesmo quando há motivações semelhantes. Algumas expectativas são refeitas, no caminho do reforço de papéis tradicionais de gênero, enquanto outras motivações são reconstruídas, no intuito de buscar uma emancipação emocional e financeira, como ocorre no caso de Silvia. Há, contudo, algumas tendências que observamos nesse grupo de brasileiras, especialmente no que se refere às que são vinculadas ao Brapeq, isto é, o reforço do papel da mulher enquanto esposa e o investimento na relação com a família. Nesse rumo, a partir da observação da realidade dessas brasileiras, não podemos dizer que a

---

Han (2001). Isso porque as mudanças na constituição perpetradas a partir daquele ano, principalmente com a Lei sobre Casamentos (1950), colocaram um fim ao sistema feudal que mantinha as mulheres em regime de servidão, dando a elas direitos equivalentes ao dos homens nos planos econômico, político, social, educacional e cultural, inclusive com direito ao divórcio (Dabat, 2006). Após 1978, contudo, as reformas encabeçadas por Deng Xiaoping, que estabeleciam regras mais rígidas para a contratação de mulheres, como impedimento de que elas desempenhassem atividades laborais de "alta intensidade", para alguns autores contribuiu para uma compreensão ambivalente, ao mesmo tempo em que trazia avanços, como a licença-maternidade de no mínimo 90 dias e a instalação de creches, por outro, essas exigências acabavam por reduzir a contratação de mulheres (Coelho; Coelho, 2018).

migração necessariamente seja impulsionadora da reconfiguração dos papéis de gênero, mesmo quando se trata de um mesmo país receptor.

A constituição de uma nova família na nação de destino, por exemplo, pode contribuir para que as expectativas anteriores de "buscar algo maior que o canudo" encontre uma vivência mais próxima de papéis tradicionais de gênero. O impacto causado pelas bolhas internacionais, por outro lado, pode se refletir na busca por uma identidade há muito almejada enquanto cidadã do mundo, como mais uma vez aconteceu com Silvia.

As relações de amizade construídas no país de destino também podem variar de acordo com a vivência de cada uma das entrevistadas, embora possamos dizer que, à exceção de Tânia, todas as demais não construíram relações despretensiosas com chineses e chinesas. No caso de Marina e Carmem, as amizades com chineses tinham uma motivação racional explícita: ganhar fluência no idioma. No que se refere a esse ponto, aliás, elas duas já tinham estudado chinês antes e viam na língua um diferencial para suas carreiras, mantendo um alinhamento com suas motivações migratórias e expectativas iniciais, já que migraram por trabalho e estudo.

O perfil profissional de Marina e Carmem destoa de boa parte das pesquisas sobre trabalhadoras em contexto de migração, isso porque elas são qualificadas e desempenham trabalhos alinhados com suas qualificações profissionais, de natureza intelectual, diferentemente do que ocorre com a maioria das mulheres de países periféricos que desempenham trabalhos domésticos (Morokvasik, 1984; Assis, Siqueira, 2009) ou empregos pouco qualificados na indústria japonesa, no caso das brasileiras descendentes de japoneses (Souza, 2014).

Apesar disso, nem Carmem nem Marina desempenharam cargos de chefia ou de diretoria nas empresas onde trabalharam, em consonância com os achados de Silva (2020) na tese sobre executivos brasileiros na China. Em outras palavras, apesar de serem qualificadas profissionalmente, as mulheres, em circunstância de migração (ou não) permanecem sem ocupar cargos mais bem remunerados, refletindo a manutenção das desigualdades de gênero no mercado de trabalho.

Mesmo com as diferentes vivências e as distintas motivações migratórias o que emerge como meta comum entre essas brasileiras estudadas é o empenho na articulação de uma espécie de rede social no país destino. Apontamos que há algumas

diferenças que não nos permitem classificar essas formas de redes sociais como as que são comumente associadas às redes em contexto migratório, como a existência de pessoas com histórias de migração exitosas – e que permanecem no imaginário dos habitantes de determinada localidade, estimulando novas migrações – e as redes de parentesco entre os que vão e os que ficam (que inclusive podem contribuir para definir quem serão os próximos migrantes). Há, contudo, alguns aspectos que nos mostram que essas brasileiras constroem um tipo distinto de rede social objetivando criar laços entre o Brasil e a China, tanto para os que permanecem, quanto para os que poderão vir, em consonância com pesquisas que percebem as mulheres como "articuladoras" das redes sociais, construindo pontes entre a nação de origem e a de destino (Assis; Siqueira, 2009; Assis, 2004; Dutra; Botega, 2014).

Em torno do Brapeq era criada uma rede de sociabilidade, que garantia a manutenção, sobretudo das mulheres, em Pequim, embora os anúncios de emprego no site da organização, bem como os eventos que permitiam novos contatos profissionais, também fossem direcionados para os homens. Os demais eventos, como o Festival Doc Brazil e o Clube do Livro buscavam igualmente construir pontes por meio da divulgação cultural, inclusive o primeiro passou a ser realizado também no Brasil, contribuindo para divulgar a cultura e a realidade chinesas contemporâneas.

Nas falas de boa parte das entrevistadas, aliás, houve relatos de que havia uma discrepância muito grande entre a imagem construída sobre a China (principalmente pela mídia tradicional no Brasil) e a realidade do país. Isso acontece em outros países receptores também. A diferença é que, quando se trata de países como os Estados Unidos (Assis, Siqueira, 2009), uma imagem de terra das oportunidades é difundida, contribuindo para que outros brasileiros resolvam migrar, enquanto no caso da China, uma imagem de atraso, pobreza ou de nação exótica é transmitida, contrastando com a realidade de hipermodernidade encontrada pelos migrantes que chegam naquele país. Dessa forma, o trabalho dessas brasileiras, no sentido de constituir redes que auxiliem na manutenção dos migrantes e que, ao mesmo tempo, possibilitem que outros brasileiros escolham a China como país receptor, estão em confluência com achados de pesquisas sobre gênero e migração que apontam as mulheres como principais formadoras e articuladoras dessas redes sociais. Redes

essas que, no caso das brasileiras em Pequim, podem ser percebidas como geracionais, na medida em que produzem uma sociabilidade calcada na cultura brasileira para os filhos dessas mulheres, facilitando a permanência deles no país receptor.

Os resultados desta pesquisa, nesse rumo, quando colocados em perspectiva com outras pesquisas sobre brasileiros em Pequim (SILVA, 2020), nos mostram a importância de compreender o fenômeno migratório, enquanto "fato social total", como escreveu Sayad (1998, p. 16), com enfoque no gênero, isso porque muitas das nuances que foram encontradas não seriam percebidas se não tivéssemos nos debruçado sobre a história de vida dessas mulheres. As rupturas, mudanças e manutenções dos papéis de gênero, assim como a tecitura dessas redes sociais só puderam ser observadas porque tomamos os estudos de gênero como norte da pesquisa. Dessa forma, buscamos contribuir para uma linha de investigação ainda pouco explorada, os estudos de emigração de brasileiros para a China, e para que mais pesquisas que percebem a mulheres como protagonistas de suas trajetórias migratórias e como articuladoras de novos processos migratórios possam surgir.

Referências

Assis, Gláucia de Oliveira. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

Assis, Gláucia de Oliveira; Siqueira, Sueli. 'Mulheres migrantes e a configuração de redes sociais: construindo conexões entre o Brasil e os Estados Unidos'. *REMHU*, Brasília, n. 32, p. 25-46, 2009. Disponível em: https://remhu.csem.org.br /index.php/ remhu/ article/view/143 Acesso em: 12 abr. 2022.

Assis, Gláucia de Oliveira. 'Estar aqui..., estar lá...: uma...cartografia da emigração valadarense para os EUA'. *In*: Reis, Rossana Rocha; Sales, Teresa. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 125-166.

Becard, Danielly Silva Ramos. 'O que esperar das relações Brasil-China?' *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br /pdf/ rsocp/v19s1/04.pdf_ Acesso em: 23 maio 2019.

Broudehoux, Anne-Marie. 'Arquiteturas do espetáculo integrado na olimpíada de Pequim'. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 89, p. 39-56, mar. 2011. Disponível em:

https://www.scielo.br/j/nec/a/gPSjgsWPkJ6N5vHvsMRwGmr/?lang=pt Acesso em: 11 abr. 2022.

Campos, Marden Barbosa de; Barbieri, Alisson Flávio. 'Considerações teóricas sobre as migrações de idosos'. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Rio de Janeiro, v. 30, p. S69-S84, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepop/a/t4QJWyxQ vBmhTLV6bJzMVCQ/abstract/?lang=pt Acesso em: 11 abr. 2022.

Castro, Juventina Yolanda Correa. *Ahora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada pie de gallo.* 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia Social, Universidade de Granada, Granada, 2006.

Coelho, Diva Júlia Sousa Safe; Coelho, Saulo de Oliveira Pinto. 'Situação das mulheres nas economias emergentes do Sul: análise comparada da (in)efetividade das políticas públicas de proteção da mulher e de redução da desigualdade de gênero na China, Índia e Brasil'. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2018. Disponível em: https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/ article/view/4347 Acesso em: 11 abr. 2022.

Dabat, Christine Rufino. *Mulheres no movimento Revolucionário chinês (1838-1949).* Recife: Editora Universitária UFPE, 2006.

Dutra, Delia; Botega, Tuíla. 'A problemática das mulheres migrantes'. *In:* Dutra, Delia *et al.*(org.). *Mulher migrante: agente de resistência e transformação*. Brasília: Csem, 2014. p. 16-20.

Dwyer, Tom. 'A China e os Desafios das Ciências Sociais Brasileiras no Cenário do Mundo em Processo de Globalização'. *In:* Ribeiro, G. L. (org.). *As Ciências Sociais no Mundo Contemporâneo: revisões e prospecções.* Brasília: Letras Livres, Editora da UnB, 2011. p. 211-224.

Dwyer, Tom. 'Globalização e as Ciências Sociais: anotações sobre os desafios apresentados pela ascensão dos países Brics'. *Ideias*, Campinas, n. 8, p. 63-91, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/ article/ view/8649447 Acesso em: 11 abr. 2022.

Fleisher, Soraya R. *Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston*. Massachusetts. São Paulo: Anablumne, 2002.

Ghosh, Jayati. *Human Development Research Paper 2009/04. Migration and gender empowerment: Recent trends and emerging issues*. United Nations Development Programme, 2009. Disponível em: http://purochioe.rrojasdatabank.info/HDRP_2009_04.pdf Acesso em: 23 maio 2019.

IBGE. *Censo Demográfico 2010: Características da População e dos Domicílios*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/ Acesso em: 22 mar. 2019.

Jatobá, Júlio Reis. 'Planejamento linguístico familiar na diáspora brasileira: considerações sobre a comunidade brasileira em Dongguan', China. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 40-56, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/32019 Acesso em: 12 abr. 2022.

Jesus, Sonia Melo. 'Protagonistas de um Brasil imaginário: faxineiras brasileiras em Boston'. *In:* Martes, Ana Cristina B.; Fleischer, Soraya (org.). *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 99-114.

Knight, Lesley-Anne. *A face feminina da migração***.** Discurso de Abertura Proferido no Caritas Internacional. Senegal. 30 nov. 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/viewer.html?pdfurl=http%3A%2F%2Fwww.caritas.org%2Fincludes%2Fpdf%2FLAKSenegalNov2010speechPOR.pdf&clen=47210&chunk=true Acesso em: 12 abr. 2022.

Malheiros, Jorge Macaista. 'Os brasileiros em Portugal: a síntese do que sabemos'. *In:* Malheiros, Jorge Macaista. (org.). *Imigração Brasileira para Portugal*. Lisboa: Acidi, 2007. P. 11-37.

Marinucci, Roberto. 'Feminization of migration?' *REMHU***,** Brasília, n. 29, p. 5-22, 2007.

Meihy, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si: Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

Morokvasic, Mirjana. 'Birds of passage are also women'. *Internacional Migration Review*, Nova Iorque, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984.

Oliveira, Henrique Altemani de. 'Brasil e China: uma nova aliança não escrita?' *Revista Brasileira de Política Internacional***,** São Paulo, v. 53, n. 2, p. 88-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mDfHPGdggWSHwDSXDr9rnSH/abstract/?lang=pt Acesso em: 11 abr. 2022.

Peres, Roberta Guimarães; Baeninger, Rosana. 'Migração feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero'. *In:* Santin, Teresinha; Botega, Tuíla (org.). *Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana*. Porto Alegre: EdiPUCRS; Brasília: CSEM, 2014. p. 100-120.

Pessar, Patricia R. 'The Linkage Between the household and workplace of dominican women in the U.S.' *International Migration Review***,** v. 18, n. 4, p. 1188-1211, 1984. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2546078 Acesso em: 12 abr. 2020.

Porto, Ana Carolina Costa. *Chega de samba: estratégias de recriação da identidade entre as brasileiras em Pequim*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

Porto, Ana Carolina Costa; Queiroz, Tereza Correa da Nóbrega. 'Chinesas e brasileiras sob o olhar das brasileiras em Pequim: desenhando o corpo a partir do gênero'. *In:* Cruz e Zica, Matheus da. *Daoísmo, estéticas chinesas e outras artes.* Curitiba: Editora Appris, 2018. p. 121-138.

Prozczinski, Daniele. 'A construção da mulher na China: submissão e feminicídio'. *In*: Mundos e Mulheres, 13.; Fazendo Gênero, 11., 2017, Florianópolis. *Anais 13° Mundos e mulheres & 11° Fazendo Gênero***.** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-10.

Ramos, Marcelo Maciel; Rocha, Rafael Machado. 'O confucionismo político e os caminhos para um constitucionalismo chinês'. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*, Belo Horizonte, n. 67, p. 421-452, jul./dez. 2015. Disponível em: https://revista.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/view/1733 Acesso em: 12 abr. 2022.

Rezende, Claudia Barcellos. *Retratos do estrangeiro: identidade brasileira, subjetividade e emoção.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

Sassen, Saskia. *Sociologia da Globalização***.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

Sautman, Barry. 'Anti-Black Racism in Post-Mao China'. *The China Quarterly*, Cambridge, n. 138, p. 413-437, jun. 1994.

Sayad, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da Alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

Schuler, Flavia de Maria Gomes; Dias, Cristina Maria de Souza Brito. 'Migração feminina: um estudo das repercussões na vida das mães e dos filhos'. *In:* Bógus, Lucía; Baeninger, Rosana. (org.). *A nova face da emigração internacional no Brasil.* São Paulo, EDUC, 2018. p. 1-22. Ebook.

Scudeler, Valeria Cristina. Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos EUA. *In*: Reis, Rossana Rocha; Sales, Teresa. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 193-232.

Sheng, Shu. *A história da China Popular no Século XX.* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012.

Silva, Lúcia Anderson Ferreira da. *Executivos brasileiros na China: adaptação e dificuldades em empresas brasileiras.* 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020.

Silva, Romerito Valeriano da.; Fernandes, Duval. A emigração para Portugal e o retorno. *In:* Bógus, Lucía; Baeninger, Rosana. (org.). *A nova face da emigração internacional no Brasil.* São Paulo, EDUC, 2018. p. 1-31. Ebook.

Siqueira, Sueli. Histórico das migrações de Governador Valadares para os Estados Unidos. *In:* Bógus, Lucía; Baeninger, Rosana. (org.). *A nova face da emigração internacional no Brasil.* São Paulo, EDUC, 2018. p. 1-24. Ebook.

Soares, Weber. 'Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação espacial no espaço urbano'. *In*: Reis, Rossana Rocha; Sales, Teresa. *Cenas do Brasil migrante.* São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. p. 167-186.

Souza, Francisca Bezerra de. *A face feminina da migração de retorno de dekasseguis: processo de adaptação e suas problemáticas.* 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Mestrado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

Souza, Isabela Cabral Félix de. 'Emoções no processo migratório de brasileiras na Itália'. *In:* Bógus, Lucía; Baeninger, Rosana. (org.). *A nova face da emigração internacional no Brasil.* São Paulo, EDUC, 2018. p. 1-21. Ebook.

Spence, Jonathan D. *Em busca da China moderna***:** *quatro séculos de história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Tella, Guilhermo; Muñoz, Martín M. 'Perspectivas sobre Pequim: processo esmagador de renovação urbana'. *Archdaily Brasil*, 17 mar. 2012. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-103334/perspectivas-sobre-pequim-processo-esmagador-de-renovacao-urbana Acesso em: 12 abr. 2022.

EXECUTIVOS BRASILEIROS NA CHINA: ADAPTAÇÃO E DIFICULDADES NAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Lúcia Anderson Ferreira da Silva

Introdução

"O mundo em que vivemos parece tão grande para nós,
mas na verdade é pequeno"[1]

A estrofe que inicia este artigo foi escrita pelo poeta chinês Ai Qing para o amigo e poeta chileno Pablo Neruda. O poema, intitulado *Sobre um promontório no Chile*, de 24 de julho de 1954, está no livro *Viagem à América do Sul*, organizado pelo professor brasileiro Francisco Foot Hardman e traduzido por ele e pela professora chinesa Fan Xing. Os versos falam sobre a amizade dos dois poetas e da distância entre a China e os países da América Latina.

Mesmo sendo o país mais distante do Brasil, a cada ano milhares de brasileiros desembarcam na China pela primeira vez. Alguns vêm para ver a Muralha, a Cidade Proibida e os Guerreiros de Terracota. Outros, para estudar o idioma ou se formar em uma universidade chinesa. Grande parte busca parcerias e oportunidades de negócios com empresários chineses. Uma minoria atravessa meio mundo para trabalhar em empresas chinesas, brasileiras ou internacionais. Destas, uma parte ainda menor, com conhecimento técnico específico, foi transferida de suas empresas no Brasil para continuar suas funções em solo chinês.

Esses executivos vêm sozinhos ou com a família para trabalhar em uma empresa brasileira na China e, quase todos, chegam ao país asiático com pouco ou nenhum conhecimento. Ao chegar à China, o choque cultural e o emaranhado de dificuldades de quem vem trabalhar no país começa no aeroporto: personagens por toda parte, sons e cheiros diversos, funcionários que não falam inglês, muita gente, barulho dentro do metrô ou esperando do táxi. A diferença de tempo leva tempo para passar e os sentimentos variam do medo do desconhecido ao desamparo.

[1] Ai; Hardman, 2019, p. 151.

Acompanhar esse processo, desde as primeiras impressões na chegada, passando pelas dificuldades do dia a dia e as diferenças entre trabalhar na China e no Brasil, até as lições compartilhadas por esses executivos, foi o objetivo de minhas pesquisas nos últimos seis anos. O objetivo principal é compilar uma compilação de lições que possam ser utilizadas por brasileiros que pretendem fazer esse caminho no futuro.

Este artigo está dividido em cinco partes principais. A primeira "China, Brasil e os BRICS - um ouro e quatro tijolos" fará uma breve revisão da parceria China-Brasil; a seguir, a seção "Empresas brasileiras na China" discorre sobre como são estabelecidas empresas ocidentais no país asiático e as principais dificuldades enfrentadas. A quarta parte "Resultados das Entrevistas" é dividida em três outras seções: 1. Linguagem Pictográfica e Pensamento Holístico, que mostra a influência da aprendizagem dos caracteres chineses na maneira que os chineses pensam; 2. Tempo, que ilustra, a partir dos exemplos de diversos entrevistados, como chineses e brasileiros veem o tempo de maneira diferente; 3. Contratos, que deixa claro a discrepância em como as duas partes encaram um contrato escrito. Por fim, a quinta e última parte é a conclusão, que mostra cinco pontos descobertos nesta pesquisa.

China, Brasil e BRICS - um ouro e quatro tijolos

Esta seção discutirá brevemente a aliança BRICS, da qual China e Brasil fazem parte, e explicará brevemente como (informalmente) muitos chineses apelidaram esse grupo de países emergentes. Em chinês, o agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul é denominado 金砖国家 ("Países do Tijolo de Ouro"). No entanto, alguns chineses dizem que eles poderiam ser chamados de 一金四砖 ("Um ouro e quatro tijolos") quando se referem à forma como a China lidera economicamente o grupo.

Acordos bilaterais entre os dois governos e grandes empresas não garantem a continuidade e o sucesso da parceria entre os dois países. Variações linguísticas, sociais, culturais, políticas, econômicas e históricas geram diferentes expectativas entre os parceiros e diferentes formas de conduzir o desenvolvimento do que foi acordado. Alguns elementos culturais podem influenciar mais fortemente a forma como o trabalho é realizado no Brasil e na China, entre eles estão a forma como os

indivíduos de ambos os países veem autoridade e poder, as relações pessoais entre colegas e parceiros de negócios, que representam individualidade e coletividade, e as formas de negociação. Cabe aos responsáveis por esses arranjos cooperativos e governamentais internacionais o papel de compreender os diferentes aspectos de cada sociedade e mediar os conflitos que possam surgir em decorrência de divergências entre as partes. Uma reclamação frequente entre os brasileiros que trabalham na China é a questão da propriedade intelectual. Cabe às empresas que investem e fazem negócios na China proteger a propriedade intelectual e a tecnologia usada em seus produtos.

Uma forma das empresas estrangeiras lidarem com a concorrência das empresas locais é fornecer produtos com tecnologia avançada e inovadora. Além disso, um contrato claro diminui as chances de o produto ser copiado. Em 2014, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e o governo chinês lançaram o Plano de Ação para a Implementação da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual 2014-2020 (OMPI, 2015), que estabelece um novo objetivo na manutenção da PI, destacando que este sistema deve tornar-se a garantia, a proteção básica, para incentivar a inovação e que, a partir de então, a China aplique proteção estrita em relação a essa questão.

Em 15 de agosto de 1974, China e Brasil restabeleceram relações diplomáticas. Em 1993, com a visita do então presidente Jiang Zemin ao Brasil, foi firmada a parceria estratégica entre os dois países. Com ele, foram firmados 34 contratos de prestação de serviços entre empresas brasileiras e chinesas de 1984 a 1999 (Dwyer, 2012; Sheng, 2012). Para a China, parceria estratégica significa "o reconhecimento de que a relação bilateral deve ser aprofundada e intensificada em todos os sentidos" (Biato Junior, 2010, p. 352). O Brasil foi o primeiro país a ser reconhecido pela China como parceiro estratégico, antes mesmo da Rússia e da França. Atualmente, o país asiático mantém parcerias estratégicas com cerca de trinta países.

A visita do presidente José Sarney (mandato de 1985 a 1989), em julho de 1998, resultou na assinatura do Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS) e elevou as relações bilaterais ao nível de colaboração de pesquisa científica e tecnológica. No discurso do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (mandato de 1995 a 2002), por

ocasião da visita oficial à República Popular da China em 13 de dezembro de 1995, foi dito:

> O Brasil compartilha com a China identidades que permitem encurtar as distâncias que a geografia, a história e a cultura nos impõem. Temos um imenso potencial de cooperação em um grande número de áreas. Somos países em desenvolvimento de dimensões continentais - os maiores em suas respectivas regiões -, ambos engajados em um processo de desenvolvimento econômico que abre novas perspectivas de prosperidade para nossos povos. Tanto o Brasil quanto a China enfrentam muitos desafios comuns no final do século. Temos também fortes disparidades regionais, falta de infraestrutura, urbanização acelerada pela pobreza rural, problemas ambientais e uma necessidade urgente de modernização de nossas economias e bases tecnológicas. Nós, brasileiros, temos algumas lições a tirar da experiência chinesa. O sucesso chinês demonstra que é possível, em um curto espaço de tempo, transformar uma economia e integrá-la de forma dinâmica no processo de globalização da economia internacional, com benefícios para toda a população. Esses são os frutos das reformas econômicas concebidas por Deng Xiaoping e implementadas com grande sabedoria pela liderança chinesa.[2]

Em 2004, já no mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação (COSBAN). Em 2001 foi cunhado o termo BRIC e, em 2006, surgiu o BRICS, um agrupamento econômico entre Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil e os dois países assinaram o Plano de Ação Conjunta por um período de cinco anos. O Plano de Ação Conjunta (Brasil, 2010), firmado em 2009, previa que: *"as duas partes encorajarão ativamente a cooperação econômica e comercial e apoiarão investimentos bidirecionais por parte de entidades e empresas relevantes, especialmente nas áreas de: infraestrutura, energia, mineração, agricultura, bioenergia, indústria e setor de alta tecnologia"* (Brasil, 2010).

Foi entre 2003 e 2010, durante a gestão do presidente Lula, que a diplomacia brasileira e as relações com a China atingiram seu auge, conforme explica Becard:

> De sua parte, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

[2]Lima, 2016, p. 215.

> remodelou a política externa brasileira de modo que esta pudesse colaborar para a construção de uma identidade de país continental, com ênfase na integração regional como nova forma de inserção internacional e na diversificação de parcerias com vistas à transformação do país em global trader e player. O reforço da imagem do Brasil como país emergente levou a diplomacia brasileira a dar prioridade à busca de mercados em diferentes regiões do globo, enfatizando-se o universalismo como princípio fundamental da política externa. Justificou-se, dessa forma, a aproximação e reativação das relações com a China.[3]

Em maio de 2004, o presidente Lula veio à China, naquela que foi considerada uma das viagens mais importantes de seu governo. Com o objetivo de estreitar laços e mostrar a importância da parceria estratégica entre os dois países, a delegação contou com a participação de nove ministros de Estado, seis governadores e cerca de quatrocentos empresários. O saldo final da visita foi de nove atos bilaterais e catorze contratos comerciais assinados (Becard, 2011). Nessa visita à capital chinesa, Lula inaugurou o Centro da Cultura Brasileira na Universidade de Pequim e ministrou uma palestra para cerca de 200 alunos e professores sobre as relações sino-brasileiras.

Em novembro de 2004, foi a vez do então presidente chinês Hu Jintao fazer uma visita oficial ao Brasil, quando o governo brasileiro disse que concederia à China o status de economia de mercado na OMC. A segunda visita oficial do presidente Lula à China, em maio de 2009, teve como objetivo consolidar as relações bilaterais por meio de um comunicado conjunto assinado entre as duas partes. Algumas conquistas foram listadas, indicando o caminho para o fortalecimento da relação bilateral. Conforme explica Becard (2011), entre elas, merecem destaque algumas ferramentas de abordagem bilateral colocadas em prática desde a posse do governo Lula: (i) a Agenda China, na área comercial; (ii) a Comissão Sino-Brasileira de Coordenação e Cooperação de Alto Nível (COSBAN) 2006, responsável pela coordenação de diversos aspectos da relação bilateral; (iii) o Diálogo Estratégico, criado em 2007; (iv) o Diálogo Financeiro Brasil-China, em 2008. Para o período 2010-2014, foi estabelecido um Plano de Ação Conjunta abrangendo todas as áreas da cooperação bilateral, aprovado em abril de 2010 (Brasil, 2010). Foi em maio de

[3] Becard, 2011, p. 37.

2009 que o presidente Lula inaugurou o Centro de Estudos Brasileiros da Academia Chinesa de Ciências Sociais, segundo informações do prof. Zhou Zhiwei, responsável pelo Centro.

Com a Visita de Estado do Presidente chinês Xi Jinping ao Brasil, logo após a participação na VI Cúpula do BRICS, realizada em Fortaleza de 15 a 16 de julho de 2014, foram assinados 56 atos de cooperação e a relação bilateral ganhou maior relevância, elevando a Global Strategic Partnership (PEG). O termo parceria estratégica foi aplicado à relação bilateral do Brasil com a China durante o governo Itamar Franco (1992–1995), durante o primeiro mandato do Embaixador Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores e durante o governo Fernando Henrique (1995–2003). Mais ainda, continuou a ser utilizado sempre para atribuir um caráter especial às relações entre os dois países. O termo começou a ser usado em 1992 e mostra o caráter especial das relações entre os dois países: uma diferenciação das habituais relações bilaterais. A relação entre os maiores países em desenvolvimento do hemisfério oriental e ocidental ganhou maiores proporções a partir da década de 1990, com o surgimento do mercado de *commodities* produzidas pelo Brasil e consumidas pela China:

> [...] o surgimento, a partir do final dos anos noventa, de um mercado chinês dinâmico e próspero para muitas commodities produzidas pelo Brasil, como o ferro e a soja, constituiu um elemento importante para o excepcional crescimento nos últimos anos do mercado primário setor e agronegócio brasileiro. [...], a crescente produtividade e eficiência do setor industrial chinês, com suas enormes economias de escala e baixos custos de produção, teve efeitos negativos sobre o setor industrial brasileiro, que enfrenta dificuldades crescentes para competir com a produção [...][4]

Durante a visita do presidente Xi Jinping ao Brasil, foi assinada uma declaração conjunta atestando essa mudança. O item 4 do documento assinado em 17 de julho de 2014 (Brasil, 2014) mostra que:

> Os dois mandatários observaram que a elevação das relações

[4]Biato Junior, 2010, p. 18-19.

> bilaterais ao nível de Parceria Estratégica Global e o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global refletem a crescente importância da agenda sino-brasileira no nível bilateral e em sua crescente dimensão plurimultilateral. Eles se comprometeram a manter contatos frequentes, a fim de orientar as relações sino-brasileiras, e reiteraram o compromisso de dar continuidade às relações diplomáticas entre os dois países para fortalecer a Parceria Estratégica Global, em um momento em que os dois países estão construindo sociedades mais justas e prósperas e são cada vez mais chamados a desempenhar um papel mais amplo na esfera internacional.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, a parceria sino-brasileira passou por várias fases. De 1949 a 1974 houve a gestão de relacionamentos; de 1974 a 1990, o estabelecimento das bases; nos três anos seguintes, China e Brasil passaram por uma crise nas relações bilaterais até o estabelecimento da parceria estratégica em 1993; por fim, até o momento, pode-se dizer que os dois países estão passando pelo amadurecimento da parceria sino-brasileira (Becard, 2011). A partir desta divisão, é possível compreender o desenvolvimento, transformação e evolução da recente parceria entre os dois países. Pelos dados apresentados, fica claro que a relação entre China e Brasil tem se desenvolvido nos últimos anos, porém, o desenvolvimento do conhecimento linguístico e cultural por brasileiros que pretendem vir ou que trabalham na China parece não ter se desenvolvido tanto quanto o troca. Enquanto isso, mais e mais universidades estão treinando chinês fluente em português e conhecedor da sociedade brasileira.

Empresas brasileiras na China

No livro *Handbook of Social Stratification in the Social Countries* (Li et al., 2013), o artigo *China's Fledgling Private Entrepreneurs in a Transitional Economy* (Chen, 2013) explica que logo após a fundação da República Popular da China, o país implementou três campanhas de Transformações Socialistas em 1950, que converteram quase todas as empresas privadas em empresas estatais. Somente após o início da política de reforma e abertura, em 1978, o setor privado voltou a crescer. No início da década de 1980, a maioria dos empreendedores privados operava na forma de Getiku, em que indivíduos ou famílias engajavam-se em atividades

comerciais e industriais, ou espreitavam, em empreendimentos coletivos. A primeira empresa verdadeiramente privada na China só começou em 1984, mas o governo só aprovou formalmente a existência de empresas privadas em 1988. De acordo com o Sétimo Congresso Nacional do Povo 25, em abril de 1988, que aprovou emendas ao artigo 11 da Constituição:

> O Estado permite que o setor privado da economia exista e se desenvolva dentro dos limites previstos na lei. O setor privado é um complemento da economia pública socialista. O Estado protege os direitos e interesses jurídicos do setor privado da economia e exerce a orientação, supervisão e controle sobre o setor privado da economia.

A China é diferente do Brasil e tanto a empresa que vem para a China quanto o executivo brasileiro precisam se adaptar. Apesar de se formarem nas melhores universidades do Brasil e dos Estados Unidos, vários executivos parecem não ter um conhecimento simples da importância de entender onde estão investindo. Um aspecto que apareceu em algumas entrevistas foi a falta de paciência dos empresários brasileiros para aguardar o retorno. Depois de um grande investimento, o empresário esperava ter um retorno quase imediato, o que fez com que muitos investissem e, alguns meses depois, passassem pelo processo de desinvestimento.

Segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2012), os investimentos brasileiros na China permaneceram estagnados nos últimos dez anos. Dados do Ministério do Comércio da China (MOFCOM) indicam que, no período de 2000-2010, US $ 572,5 milhões foram investidos por empresas brasileiras, o que representa apenas 0,04% do estoque de investimentos estrangeiros no país asiático.

O Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021 para o Fortalecimento da Parceria Estratégica Global Brasil-China foi emitido por ocasião da visita de Estado do Presidente Xi Jinping ao Brasil em julho de 2014 para atualizar o Plano de Ação Conjunta (2010-2014) entre os dois países. Existem alguns artigos sobre a importância da implementação do Plano de Ação Conjunta e a importância do COSBAN como órgão de diálogo político regular e de cooperação entre os dois países. Cooperação nas áreas política, econômico-comercial, energia e mineração, econômico-financeira, agricultura, supervisão de qualidade, inspeção e quarentena,

indústria e tecnologia da informação, cooperação espacial, ciência, tecnologia e inovação, área cultural, educacional, econômica, área comercial, visa:

> promover o crescimento sustentável do comércio bilateral e dos fluxos de investimento. Farão esforços para aumentar e diversificar os fluxos de investimento bilateral e melhorar e aprimorar a cooperação econômica e comercial entre os dois países. As duas Partes trabalharão juntas para a cooperação industrial em áreas prioritárias como aviação, peças automotivas, equipamentos de transporte, petróleo e gás, eletricidade, ferrovias, rodovias, aeroportos, portos, armazenamento, transporte, mineração, agricultura e pecuária, processamento de alimentos, e serviços (especialmente em setores de alta tecnologia e de alto valor agregado). Além disso, as duas Partes também incentivarão as empresas a empreender uma cooperação mutuamente benéfica em parques industriais.[5]

O livro *Doing Business in China*, da Harvard Business Review, traz oito artigos que nos dão pistas sobre o que pode ser encontrado no processo de adaptação cultural de executivos brasileiros na China (Lieberthal, 2004). Fiz uma extensa pesquisa e não encontrei nenhum livro do mesmo nível publicado sobre Brasil e China, então utilizo essa fonte norte-americana para contextualizar o isomorfismo com alguns pontos-chave nas relações entre os dois países. Um dos pontos-chave do livro é a ênfase no fato de que as multinacionais devem aproveitar não apenas os recursos manufatureiros da China, mas, acima de tudo, o grande mercado consumidor do país. No primeiro artigo, entendemos as características que fazem da China um lugar único para empresas estrangeiras:

> O país desenvolveu uma combinação poderosa - uma força de trabalho disciplinada e de baixo custo; um grande quadro de pessoal técnico; incentivos fiscais e outros para atrair investimentos; e infraestrutura suficiente para suportar operações eficientes de fabricação e exportação.[6]

Este conjunto de características faz com que a China tenha condições excepcionais para o desenvolvimento e produção de qualquer tipo de mercadoria.

---

[5] Brasil, 2015b.
[6] Wallerstein, 1996, p.5 apud Lieberthal, 2004.

Além disso, a grande população chinesa e o crescente poder de compra fazem da população hoje o maior mercado consumidor do mundo. Durante a crise asiática de 1997 - acrescento aqui a crise econômica de 2008 - a China fez investimentos maciços na expansão das ferrovias e rodovias e do sistema de telefonia (Lieberthal, 2004).

O segundo artigo apresenta uma tabela com as principais diferenças de valores, técnicas de negociação e troca de informações entre chineses e americanos. Os autores listam quatro linhas que constituem as raízes da cultura chinesa, são elas: 1) agrarismo; 2) moralidade; 3) a linguagem pictográfica; e 4) desconfiança em relação aos estrangeiros. Por fim, os autores listam oito elementos que ajudam os estrangeiros a compreender melhor a cultura e a sociedade chinesas. São eles: 1) *guanxi*; 2) o intermediário; 3) status social; 4) harmonia interpessoal; 5) pensamento holístico; 6) economia; 7) rosto; e 8) resistência. A seguir, resumo esses elementos e adiciono mais dois: 1) paciência; e 2) fala indireta. As quatro raízes chinesas e os oito elementos, e a adição de outros dois, estão intimamente ligados. *Guanxi*, status social e rosto só têm importância, na visão do autor, pela origem rural da sociedade chinesa, por causa do agrarismo. A moralidade também está intimamente ligada ao rosto e ao status social. A linguagem pictográfica está intimamente relacionada ao pensamento holístico, paciência e fala indireta. A desconfiança em relação aos estrangeiros está ligada à paciência e resistência. Esses elementos nos ajudam a compreender melhor vários pontos presentes nas entrevistas. Portanto, embora sejam linhas distintas e elementos separados, todos formam uma unidade e estão ligados entre si. Inicialmente, faço um resumo e analiso o primeiro artigo, "The Great Transition" (Lieberthal, 2004), e a seguir apresento as linhas discutidas no segundo artigo "The Chinese Negotiation" (Graham; Lam, 2004) do livro *Doing Business in China*, de *Harvard Business Press*.

Resultados das entrevistas

Este artigo é baseado na tese de doutorado: "Executivos brasileiros na China: adaptação e dificuldades nas empresas brasileiras", defendida em dezembro de 2020. Para esta pesquisa, foram realizadas vinte e oito entrevistas semiestruturadas com executivos de alto nível que trabalham em empresas brasileiras na China. Durante

essas entrevistas, que somaram mais de 200 horas de trabalho, surgiram alguns achados interessantes. Algumas mais óbvias, como a importância do *guanxi*, como os funcionários chineses dão importância aos conceitos de *mianzi* (face), mas surgiram alguns achados inesperados, como segue.

Linguagem pictográfica e pensamento holístico

Assim como as crianças ocidentais aprendem a ler o alfabeto romano, as crianças chinesas aprendem e memorizam milhares de caracteres. Em chinês, as palavras são representadas por um ideograma em vez de uma sequência de letras. Isso faz com que os chineses tendam a processar as informações de forma holística, a ver o todo em vez das partes. As dificuldades de comunicação representam o maior obstáculo entre chineses e brasileiros. Os brasileiros fluentes em chinês também demonstraram dificuldade de comunicação, pois cada palavra em chinês possui um significado muito grande. Frequentemente, uma única palavra chinesa precisa de três ou quatro palavras (ou frases) em outros idiomas para explicar seu significado. Em uma negociação, o uso de uma palavra inadequada pode colocar tudo a perder, como explica o entrevistado **Alfredo**. Em livros bilíngues - chinês e português ou chinês e outro idioma ocidental - podemos ver a densidade do conteúdo dos caracteres: algumas linhas em chinês são sempre traduzidas em muitas linhas em qualquer idioma ocidental.

Graham e Lam[7] afirmam que os chineses pensam holisticamente, ao contrário dos americanos, que pensam de forma fragmentada: "Os americanos pensam sequencialmente e individualmente, dividindo tarefas de negociação complexas em uma série de questões menores: preço, quantidade, garantia, Entrega". Os negociadores chineses tendem a falar sobre todos esses aspectos ao mesmo tempo. Isso está relacionado à maneira como os chineses e os estrangeiros pensam.

Para exemplificar a diferença de pensamento entre os dois povos, o entrevistado **Luís Felipe** faz uma relação com o tempo:

> Um brasileiro normal pensa em duas etapas. Um bom brasileiro pensa em três etapas. Um mau chinês pensa em três etapas. Um

[7] Graham e Lam, 2004, p. 46.

> bom chinês pensa em cinco etapas. É por isso que os chineses demoram tanto para tomar decisões. Ele pensa no micro, no macro e volta ao micro. Pense em todas as possibilidades. Tenha disciplina.

Na China, o ditado *xunxujianjin* 循序渐进 (passo a passo) é levado a sério: todas as estratégias são executadas aos poucos. Normalmente, as vítimas são discutidas antes de tratar de assuntos importantes. E, quando o que importa é discutido, começamos com tópicos simples e fáceis de resolver antes de chegar às questões mais importantes. No ditado, *xunxu* 循序 significa na ordem correta e *jianjin* 渐进 progride gradualmente, passo a passo. Apesar de pouco tempo na China, **Rodrigo** costumava lidar com chineses no Brasil e compartilha da mesma opinião de **Luís Felipe.**

Tempo

Como veremos, o conceito de tempo de decisão no Brasil e na China é um dos aspectos que mais apareceu nas entrevistas. **Alfredo** tenta explicar a relação entre o pensamento chinês e a concepção de tempo:

> Na China, as pessoas pensam muito antes de falar, então demoram muito para expressar o que pensam. Frequentemente, você precisa descobrir sobre o que a pessoa quer falar. Aqueles que não estão acostumados com isso podem interpretar mal e não entender o que está acontecendo.

Bernardo, de ascendência chinesa e principal responsável por trazer sua empresa para a China, também acredita nas circunstâncias favoráveis do país asiático. *"As oportunidades são muitas, mas as empresas têm que fazer suas próprias pesquisas. Falta às empresas brasileiras interesse e paciência em investir dinheiro e tempo"*. Ele continua:

> Executivos brasileiros e chineses pensam em uma época diferente. Você tem que entrar no tempo deles. Na China e no Brasil existem muitos obstáculos imprevistos. A dificuldade é a mesma. É preciso paciência. Os brasileiros são muito imediatos e os chineses desconfiam. O chinês demora a tomar uma decisão porque pensa muito antes de fazer qualquer coisa.

Bento acredita que uma das maiores falhas do brasileiro é pensar imediatamente: *"O brasileiro quer tudo agora. Precisamos nos concentrar no longo prazo. É preciso construir um bom relacionamento para consolidar o negócio"*. **Alfredo**, **Luís Felipe** e **Rodrigo** destacaram a demora dos chineses na tomada de decisão devido ao tempo que demoram a ponderar todas as opções. **Leonardo** diz: *"muitas vezes, os chineses vão devagar, protelando, até conseguirem o que querem. É comum que um grande problema fique oculto e apenas pequenos problemas sejam mostrados 'para que ninguém perca a cara'"*.

O entrevistado **Gabriel** disse que os principais obstáculos que enfrentou ao se mudar para outro país foram a comunicação e as diferentes expectativas em torno da agilidade dos negócios. No Brasil, eles achavam que os funcionários chineses estavam travando, já que o ritmo chinês de fechamento de negócios é muito diferente. *"Na China tudo leva tempo, é preciso um relacionamento. A paciência é essencial"*. **Bruno** fala praticamente da mesma forma que **Gabriel**: ele ressalta que uma das principais situações que ele teve que aprender a lidar é o ritmo com que os negócios são feitos: "*Aqui tudo leva mais tempo. Quando converso com meus superiores no Brasil, eles não acreditam em mim, acham que estou mentindo ou que os chineses não estão interessado"*.

Antes de entrevistar **Alfredo**, procurei informações sobre a empresa em que ele trabalhava e encontrei um vídeo do fundador brasileiro dando uma palestra sobre a China, na qual dizia:

> Para os chineses, um segundo, um dia, um mês, um ano é mesmo assim porque a China tem cinco mil anos de história e, portanto, os chineses enxergam o tempo de maneira diferente dos brasileiros. Os chineses não têm pressa em fechar negócio.

Como veremos no próximo segmento, **Alfredo** ficou bastante incomodado com o depoimento do fundador da empresa para a qual trabalha. O desconforto se devia principalmente ao desconhecimento demonstrado por seu superior. **Alfredo** defendeu que os executivos chineses querem conhecer o potencial parceiro antes de entrar em uma parceria. Para ele, na verdade, os brasileiros não têm pressa:

> Mando algo para os brasileiros fazerem e eles dizem que só farão

> na semana que vem. O que eles não vão fazer naquele momento porque é sexta à noite, porque o carnaval está chegando. Brasileiros que não têm pressa. Os chineses estão sempre prontos.

A seguir, a fala de outro entrevistado corrobora o que **Alfredo** tenta provar. **Leonardo** conta como a paciência chinesa influenciou uma de suas primeiras experiências e que, se não fosse isso, o projeto provavelmente não teria sido realizado.

E não é só o pagamento que os brasileiros atrasavam ou costumavam atrasar:

> Acredito que esse acordo em que me envolvi foi um belo caso de parceria sino-brasileira. Os chineses tiveram muita paciência com os brasileiros. O Brasil acertou prazos e não cumpriu. Investimento combinado e pagamento atrasado. Os chineses seguiram todos os prazos e orçamentos acordados.

Outro problema com o tempo está relacionado aos horários de reuniões, como explica **Cristiano**:

> Quando há reunião com brasileiros e chineses (no Brasil) é necessário informar aos brasileiros que o encontro começa às 9h30 (o horário previsto era para 10h00). Os chineses continuam com a programação original. Todos chegam ao mesmo tempo e ninguém percebe que a reunião foi marcada em horários diferentes.

A observação cuidadosa e a flexibilidade ajudaram **Cristiano** a lidar com essa situação constrangedora, que é a demora rotineira dos brasileiros. Com criatividade para resolver a questão, não despertou suspeitas e manteve a harmonia entre as partes. Tal como acontece com **Luís Felipe** e **Cristiano**, a relação dos chineses com o tempo também é uma preocupação para **Domingos**:

> Numa negociação, após três horas da reunião, não consegui chegar a um acordo com o cliente. Ele disse que teria que confirmar tudo o que foi discutido com seu chefe. É necessário atingir um nível de compreensão para não sofrer atrasos nas respostas. Na negociação, tudo leva tempo.

É consenso entre os entrevistados que os chineses demoram muito para tomar

uma decisão. Porém, uma vez tomada a decisão, saímos do mundo do tempo dos homens para entrar no mundo da tecnologia e do tempo de produção, é muito diferente. O tempo com que o trabalho se desenvolve após a tomada de decisão é muito mais rápido do que em outros lugares. **Cristiano** tem a teoria de que:

> O tempo na China se move quatro vezes mais rápido do que o tempo no Brasil. Aqui tudo é muito dinâmico, tudo muda muito rápido. O tempo necessário para trocar uma peça na China é quatro vezes mais rápido que no Brasil, o que pode levar até oito meses. Na China, o cliente não espera mais do que dois meses.

Para **Rodrigo**, os chineses têm a percepção de que o brasileiro não sabe trabalhar. *"Se você prometer que vai entregar algo em dois dias e entrega em quatro, tudo bem. Os chineses trabalham melhor"*. O entrevistado argumenta que *"os clientes chineses não esperam qualidade excelente, apenas querem eficiência. A velocidade chinesa é muito rápida, a qualidade é outra coisa"*.

Ele acredita que, depois de tomar a decisão, o processo de continuidade no negócio é rápido: *"na China a prioridade é agora"* e termina explicando que velocidade e eficiência acontecem porque há planejamento e cada um tem um papel e sabe exatamente o que fazer.

Contratos

Um dos pontos que mais mostraram divergências entre brasileiros e chineses foi a forma como as duas partes veem os contratos. Para isso, é preciso lembrar que a sociedade chinesa tem bases rurais, nas quais as pessoas podem conversar diretamente frente a frente, os interlocutores não precisam se comprometer por meio de um texto escrito. Nas sociedades rurais, a confiança deriva da familiaridade (Fei, 1992) e só é alcançada quando há convivência. Para isso, é preciso tempo. Às vezes, no Ocidente, os dois envolvidos em uma disputa vão aos mesmos clubes, conhecem as mesmas pessoas e sabem que advogados e contadores devem ficar fora da disputa se as duas partes pensarem em fazer negócios novamente. *"O relacionamento próximo é o que traz confiança. Os acordos, é claro, são mais baseados em bebidas e alimentos do que em cartas*

microscópicas escritas em um contrato".[8]

Na China, os contratos escritos não têm o mesmo valor que os acordos verbais e isso é muito estranho para os brasileiros. Durante uma disputa entre uma empresa brasileira e uma chinesa, em que o contrato firmado não estava sendo cumprido pelo lado chinês, um entrevistado me contou que, ao enfrentar seu sócio, ficou surpreso ao ver que tomou o contrato com as duas mãos, rasgou e disse: *"isso não vale nada"*. Os contratos podem ser alterados e o que é dito e acordado entre as partes tem mais força do que o que foi assinado no papel. É exatamente o que **Rodrigo** afirma, mesmo com poucos meses em Xangai, ele demonstrou grande conhecimento sobre o país: "*Trabalhei quatro anos com chineses no Brasil e posso dizer que não têm contrato. O que é acordado oralmente entre as partes vale muito mais do que o que está escrito*".

Como mostra Fei Xiaotong[9]: *"a confiança na sociedade rural não se baseia na importância dos contratos, mas sim na confiabilidade das pessoas, pessoas que estão enredadas nas normas costumeiras de que não podem se comportar de outra forma"*. Nisbett (2003) nos mostra algumas diferenças entre a visão dos acordos segundo ocidentais e orientais: *"Para as mentes ocidentais, uma vez que um acordo é formado, ele não deve ser mudado. Um acordo é um acordo. Para os orientais, os acordos são frequentemente vistos como um guia para acordos para o futuro. Essas visões opostas causam conflitos entre ocidentais e orientais".*[10]

Os relatos dos entrevistados mostram que o contrato escrito assinado é apenas uma formalidade e o que foi acordado é o que realmente vale. **Carlos** confirma essa hipótese ao explicar que, quando um contrato é assinado na China, a assinatura é registrada por uma câmera de segurança. Quando pouco se sabe sobre o outro, é fácil ser enganado, o que causa decepção e leva à quebra de contratos, ao abandono de compromissos e conflitos (Dwyer, 2016). É preciso construir um relacionamento, ter confiança antes de fazer negócios. Nas sociedades ocidentais, os indivíduos são considerados autônomos e tudo se baseia no cumprimento de leis e contratos, que definem o que deve ou não ser feito e em que circunstâncias. Em contraste, a sociedade chinesa é dominada por rituais. A ordem, neste tipo de sociedade, depende principalmente da obediência das pessoas às suas obrigações sociais (Fei, 1992). Ao

[8]Pinheiro-Machado, 2009, p. 195.
[9] Fei, 1992, p. 43.
[10] Nisbett, 2003, p. 95.

contrário das leis, que são aplicadas pela força do estado de cima para baixo, na China rural de Fei Xiaotong, os rituais são mantidos pela tradição, operando de baixo para cima. A confiança na sociedade rural não se baseia na importância dos contratos, mas na confiabilidade das pessoas, que estão tão presas às normas costumeiras que não podem se comportar de outra forma (Fei, 1992).

Um brasileiro que faz negócios na China deve saber que um relacionamento pessoal forte sempre tem muito mais valor do que um contrato por escrito com um estranho. **Domingos** sugere que essa diferença no conceito de fazer negócios ocorre porque para os brasileiros o comércio é um jogo de soma zero e para os chineses é ganha-ganha, as duas partes ganham mutuamente, ambas ganham. Além dos contratos entre empresas brasileiras e chinesas, existem outros tipos de contratos que dificultam o estabelecimento de negócios. **Rodrigo** explica que o processo de abertura e registro de empresas na China "*é tão burocrático quanto no Brasil*".

Domingos explicou que a maioria dos acordos são feitos fora dos escritórios: "*o contrato raramente é fechado na reunião. Está fechado para o jantar. Se você disser que não pode ir jantar, que não bebe ... Acabou. O lado social é fundamental. Se você não estabelecer um relacionamento, não alcançará nada*".

Outro entrevistado confirmou que a maioria dos contratos é fechada durante jantares regados com *bajiu*, o forte conhaque chinês - não durante reuniões formais. *"Haja bebedeira para fechar contratos"*, foram suas palavras. **Otávio**, que é descendente de chineses e tem mais de vinte anos de experiência trabalhando nos dois países, reitera o que disseram os entrevistados anteriores:

> Tudo, absolutamente tudo se resolve no restaurante. O brasileiro que chegar e quiser negociar tudo na reunião, fechar contrato na reunião, terá uma desvantagem. Os brasileiros no mundo corporativo são intolerantes com as diferenças culturais e querem fazer tudo como estão acostumados.

Conclusão

"Viemos de países diferentes, pertencemos a diferentes nacionalidades e falamos línguas diferentes. Mas somos os melhores irmãos"[11]

Uso o mesmo poema de Ai Qing que abre este artigo para iniciar a conclusão. Os versos foram escritos pelo poeta chinês para seu amigo e poeta chileno Pablo Neruda, mas bem poderiam representar a América Latina e a China. O poema, intitulado "Em um promontório no Chile", de certa forma, é disso que trata esta pesquisa: a construção de relações de amizade entre dois povos que, para avançar na busca de seus interesses, buscam se entender.

Desde a década de 1950, muita coisa mudou entre a China e a América Latina e o Brasil, mas a questão das relações entre os povos e da construção da amizade é uma constante, como demonstrei no capítulo 1, muito bem refletido no livro de Biato Junior e na entrevista com o Prof. Raupp, pioneiro do CBERS:

> Os dois países se conhecem muito pouco. À medida que se conhecem melhor, é possível desenvolver ideias mais precisas sobre interesses comuns e também sobre valores compartilhados. O mundo dos negócios, a academia e a política comercial devem investigar profundamente as vantagens comparativas e complementaridades de cada economia.[12]

Esta pesquisa buscou ir muito além da compreensão do que foi visto na citação acima, ela buscou compreender as dificuldades de adaptação e as diferenças no ambiente de trabalho de uma parcela muito específica da população brasileira que trabalha na China: os executivos de empresas brasileiras. Esses 28 homens entrevistados - quase todos altamente educados e em funções de liderança - tiveram que aprender por conta própria, com seus erros ou observando seus colegas, para trabalhar em um ambiente totalmente diferente do que eles. As dificuldades iniciais foram grandes, mas só tinham duas opções: adaptar-se ou desistir.

A pesquisa confirma alguns aspectos antecipados, principalmente da bibliografia, e fez algumas descobertas. Eu listo abaixo as descobertas mais importantes:

---

[11]Ai; Hardman, 2019, p. 151.
[12] Dwyer, 2016, p. 141.

1. *Guanxi* é um elemento central na literatura internacional sobre Administração e Ciências Sociais que fala sobre a China. No entanto, a importância dessa noção foi percebida nas entrevistas, que demonstraram repetidamente que estabelecer um bom relacionamento entre as partes é essencial para o sucesso de um negócio.

2. Uma vez no país, é fundamental prestar atenção aos detalhes, que foram amplamente comentados sobre as questões intrínsecas associadas ao uso da língua e a necessidade de manter o equilíbrio social: *"O chinês falado ajuda na comunicação do dia a dia e ajuda a pessoa pouco na empresa, mas para conversar com os clientes, escrever e-mail é muito difícil"*. **Otávio** explica que o conhecimento linguístico não é garantia de sucesso na comunicação ou nos negócios.

3. Descobri a importância da flexibilidade dos executivos brasileiros, por exemplo, no caso da criatividade de pensar uma solução estratégica para lidar com os constantes atrasos do lado brasileiro, como dizer aos brasileiros que o encontro seria de 30 minutos antes do tempo combinado com os chineses.

4. Esta pesquisa mostrou a experiência de adaptação e as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros na China. Um levantamento mostrando a adaptação dos chineses no Brasil seria de grande relevância. Daniel Véras (2008) iniciou pesquisas desse tipo com sua abordagem pioneira da questão da imigração chinesa em São Paulo, e o professor Guo Jie, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Pequim, realizou pesquisas com empresas chinesas no Brasil. Pesquisas específicas seriam necessárias para verificar as dificuldades que os chineses enfrentam no Brasil e entender como as enfrentam.

5. Em vários momentos, foi levantada a dificuldade de brasileiros e chineses construírem uma relação de amizade. Ainda na questão dos relacionamentos, um estudo sobre a amizade entre chineses e ocidentais parece ser um tema pouco explorado, mas muito presente na vida de quem mora na China. A dificuldade de fazer amizade com chineses foi um ponto comum em várias entrevistas.

Esta pesquisa analisou a adaptação de executivos brasileiros trabalhando em empresas brasileiras na China. Representa apenas o início de um longo caminho: o de construir, pelo avanço do diálogo científico, pontes de compreensão do outro,

respeito pela cultura do outro e, mais complexo, buscar condições para a construção de laços de amizade entre os dois povos. Brasil e China não são apenas dois grandes países geograficamente opostos, com histórias e normas muito diferentes, mas são duas nações que compartilham interesses e que podem prosperar juntas.

Referências

Ai, Qing; Hardman, Francisco Foot (Org.). *Viagem à América do Sul*. Tradução: Fan Xing, Francisco Foot Hardman. São Paulo: Unesp, 2019.

Almeida, Paula Roberto de. 'A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas'. *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 3-10, mar. 2007. Disponível em: https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/404. Acesso em: 24 fev. 2021.

Banco Mundial. GDP (current US$) of China and Brazil. *The World Bank,* [s.d.]. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2019&locations=CNBR&start=1960. Acesso em: 10 mar. 2020.

Becard, Danielly Silva Ramos. 'O que esperar das relações Brasil-China'. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, nov. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000400004. Acesso em: 3 jul. 2020.

Biato Junior, Oswaldo. *A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 15 abr. 2010. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a- imprensa/2010/04/15/plano-de-acao-conjunta-entre-o-governo-da. Acesso em: 31 mar. 2014.

BRASIL. Declaração conjunta entre Brasil e China por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping – Brasília, 17 de julho de 2014. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 17 jul. 2014. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5712-declaracao-conjunta-entre-brasil-echina-por-%20ocasiao-da-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasilia-17-de-julho-de-2014%20. Acesso em: 5 mar. 2018.

BRASIL. Principal parceiro comercial desde 2009, China amplia investimentos no Brasil. *Palácio do Planalto*, 19 maio 2015a. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/05/principal-parceiro-comercial-desde-

2009-china- amplia-investimentos-no-brasil. Acesso em: 25 maio 2015.

BRASIL. Visit of the Prime Minister of China, Li Keqiang, to Brazil - Joint Statement and Joint Action Plan - Brasilia, May 19, 2015 [Portuguese]. *Ministério das Relações Exteriores*, Brasília, 19 maio 2015b. Disponível em: https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/visit-of-the-prime-minister-of-china-li-keqiang-to-brazil-joint-statement-and-joint-action-plan-brasilia-may-19-2015-portuguese. Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. *Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006*. Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei no 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, altera a Lei no 8.829, de 22 de dezembro de 1993; revoga as Leis nos 7.501, de 27 de junho de 1986, 9.888, de 8 de dezembro de 1999, e 10.872, de 25 de maio de 2004, e dispositivos das Leis nos 8.028, de 12 de abril de 1990, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e 8.829, de 22 de dezembro de 1993; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2006/lei/l11440.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

Chen, Guangjin. 'China's Fledgling Private Entrepreneurs in a Transitional Economy'. *In*: Li, Peilin *et al.* (Eds.). *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. Singapura: World Scientific, 2013. p. 315-335.

Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). *Empresas Brasileiras na China: presença e experiência*. [*S. l.*]: CEBC, 2012. Disponível em: https://cebc.org.br/2018/07/12/empresas-brasileiras-na-china-presenca-e-experiencia/. Acesso em: 15 ago. 2020.

Dwyer, Tom. *A Sociologia do Trabalho: Por Uma Redefinição através do Acionalismo Histórico e do Acionalismo Fenomenológico*. Campinas: UNICAMP, 1993.

Dwyer, Tom. *A China e o Brasil: Mudanças e desafios para a Sociologia brasileira*. Unicamp, 2012. Disponível em: http://gr.unicamp.br/ceav/china/eventos/a-china-e-brasil-desafios-para-a-sociologia-brasileira. Acesso em: 16 ago. 2015.

Dwyer, Tom *et al.* (Orgs.). *Jovens Universitários em um Mundo em Transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. Brasília; Pequim: IPEA; SSAP, 2016. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28162. Acesso em: 25 fev. 2021.

Dwyer, Tom *et al.* (Eds.). *Handbook of the Sociology of Youth in the BRICS countries*. Singapura: World Scientific, 2018.

Fei, Xiaotong. *From the Soil: The foundations of Chinese Society*. Berkeley: University of California Press, 1992.

Graham, John L.; Lam, N. Mark. 'The Chinese Negotiation'. *In*: Harvard Business Review (Org.). *On Doing Business in China*. Boston: Harvard Business School Publishing Corporation, 2004. p. 31-57.

Li, Peilin *et al.* (Eds.). *Handbook on Social Stratification in the BRIC Countries: Change and Perspective*. Singapura: World Scientific, 2013.

Lieberthal, Kenneth. 'The Great Transition'. *In*: Harvard Business Review (Org.). *On Doing Business in China*. Boston: Harvard Business School Publishing Corporation, 2004. p. 1-31.

Lima, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). *Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas*. Brasília: FUNAG, 2016. (Coleção Política Externa Brasileira). Disponível em: http://funag.gov.br/biblioteca/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf. Acesso em: 25 fev. 2020.

Netto, Ana Paula Mandetta; Guarini, Christiane Gregoris; Shen, Lei. *Brasileiros na China: Os desafios da adaptação cultural dos profissionais nas empresas*, 2012. Monografia (Bacharelado em Administração) - ESPN, São Paulo, 2012.

Nisbett, Richard. *The Geography of Thought: How Asians and Westerners Think Differently... and why*. Nova Iorque: The Free Press, 2003.

Pinheiro-Machado, Rosana. *Made in China: Produção e circulação de mercadoria no circuito China-Paraguai-Brasil,* 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/16895. Acesso em: 26 fev. 2021.

Porto, Ana Carolina Costa. *Chega de Samba: estratégias de recriação da identidade pelas brasileiras em Pequim,* 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em:https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7320/1/arquivototal.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

Sheng, Shu. *A história da China Popular no Século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

The World Bank. *Urban China: Toward Efficient, Inclusive, and Sustainable Urbanization. Part II: Supporting Reports*. Washington, DC: International Bank for Reconstruction and Development, 2014. Disponível em: https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/EAP/China/Urban-China- SRs1-3.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

Véras, Daniel Bicudo. *As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo, 2008*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2008. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3954. Acesso em: 26 fev. 2021.

MIGRAÇÕES CHINESAS

MACAENSES, MIGRAÇÕES E REFUGIADOS: MACAU E XANGAI (1937-1964)

Alfredo Gomes Dias

Macau é uma cidade que se desenvolveu em torno do movimento comercial dos seus portos e da mobilidade de pessoas que, com as mais variadas origens, se foram fixando naquela pequena península do sul da China. Neste sentido, podemos afirmar que a história de Macau é uma história de migrações.

São estes movimentos migratórios e o cosmopolitismo da cidade que explicam as suas características multi e interculturais. A formação da comunidade macaense, na sequência dos contactos entre a população portuguesa e asiática é, talvez, a dimensão mais evidente de como a cidade se alimentou do convívio de diferentes espaços socioculturais, construindo entre eles uma síntese luso-asiática.

A comunidade macaense é, assim, filha dos movimentos migratórios que confluíram para Macau desde meados do século XVI: europeus, onde encontramos portugueses e espanhóis, holandeses e ingleses, e muitos outros; asiáticos que, além de chineses, inclui malaios e japoneses, indianos e tailandeses. Mas, os macaenses vão ser também os protagonistas de um importante movimento migratório que conduziu ao que é hoje reconhecido como a diáspora macaense, que se iniciou em meados do século XIX. A diáspora macaense é, atualmente, uma realidade social que deve ser considerada como parte integrante da projeção de Macau num mundo cada vez mais globalizado.

Neste longo processo de quase dois séculos, o regresso da comunidade dos "portugueses de Xangai" a Macau, a partir de 1949, desempenhou um papel fundamental na dispersão da comunidade macaense pelo mundo, assumindo, na sua plenitude, os contornos de uma diáspora.

É neste contexto que emerge o tema dos "refugiados de Xangai", importando problematizar o seu contributo para a compreensão das mudanças que ocorreram nas práticas migratórias dos macaenses: os limites territoriais de uma Ásia próxima foram rompidos e outros países dispersos pelos cinco continentes foram adotados como territórios de destino. Tendo por base uma investigação que desenvolvemos

entre 2007 e 2015 sobre o fenómeno global da diáspora macaense[1], o presente capítulo propõe-se aprofundar o estudo sobre o movimento dos "refugiados de Xangai", reconhecendo nele o processo histórico que construiu a ponte entre Macau e o mundo.

As fontes

O estudo sobre o movimento de refugiados de Xangai para Macau incide sobre um período temporal que se estende de 1937 a 1964. Estas balizas cronológicas foram definidas a partir da documentação que se encontra depositada no Arquivo de Macau (AM), embora se reconheça, como veremos mais adiante, que o regresso massivo dos macaenses que se encontravam a residir em Xangai se iniciou em maio de 1949.

No Arquivo de Macau consultaram-se os *Processos da Administração Civil* relacionados com a presença da comunidade dos "portugueses de Xangai", na sua maioria naturais de Macau, mas também de Hong Kong e de outras cidades asiáticas. Esta população deu origem a uma importante comunidade que contribuiu para a formação da diáspora macaense, permanecendo em Xangai entre meados do século XIX e meados do século seguinte. Este extenso fundo documental, centrado na cidade de Xangai, inclui documentos com as mais variadas origens, com particular destaque para o Consulado de Portugal em Xangai e para o Governo de Macau. Estas fontes reúnem a informação que nos permitiu conhecer e analisar a fixação, o desenvolvimento e a extinção de uma das mais importantes comunidades macaenses na Ásia (Dias, 2016a).

Um segundo núcleo arquivístico foi fundamental para a realização deste estudo. Trata-se dos *Livros de Matrícula dos Cidadãos Portugueses do Consulado de Portugal em Xangai*, que integram o arquivo do Consulado de Portugal nesta cidade chinesa, a

[1] Dias, A. (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Macau; Dias, A. (2015). *Refugiados de Xangai. Macau* 上海葡裔難民在澳門 *(1937-1964)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau. (edição bilingue: português e chinês); Dias, A. (2016a). *Diáspora Macaense. Territórios, Itinerários e Processos de Integração (1936-1995)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau; Dias, A. (2016b). *Refugiados de Xangai. Macau (1937-1964). Fundo Documental*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau.

qual se encontra à guarda do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa. A consulta destes 21 livros permitiu-nos o acesso a 4223 registos realizados entre 1880 e 1952, ano em que o Consulado português em Xangai encerrou a sua atividade. Estes registos permitiram criar uma base de dados onde se inscreveram os nomes dos titulares dos registos e dos seus respetivos cônjuges, reunindo um total de 5263 nomes de portugueses, na sua esmagadora maioria naturais de Macau, Hong Kong e Xangai (migrantes de segunda geração), que constituíram aquela que ficou conhecida pela comunidade dos "portugueses de Xangai".

Tivemos também a oportunidade de fazer o levantamento quantitativo da migração dos macaenses até 1995, a partir dos livros de Jorge Forjaz, *Famílias Macaenses*, três volumes publicados pela Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau (Forjaz, 1996). Através do estudo das árvores genealógicas reunidas nesta obra, foi possível identificar 9445 migrantes e reconstituir os percursos migratórios das famílias macaenses, os quais nos ajudaram a traçar os seus principais padrões de mobilidade.

Ainda no que diz respeito às fontes primárias importa acrescentar a consulta da imprensa escrita de Macau, devendo destacar dois títulos: *Notícias de Macau*, jornal diário que começou a publicar-se em 25 de agosto de 1947; *O Clarim*, semanário religioso, fundado em junho de 1943, por iniciativa do Padre Manuel Teixeira (Teixeira, 1965/1999).

O contexto migratório

Não obstante os movimentos migratórios protagonizados pelas famílias macaenses que sempre existiram de uma forma mais ou menos pontual, consideramos que o fenómeno da diáspora macaense, tal como hoje o conhecemos, teve início na década de 1840, na sequência da I guerra do Ópio (1839-1842) e da ocupação da ilha de Hong Kong pela Grã-Bretanha. A cedência de Hong Kong ao império britânico, firmada pelo tratado sino-britânico de Nanquim de 29 de agosto de 1842, deu início a uma nova fase da história da Ásia Oriental e, em particular, da história de Macau (Dias, 1993; Dillon, 2010; Lovell, 2011). A partir de 1842, a

emigração macaense conheceu um salto quantitativo sem precedentes, iniciando novas práticas de mobilidade humana que se prolongaram até ao final do século XX.

Os primeiros macaenses que emigraram para a nova colónia britânica foram os irmãos Leonardo d'Almada e Castro (Goa, 1815 – Hong Kong, 1875) e José Maria d'Almada e Castro (Macau, 1823 – Hong Kong, 1881). Em 1836, Leonardo d'Almada e Castro começou a trabalhar como escriturário na Superintendência do Comércio Britânico em Macau, tendo acompanhado a mudança deste organismo para Hong Kong, em fevereiro de 1842, por decisão de Henry Pottinger. Com ele seguiu o seu irmão, José Maria d'Almada e Castro que também trabalhava na Superintendência Britânica desde 1841 (Forjaz, 1996; Sá, 1999; Dias, 2014).

Neste período de cerca de um século e meio, entre 1842 e 1995, a diáspora macaense conheceu duas fases. A primeira fase, que se prolongou até meados do século XX, teve como principal território de origem a cidade de Macau. Os territórios de destino foram as cidades de Hong Kong e Xangai: Hong Kong ocupada pela Grã-Bretanha em 1841; Xangai que aceitou a presença de comunidades estrangeiras integradas na sua malha urbana através das concessões internacionais, a partir de 1846.

A segunda fase ocorreu com o fim da II Guerra Mundial: do novo mapa mundo que foi desenhado após 1945 e da implantação da República Popular da China em 1949 emergiram novos movimentos migratórios com origem em Macau, Xangai e Hong Kong, transportando as famílias macaenses para os mais diversos pontos do mundo (Figura 1).

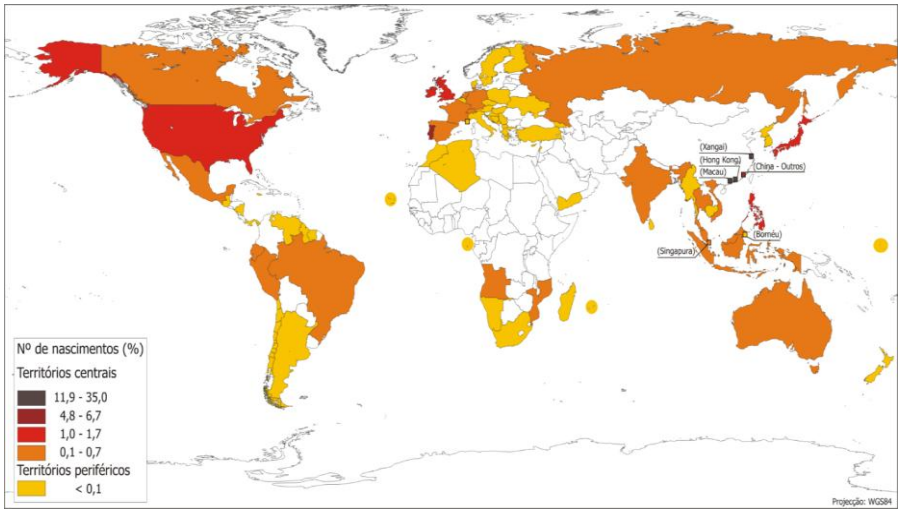


Figura 1. Níveis de influência: territórios da diáspora macaense (séc. XIX e XX) de acordo com os locais de nascimento dos migrantes. Fonte: Forjaz, 1996. Cálculos do autor (Dias, 2014).

A bom rigor, a invasão da China pelas forças militares japonesas em 1937 e o massacre de Nanquim, iniciado com a ocupação da cidade em 13 de dezembro daquele ano, marcaram o início da II Guerra Mundial. A invasão japonesa em 1937 alertou para a possibilidade de uma onda de refugiados se dirigir a Macau, começando o Governo a preparar-se para essa eventualidade. No entanto, foi a chegada das tropas do Exército Popular de Libertação a Xangai, em maio de 1949, e o fim da Concessão Internacional e da Concessão Francesa que desencadearam a saída das comunidades estrangeiras que viviam nesta cidade, onde se incluíam os macaenses, maioritariamente migrantes de segunda geração, que encontraram em Macau um porto de abrigo (Fairbank, 1992; Hsü, 1995; Fenby, 2008; Dillon, 2010).

A comunidade dos "portugueses de Xangai"

No que diz respeito à comunidade que se instalou em Xangai, os primeiros nomes de portugueses que se fixaram nesta cidade surgem na "List of Foreign Residents in Shanghae", publicada em 1850 no *North-China Herald*[2]. Entre os 157 nomes que constituem esta lista, podemos identificar seis portugueses: António José Homem de Carvalho, António dos Santos, Cypriano E. do Rozário, J. P. Cordeiro, J. S. Baptista e, ainda, Pedro José de Almeida Silva Loureiro. Quatro destes migrantes

[2] *North-China Herald*, Xangai, 23 de setembro de 1850.

eram empregados de comércio em empresas ocidentais e dois trabalhavam na tipografia do jornal *North-China Herald*, que se publicava em Xangai (Dias, 2014).

Dos 5263 emigrantes registados no Consulado de Portugal é possível conhecer os territórios de origem (naturalidade) de 4269 pessoas, pois nem todos os registos contém toda a informação prevista (Tabela 1).

Numa primeira abordagem à análise destes diferentes grupos de migrantes, podemos constatar a existência de uma certa coerência entre os seus territórios de origem, tendo em conta o contributo, quantitativo, que deram para alimentar a comunidade macaense de Xangai: o grupo que mais se destaca reúne Macau, Hong Kong e Xangai, as cidades em solo chinês que são as protagonistas deste fluxo migratório; seguem-se os territórios asiáticos vizinhos, como Singapura, Tailândia e Filipinas, aos quais se juntam a China (excluindo aquelas três cidades) e o Japão; segue-se o grupo que, para além dos EUA, reúne os países europeus da Grã-Bretanha, Alemanha/Áustria e França; depois, surgem agregados Portugal e as suas possessões coloniais; finalmente, o último grupo é aquele que associa a Europa de Leste, a Rússia e a Manchúria Russa.

O primeiro grupo (83,1%) inclui os três territórios de origem do fenómeno da diáspora macaense, com destaque para Xangai. O facto de Xangai aparecer em primeiro lugar traduz a lógica de fixação dos macaenses nesta cidade, pois as 1953 pessoas identificadas são migrantes de segunda geração que nasceram naquela cidade. Do mesmo modo, os migrantes com origem em Hong Kong, são migrantes macaenses de segunda geração que nasceram na colónia britânica e que optaram por se deslocar para Xangai.

Territórios de origem (naturalidade)	N.º	%
Xangai	**1 953**	**83,1**
Macau	**1 122**	
Hong Kong	**471**	
China	**232**	**9,0**
Japão	**109**	
Singapura/Tailândia/Filipinas	**44**	
EUA	**66**	**3,3**
Grã-Bretanha/Irlanda	**36**	
Alemanha/Áustria	**30**	
França	**8**	
Portugal	**56**	**2,3**
Possessões Portuguesas	**44**	
Leste Europeu/Rússia/Manchúria	**98**	**2,3**
TOTAL	**4 269**	**100,0**

Tabela 1. Número migrantes registadas no Consulado de Portugal em Xangai, por naturalidade (1880-1952). Fonte: Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Cálculos do autor (Dias, 2014).

O segundo grupo desta tabela (9,0%) remete para os movimentos migratórios que os macaenses já viviam na região do Sueste Asiático e da Ásia Oriental, antes de 1842. Entre os territórios de destino destes movimentos migratórios encontramos regiões da China vizinhas de Macau e de Cantão; alguns dos portos chineses abertos ao comércio internacional em 1842; o Japão que, na década de 1850, reabriu também os seus portos; e as praças comerciais asiáticas com quem Macau, desde sempre negociou, como as Filipinas, o Sião (Tailândia) e Singapura. Os migrantes macaenses nascidos nestes territórios, muitos deles acompanhados pelas suas esposas nascidas, por exemplo, no Japão e nas Filipinas, participaram também no fluxo migratório que teve Xangai como destino.

Chega aos 3,3% o número de migrantes registados como portugueses no Consulado de Portugal em Xangai, informando serem naturais de quatro países europeus – Grã-Bretanha, França, Alemanha e Áustria – aos quais acrescentámos os EUA. Os americanos, britânicos e franceses são, maioritariamente, do sexo

masculino. Trata-se fundamentalmente de homens que casaram com mulheres macaenses e que, desse modo, integraram a comunidade. Neste conjunto de migrantes registados no Consulado de Portugal em Xangai, a existência de indivíduos naturais da Alemanha e da Áustria tem uma história completamente diferente. Vagas sucessivas de judeus chegaram a Xangai: uma dessas vagas diz respeito a judeus russos fugidos da guerra civil e outra refere-se a migrantes da Europa central quando, no final da década de 1930, a política antissemita de Hitler colocou no exílio dezenas de milhar de judeus. Entre 1937 e 1939, 20 mil judeus europeus instalaram-se em Xangai (Henriot & Roux, 1998). Para Bergère (2002), o número total de judeus presentes nas concessões estrangeiras ascendeu a 25 mil. A procura de proteção por parte desta população levou-a a baterem à porta dos consulados que se encontravam a funcionar em Xangai, e o Consulado de Portugal não foi exceção. Alegando possuírem ascendência portuguesa, apesar de o não poderem provar, muitos deles ficaram registados a título "Provisório" e foram aceites; alguns, depois da guerra, foram "Cancelados" (Dias, 2014).

O quarto grupo (2,3%) inclui migrantes naturais de Portugal, compreendendo aqui as ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, assim como as possessões coloniais africanas e asiáticas (Estado da Índia e Timor). Devemos salientar que o número de migrantes naturais de Portugal e suas possessões coloniais era muito reduzido e quase exclusivamente masculino: apenas 100 migrantes partiram rumo a Xangai, ao longo das diferentes décadas que balizam temporalmente este estudo. Para os portugueses de origem europeia, Xangai era um território demasiado longínquo e os seus destinos migratórios encontravam-se, nesta época, direcionados para outros continentes. Por outro lado, muitos destes migrantes não chegaram a Xangai vindos diretamente dos seus territórios de origem: para muitos, esta era mais uma experiência migratória, entre outras, que conheceram ao longo da sua vida.

Finalmente, representando apenas 2,3%, encontramos um conjunto de migrantes registados no Consulado de Portugal em Xangai com origem no leste europeu, Rússia e Manchúria. Também este grupo, apesar de diminuto, transporta uma história singular. Os 98 migrantes deste conjunto de territórios são na sua esmagadora maioria mulheres que integraram as famílias macaenses por via do casamento. As relações de proximidade entre os macaenses e as mulheres de origem

russa que dominam este conjunto de migrantes nasceram do facto de serem duas importantes comunidades estrangeiras que se encontraram presentes nas concessões estrangeiras de Xangai. Um bom exemplo de como esta cidade se transformou num importante ponto de encontro de diferentes fluxos migratórios internacionais.

Para concluir esta breve caracterização da comunidade dos "portugueses de Xangai" podemos avançar com a análise da sua distribuição pelo território da cidade, tendo por referência as moradas que por eles foram indicadas nos registos consulares (Figura 2).

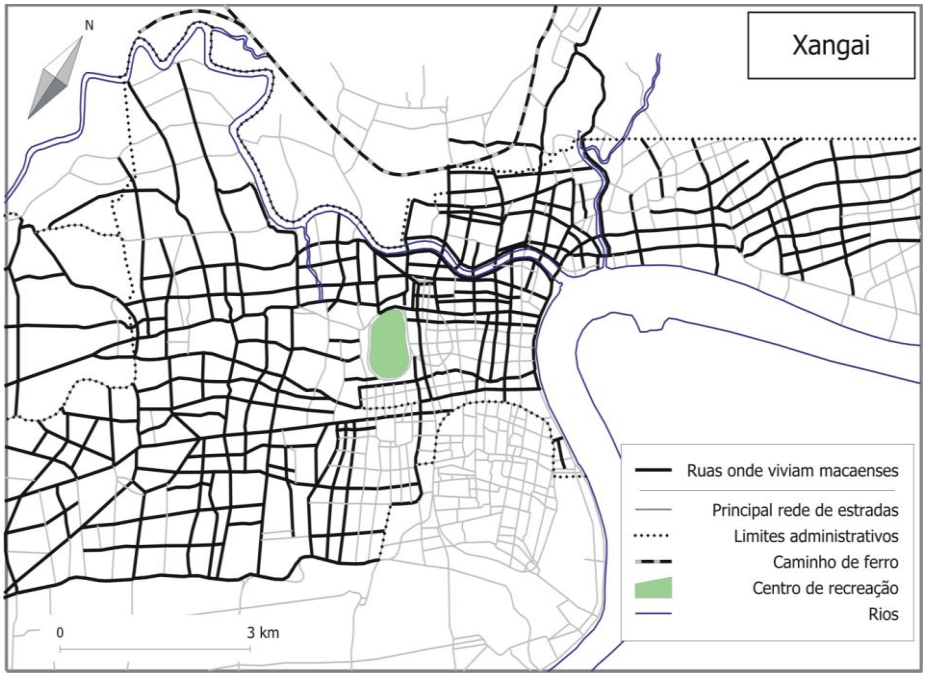


Figura 2. Fases de expansão das áreas de residência da comunidade macaense nas concessões estrangeiras de Xangai (1880-1952). Fonte: Ged (1997); Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai (AHD-MNE). Mapa do autor. (Dias, 2014).

O que importa salientar é a progressiva ocupação das ruas de Xangai pelas famílias macaenses, levando-as a distribuírem-se por todo o espaço urbano. Esta distribuição traduz a forte integração da comunidade no tecido económico e social de Xangai, numa lógica que apontava para a sua permanência definitiva (Dias, 2014). Todavia, uma nova conjuntura histórica vai apontar num sentido radicalmente diferente, como veremos de seguida.

Os primeiros refugiados em Macau

Na segunda fase da diáspora, que ocupa a segunda metade do século XX, os territórios de Xangai, Hong Kong e Macau assumiram um novo papel. Xangai deixou de ser um território de destino da emigração macaense e transformou-se, em exclusivo, no território de partida de uma comunidade que, à semelhança das restantes comunidades estrangeiras presentes nas concessões internacionais, abandonou completamente a cidade. Hong Kong, nos anos de ocupação japonesa, viu também saírem muitos elementos da comunidade macaense que optaram por se refugiar em Macau, num comportamento semelhante ao dos seus familiares que também abandonavam Xangai. No entanto, uma vez passados os anos da guerra e após a retirada das forças nipónicas, Hong Kong voltou a exercer o seu forte poder atrativo sobre a comunidade macaense, vendo regressar muitos dos macaenses que se haviam refugiado em Macau. Quanto a Macau, à semelhança de Hong Kong, nestes anos de viragem para a segunda metade do século XX – que conheceram as consequências dramáticas de uma guerra que abalou o mundo de uma forma brutal – , passou a desempenhar a dupla função de território de acolhimento de todos os que nesta cidade procuraram refúgio e, simultaneamente, de partida, não só para os que, vindos de Hong Kong e Xangai, decidiram iniciar uma nova experiência migratória, como também para outros macaenses que, à semelhança dos seus velhos progenitores, continuaram a escolher a emigração como forma de resolver o problema da sua débil situação económica e social.

Foi este o contexto que fez confluir à cidade de Macau milhares de refugiados de Hong Kong e de Xangai, os quais começaram a chegar ao Território em 1938 (Dias, 2016a).

A violência do conflito sino-japonês levou o Governador Artur Tamagnini de Sousa Barbosa (1937-1940 – 3.º mandato) a tomar providências urgentes no sentido de receber e instalar na cidade os portugueses que, vindos de Xangai, nela se quisessem refugiar. O alerta foi lançado pelo cônsul de Portugal em Xangai, depois de consultado o Ministério das Colónias em Lisboa, que deu a sua anuência para que fossem tomadas as medidas consideradas necessárias, num telegrama datado de 17 de agosto de 1937. Na sequência deste alerta, o Governador de Macau publicou uma portaria, quatro dias depois, a tomar as primeiras medidas para preparar a receção aos

"portugueses de Shanghai que dali tenham de retirar forçadamente, pela situação anormal desta cidade"[3].

No dia 18 de maio de 1949, Macau recebeu o primeiro grande grupo de macaenses que, saindo de Xangai no dia anterior, procuraram no Território a paz que lhes era negada pela guerra civil que se prolongava na China. O avanço das forças comunistas foi-se apertando em redor de Xangai. O conflito aproximava-se do seu fim e Xangai, no dia 27 de maio, viu render-se o que restava do exército nacionalista às forças do Exército Popular de Libertação e "a população voltou a dormir em sossego"[4]. A chegada deste grupo não impediu que, individualmente ou com a família, antes e depois daquela data, muitos macaenses fizessem a viagem até Macau: "De Xangai chegara, anteontem, mais dois portugueses daquela cidade, sendo ambos da conhecida família Roliz. Bem-vindos"[5] (Dias, 2015).

Em três aviões fretados pelo cônsul de Portugal em Hong Kong, Eduardo Brasão, os macaenses de Xangai chegaram a Macau cerca de vinte e quatro horas depois de terem abandonado aquela cidade chinesa.

O voo saiu de Xangai às 16,30 horas, do dia 17, e os aviões da «China Air Transport Company» aterraram em Cantão às 23:30 horas, pois estavam impossibilitados de o fazer em Hong Kong depois das 20:00 horas. Por isso, tiveram de dormir uma noite em Cantão, alguns no hotel, outros no aeródromo, mas todos aguardando pela viagem que os levaria a Hong Kong e, depois, a Macau. Segundo testemunho de um dos pilotos, os aviões em que seguiam os macaenses foram alvo dos disparos das forças nacionalistas, tendo conseguido escapar ilesos[6].

Deixaram Cantão às 8:45 horas e aterraram na colónia britânica 45 minutos depois, onde foram recebidos pelo cônsul português que lhes ofereceu um almoço no Club Lusitano. Finda a refeição, chegou a hora de embarcar para Macau no vapor «Kwong Tung»: 110 portugueses, "na sua maioria mulheres e crianças, as quais,

[3] Portaria de 21 de agosto de 1937, do Governador A. Tamagnini (1937-1940 – 3º mandato). *Boletim Oficial de Macau*, n.º 34, de 21 de agosto de 1937, p. 560.
[4] *Notícias de Macau*, Macau, 28 de maio de 1949, p. 1.
[5] *Notícias de Macau*, Macau, 28 de maio de 1949, p. 3.
[6] *Notícias de Macau*, Macau, 20 de maio de 1949, p. 1.

tomadas de susto e cheias de tristeza, vêm buscar nesta terra portuguesa que serviu de berço à maior parte deles"[7] (Dias, 2015).

Com a ajuda dos documentos depositados no Arquivo de Macau é possível fazer uma caracterização sociodemográfica dos migrantes que chegaram a Macau, nos dois primeiros anos (Dias, 2015).

A primeira característica a analisar deve dirigir-se à origem/naturalidade que os 389 refugiados indicaram no primeiro livro de registos (1949-1951)[8], sobressaindo, desde logo, os frágeis vínculos que mantinham com a cidade onde procuraram abrigo (Tabela 2).

Territórios de origem (naturalidade)	N.º	%
Xangai	**253**	**65,0**
Hong Kong	**50**	**12,9**
Macau	**40**	**10,3**
China	**26**	**6,7**
Rússia	**7**	**1,8**
Tailândia	**4**	**1,0**
Japão	**4**	**1,0**
Coreia	**1**	**0,3**
Timor	**1**	**0,3**
Portugal	**1**	**0,3**
Singapura	**1**	**0,3**
Lituânia	**1**	**0,3**
Total	**389**	**100,0**

Tabela 2. Naturalidade dos refugiados registados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

A relação histórico-cultural que os levou a escolher Macau como porto de abrigo, remonta aos primeiros movimentos migratórios que formaram a comunidade

[7] *Notícias de Macau*, Macau, 19 de maio de 1949, p. 1.
[8] Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*.

dos "portugueses de Xangai". Mas, estes refugiados eram, na sua esmagadora maioria, representantes da segunda geração daqueles primeiros migrantes, nascidos em Xangai (65,0%) ou em Hong Kong (12,9%), estes últimos com um itinerário migratório anterior à sua fixação em Xangai. Os restantes territórios de origem/naturalidade oferecem-nos o retrato da dispersão espacial que já existia, antes do início da mobilidade dos macaenses para Xangai, nomeadamente, em diferentes portos chineses, Tailândia e Japão. Destes territórios e dos restantes, como é o caso da Rússia, surgem também, como refugiadas, mulheres que integraram as famílias macaenses por via do casamento.

Esta realidade social dos refugiados transportou consigo uma fragilidade que dificultou a sua integração em Macau: muitos deles eram já falantes de inglês, como primeira língua, e, consequentemente, com um frágil domínio da língua portuguesa. Em alguns dos casos não sabiam, de todo, falar português.

Também a estrutura etária dos refugiados nos ajuda a melhor caracterizar o fenómeno social que se encontrava na base de uma mobilidade forçada, com origem num conflito militar. Enquanto que a emigração, com motivações económicas e sociais, envolve pessoas em idade ativa, entre os 20 e os 40 anos de idade, no caso dos refugiados, como os de Xangai-Macau, a estrutura etária surge com uma forma muito distinta: as faixas etárias até aos 20 anos e superiores aos 59 anos são as que apresentam percentagens mais elevadas, reunindo quase metade do grupo de pessoas que se registou em Macau nos anos de 1949-1951 (Figura 3).

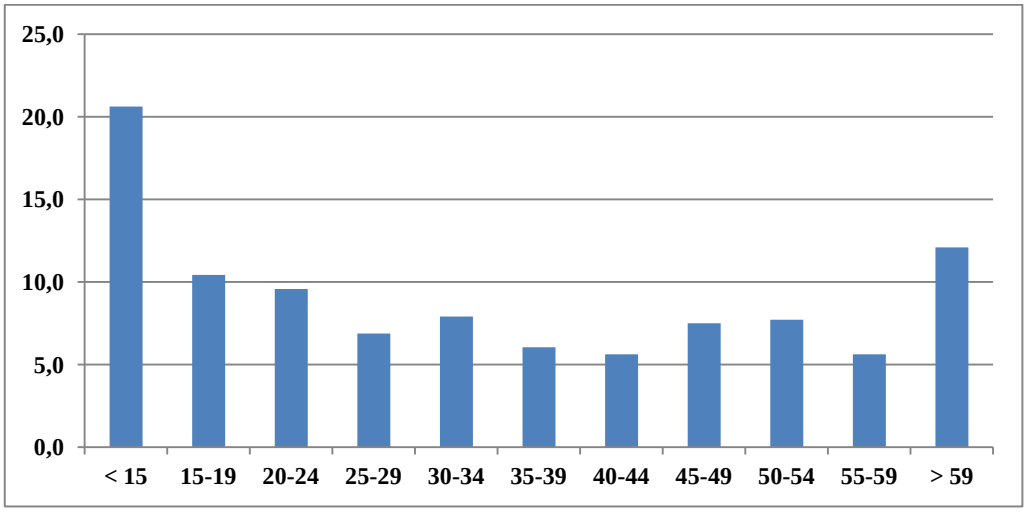


Figura 3. Estrutura etária dos refugiados registados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

Esta estrutura etária revela que nos primeiros grupos de refugiados foi dada prioridade às crianças e jovens, assim como aos idosos, o que corresponde a um padrão de comportamento comum neste tipo de mobilidade humana: as pessoas, principalmente os homens, em idade ativa ficaram a aguardar uma segunda oportunidade para viajar e, entretanto, dedicaram-se às tarefas inerentes a quem se vê obrigado a pôr um ponto final numa vida construída em Xangai. No entanto, no que diz respeito à distribuição por sexo, este grupo de refugiados apresenta um grande equilíbrio entre homens e mulheres.

Interessantes são também as profissões indicadas por 396 refugiados inscritos, refletindo o espaço que a comunidade macaense ocupava no tecido socioeconómico de Xangai (Tabela 3).

Profissões	N.º	%
Empregado Comércio	**105**	**26,5**
Marítimos	**10**	**2,5**
Comerciante	**5**	**1,3**
Outras profissões	**20**	**5,0**
Doméstica	***156***	***39,4***
Estudante	***51***	***12,9***
Desempregado	***49***	***12,4***
TOTAL	**396**	**100,0**

Tabela 3. Profissões indicadas pelos refugiados registados em Macau (1949-1951). Fonte: Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. Arquivo de Macau: *MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677*. Cálculos do autor (Dias, 2015).

Das profissões que os refugiados indicaram na sua ficha de inscrição confirma-se, em primeiro lugar, que o setor comercial absorvia a maior parte dos macaenses de Xangai; em segundo lugar, não pode ser ignorada a elevada percentagem de pessoas em situação vulnerável e de grande dependência, nomeadamente as domésticas (mulheres sem profissão), os estudantes (jovens ainda em idade de prosseguir os seus estudos) e os desempregados (uma percentagem elevada, que chega aos 12,4%), perfazendo um total de 64,7% (Dias, 2015).

Uma outra nota se impõe em relação aos "desempregados". Esta era uma situação laboral que a comunidade não conheceu durante os seus cerca de 100 anos de existência porque os macaenses facilmente se integraram no tecido empresarial de Xangai e no seu intenso movimento financeiro, comercial e marítimo (Dias, 2015). No entanto, esta situação modificou-se na década de 1940, devido à degradação da situação económica e social de Xangai, vivendo um período de grande turbulência político-militar.

O acolhimento em Macau

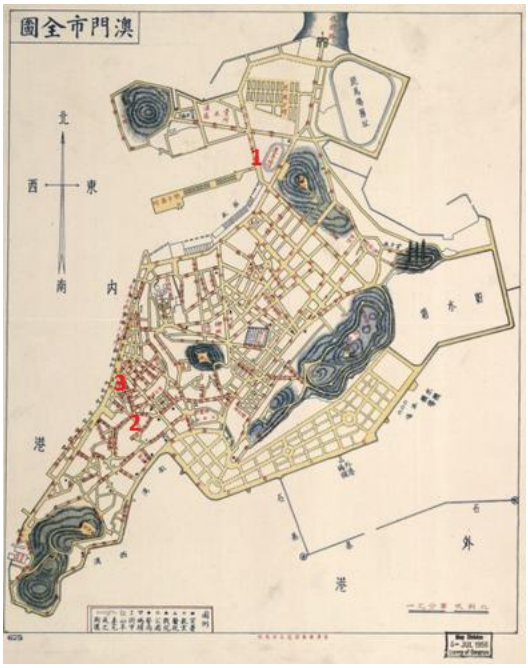
O acolhimento ficou nas mãos do Governo de Macau e da Santa Casa da Misericórdia de Macau (SCMM), instituição que nasceu com o estabelecimento dos portugueses naquela pequena península localizada no delta do rio das Pérolas, no sul

da China, na segunda metade do século XVI: "O Governo da Colónia e a Santa Casa da Misericórdia de Macau tomaram, voluntariamente, sobre os seus ombros o oneroso e inalienável encargo de velar pela situação dos refugiados e promover a melhoria das suas condições vitais"[9]. Tratava-se de registar, acolher e integrar uma vasta comunidade que, em poucos meses, se instalou em Macau. Depois dos primeiros grupos que chegaram logo no mês de maio de 1949, circulava nas páginas dos jornais da cidade que muitas outras centenas estariam para chegar: "Lembro, igualmente, como esclarecimento final, que existem, presentemente, em Xangai, 1500 portugueses, dos quais cerca de trezentos estão desempregados e têm a seu cargo famílias numerosas"[10].

O Governo de Macau garantiu o apoio financeiro e socioeconómico à sua integração em Macau. A Repartição Central dos Serviços da Fazenda e Contabilidade disponibilizou os fundos requeridos pela Repartição Central dos Serviços de Administração Civil, de acordo com as solicitações da SCMM. A Repartição Central dos Serviços de Administração Civil assumiu a tarefa de receber, registar e avaliar a situação socioeconómica dos refugiados. A Santa Casa da Misericórdia ficou com a missão de alojar e manter os refugiados que não tivessem meios de subsistência e, posteriormente, organizou os centros de acolhimento criados especificamente para albergar os refugiados de Xangai (Figura 4)[11].

A partir de 1953, o Governador de Macau autorizou o levantamento mensal de 40 mil patacas para fazer face às despesas com os refugiados. Esta verba esgotava-se, fundamentalmente, em três rúbricas: ajuda alimentar (75%), saúde (12%) e consumos de água e eletricidade (4%) (Dias, 2015).

[9] *Clarim*, Macau, 4 de dezembro de 1949, p. 3.
[10] Idem, *ibidem*.
[11] Despacho de 14 de maio de 1949, do Governador Albano Rodrigues de Oliveira (1947-1951). Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20078 - AH/AC/P20004 - A1521*, fls. 147-147v.



Legenda:
Centro Nº 1 – Casa dos Pobres (Canídromo)
Centro Nº 2 – Luso-Chinês (Calçada do Gamboa)
Centro Nº 3 – Rua Nova do Comércio

Figura 4. Localização dos centros de refugiados em Macau. Fonte: Exposição "Os Refugiados de Xangai – Macau (1938-1964)". Macau, 2015.

Um dos principais apoios disponibilizados pelo Governo de Macau centrou-se na necessidade de garantir os custos de transporte, a concessão de vistos e os documentos que comprovassem a nacionalidade portuguesa às pessoas que, abandonando Xangai, pretendiam fixar-se em Macau. A ausência de documentação levou a que muitos refugiados solicitassem a intervenção dos serviços de Macau no sentido de regularizarem a sua situação de "indocumentados". O passaporte provisório obtido em Xangai não era suficiente para resolver o problema e sabemos que este é um drama que se arrastou até à década de 1980 e foi, muitas vezes, necessário solicitar o apoio dos registos paroquiais de Macau para fazer prova de nacionalidade portuguesa de muitos refugiados de Xangai (Dias, 2015):

SENHOR GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE MACAU
EXCELÊNCIA
Anne Park, maior, solteira, doméstica, moradora na Travessa do Padre Narciso Nº 1, rés-do-chão, vem mui respeitosamente expor e requerer a V. Ex.ª o seguinte:
A suplicante é (…) natural de Shanghai, sendo a sua dita mãe de nacionalidade portuguesa.
Não tendo podido (…) fazer a prova da sua referida filiação ilegítima, por ocasião em que deixou essa cidade do Norte da China, apenas conseguiu que o Consulado Geral de Portugal, aí, lhe emitisse um passaporte provisório…
A requerente veio para esta cidade, como refugiada, tendo aqui chegado em 4 de Setembro de 1952…
Entretanto, caduca a validade do seu dito passaporte, tendo a requerente, em vão, até à data, tentado conseguir a renovação do mesmo no Consulado de Portugal em Hong Kong…
É nestes termos que a requerente se dirige a V. Ex.ª solicitando para que lhe seja concedido um salvo-conduto válido até ao fim do corrente ano.
ESPERA DEFERIMENTO
Macau, 26 de Junho de 1953.[12]

Também na área da educação e da saúde, o Governo de Macau mobilizou esforços para reunir as condições necessárias ao acolhimento dos refugiados de Xangai, não obstante as limitações orçamentais que se viviam nessa época, devido ao impacte que a II Guerra Mundial teve na Província. Ao nível da saúde, os serviços hospitalares foram dando resposta às necessidades dos refugiados a pedido dos serviços do Governo de Macau:

Repartição Central dos Serviços de Saúde
Ao Exmo. Sr. Chefe da Repartição Central dos S. de Administração Civil
Macau, 29 de Janeiro de 1953
(…) informo V. Ex.ª de que já pode ser prestada assistência odontológica gratuita, na consulta de estomatologia do Centro de Saúde, aos refugiados de Xangai.
Mais informa V. Ex.ª de que o horário das consultas é o seguinte:

[12] Requerimento de 26 de junho de 1953, assinado pela macaense Anne Park, e dirigido ao Governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro (1951-1956). Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521*, fls. 54-55.

Das 9 às 13 horas e das 15 às 17 horas.
A Bem da Nação
O Chefe dos Serviços.
Aires Pinto Ribeiro[13]

Considerando o número significativo de crianças que existia entre os refugiados de Xangai, a disponibilidade de meios para garantir a sua presença nas escolas constituiu uma prioridade. Em 1952 existiam cerca de 70 raparigas a frequentar as escolas do Sagrado Coração e o Colégio de Santa Rosa de Lima, e cerca de 30 rapazes a estudar na Escola Yut Wa[14].

Uma das questões que se colocava com particular acuidade era o facto de os refugiados de Xangai dominarem bem a língua inglesa, não acontecendo o mesmo em relação à língua portuguesa. A necessidade de recrutar novos professores passou a ser uma prioridade e a Escola Yut Wa, através de um requerimento dirigido ao Governador Joaquim Marques Esparteiro, solicitou a concessão de um subsídio para a contratação de um professor de língua portuguesa para lecionar junto das crianças portuguesas, refugiadas de Xangai[15].

Esta preocupação com o ensino da língua portuguesa, essencial para facilitar o processo de integração dos migrantes no território de acolhimento, levou a que três figuras de grande relevo no apoio social prestado aos refugiados de Xangai, nesta época – os padres Lancelot Rodrigues, Luís Ruiz e Valois – se dirigissem ao Governo de Macau a sugerir "que como portugueses que são e estando em terra portuguesa

13 Ofício N.º 140 de 29 de janeiro de 1953 do Chefe dos Serviços de Saúde, Aires Pinto Ribeiro, para a Chefe da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil. Arquivo de Macau: Movimento dos refugiados vindos de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521*, fl. 99.

14 Ofício N.º 714-M, de 3 de setembro de 1952, do Secretário do Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Macau, António Ferreira Batalha, para o Chefe da Repartição Central dos Serviços de Administração Civil. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fl. 301.

15 Requerimento de 3 de setembro de 1952 da Escola Yut Wa, dirigido ao Governador de Macau, Joaquim Marques Esparteiro (1951-1956). Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fls. 302-303.

poder-se-ia dar maior impulso ao estudo da língua Pátria fazendo-o absolutamente obrigatório"[16].

Chegar e partir de novo: o regresso às migrações

Desde a sua chegada a Macau que se anunciou a sua "partida". No dia em que a cidade recebeu o primeiro grande grupo de refugiados, os jornais colocaram logo a hipótese do seu futuro próximo ser o envolvimento num novo movimento migratório, mas agora com destino às colónias portuguesas africanas: "Entendemos que os refugiados portugueses, válidos, poderiam ser, desde já, identificados, por determinação do governo da metrópole, a fim de irem sendo colocados em Angola e Moçambique, à medida que isso fosse possível.[17]

Relembremos que nas décadas de 1940 e 1950, num movimento inverso ao que se verificava por toda a Europa que já havia dado início aos processos de descolonização, o regime do Estado Novo em Portugal incentivou milhares de portugueses a emigrarem para Angola e Moçambique:

> Mas o aspecto mais marcante desta evolução está no novo peso que ganha desde finais de quarenta a emigração para as colónias de África – a qual, pela primeira vez na história do império, representa quase metade da emigração total, entre 1847 e 1960. É então – só então – que se forma um núcleo extenso de população europeia nas duas principais colónias: em Angola, passando-se de 44 000 brancos em 1940 para 173 000 em 1960; em Moçambique, de 27 500 a 97 000, mas mesmas datas.[18]

Mas, se a emigração se transformou em realidade, os destinos migratórios não foram os previstos nos artigos de opinião, publicados nos jornais de Macau. Em 1953, já muitos refugiados tinham saído de Macau, emigrando para um vasto leque de territórios, dispersos pelo mundo (Tabela 4).

---

[16] Carta de 11 de setembro de 1952, assinada pelos padres Lancelote Rodrigues, capelão dos refugiados de Xangai em Macau, Luís Ruiz, capelão do Centro de Gamboa e Padre Valois, capelão do Centro N.º 3, para o Chefe dos Serviços de Administração Civil, José da Costa Pereira, e para o Inspetor de Educação, sobre a situação dos estudantes refugiados de Xangai. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*, fls. 304-306.

[17] *Notícias de Macau*, Macau, 21 de maio de 1949, p. 1.

[18] Alexandre, 1993, p. 64.

Território	Nº	%
Hong Kong	441	36,6
Brasil	264	21,9
EUA	132	10,9
Japão	92	7,6
Portugal	86	7,1
Canadá	39	3,2
Tailândia	29	2,4
Austrália	27	2,2
Inglaterra	17	1,4
Argentina	11	0,9
Lourenço Marques	8	0,7
Venezuela	7	0,6
Quelimane	6	0,5
Suécia	6	0,5
Formosa	5	0,4
Itália	4	0,3
Dinamarca	4	0,3
Trieste	4	0,3
Filipinas	4	0,3
França	4	0,3
Timor	3	0,2
Coreia	3	0,2
São Domingos	2	0,2
Holanda	2	0,2
Joanesburgo	2	0,2
Rodésia	2	0,2
Grécia	1	0,1
Palestina	1	0,1
TOTAL	**1 206**	**100,0**

Tabela 4. Portugueses provindos de Xangai que presentemente se acham residentes em Portugal, províncias ultramarinas portuguesas, Hong Kong e países estrangeiros (1953). Fonte: Documento assinado por Manuel Francisco Real Leitão, da Comissão de Fiscalização dos Centros dos Refugiados Portugueses de Xangai. Sd [1953]. Arquivo de Macau: Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553*. Cálculos do autor. (Dias, 2015).

Não é de estranhar que aquelas duas colónias surgissem como uma alternativa possível para um grupo de pessoas que muito dificilmente poderiam ser absorvidas pelas estruturas económicas e sociais de uma pequena cidade como Macau. Todavia, as suas opções estavam longe de corresponder às expectativas definidas no quadro do regime colonial definido pelo Estado Novo, na década de 1940.

Quatro anos mais tarde, quando os refugiados de Xangai que permaneciam em Macau foram questionados sobre os territórios para onde desejariam emigrar, confirmou-se, mais uma vez que as motivações se afastavam dos espaços coloniais portugueses em África (Tabela 5).

Destino	N.º de refugiados	%
Estados Unidos da América	88	61,5
Hong Kong	8	5,6
Brasil	7	4,9
Angola	4	2,8
Portugal	4	2,8
África do Sul	1	0,7
Austrália	1	0,7
Canadá	1	0,7
Japão	1	0,7
Moçambique	1	0,7
Qualquer destino	3	2,1
Não deseja emigrar	24	16,8
Total	**143**	**100,0**

Tabela 5. Relação dos refugiados portugueses de Xangai, que desejam emigrar (1957). Fonte: Arquivo de Macau: Processos de Assistência aos refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/ACM/24/1 - AH/AC/28950 - A4071*. Cálculos do autor. (Dias, 2015).

Estas escolhas revelam que as motivações das escolhas dos migrantes macaenses se repartiram por três fatores que, no sistema migratório internacional, surgem como complementares: a proximidade geográfica (Hong Kong e Austrália); os laços históricos culturais (Brasil e Portugal); e, ainda, a atração por países que revelam um forte dinamismo económico (Estados Unidos da América). Um outro aspeto que não pode deixar de ser realçado é a distribuição destes migrantes por um vasto conjunto de territórios, o que nos indicia a grande dispersão geográfica da comunidade macaense após a II Guerra Mundial, a qual se prolongou pela segunda metade do século XX.

Continuando a recorrer aos dados reunidos por Jorge Forjaz, é possível confirmar estes destinos se tivermos por referência as moradas daqueles que identificámos como migrantes consultando as genealogias das famílias macaenses. Assim, com base nos dados disponíveis em *Famílias Macaenses* (Forjaz, 1996),

reunimos um conjunto de 3053 nomes que, de acordo com os seus endereços, na década de 1990, se distribuíam por 33 países dos cinco continentes (Figura 5).

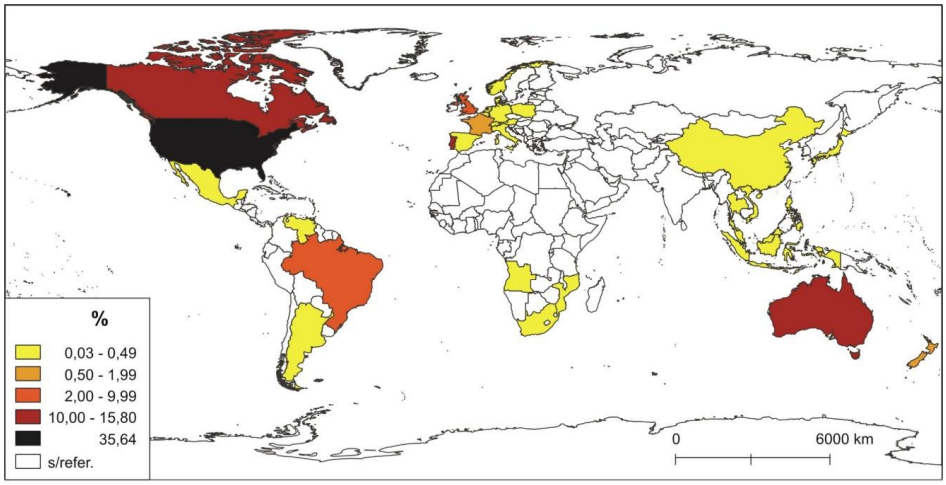


Figura 5. Países de residência dos migrantes macaenses (1995). Fonte: Forjaz, 1996. Cálculos do autor. (Dias, 2015; Dias, 2016a).

Assim, no final do século XX, assumindo as 3053 moradas como uma amostra significativa, a Ásia reunia apenas 4,2% dos migrantes macaenses, seguida por África, com apenas 0,4%. Os países que concentravam mais migrantes macaenses localizavam-se, em primeiro lugar, no continente americano (58,6%) seguido, a grande distância, pela Europa (22,4%) e depois pela Oceânia (14,4%).

Podemos considerar que esta é a nova realidade que caracterizou o segundo período da diáspora macaense, ao longo da segunda metade de novecentos, oferecendo-lhe a dimensão de um fenómeno migratório à escala mundial.

Conclusão

Tendo em conta as duas fases em que dividimos o fenómeno da diáspora macaense, consideramos que o movimento dos refugiados de Xangai constituiu o ponto de viragem, qualitativo e quantitativo, no que diz respeito à dimensão, intensidade e padrões de mobilidade que a diáspora assumiu no contexto da comunidade macaense. Deste modo, ao longo da segunda metade do século XX, a diáspora macaense viveu a segunda fase de uma história que se iniciou em meados de oitocentos, na sequência da I Guerra do Ópio.

A II Guerra Mundial e os impactes que teve em todo o mundo e a todos os níveis (políticos, económicos, sociais e culturais), em particular na China com a invasão japonesa, provocaram profundas mudanças na intensidade e nos sentidos dos fluxos migratórios dos macaenses. Também a situação política e militar interna da China, que levou à instauração da República Popular da China e ao fim definitivo das concessões estrangeiras, acelerou a saída dos macaenses de Xangai, principalmente nos anos de viragem para a década de 1950, até que o próprio Consulado de Portugal fechou as suas portas em 1952. Por seu lado, Hong Kong conheceu a guerra dentro do seu território, provocando a saída de muitos macaenses que se refugiaram em Macau, aos quais se foram juntando os refugiados de Xangai. Finalmente, a cidade de Macau, numa conjuntura difícil marcada pelo impacte do conflito mundial, viu-se obrigada a acolher muitas centenas de refugiados macaenses, para além de muitos chineses que encontraram na cidade um verdadeiro porto de abrigo.

Deste modo, os três principais territórios do primeiro período da diáspora transformaram-se nos territórios de partida dos macaenses que, nesta segunda fase, se dispersaram pelo mundo. Deles saíram muitas centenas de migrantes com destino a países que os acolheram e onde eles se foram integrando nas respetivas sociedades, deixando-se atrair pelo poder económico e o desenvolvimento social das sociedades da América do Norte (EUA e Canadá); aproximando-se de territórios com os quais existem laços histórico-culturais muito fortes e temporalmente duradouros (Portugal e Brasil); e procurando encontrar na Austrália uma sociedade desenvolvida, com as vantagens da proximidade geográfica.

Referências bibliográficas

Alexandre, V. (1993). Portugal em África (1825-1974): uma perspectiva global. *Penélope, 19*, 53-66.

Bergère, M. (2002). *Histoire de Shanghai*. Paris: Fayard.

Dias, A. (1993). *Macau e a I guerra do ópio*. Macau: IPOR.

Dias, A. (2014). *Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)*. Lisboa: Centro Científico e Cultural de Macau / Fundação Macau.

Dias, A. (2015). *Refugiados de Xangai. Macau* 上海葡裔難民在澳門 *(1937-1964)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau. (edição bilingue: português e chinês).

Dias, A. (2016a). *Diáspora Macaense. Territórios, Itinerários e Processos de Integração (1936-1995)*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau.

Dias, A. (2016b). *Refugiados de Xangai. Macau (1937-1964). Fundo Documental*. Macau: Instituto Cultural do Governo da Região Administrativa Especial de Macau / Arquivo de Macau.

Dillon, M. (2010). *China. A Modern History*. London: I. B. Taurius & Co Ltd.

Fairbank, J. (1992). *China. A new history*. Massachussets/London: The Belknap Press of Harvard University Press.

Forjaz, J. (1996). *Famílias Macaenses*. Lisboa: Fundação Oriente / Instituto Cultural de Macau.

Fenby. J. (2008). *History of modern China*. London: Penguin.

Henriot, C. & Roux, A. (1998). *Shanghai années 30. Plaisirs et violences*. Paris: Autrement.

Hsü, I. (1995). *The rise of modern China* (5.ª Ed.). New York: Oxford University Press.

Lovell, J. (2011). *The opium war. Drugs, dreams and the making of China*. London: Picador.

Sá, L. (1999). *The boys from Macau. Portugueses em Hong Kong*. Lisboa: Fundação Oriente/Instituto Cultural de Macau.

Teixeira, M. (1965/1999). *Imprensa periódica portuguesa no Extremo-Oriente*. Macau: Instituto Cultural de Macau.

Fontes primárias

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Livros de Matrícula do Consulado de Portugal em Xangai. Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Arquivo de Macau

Diversos documentos respeitantes a refugiados de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20304 - AH/AC/P-20230 - A1553. Arquivo de Macau.

Livro de registo N.º 1 dos refugiados de Xangai, a residir na Casa dos Pobres, Centro da Av. Almirante Lacerda e Centro de Refugiados. MO/AH/AC/SA/50/1 - AH/AC/P-28177 - A3677. Arquivo de Macau.

Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20078 - AH/AC/P-20004 - A1521. Arquivo de Macau.

Movimento dos refugiados vindos de Xangai. MO/AH/AC/SA/01/20076 - AH/AC/P-20002 - A1520 / A1521. Arquivo de Macau.

Processos de Assistência aos refugiados de Xangai. *MO/AH/AC/ACM/24/1 - AH/AC/28950 - A4071*. Arquivo de Macau.

Imprensa escrita

Boletim Oficial de Macau, Macau, 1937.

Notícias de Macau, Macau, 1949-1950.

North-China Herald, Xangai, 1850.

O Clarim, Macau, 1948-1951.

SOBRE OS AUTORES

Alfredo Gomes Dias é Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Politécnico de Lisboa e Investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa. Possui Doutoramento em Educação com a tese "Práticas e concepções da História e da Didática da História na formação de professores do Ensino Básico (10-12 anos)", em 2019, na Universidade Autónoma de Barcelona e Doutoramento em Geografia Humana no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, com a tese "A Diáspora Macaense. Macau, Hong Kong, Xangai (1850-1952)", em 2012.

Ana Carolina Costa Porto é Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB), com estágio doutoral na Academia Chinesa de Ciências Sociais em Pequim (Cass). Pesquisadora associada da Coordenadoria de Estudos da Ásia da Universidade Federal de Pernambuco, editora assistente da Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho do PPGS da UFPB e pós-doutoranda do PPGS-UFPB (bolsista Fapesq-PB).

André Bueno é Prof. Adj. De História Oriental da UERJ; membro do Alaada - Associação Latino Americana de Estudos Asiáticos; membro da Rede Iberoamericana de Sinologia [Ribsi]; membro da Rede Brasileira de Sinologia [RBChina]; membro do International Research Group for Culture and Dialogue IRGCD]; membro da International Confucian Association; Pesquisador da Biblioteca Nacional [2018-2019]; membro da Red Sinolatina [Costa Rica] e da Red ALC-China [México], e diretor do Projeto Orientalismo [UERJ].

Daniel Bicudo Véras é doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP, e atualmente atua como pesquisador no Centro de Estudos Brasil-China da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Participou de vários cursos nos Estaods Unidos e na China discutindo imigrações e relações sino-brasileiras, e trabalhou seis anos na Hubei University [China], antes de retornar ao Brasil. Tem ampla experiência nas áreas de Comunicação e Ciências Políticas, arte, estudos sobre migrações e cultura.

Kamila Czepula é Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP (2017) e Doutoranda na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). É bolsista Aluna Nota 10 da FAPERJ, membro da Red Sinolatina de Estudios Sinológicos, do CEASIA [UFPE], e atualmente pesquisa os seguintes temas: intelectuais, imigração chinesa, e relações culturais sino-luso-brasileiras.

Lúcia Anderson Ferreira da Silva é formada em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Camp), especialista em Comunicação Organizacional pela Universidade de São Paulo (USP), mestra em língua e cultura

chinesas pela Universidade de Comunicação da China e doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Em 2007 foi para a China trabalhar em uma pequena empresa na capital chinesa e, em 2008, começou a atuar como Editora de Português na Agência Estatal de Notícias Xinhua. Em 2010 foi contemplada com uma bolsa de estudos para fazer mestrado na Universidade de Comunicação da China e, após terminar o curso, voltou ao Brasil em 2012, mesmo ano em que abriu sua empresa de comunicação intercultural. Começou doutorado em Estudos das Relações China-Brasil na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2015 e, em 2016, voltou para a China ao receber uma bolsa de estudos para ser pesquisadora-visitante na Universidade de Pequim, onde ficou dois anos. Desde 2019 é professora de português na Universidade Normal de Pequim.

Marcelo da Silva Araujo é Doutor em Antropologia/UFF. Mestre em Artes Visuais/UFRJ. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais/UFF. Licenciado em História/UERJ. Docente do Instituto Federal da Paraíba.

Marco Aurélio dos Santos é mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2006), doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2014) e Pós-Doutoramento em estudos sobre migrações chinesas para a América e Brasil. Participo do Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial (LABMUNDI-USP). Tenho longa experiência na área de educação, atuando desde 1996 com o ensino de História, e investiga temas diversos como o Vale Cafeeiro em Bananal, tráfico de coolies e brasileiros estabelecidos no Brasil no séc. XIX.

Renata Reynaldo é jornalista da Agência de Notícias da UFPE (Ascom-UFPE).

Teresa Cristina Furtado Matos é Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais (HUN) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB).

Tereza Correa da Nóbrega Queiroz é Professora Titular aposentada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atuou junto ao Departamento de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB.

Tom Dwyer é professor titular de Sociologia da Unicamp, diretor brasileiro do CASS-Unicamp Centro de Estudos da China, coordenador brasileiro de 'Estudos dos Países BRICS' na BRICS Network University e bolsista produtividade do CNPq. Conheceu a China pela primeira vez em 2004. Foi editor geral do Handbook of the Sociology of Youth in BRICS countries, (World Scientific, Cingapura, 2018); idealizador do número "BRICS un espace ignoré" de Hermès no. 79, (CNRS, Paris) que editou junto com LIU Chang e Olivier Arifon, 2017; organizou a pesquisa e publicou, junto com uma equipe internacional, Dwyer, T. et al., (Orgs). Jovens

universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira. (Ipea e Social Sciences: Academic Press, Brasília & Pequim [em chinês], 2016.

Victor Hugo Luna Peres é Mestre em História (UFPE - 2013) e Graduando em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (UFRJ). Tem experiência na área de pesquisa e ensino de História com ênfase em História da China, História das Américas e do Brasil, História do Açúcar, História Ambiental, História do Trabalho e em diversos temas relacionados à Educação. É Curador de História da China e Curador Auxiliar de BRICS da CEÁSIA-UFPE e membro do GESHA – Grupo de Estudos sobre História da Ásia (UFPE). O artigo aqui apresentado é fruto de reflexões e considerações desenvolvidas e apresentadas inicialmente como parte da dissertação de mestrado *Os Chins nas Sociedades Tropicais de Plantação: estudo das propostas de importação de trabalhadores chineses sob contrato e suas experiências de trabalho e vida no Brasil, 1814-1878*. (2013).

De que maneira embasar uma reflexão acerca da longa trajetória de intercâmbios humanos e culturais entre o Brasil e a China, senão a partir da escuta de relatos de vida de quem esteve próximo dos grandes acontecimentos que marcaram a história chinesa desde o século XIX? Lembranças no plural e a memória no singular, como bem reportou Paul Ricouer, expostas em narrativas pessoais, possibilitam as diferenciações e a continuidade daquilo que nos propomos a conhecer. Testemunhos pessoais de chineses no Brasil e brasileiros na China aqui são reconhecidos como importante produção simbólica em paralelo aos valores instituídos pela cultura oficial. As reminiscências individuais, então, conferem aos fatos atestadamente históricos uma dimensão cotidiana e emocional, revelando, muitas vezes, a distinção entre os propósitos dos condutores da história de um povo e a percepção individual ou grupal dos seus, digamos, beneficiários. Focar nesses movimentos migratórios de mão dupla apura o olhar do observador; expõe reentrâncias muitas vezes despercebidas. Ainda na proposta de ampliar a perspectiva do olhar para esses deslocamentos é que se impõe a acurada aplicação dos métodos e ferramentas interdisciplinares, como as da História, Sociologia e da Antropologia, entre outras ciências. E, desse jeito, mesmo com a licença para ambientações formadas meramente pelo imaginário de quem se dispôs a falar, esperemos contribuir para construção de um acervo espontâneo de impressões de um povo, o que pode vir a se somar, como fonte histórica, aos registros oficiais e documentais.

Renata Reynaldo

ISBN 978-650052650-9